

LEANDRO RODRIGUES ALVES DINIZ

Política linguística do Estado brasileiro na contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior

Política lingüística del Estado brasileño en la contemporaneidad: la institucionalización de mecanismos de promoción de la lengua nacional en el exterior

Campinas
2012

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

LEANDRO RODRIGUES ALVES DINIZ

**Política linguística do Estado brasileiro na
contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de
promoção da língua nacional no exterior**

***Política lingüística del Estado brasileño en la
contemporaneidad: la institucionalización de mecanismos de
promoción de la lengua nacional en el exterior***

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Linguística.

Tesis doctoral presentada al Instituto de Estudios del Lenguaje de la Universidad Estadual de Campinas, como requisito parcial para la obtención del grado de Doctor en Lingüística.

Orientadora / Directora de tesis: Prof^ª. Dr^ª. Monica Graciela Zoppi Fontana
Co-orientadora / Co-directora de tesis: Prof^ª. Dr^ª. Matilde Virginia Ricardi Scaramucci
Processo/Proceso FAPESP n.º 2007/59045-2
Processo/Proceso CAPES n.º 2026-10-4

Campinas, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
TERESINHA DE JESUS JACINTHO – CRB8/6879 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE
ESTUDOS DA LINGUAGEM - UNICAMP

D615p

Diniz, Leandro Rodrigues Alves, 1984-
Política linguística do Estado brasileiro na
Contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos
de promoção da língua nacional no exterior /
Leandro Rodrigues Alves Diniz. -- Campinas, SP: [s.n.],
2012.

Orientador: Monica Graciela Zoppi-Fontana.
Co-orientador: Matilde Virginia Ricardi Scaramucci
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Língua portuguesa – Estudo e ensino – Falantes
estrangeiros. 2. Políticas linguísticas. 3. Idéias linguísticas.
4. Análise do discurso. 5. Brasil. Ministério das Relações
Exteriores. I. Zoppi-Fontana, Mónica, 1961-. II. Scaramucci,
Matilde V. R., 1951-. III. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: Brazilian State language policy in contemporaneity: the
institutionalization of mechanisms for promoting the national language abroad.

Palavras-chave em inglês:

Portuguese language - Study and teaching - Foreign speakers

Language policies

Linguistic Ideas

Discourse Analysis

Brazil. Foreign relations

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Doutor em Linguística.

Banca examinadora:

Monica Graciela Zoppi-Fontana [Orientador]

Matilde Virginia Ricardi Scaramucci (Co-orientador)

Carolina María Rodríguez Zuccolillo

María Teresa Celada

Nelson Viana

Vanise Gomes de Medeiros

Data da defesa: 07-05-2012.

Programa de Pós-Graduação: Linguística.

BANCA EXAMINADORA:


Monica Graciela Zoppi-Fontana



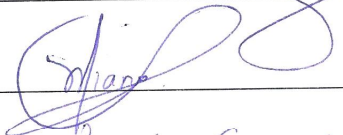
Carolina María Rodríguez Zuccolillo



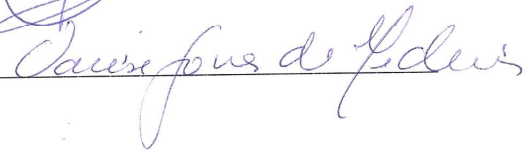
María Teresa Celada



Nelson Viana



Vanise Gomes de Medeiros



Edleise Mendes Oliveira Santos

Lía Varela

Margarete Schlatter

IEL/UNICAMP
2012

AGRADECIMENTOS

Ainda que estes agradecimentos tenham sido escritos e reescritos gradativamente, antes mesmo que esta tese tivesse sido concluída, estou certo de que não poderei, por meio de algumas poucas palavras, expressar minha gratidão a todos os que, de alguma forma, se fizeram presentes ao longo de minha trajetória pessoal e acadêmica. Fica, porém, o registro, incompleto e falho, de meus sinceros agradecimentos a algumas dessas pessoas. Agradeço:

À FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO (FAPESP), pelas bolsas de iniciação científica e mestrado, bem como pela bolsa concedida durante a primeira etapa da realização desta pesquisa de doutorado (processo n.º 2007/59045-2). À COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES), pela bolsa do *Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior* (processo n.º. 2026-10-4), que me permitiu uma rica experiência na *Université Sorbonne Nouvelle – Paris III* entre setembro de 2010 e março de 2011.

À PROFA. DRA. MÓNICA GRACIELA ZOPPI-FONTANA, pelo profissionalismo, pelos incontáveis momentos de aprendizagem em diferentes projetos de pesquisa, ensino e extensão, e por toda consideração, confiança e amizade que marcaram, de forma única, meu percurso pela Unicamp. À PROFA. DRA. MATILDE VIRGINIA RICARDI SCARAMUCCI, pela generosidade intelectual, pela valiosa interlocução e pelas diferentes oportunidades de crescimento acadêmico e profissional.

Aos meus pais, sem os quais nada teria sido possível. À MINHA MÃE, por estar sempre presente, pela luta incansável para que cada um de nós atingisse seus objetivos. Ao MEU PAI, pelos valores passados, pela confiança e pelo incentivo. Aos meus grandes irmãos, por tantos momentos compartilhados. Ao LEONARDO, por nunca ter medido esforços para ajudar a toda a família, e ao LUCAS, pela amizade, companheirismo e bom humor.

A MAHAYANA CRISTINA GODOY, por tantos momentos compartilhados, pela ajuda e pelo apoio nos mais diferentes momentos, e pela coragem que me deu nos momentos de partida e de chegada.

À PROFA. DRA. MARÍA TERESA CELADA, pela presença singular e delicada desde o dia em que tive o prazer de conhecê-la na Universidade de São Paulo e pelas inúmeras contribuições para as pesquisas que venho desenvolvendo. À PROFA. DRA. VANISE GOMES DE MEDEIROS, pelo esforço em participar de nossas bancas de qualificação e de defesa e pelos instigantes comentários durante o exame de qualificação. Ao PROF. DR. NELSON VIANA, à PROFA. DRA. CAROLINA MARÍA RODRÍGUEZ ZUCCOLILLO e à PROFA. DRA. EDLEISE MENDES OLIVEIRA SANTOS, pela prontidão e gentileza com que aceitaram integrar nossa banca de doutorado. À PROFA. DRA. LÍA VARELA, pela disponibilidade e receptividade desde meu estágio na *Universidad de Buenos Aires*. À PROFA. DRA. MARGARETE SCHLATTER, pelas oportunidades de aprendizagem em encontros sempre tão produtivos. À PROFA. DRA. REGINA LÚCIA PERET DELL'ISOLA, pela receptividade demonstrada quando de nosso convite.

Às PROFAS. DRAS. CLAUDIA REGINA CASTELLANOS PFEIFFER E SUZY MARIA LAGAZZI, pelas importantes contribuições que, em conjunto com a PROFA. DRA. CAROLINA ZUCCOLILLO, deram durante nosso exame de qualificação de área, bem como pela presença marcante em diferentes momentos de minha formação acadêmica. À PROFA. DRA. MARIA ONICE PAYER, cujos trabalhos são para mim uma grande referência, por toda consideração desde o mestrado. À PROFA. DRA. ELVIRA NARVAJA DE ARNOUX, por se mostrar sempre tão solícita.

Ao PROF. DR. JEAN-MARIE FOURNIER, pela gentileza com que me recebeu para o estágio sanduíche na Paris III, e pelos seminários em conjunto com o PROF. DR. CHRISTIAN PUECH, que muito contribuíram para minha formação. À PROFA. DRA. FRANCINE MAZIÈRE, pela calorosa acolhida em Paris. À PROFA. DRA. CLAUDINE NORMAND (*in memoriam*), pela amabilidade com que me convidou para participar dos encontros do *Groupe de Recherche en Histoire de la Linguistique* (Grhil).

À PROFA. DRA. CRISTIANE GRANDO, pela generosidade com que se dispôs, desde o primeiro contato, a contribuir com minha pesquisa. À PROFA. DRA. ESTER MIRIAN SCARPA, à PROFA. DRA. JACQUELINE PENJON e ao DIPLOMATA DO ITAMARATY, pela gentileza com que nos concederam importantes entrevistas. A EDUARDO BIONE, não apenas por ter dado uma entrevista, mas também por se tornado um amigo. A ALAN CARNEIRO, ISABELA CARVALHO MACEDO e ÂNGELA SATOMI KAJITA, pela boa vontade em colaborar com o desenvolvimento desta tese.

Aos meus avós (*in memoriam*), que, ao partirem, deixaram tanta saudade. À minha AVÓ MANIRA, pelas lembranças de uma *infância querida que os anos não trazem mais*. Ao meu AVÔ CÍCERO, pela retidão e generosidade ímpares com que, discretamente, sempre conduziu sua vida. À minha AVÓ MARTHA, pelos valores éticos e morais que, em seu dia a dia, passava aos que tiveram o privilégio de conhecê-la.

À MADÁ, por fazer parte de nossa família. À DOLA e MARIA DELLA TORRE, com quem sempre pudemos contar. A todos os parentes que apoiaram e respeitaram minhas escolhas. À JULIANA DELÉO RODRIGUES DINIZ, pela recepção sempre tão agradável em sua casa.

A todos meus amigos do IEL, por tantas memórias boas, que o tempo e a distância não apagam. Agradeço, em particular, a LENON ROGÉRIO DE MELO FRANCO, MARIANA PINI FERNANDES, CAROL ASSIS DIAS VIANNA, CAROLINA LUÍSA PRÓSPERO, RENATA ANDREA DA SILVA, LUCIANA LUCENTE, MARAÍSA LOPES, RAQUEL NORONHA e VITOR TAKESHI SUGITA, por sempre trazerem à tona essas memórias nos encontros – ainda que raros – dos últimos anos, e pelas mensagens que encurtam a distância e o tempo.

Aos docentes, funcionários, amigos e alunos da *Universidade Federal da Integração Latino-Americana*, com quem tenho tido o prazer de conviver na concretização de um projeto desafiador. Agradeço, em particular, a MARIA ETA VIEIRA, pela amizade e consideração desde os tempos de Otto; a ANSELMO PERES ALÓS, BRUNO LÓPEZ PETZOLDT, THIAGO BOLIVAR e FIDEL PASCUA VILCHEZ, por um cotidiano muito salutar e divertido; a DIANA ARAÚJO PEREIRA, pela leveza e

competência com que coordena tantas atividades; a GIANE DA SILVA MARIANO LESSA, pelas ricas conversas em meio a preocupações e compromissos compartilhados; a GILCÉLIA APARECIDA CORDEIRO, SAMIRA ABDEL JALIL e CARLA SIRTORI, por serem sempre uma boa companhia; a LAURA AMATO, que, desde minha chegada, sempre se mostrou tão aberta e receptiva; a FLEIDE DANIEL SANTOS DE ALBUQUERQUE, pelas parcerias em projetos.

A SIMONE CARVALHO, por uma pesquisa tão participante.

Aos meus ALUNOS E EX-ALUNOS, por mostrarem os prazeres da carreira acadêmica.

A ANA CECÍLIA COSSI BIZON e a ELIZABETH FONTÃO, de quem tive o prazer de me aproximar ao longo de meu doutorado, pelas ricas oportunidades de aprendizagem.

Ao PARECERISTA DA FAPESP, pela seriedade com que acompanhou o desenvolvimento desta pesquisa. Aos técnicos da CAPES, particularmente, a RENATO CARVALHEIRA DO NASCIMENTO e RENATO MACEDO FERREIRA, pela eficiência na resolução de diversas questões concernentes ao estágio sanduíche.

Aos professores do Instituto de Estudos da Linguagem, em especial, às PROFAS. DRAS. MARIA FILOMENA SPATTI SÂNDALO, MARIA FAUSTA CAJAHYBA PEREIRA DE CASTRO e CARMEN ZINK BOLOGNINI, pelos ensinamentos e orientações em diferentes momentos de meu percurso acadêmico.

Aos funcionários do Instituto de Estudos da Linguagem, em especial, CLÁUDIO PEREIRA PLÁTERO, CREUZA APARECIDA DIAS, MIGUEL LEONEL SANTOS e ROSEMEIRE APARECIDA DE ALMEIDA MARCELIN, pela cordialidade e eficiência no trabalho.

À equipe do Centro de Formação Continuada de Professores do IEL, em especial, à PROFA. DRA. ZELMA R. BOSCO, pela confiança em mim depositada nos cursos de formação de professores, e à PROFA. DRA. FERNANDA FREIRE, pela simpatia e competência com que coordenou os trabalhos a distância. Às colegas com quem ministrei diferentes cursos, em especial, a CONCEIÇÃO AZENHA, SILVANA PEROTINO e KAREN ALVES, por constituírem uma equipe muito agradável.

Às colegas do *Grupo de Pesquisa em Aquisição de Linguagem (GPAL)*, pelas instigantes discussões.

A JAURANICE RODRIGUES CAVALCANTI, ANA RAQUEL MOTTA DE SOUZA, VÍVIAN BEARZOTTI PIRES, CÁSSIA DOS SANTOS e MAYUMI ILARI, por terem formado um grupo competente e unido.

Aos colegas do projeto Condigitais, em particular, MARIANA CESTARI, HELOÍSA RUTSCHMANN FONSECHI e MONICA CRUVINEL, pelos momentos de aprendizagem em conjunto.

À equipe da Comvest, em especial, a MEIRÉLEN SALVIANO ALMEIDA, ROBSON CESILA, JULIANA SYLVESTRE CESILA, LUCIANA AMGARTEN QUITZAU, ÉRICA VIEIRA, LUCIANA FRANCHINI e VANINA SIGRIST, pelos agradáveis e produtivos dias em meio a tantas redações.

À BEATRIZ PINTO, pela leitura atenta de partes deste trabalho.

À ANA CLÁUDIA FERNANDES FERREIRA, por todas as dicas durante os preparativos para meu estágio sanduíche. A GRECIELY CRISTINA DA COSTA, pela disposição em me ajudar antes da minha chegada a Paris e durante minha estadia. Aos demais amigos que tive o prazer de reencontrar (e redescobrir) durante minha estadia em Paris: ELIANE SILVEIRA, pela presença única e divertida em qualquer que fosse a ocasião, e MARCELO LCHAT, garantia de risadas e loucuras em almoços e jantares no *resto*, em *soirées* e em viagens.

A FERNANDA CANAVÊZ, por estabelecer um estreito laço com a diferença, e entender que eles estavam, sim, falando português. A HERALDO DE CRISTO MIRANDA, pela amizade mesmo nos momentos em que os diálogos já eram plurilíngues. Aos demais amigos da *Cité Internationale Universitaire de Paris*, vindos de distintos lugares, de quem guardo lembranças tão boas. Ao suíço-brasileiro MARCO BUECHEL, grande companheiro, por dizer *ouais a quoi que ce soit*. A HADI SABAAYON e ABDERRAHMANE NEGAB, pelas trocas interculturais. A MARCOS PICCIN, DESIREE TIBOLA, PAULA CHIARETTI, JONATHAN BOUREAU, SALOMÉ XAVIER e DUARTE SARAIVA MARTINS, pela boa companhia em muitos programas.

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar algumas das principais ações do Estado brasileiro para a promoção internacional do português. Concentramo-nos, especificamente, na *Divisão de Promoção da Língua Portuguesa* (DPLP), que, subordinada ao Ministério das Relações Exteriores, atua em mais de quarenta países por intermédio da *Rede Brasileira de Ensino no Exterior* (RBEx), de cuja composição fazem parte os *Centros Culturais Brasileiros* (CCBs), *Institutos Culturais Bilaterais* (ICs) e leitorados. A partir da História das Ideias Linguísticas (HIL) e da Análise do Discurso de perspectiva materialista (AD), investigamos textos jurídicos e jornalísticos, documentos do arquivo do Itamaraty e entrevistas com profissionais envolvidos com essa política. Nossas análises indicam um notável processo de recrudescimento da política linguística exterior brasileira, que se inscreve em condições de produção marcadas pela Nova Economia e por mudanças na política externa do Brasil e no imaginário do país no exterior. Apesar desse fortalecimento, as iniciativas para a promoção internacional do português são, em geral, significadas como parte de uma mera política cultural. Na construção da imagem dos CCBs e dos ICs, por exemplo, salientam-se antes as atividades “culturais” do que as diretamente relacionadas ao ensino de língua. Os leitores, por sua vez, tendem a ser significados como representantes culturais, a despeito de uma polêmica sobre o que / quem devem representar. Esse apelo à cultura, além de ser um elemento-chave na mercantilização do português, participa de um funcionamento silencioso da política linguística exterior brasileira, por meio do qual se apagam seus vínculos com interesses estratégicos do Estado. É possível, porém, identificar marcas desse silenciamento, como mudanças na configuração da RBEx vinculadas a modificações na política externa do país. Destaca-se, nesse sentido, a crescente promoção do português na África e na América do Sul, em consonância com o fortalecimento do “diálogo sul-sul”. Argumentamos, ainda, que a política em questão traz à tona litígios constitutivos do espaço de enunciação brasileiro, entrando em tensão com a política linguística de Portugal e da *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (CPLP). Como parte desse processo de descolonização linguística, o português brasileiro, estigmatizado em outras condições de produção, passa, por vezes, a ser representado como mais propício à internacionalização que o português europeu. Outra característica dessa política é sua natureza não-centrada – evidenciada, entre outros fatos, pela grande heterogeneidade dos leitorados –, que, além de refletir a inexperiência histórica brasileira com iniciativas desse gênero, pode ser explicada por elementos do interdiscurso representando as políticas linguísticas exteriores como (neo)colonizadoras, o português como uma língua de colonização e o Brasil como um país de aspirações imperialistas. Ademais, concluímos que a proposta de criação do *Instituto Machado de Assis* e os impasses relativos à sua implementação se sustentam em processos discursivos semelhantes aos que marcam a política linguística do Itamaraty. Por fim, defendemos a necessidade de rever, à luz da HIL e da AD, o conceito de “política linguística”, desconstruindo a figura dos “atores”, os quais devem, de um ponto de vista materialista, ser concebidos como *sujeitos*, que, enquanto tais, também estão sujeitos à política de línguas constitutiva de todo espaço de enunciação.

Palavras-chave: português como língua estrangeira; política linguística exterior; Itamaraty; História das Ideias Linguísticas; Análise do Discurso

RESUMEN

Este trabajo tiene el objetivo de analizar algunas de las principales iniciativas del Estado brasileño para la promoción internacional del portugués. Nos concentramos, específicamente, en la *Divisão de Promoção da Língua Portuguesa* (DPLP), que, subordinada al Ministerio de Relaciones Exteriores, actúa en más de cuarenta países por intermedio de la *Red Brasileira de Ensino em el Exterior* (RBEx), de cuya composición forman parte los *Centros Culturales Brasileños* (CCBs), los *Institutos Culturales Bilaterales* (ICs) y los lectorados. A partir de la Historia de las Ideas Lingüísticas (HIL) y del Análisis del Discurso de perspectiva materialista (AD), investigamos textos jurídicos y periodísticos, documentos del archivo de Itamaraty y entrevistas con profesionales involucrados en esta política. Nuestros análisis indican un notable proceso de fortalecimiento de la política lingüística exterior brasileña, el cual se inscribe en condiciones de producción marcadas por la Nueva Economía y por cambios en la política externa de Brasil y en el imaginario del país en el exterior. A pesar del fortalecimiento aludido, las iniciativas para la promoción internacional del portugués son, en general, significadas como parte de una mera política cultural. En la construcción de la imagen de los CCBs y de los ICs, por ejemplo, se enfatizan más las actividades “culturales” que las directamente relacionadas a la enseñanza de lengua. Los lectores, a su vez, tienden a ser significados como representantes culturales, pese a una polémica sobre qué / quién deben representar. Además de ser un elemento clave en la “mercantilización” del portugués, este apelo a la cultura participa de un funcionamiento silencioso de la política lingüística exterior brasileña, por medio del cual se borran sus vínculos con los intereses estratégicos del Estado. Sin embargo, es posible identificar marcas de este silenciamiento, como cambios en la configuración de la RBEx, vinculados a modificaciones en la política externa del país. En este sentido, se destaca la creciente promoción del portugués en África y en Sudamérica, en consonancia con el fortalecimiento del “diálogo sur-sur”. Argumentamos también que dicha política saca a luz litigios constitutivos del espacio de enunciación brasileño, entrando en tensión con la política lingüística de Portugal y de la *Comunidade de Países de Língua Portuguesa* (CPLP). Como parte de este proceso de descolonización lingüística, el portugués brasileño, estigmatizado en otras condiciones de producción, pasa, a veces, a ser representado como más propicio a la internacionalización que el portugués europeo. Otra característica de esta política es su naturaleza no-centrada –evidenciada, entre otros hechos, por la gran heterogeneidad de los lectorados–, que, además de reflejar la inexperiencia histórica brasileña con iniciativas de este tipo, puede ser explicada por elementos del interdiscurso representando las políticas lingüísticas exteriores como (neo)colonizadoras, el portugués como una lengua de colonización y Brasil como un país de aspiraciones imperialistas. Además, concluimos que la propuesta de creación del *Instituto Machado de Assis* y las dificultades relativas a su implementación se sustentan en procesos discursivos semejantes a los que marcan la política lingüística de Itamaraty. Finalmente, defendemos la necesidad de rever el concepto de “política lingüística” a la luz de la HIL y del AD, desconstruyendo la figura de los “actores”, los cuales, desde un punto de vista materialista, deben ser concebidos como *sujetos* que, en cuanto tales, también están sujetos a la política de lenguas constitutiva de todo espacio de enunciación.

Palabras clave: portugués como lengua extranjera; política lingüística exterior; Ministerio de Relaciones Exteriores de Brasil; Historia de las Ideas Lingüísticas; Análisis del Discurso

RÉSUMÉ

Cette recherche s'intéresse à quelques-unes des principales actions de l'État brésilien pour la promotion internationale de la langue portugaise. Une attention plus particulière est portée à la *Division de Promotion de la Langue Portugaise* (DPLP), qui, subordonnée au Ministère des Affaires Étrangères, intervient dans plus de quarante pays à travers le *Réseau Brésilien d'Enseignement à l'Étranger* (RBEx), composé des Centres Culturels Brésiliens (CCBs), des Instituts Culturels Bilatéraux (ICs) et des lectorats. En se basant sur l'Histoire des Idées Linguistiques (HIL) et l'Analyse du Discours de perspective matérialiste (AD), on investigate des textes juridiques et journalistiques, ainsi que des documents de l'archive de l'Itamaraty et des entretiens menés avec des professionnels liés à cette politique-là. Nos analyses indiquent un notable processus de renforcement de la politique linguistique extérieure brésilienne, qui s'inscrit dans des conditions de production marquées par la Nouvelle Économie et par des changements dans la politique extérieure brésilienne et de l'imaginaire du pays à l'étranger. En dépit de ce renforcement-là, les initiatives pour la promotion internationale du portugais sont généralement signifiées comme parties d'une simple politique culturelle. Dans la construction de l'image des CCBs et des ICs, par exemple, on met l'accent sur les activités « culturelles » plutôt que sur celles directement liées à l'enseignement de la langue. De plus, on remarque la tendance à signifier les lecteurs comme représentants culturels, malgré une polémique sur qui / quoi ils doivent représenter. Cet appel à la culture, au-delà d'être un élément-clé dans la mercantilisation du portugais, participe à un fonctionnement silencieux de la politique linguistique extérieure brésilienne, à travers lequel on efface ses liens avec des intérêts stratégiques de l'État. Cependant, il est possible d'observer des marques de ce silencement, telles que des changements dans la configuration du RBEx issus de modifications dans la politique extérieure du pays. Il est à noter, dans ce sens-là, la croissance de la promotion du portugais en Afrique et en Amérique du Sud, en ligne avec le renforcement du "dialogue Sud-Sud". En plus de cela, on argumente que la politique en question met en évidence des litiges constitutifs de l'espace d'énonciation brésilien, en entrant en tension avec la politique linguistique du Portugal et de la *Communauté des Pays de Langue Portugaise* (CPLP). Comme partie de ce processus de décolonisation linguistique, le portugais brésilien, stigmatisé dans d'autres conditions de production, passe parfois à être représenté comme plus propice à l'internationalisation que le portugais européen. Une autre caractéristique de cette politique est sa nature non-centrée – mise en évidence, parmi d'autres faits, par la grande hétérogénéité des lectorats –, qui, en plus de réfléchir l'inexpérience historique brésilienne avec des initiatives de ce genre, peut s'expliquer par des éléments de l'interdiscours qui représentent les politiques linguistiques extérieures comme (néo)colonisatrices, le portugais comme une langue de colonisation et le Brésil comme un pays aux aspirations impérialistes. Par ailleurs, on conclut que la proposition visant à créer l'*Institut Machado de Assis* et les impasses concernant son développement se soutiennent dans des processus discursifs semblables à ceux qui marquent la politique linguistique de l'Itamaraty. Enfin, on défend la nécessité de revoir, à la lumière de l'HIL et de l'AD, le concept de "politique linguistique", en déconstruisant la figure des "acteurs". Dans une perspective matérialiste, ces-derniers doivent être appréhendés comme des *sujets* qui, en tant que tels, sont également sujets à la politique de langues constitutive de n'importe quel espace d'énonciation.

Mots-clés: portugais comme langue étrangère ; politique linguistique extérieure ; Ministère des Affaires Étrangères du Brésil ; Histoire des Idées Linguistiques ; Analyse du Discours

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze some of the major actions taken by the Brazilian state in order to promote the Portuguese language internationally. Our study focuses specifically on the *Division of Portuguese Language Promotion* (DPLP), subordinated to the Ministry of Foreign Affairs, which operates in over forty countries through the *Brazilian Network for Education Abroad* (RBEx), from which the *Brazilian Cultural Centres* (CCBs), the *Bilateral Cultural Institutes* (ICs) and the lectureships are part of. Based on the History of Linguistic Ideas (HIL) and the Discourse Analysis from a materialistic perspective (AD), we have investigated legal and journalistic texts, the archives of Itamaraty and interviews with professionals involved in this policy. Our analyses indicate that the Brazilian language-spread policy is going through a notable process of development, rolling itself up in conditions of production set by the New Economy and by the changes in Brazilian foreign policy and in the imagery of the country abroad. Despite this strengthening, the initiatives taken to promote the Portuguese language internationally are, in general, signified as part of a mere cultural policy. In the construction of the image of CCBs and of ICs, for example, "cultural" activities rather than those related to language teaching are highlighted. The lecturers, in turn, tend to be considered as cultural representatives, in spite of a controversy over what /who they should represent. This appeal for culture, besides being a key element in the "mercantilization" of Portuguese, participates in a silent functioning of Brazilian language-spread policy, by whose means its links with strategic interests of the state are erased. It is possible, however, to identify traces of this silencing, such as changes in the configuration of RBEx linked to modifications in the foreign policy of the country. In this sense, the growing promotion of Portuguese in Africa and in South America stands out, in line with the strengthening of the "south-south dialogue". We also argue that the policy in question brings out constitutive litigations of the Brazilian space of enunciation, which goes into tension with the language-policies carried by Portugal and by the *Community of Portuguese Language Countries* (CPLP). As part of this process of linguistic decolonization, Brazilian Portuguese, stigmatized under other conditions of production, is sometimes represented as being more propitious for internationalization than the European Portuguese. Another feature of this policy is its non-centered nature – evidenced, among other facts, by the great heterogeneity of lectureships –, which, besides reflecting the historic Brazilian inexperience with such initiatives, can be explained by elements of the interdiscourse representing language-spread policies as a (neo-)colonizing movement, Portuguese as a language of colonization and Brazil as a country of imperialistic aspirations. Furthermore, we conclude that the proposal for the creation of *Machado de Assis Institute* and the impasses concerning its implementation are supported by discursive processes similar to those that mark Itamaraty's language policy. Lastly, we advocate the need to review, in the light of the HIL and the AD, the concept of "language policy", deconstructing the figure of the "actors", who, from a materialistic perspective, should be viewed as *subjects* that are, as such, also subjected to the policy of languages which is constitutive of every space of enunciation.

Key-words: Portuguese as a foreign language; language-spread policy; Brazilian Ministry of Foreign Affairs; History of Linguistic Ideas; Discourse Analysis

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Imagem do <i>site</i> do Departamento Cultural do Itamaraty	50
Figura 2 – Distribuição dos Centros Culturais Brasileiros (CCBs) – dez. 2011 .	54
Figura 3 – Distribuição dos Institutos Culturais Bilaterais (ICs) – dez. 2011	57
Figura 4 – Distribuição dos leitorados subsidiados pelo Itamaraty – dez. 2011	66
Figura 5 – Distribuição dos países com pelo menos um leitorado subsidiado pelo Itamaraty – dez. 2011	66
Figura 6 – Currículo lattes de um ex-leitor	108
Figura 7 – Expansão dos CCBs e leitorados: 2003 – 2011	127
Figura 8 – Média dos subsídios pagos pelo MRE aos leitores (2º sem. 2007 – 2º sem. 2011) – valores em US\$	158
Figura 9 – Distribuição da <i>Rede Brasileira de Ensino no Exterior</i> (RBEx) – dez. 2011	170
Figura 10 – Distribuição da <i>Rede Brasileira de Ensino no Exterior</i> (RBEx) – jan. 1991	170

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	–	Textos de apresentação dos CCBs, ICs e leitorados	44
Quadro 2	–	Distribuição dos Centros Culturais Brasileiros (CCBs) – dez. 2011 .	52
Quadro 3	–	Distribuição dos Institutos Culturais Bilaterais (ICs) – dez. 2011	56
Quadro 4	–	Vagas de leitorados abertas pelo Departamento Cultural do Itamaraty (2007 – 2011) – dez. 2011	60
Quadro 5	–	Perfis dos leitores (i)	92
Quadro 6	–	Perfis dos leitores (ii)	93
Quadro 7	–	Perfis dos leitores (iii)	93
Quadro 8	–	Perfis dos leitores (iv)	94
Quadro 9	–	Perfis dos leitores (v)	95
Quadro 10	–	Perfis dos leitores (vi)	96
Quadro 11	–	Perfis dos leitores (vii)	97
Quadro 12	–	Perfis dos leitores (viii)	97
Quadro 13	–	Perfis dos leitores (ix)	98
Quadro 14	–	Perfis dos leitores (x)	99
Quadro 15	–	Posições discursivas – Imaginário em relação à figura do leitor	110
Quadro 16	–	Subsídios pagos pelo MRE – edital do 1º semestre de 2009	158

LISTA DE ABREVIATURAS

AD	Análise do Discurso materialista
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCB	Centro Cultural Brasileiro
CEB	Centro de Estudos Brasileiros
Celpe-Bras	Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DPLP	Divisão de Promoção da Língua Portuguesa
HIL	História das Ideias Linguísticas
IC	Instituto Cultural Bilateral
IILP	Instituto Internacional da Língua Portuguesa
IMA	Instituto Machado de Assis
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NEB	Núcleo de Estudos Brasileiros
PALOPs	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
RBEx	Rede Brasileira de Ensino no Exterior

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
Estrutura do trabalho	8
CAPÍTULO I – Percursos teórico-metodológicos	11
1. A História das Ideias Linguísticas	12
2. Alguns conceitos-chave	15
2.1. O conceito de “política linguística”	15
2.2. O conceito de “política linguística exterior”	25
3. Metodologia e definição do <i>corpus</i> de pesquisa	32
Considerações finais	39
CAPÍTULO II - Organização, distribuição e institucionalização da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP)	41
1. A organização institucional da <i>Rede Brasileira de Ensino no Exterior</i> (RBEx)	42
2. Uma visão panorâmica da história e distribuição dos Centros Culturais Brasileiros (CCBs), Institutos Culturais Bilaterais (ICs) e leitorados	51
2.1. Os Centros Culturais Brasileiros (CCBs)	51
2.2. Os Institutos Culturais Bilaterais (ICs)	55
2.3. A Rede de Leitorado	57
3. A esfera de atuação dos CCBs e ICs	67
4. O leitor do Itamaraty: que sujeito é este?	84
4.1. Um pré-requisito necessário: a nacionalidade brasileira	84
4.2. Um cargo heterogêneo	91
4.3. Um representante cultural	102
Conclusões parciais	118

CAPÍTULO III - O funcionamento da política linguística exterior do Itamaraty: algumas características constitutivas	125
1. Uma política em recrudescimento: as condições de produção de um novo lugar para o português do Brasil	126
2. Uma política de apelo à cultura	139
3. Uma política silenciosa	146
4. Uma política a serviço dos interesses estratégicos do Estado brasileiro	162
5. Uma política em litígio com outras iniciativas para a promoção do português	179
6. Uma política de descolonização linguística	193
7. Uma política não-centrada	210
Conclusões parciais	230
CONSIDERAÇÕES FINAIS	235
REFERÊNCIAS	263
ANEXOS	289

APRESENTAÇÃO

Na esteira das grandes transformações contemporâneas no cenário geopolítico mundial – evidenciadas por diversos fenômenos, tais como a formação de blocos econômicos e o estabelecimento de novas alianças entre os países –, têm ganhado força, na agenda de discussões de diferentes grupos da sociedade civil, de Estados e de entidades transnacionais, debates sobre questões linguísticas. Recrudescem, por exemplo, medidas para a promoção internacional de determinadas línguas, acompanhadas pelo discurso de que um idioma com alta “cotação” no jogo de forças do plano internacional favoreceria a consecução de objetivos políticos, diplomáticos e econômicos. No caso específico do português, uma série de ações visando a sua “internacionalização” tem sido implementada. Ainda que tímidas – especialmente se comparadas às iniciativas para a promoção de línguas como o inglês, o francês e o espanhol –, tais ações se fortaleceram significativamente no fim do século XX e início do XXI.

Um marco nesse sentido foi a criação da *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (CPLP), em 1996, reunindo Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Em 2002, Timor Leste, após a conquista de sua independência, tornou-se o oitavo membro pleno da CPLP, definida pelos estatutos aprovados pela *I Cimeira de Chefes de Estado e de Governo* como “o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros”, particularmente nos domínios econômico, social, cultural, jurídico, técnico-científico e interparlamentar¹. Ainda de acordo com os estatutos, os objetivos gerais da comunidade são os seguintes:

- concertação político-diplomática entre seus Estados-membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional;

¹ Disponível em: <<http://www.cplp.org/Estatutos.aspx?ID=49>>. Acesso em: 01 fev. 2012.

- a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;
- a materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa.²

O organismo da CPLP responsável, especificamente, pela difusão da língua portuguesa é o *Instituto Internacional da Língua Portuguesa* (IILP), fundado em 1999, por ocasião da VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP. O instituto, cuja sede se localiza na capital de Cabo Verde, Praia, tem como objetivos principais “a promoção, a defesa, o enriquecimento e a difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em fóruns internacionais”³.

Entretanto, historicamente, o IILP tem tido um papel muito pequeno na divulgação internacional do português. Tal inércia é tematizada em uma matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo* (COZER, 2010):

Muito se discute sobre a criação de um instituto para assumir as ações de apoio à língua e à literatura em português. O problema é que ele já existe. Idealizado durante encontro promovido pelo governo Sarney, em 1989, e instalado em Cabo Verde apenas dez anos depois, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa acabou se tornando um entrave para qualquer política nesse sentido ao virar o centro de uma desavença relacionada ao Acordo Ortográfico, que não prevê especificidades da realidade linguística dos países africanos. No ano passado [2009], a diretora, a angolana Amélia Mingas, deixou a instituição reconhecendo que o IILP não tinha nenhum fundo para trabalhar, e foi substituída pelo brasileiro Gilvan Müller de Oliveira. No último dia 25 [de agosto de 2010], um comunicado no site do Instituto Camões anunciava a intenção de escolher por concurso um novo diretor e dotar a instituição de ‘estrutura de apoio’. Enquanto isso não acontece, foi destinado ao local um ‘orçamento de funcionamento’ de 209 mil. “É uma salinha com três pessoas”, informa [Marcelo] Dantas [diretor de Relações Internacionais do Ministério da Cultura

² *ibidem*

³ Disponível em: <http://www.iilp-cplp.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=54>. Acesso em: 02 set. 2009.

brasileiro]. ‘Ninguém sabe onde está, ninguém sabe o que faz. É um fantasma’, afirma [o escritor angolano] Ondjaki. A página da instituição criada para fortalecer o idioma faz jus à fama de assombração. Não tem e-mail nem telefone para contato, e em nenhum lugar aparece um endereço para correspondência. A atualização mais recente trata de um importante simpósio de língua portuguesa. Em 2008.

Para Faraco (2009), o próprio espaço de atuação do IILP se encontra indefinido, não estando claro o que lhe compete e o que compete ao Instituto Camões. “Diante desses fatos”, afirma o linguista (*ibidem*), “fica-se com a impressão de que o Instituto foi criado apenas *pro forma*”, sendo sua ação “pífia”⁴. Assim, conforme destacam Oliveira e Dornelles (2007), a “gestão” do português tem sido conduzida mais frequentemente pelas instituições veiculadas aos governos português e brasileiro, já que os demais países de língua oficial portuguesa desempenham um papel modesto – quando não nulo – nesse sentido.

A política linguística portuguesa é conduzida, fundamentalmente, pelo *Instituto Camões*, criado em 1992, no seio do Ministério da Educação português, em substituição ao *Instituto de Cultura e Língua Portuguesa* (ICALP). O Instituto Camões, que, desde 1994, está sob tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tem por missão

propor e executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, assegurar a presença de

⁴ É importante destacar, por outro lado, uma mudança por que o IILP parece estar passando. Em entrevista a Camargo (2011, p. 3-4), Gilvan Müller de Oliveira, diretor-executivo desse instituto entre 2010 e 2012, afirma: “Temos uma nova mecânica temporal de acção. Pela primeira vez – e isso é um grande progresso – os Estados-Membros da CPLP realizaram uma conferência sobre o futuro do português. E, em breve, realizarão outra, com tarefas concretas que foram delegadas ao IILP. E estas tarefas estruturam-se em quatro pontos, quatro questões levantadas com mais ênfase no Encontro, que são: a língua portuguesa nas organizações internacionais; a diversidade linguística na CPLP; a Língua Portuguesa na Diáspora; e a Língua Portuguesa na Internet. Então decidimos realizar quatro colóquios, que devem acontecer em quatro países diferentes, para o instituto marcar presença nesses países. Porque, embora o IILP esteja em Cabo Verde, ele é de toda a Comunidade. Cada colóquio vai debruçar-se sobre as linhas de acção, a serem estabelecidas a partir do que é essencial. Por isso, o IILP deverá ser, entre 2012 e 2014, um Instituto de execução de projectos, de organização do campo linguístico e do estabelecimento das redes nesta grande comunidade. Deixando de ser, portanto, um IILP prioritariamente de prospecção”.

leitores de português nas universidades estrangeiras e gerir a rede do ensino de português no estrangeiro a nível básico e secundário, em coordenação com outros departamentos governamentais, em especial os Ministérios da Educação, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Cultura⁵.

No início de 2012, esse instituto, que então possuía 19 Centros e Polos Culturais, estava presente em 294 instituições de ensino superior e organizações internacionais, apoiava 30 cátedras, 49 polos de formação continuada de professores do Ensino Básico e Secundário e coordenava 60 Centros de Língua Portuguesa, de forma que suas atividades atingiam 72 países⁶. O Instituto Camões orienta e financia a programação cultural realizada pela rede diplomática e pelos seus Centros Culturais e Centros de Língua, apoiando atividades de terceiros concernentes à difusão da cultura portuguesa, além de desenvolver suas atividades próprias⁷. Cabe observar, ainda, que tal instituto dispõe de uma plataforma virtual – o *Centro Virtual Camões* –, destinada ao ensino e à aprendizagem do português como língua estrangeira, à divulgação internacional da cultura portuguesa e à formação a distância⁸.

Portugal conta, ainda, com o chamado *Sistema de Certificação e Avaliação do Português Língua Estrangeira* (SCAPLE), desenvolvido pelo *Centro de Avaliação de Português Língua Estrangeira* (CAPLE), cuja sede se localiza na Universidade de Lisboa. Fundado em 1998, tal centro, que integra a *Association of Language Testers in Europe* (ALTE)⁹, é responsável pelo desenvolvimento de cinco exames de proficiência: CIPLE (*Certificado Inicial de Português Língua*

⁵ Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/missao-do-instituto-camoes/missao-do-instituto-camoes.html>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

⁶ Cf. <<http://www.instituto-camoes.pt/accao-do-instituto-camoes-no-ambito-da-lingua/conheca-a-intervencao-do-instituto-camoes-na-area-da-lingua-portuguesa.html>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

⁷ Cf. <<http://www.instituto-camoes.pt/accao-do-instituto-camoes-no-ambito-da-cultura/pagina-2.html>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

⁸ Cf. <<http://www.instituto-camoes.pt/informacao-institucional/quem-somos>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

⁹ A ALTE, que reúne diferentes instituições europeias responsáveis pelo desenvolvimento de exames de proficiência, tem entre seus principais objetivos uniformizar a certificação internacional das línguas faladas na União Europeia. Cf. portal da associação, especificamente, o *site* do CAPLE: <<http://www.alte.org/members/portugueseportuguese/index.php>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

Estrangeira), DEPLE (*Diploma Elementar de Português Língua Estrangeira*), DIPLE (*Diploma Intermédio de Português Língua Estrangeira*), DAPLE (*Diploma Avançado de Português Língua Estrangeira*) e DUPLE (*Diploma Universitário de Português Língua Estrangeira*). O SCAPLE é reconhecido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, através do Instituto Camões, pelo Ministério da Educação de Portugal e pela Universidade de Lisboa, por protocolo assinado em 2 de março de 1999¹⁰.

Paralelamente a esse processo de instrumentalização e institucionalização levado a cabo por Portugal, o Estado brasileiro se lança, cada vez mais, na promoção do português no exterior, através de ações implementadas, sobretudo, pelo *Ministério da Educação* (MEC) e pelo *Ministério das Relações Exteriores* (MRE), o Itamaraty.

Dentre as ações do MEC, destaca-se a criação do *Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros* (Celpe-Bras). Conforme o manual do examinando (BRASIL, 2011a), trata-se do único exame desta natureza reconhecido oficialmente no Brasil, sendo exigido, atualmente, pelas universidades brasileiras para o ingresso de alunos não-brasileiros em cursos de graduação e pós-graduação, bem como para a validação de diplomas de profissionais estrangeiros que pretendem trabalhar no país. A aprovação no exame, ainda de acordo com esse manual (*ibidem*), é pré-requisito para inscrição profissional em algumas entidades de classe, a exemplo do Conselho Federal de Medicina (CFM), que exige esse certificado dos médicos estrangeiros para a efetivação dos seus registros nos Conselhos Regionais de Medicina. Conforme relatam Schlatter *et al.* (2009), 127 candidatos se inscreveram quando da primeira aplicação do exame, em 1998. Naquele momento, os postos aplicadores se localizavam em cinco universidades brasileiras (*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade de Brasília*), no *Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro*, no *Centro de Estudos Brasileiros de*

¹⁰ Cf. <<http://www.fl.ul.pt/unidades/centros/caple/principal.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

Assunção e na *Fundação Centros de Estudos Brasileiros de Buenos Aires*. Em 2011, mais de 7.000 candidatos se inscreveram para o exame (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2011), que foi então aplicado em cerca de 20 centros no Brasil e 45 no exterior, espalhados por mais de 25 países (BRASIL, 2011a). Outra evidência do crescimento e reconhecimento do exame é o fato de que seus pressupostos teóricos orientaram a criação do *Certificado de Español Lengua y Uso* (CELU)¹¹, desenvolvido por um consórcio entre universidades argentinas, assim como do *Exame Nacional para Certificação de Proficiência no uso e no ensino da Libras*, organizado pelo MEC e pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O MRE, por sua vez, atua na promoção do português através da *Rede Brasileira de Ensino no Exterior* (RBEx), composta, essencialmente, pelos *Centros Culturais Brasileiros* (CCBs), *Institutos Culturais Bilaterais* (ICs) e leitorados brasileiros. A RBEx é, atualmente, subordinada à *Divisão de Promoção da Língua Portuguesa* (DPLP), que, por sua vez, integra o Departamento Cultural do Itamaraty.

Na presente tese de doutorado, concentramo-nos nas políticas linguísticas exteriores do Estado brasileiro, especificamente, naquelas implementadas pelo MRE¹². A importância da presente pesquisa se justifica, em primeiro lugar, pela escassez de estudos sobre a política linguística exterior brasileira, em especial, no que tange às ações do MRE e do MEC¹³. Dentre os poucos estudos disponíveis sobre o tema, está o de Oliveira e Dornelles (2007), que apresentam um panorama das políticas internacionais do português, aí inclusas as políticas de Portugal. Há, ainda, trabalhos mais antigos, como os de Silva e Gunnewiek (1992), que fazem uma análise das políticas exteriores brasileira e portuguesa em um cenário bastante diferente do atual. Os autores

¹¹ Para mais informações sobre esse exame, cf. <<http://celu.edu.ar.elsevier.com>>. Acesso em 25 fev. 2012.

¹² Uma discussão sobre o Celpe-Bras enquanto instrumento de política linguística pode ser encontrada em nossa dissertação de mestrado (DINIZ, 2008), posteriormente publicada em livro (*idem*, 2010).

¹³ Para um estudo sobre a política linguística da CPLP, cf. D. Silva (2011).

afirmam, por exemplo, que a política linguística brasileira estava, então, restrita, essencialmente, ao nível nacional, o que forçaria o adiamento de preocupações mais diretas com a promoção internacional do português. Certamente, o cenário que hoje se configura mostra uma mudança na posição ocupada pelo Estado brasileiro em relação à internacionalização do português¹⁴. Outro trabalho datado do início da década de 1990 é o de Menezes (1993), que já sinaliza, entretanto, algumas mudanças na política linguística do MRE.

No caso específico da disciplina a que nos filiamos – a História das Ideias Linguísticas, em sua relação com a Análise do Discurso materialista –, os trabalhos desenvolvidos no Brasil sobre política de línguas se centram, em geral, na gramatização¹⁵ e institucionalização do português como língua nacional. A fim de suprir essa lacuna, Zoppi-Fontana propôs o projeto “A língua brasileira no MERCOSUL. Instrumentalização da língua nacional brasileira em espaços de enunciação ampliados”¹⁶, que visou ao estudo de um novo período na história da constituição de um saber metalinguístico sobre o português: aquele em que, conforme a autora (2010), as fronteiras da língua nacional brasileira se alargam. Tal projeto teve continuidade com a pesquisa “O discurso político sobre a língua no Brasil a partir dos anos 90”, também coordenado por Zoppi-Fontana¹⁷. Inscrevendo-nos no campo de investigação aberto por essa autora, analisamos, em nosso mestrado (DINIZ, 2008, 2010), alguns dos instrumentos linguísticos da gramatização brasileira do português como língua estrangeira, a saber, o Celpe-Bras e os livros didáticos brasileiros de ensino de português para falantes de outras línguas¹⁸. Dando continuidade à exploração dessa temática, objetivamos, nesta pesquisa de doutorado, estudar algumas das principais políticas linguísticas

¹⁴ Ao longo desta tese, traremos diferentes elementos indicativos dessa mudança, que vão ao encontro de conclusões de trabalhos anteriores (ZOPPI-FONTANA, 2007, 2009, 2010; DINIZ, 2008, 2010; ZOPPI-FONTANA & DINIZ, 2006, 2008).

¹⁵ Definiremos esse conceito, proposto por Auroux (1992), no primeiro capítulo.

¹⁶ Projeto desenvolvido entre março de 2004 e fevereiro de 2008 (Bolsa PQ – CNPq, processo n.º 302969/2004-7).

¹⁷ Projeto desenvolvido entre 2008 e 2011 (Bolsa PQ – CNPQ, processo n.º 306635-2007-0).

¹⁸ Agradecemos à FAPESP pelo apoio à nossa pesquisa de mestrado (processo n.º. 05/57352-0), defendida em março de 2008 na Universidade Estadual de Campinas.

explícitas do Estado brasileiro, particularmente, aquelas levadas a cabo pelo Itamaraty.

Estrutura do trabalho

Além destas páginas introdutórias, em que apresentamos nossa pesquisa, a presente tese de doutorado é composta por três capítulos principais, seguidos pelas considerações finais.

No **primeiro** deles, apresentaremos nosso quadro teórico-metodológico de referência: o da História das Ideias Linguísticas, na sua articulação com a Análise do Discurso materialista. Alguns conceitos fundamentais para este trabalho, como *política linguística*, *política linguística exterior*, *espaço de enunciação* e *instituição*, já serão definidos neste momento, enquanto outros serão discutidos ao longo dos demais capítulos, conforme o desenvolvimento de nossas análises. Ainda no primeiro capítulo, apresentaremos nosso *corpus* de pesquisa, composto por materiais de natureza experimental e de arquivo, bem como os procedimentos metodológicos que nortearam sua constituição.

O **segundo** capítulo, por sua vez, objetiva investigar a organização institucional da DPLP, que, conforme mencionado anteriormente, coordena a RBEx, composta pelos CCBs, ICs e leitorados em universidades estrangeiras. Compilaremos e analisaremos, então, dados sobre a distribuição dessa rede nas diferentes regiões do mundo, o que nos permitirá traçar um primeiro panorama sobre as principais ações do Itamaraty para a promoção internacional do português. Apresentaremos, ainda, alguns aspectos da história dessas três modalidades de promoção do português; dentre eles, a mudança na designação “Centros de Estudos Brasileiros” para “Centros Culturais Brasileiros”, ocorrida em 2008. Também nos deteremos, neste capítulo, nos sentidos que, historicamente, têm significado a figura do leitor. Para tanto, chamaremos a atenção para um dos poucos pré-requisitos necessários para se assumir a função de leitor, conforme a portaria que atualmente regulamenta o programa de leitorado (BRASIL, 2006): a

nacionalidade brasileira. Mostraremos, ainda, a diversidade de atividades desenvolvidas por esse profissional, que, em alguns casos, chega a se representar como um adido cultural. Analisaremos, subsequentemente, uma polêmica em torno do imaginário do leitor: esse também deveria ser visto como representante do Estado brasileiro no exterior, ou sua esfera de atuação deveria ser estritamente acadêmica? Argumentaremos, então, já no fim deste capítulo, que, apesar dessa polêmica, o leitor é, invariavelmente, significado como um representante cultural do Brasil.

Tendo em vista os elementos apresentados no segundo capítulo, propomo-nos, no **terceiro** capítulo, a analisar o funcionamento da política linguística exterior do Itamaraty, destacando algumas características que lhe são constitutivas. Mostraremos, inicialmente, que essa política passa por um claro processo de recrudescimento, o que nos levará a indagar sobre as condições de produção em que se dá a formulação de um novo lugar para o português brasileiro. Se, por um lado, traremos evidências desse fortalecimento, por outro, sublinharemos que o linguístico sofre certo apagamento no discurso relativo à política de promoção do português no exterior, uma vez que a relação entre a língua portuguesa e a política externa do Estado brasileiro tende a ser sustentada pela noção de cultura. Argumentaremos, assim, que a política linguística do Itamaraty é marcada por um apelo à cultura, cujo funcionamento produz, entre outros efeitos, o silenciamento de seus vínculos com a política externa brasileira. A despeito, porém, desse funcionamento silencioso, encontramos, em nosso *corpus*, vestígios dessa relação, indicativos de que a política linguística exterior brasileira está a serviço de interesses da política externa do Estado brasileiro, de tal forma que modificações nesta podem inclusive produzir rearranjos naquela. Após mostrarmos alguns conflitos entre a política linguística exterior brasileira e aquelas levadas a cabo por Portugal e pela CPLP, argumentaremos que as ações do Itamaraty para a promoção do português participam de um processo de descolonização linguística (ORLANDI, 2009) – ou mesmo de um processo de colonização linguística às avessas (ZOPPI-FONTANA, 2010) –, que produz

deslocamentos importantes no imaginário do português brasileiro e europeu. Encerraremos o terceiro capítulo argumentando que outra característica importante do funcionamento dessa política é sua natureza não-centrada, que, novamente, só pode ser compreendida se tivermos em vista as condições de produção mais amplas em que ela se inscreve.

Por fim, retomaremos, nas **considerações finais** desta pesquisa, as principais hipóteses defendidas ao longo do trabalho, refletindo, ainda, sobre a proposta de criação do *Instituto Machado de Assis* (IMA) – que teria, entre suas atribuições, a coordenação da RBEx, atualmente sob tutela do MRE –, oficialmente apresentada em 2005, e os impasses (históricos) em concretizá-la.

CAPÍTULO I – PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Este capítulo objetiva apresentar as bases teóricas e metodológicas que nortearão nosso percurso investigativo. Inicialmente, teceremos algumas considerações sobre o marco mais amplo em que se inscreve nossa pesquisa – o da *História das Ideias Linguísticas* (HIL) –, que se preocupa com as distintas formas de constituição do saber metalinguístico ao longo da história. Chamaremos a atenção, particularmente, para algumas especificidades das pesquisas brasileiras desenvolvidas nesse campo, que também se fazem notar em nosso trabalho. Uma delas diz respeito à consideração de que o político é estruturante das formas do saber metalinguístico, conforme a Análise do Discurso materialista (AD) nos permite pensar.

Dada a importância desse pressuposto para nosso trabalho, discutiremos, na segunda seção deste capítulo, o conceito de *política linguística*, à luz da HIL, na sua relação com a AD, contrastando-o com a maneira como ele é definido nos estudos sociolinguísticos que assumem a perspectiva de Calvet (2002, 2007). Um conceito importante para nossa pesquisa, que mobilizaremos neste momento, é o de *espaço de enunciação*, proposto por Guimarães (2002) no quadro da Semântica do Acontecimento. Em seguida, retomaremos algumas discussões feitas por Varela (2006), em um dos poucos estudos que procura definir o conceito de *política linguística exterior*.

Já na terceira seção, passaremos à apresentação de nosso *corpus* de pesquisa e dos procedimentos metodológicos que guiaram sua construção. Ao longo dessa apresentação, discutiremos outro conceito fundamental para nosso trabalho: o de *instituição*. Por fim, retomaremos alguns dos principais pontos que teremos em vista nos capítulos II e III, quando nos detivermos na análise da política linguística do Itamaraty.

1. A História das Ideias Linguísticas

O presente trabalho é norteado pela perspectiva teórica e metodológica de um campo do saber interdisciplinar, de configuração bastante recente: o da HIL. No Brasil, esse domínio se constitui a partir do conhecimento produzido em projetos desenvolvidos na década de 1980, particularmente, “Discurso, significação e brasilidade”, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Eni P. Orlandi no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL / Unicamp). Ao longo da década de 1990, a HIL ganha espaço no Brasil como área de conhecimento, por meio de uma série de projetos, em especial, “*História das Ideias Lingüísticas no Brasil: a construção de um saber metalingüístico e a constituição da língua nacional*”¹⁹, “*História das Ideias Lingüísticas: ética e política das línguas*”²⁰ e “*O Controle Político da Representação: uma História das Ideias*”²¹, desenvolvidos por pesquisadores vinculados a diferentes universidades brasileiras, em colaboração com pesquisadores da França²². Nossa tese se inscreve, portanto, no espaço teórico e institucional aberto por esses projetos, bem como pelos coordenados por Zoppi-Fontana, mencionados na apresentação deste trabalho.

A HIL se interessa pelas diferentes formas de constituição do saber metalingüístico ao longo da história, não se restringindo, portanto, àqueles desenvolvidos na chamada Linguística moderna. Nas palavras de Auroux (1992, p. 13), “Seja a linguagem humana, tal como ela se realizou na diversidade das línguas; saberes se constituíram a seu respeito; este é nosso objeto”. Um conceito

¹⁹ Esse projeto, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Eni Puccinelli Orlandi (IEL / Unicamp) e pelo Prof. Dr. Sylvain Auroux (École Normale Supérieure – Lyon), recebeu apoio do acordo CAPES/COFECUB com a Universidade de Paris VII, tendo sido desenvolvido entre 1993 e 1998.

²⁰ Projeto desenvolvido entre 1998 e 2004, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Eni P. Orlandi (IEL / Unicamp) e pela Prof^a. Dr^a. Diana Luz Pessoa de Barros (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo), no Brasil, e pelo Prof. Dr. Sylvain Auroux, na França.

²¹ Projeto CAPES/COFECUB iniciado em 2005, coordenado no Brasil pelo Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães (IEL / Unicamp) e na França pelo Prof. Dr. Jean-Claude Zancarini (École Normale Supérieure - Lyon).

²² Outras informações sobre a institucionalização do campo da HIL no Brasil podem ser obtidas em <<http://www.unicamp.br/iel/hil/historico.html>>. Acesso em: 26 out. 2011.

fundamental nesse campo é o de *gramatização*, definido como “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário” (*ibidem*, p. 65). Nessa perspectiva, a gramática e o dicionário, longe de serem uma mera descrição ou representação das línguas, são *instrumentos linguísticos*, que mudam os espaços-tempos. “Assim como as estradas, os canais, as estradas-de-ferro e os meios de transporte, a gramatização modificou profundamente a ecologia da comunicação e o estudo do patrimônio lingüístico da humanidade”, afirma Auroux (*ibidem*, p. 70), que lembra, por exemplo, que as línguas pouco ou menos instrumentalizadas foram mais expostas ao “linguicídio”, voluntário ou não.

Ainda que assuma esse princípio de trabalho proposto por Auroux, bem como o conceito de *gramatização*, a HIL no Brasil guarda suas especificidades em relação à maneira como a área se configurou na França²³, como podemos observar a partir da seguinte formulação de Guimarães e Orlandi (1996, p. 14):

Além da produção de um conhecimento específico necessário ao domínio lingüístico, importa conhecer o modo de formulação da língua nacional e o de constituição de um saber metalingüístico para melhor compreender a variada natureza dos objetos simbólicos que estão envolvidos na formação de um país como o Brasil. É da produção desses objetos e da relação estabelecida pelos sujeitos com essa produção que resultam os sentidos atribuídos ao país, assim como aqueles que dão sentidos a esses sujeitos enquanto eles se definem em relação ao seu país, nas formas que a política das relações sociais significar nessa sua história, seja como súditos, seja como escravos, seja como cidadãos.

Assim, os estudos brasileiros no campo da HIL concebem a história da produção e circulação de um saber metalingüístico como indissociável da história

²³ Cf. site do *Laboratoire d'histoire des théories linguistiques*, que congrega as principais pesquisas nesse campo desenvolvidas na França: <<http://htl.linguist.univ-paris-diderot.fr/>>. Acesso em: 27 fev. 2012.

da construção da língua nacional²⁴ brasileira. A fim de investigar a maneira como o processo de instrumentalização do português participa da constituição dos Estados e identidades nacionais, estudam-se não apenas gramáticas e dicionários, mas também currículos, programas de ensino, vocabulários, acordos ortográficos, dentre outros instrumentos (cf. ORLANDI, 2001). Observa-se, portanto, uma ampliação do conceito de *gramatização*, que passa a se referir às diversas instâncias de instrumentalização de uma língua, para além da gramática e do dicionário. Ademais, a HIL no Brasil procura pensar a relação desse processo de gramatização com as instituições responsáveis pela sua produção e/ou circulação: academias, centros de pesquisa, colégios, associações científicas, imprensa, dentre outras. No caso específico das pesquisas sobre a instrumentalização brasileira do português como língua estrangeira que vimos desenvolvendo, também temos pensado, a partir de Orlandi (2001) e de Zoppi-Fontana (2007, 2009), outras instâncias de gramatização para além daquelas propostas inicialmente por Auroux (1992). Em nosso mestrado (DINIZ, 2008, 2010), desenvolvemos uma reflexão que concebe exames de proficiência, a exemplo do Celpe-Bras, e livros didáticos como instrumentos linguísticos. Na presente pesquisa de doutorado, concentramo-nos na *aparelhagem institucional* que participa da gramatização do português, através da análise dos Centros Culturais Brasileiros (CCBs), Institutos Culturais Bilaterais (ICs) e dos leitorados em instituições estrangeiras.

Essa reterritorialização da HIL no Brasil tem se dado a partir do forte diálogo que o campo estabelece, neste país, com a Análise do Discurso materialista. Nesse frutífero intercâmbio, que coloca em relevo a intrínseca relação entre ciência, Estado e sociedade, uma contribuição fundamental da AD, como lembra Pfeiffer (2011), é pensar o político como estruturante do conhecimento

²⁴ Por *língua nacional*, entendemos, a partir dos trabalhos de Payer (1999, 2007), uma dimensão da linguagem que não se confunde, empírica ou teoricamente, com a da língua materna. Trata-se de um “elemento central através do qual o Estado Nacional realiza seu ideal de unidade jurídica, propagando a unidade linguística e realizando a homogeneização da língua e do sujeito, ao instalar a forma de convivência social da cidadania, que tem a propriedade de se apresentar nas formas da universalidade (igualdade)”, afirma a autora, retomando o trabalho de Gadet e Pêcheux (2004).

linguístico. É, justamente, uma discussão sobre o *político* que nos interessa fazer a seguir.

2. Alguns conceitos-chave

Nesta seção, apresentaremos a maneira como o conceito de *política linguística* é, frequentemente, definido na tradição sociolinguística (CALVET, 2002, 2007), contrastando-a com os pressupostos teóricos norteadores de nossa pesquisa. Em seguida, discutiremos o conceito de *política linguística exterior*, a partir do trabalho de Varela (2006)

2.1. O conceito de “política linguística”

Assim como outros conceitos nas Ciências Humanas e Sociais, o conceito de *política linguística* está sujeito a uma variedade conceitual, devido à diversidade dos pontos de vista e lugares de observação a partir dos quais é definido. Esse termo tem, assim, sido empregado na literatura linguística com diferentes sentidos, que variam segundo a rede mais ampla de conceitos na qual se inscreve. Parece-nos, então, que um trabalho que pretenda discutir questões de política linguística – tal como a presente pesquisa – deve, necessariamente, definir o conceito de *política linguística* em que se baseia, explicitando os pressupostos teórico-epistemológicos que o sustentam. Nesta seção, faremos algumas considerações sobre a maneira como esse conceito tem sido, frequentemente, definido no campo da Sociolinguística, colocando-a em relação com a perspectiva da HIL à qual nos filiamos.

Calvet define ***política linguística*** como “a determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” (2007, p. 11) e como “um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social” (2002, p. 145), em contraposição a ***planejamento linguístico***, que corresponderia à “implementação prática de uma política linguística, em suma, a

passagem ao ato” (*loc. cit.*). Concebendo o binômio “política linguística/ planejamento linguístico” como inseparável, o autor considera que, embora diferentes grupos possam elaborar uma política linguística, “só o Estado tem o poder e os meios de passar ao estágio do planejamento, de pôr em prática suas escolhas políticas” (*idem*, 2002, p. 146).

Ainda de acordo com Calvet, a gestão do plurilinguismo pode se dar de duas formas: uma que advém das próprias práticas sociais, e outra que procede da intervenção sobre essas práticas. A primeira, denominada pelo autor de **gestão in vivo**, corresponde ao modo pelo qual os falantes resolvem os problemas de comunicação que enfrentam no dia-a-dia, independente de decisões, decretos ou leis oficiais. Os pidgins, por exemplo, seriam produtos dessa “gestão in vivo”. A segunda forma de gestão do plurilinguismo corresponde ao que o autor denomina **gestão in vitro**:

em seus laboratórios, lingüistas analisam as situações e as línguas, descrevem-nas, constroem hipóteses sobre o futuro das situações, proposições para regular os problemas; depois, os políticos estudam as hipóteses e as proposições, fazem escolhas, aplicam-nas (CALVET, 2002, p. 147).

Podemos vislumbrar, já neste ponto, algumas diferenças importantes entre a perspectiva de Calvet e aquela que norteia os trabalhos desenvolvidos no Brasil no campo da HIL. Ao definir política linguística como a “determinação das **grandes** decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” (2007, p. 11), ou como “um conjunto de escolhas **conscientes** referentes às relações entre língua(s) e vida social” (2002, p. 145) [grifos nossos] , Calvet coloca em segundo plano o fato de que diferentes processos de instrumentalização e institucionalização de uma língua têm seus efeitos em termos de política linguística – mesmo quando não guardam uma relação direta com ações do Estado, e mesmo quando não são levados a cabo a partir de decisões conscientes que visem à intervenção explícita em determinadas práticas linguísticas. A partir

de um ponto de vista discursivo, Orlandi (1998, p. 9) faz algumas reflexões a esse respeito:

Haverá sempre diferentes sentidos a atribuir ao que é a política lingüística, indo-se da tematização formal de uma política lingüística explícita assumida claramente como organizacional, até a observação de processos institucionais menos evidentes, **presentes de forma implícita nos usos diferenciados (e que produzem diferenças) das línguas** [grifo nosso].

Nesse sentido, a própria constituição de um dado saber metalinguístico pode ser vista como um processo que atua nas formas da política linguística. Esse é um dos princípios norteadores dos trabalhos brasileiros no campo da HIL, que, conforme já mencionamos, se caracterizam por pensar a história do saber metalinguístico no país em relação à constituição da língua – e, portanto, da identidade – nacional. Com efeito, numerosas pesquisas trabalham a hipótese de que a gramatização (AUROUX, 1992), além de implicar a constituição de um saber metalinguístico, resulta, como já mencionamos, na construção de espaços imaginários de identificação, tendo, assim, efeitos sobre a configuração das formas das sociedades. Nas palavras de Orlandi (2001, p. 9),

enquanto objeto histórico, tanto a gramática como o dicionário, ou o ensino e seus programas, assim como as manifestações literárias, são uma necessidade que pode e deve ser trabalhada de modo a promover a relação do sujeito com os sentidos, relação que faz história e configura as formas da sociedade. O que nos leva a dizer que, por isso mesmo, eles são um excelente observatório da **constituição dos sujeitos, da sociedade e da história** [grifo nosso].

O conceito de “gestão in vitro” proposto por Calvet segue, então, uma direção antagônica à das pesquisas na HIL, já que, para o autor, o trabalho do linguista só produziria efeitos na sociedade se políticos o colocassem em prática. Além disso, tal conceito oblitera, de certa forma, o fato de que todo conhecimento

se inscreve em *condições de produção*²⁵ específicas. O engano que se comete aí pode ser mais bem compreendido se tivermos em vista o duplo movimento de constituição da subjetividade proposto por Orlandi (2002b). Segundo essa autora, o primeiro movimento diz respeito à interpelação do indivíduo – chamado de indivíduo em primeiro grau (I₁) – em sujeito pela ideologia, em um processo simbólico. O segundo “corresponde ao estabelecimento (e à transformação) das formas de individua(liz)ação do sujeito em relação ao Estado” (*ibidem*, p. 71). Dessa forma, o Estado, com suas instituições, individualiza a forma-sujeito histórica, resultante do primeiro movimento, segundo condições históricas específicas. Como efeito, temos o indivíduo de segundo grau (I₂). Considerar que “em seus **laboratórios**, lingüistas analisam as situações e as línguas, descrevem-nas, constroem hipóteses sobre o futuro das situações, proposições para regular os problemas” [grifo nosso] (Calvet, 2002, p. 147) é reduzir a história das ideias ao segundo movimento de que fala Orlandi (*op. cit.*) – correspondente à identificação do sujeito em indivíduos específicos pelo Estado –, sem considerar efetivamente o histórico, o simbólico e o ideológico. O saber metalingüístico é, pois, um *produto* histórico e, enquanto tal, pode ser um interessante “observatório da constituição dos sujeitos, da sociedade e da história”, como afirma a autora na passagem anteriormente transcrita.

A esse respeito, cabe lembrar que diferentes são os processos contemporâneos de gramatização e institucionalização brasileiras do português como língua estrangeira. Conforme destaca Zoppi-Fontana (2007), tais processos – impulsionados pela assinatura dos Tratados de Assunção (1991), que configuram oficialmente o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) – têm sido levados a cabo não só pelo Estado, mas também pela Academia e pela iniciativa privada. Destacam-se aí, como mencionamos na apresentação deste trabalho, as

²⁵ Para Pêcheux (1997a, p. 78), “*os fenômenos lingüísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente lingüístico, no sentido atual desse termo, e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas do discurso e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos ‘condições de produção’ do discurso*” [itálicos do original].

iniciativas implementadas pelo Ministério da Educação brasileiro – dentre elas, o desenvolvimento e a consolidação do Celpe-Bras – e pelo Itamaraty, cuja *Rede Brasileira de Ensino no Exterior* (RBEx) ampliou significativamente na última década, conforme mostraremos no capítulo 3. No âmbito acadêmico, cresceram as iniciativas para a formação de professores de português como língua estrangeira a partir de meados da década de 90, através do fortalecimento de disciplinas já existentes nos cursos de Letras e da criação de novas disciplinas em programas de graduação e pós-graduação *stricto sensu*. Dentre essas iniciativas, destaca-se a criação do primeiro curso de Licenciatura em Português do Brasil como segunda língua, na Universidade de Brasília (UnB), em 1997²⁶. Também foi notável o aumento no número de pesquisas acadêmicas e publicações especializadas nessa área, em diferentes programas de pós-graduação no Brasil²⁷, assim como de eventos científicos; dentre esses, os organizados pela SIPLE (Sociedade Internacional Português Língua Estrangeira), fundada em 1992²⁸. No âmbito privado, é notável o crescimento no número de projetos editoriais brasileiros de elaboração e reedição de materiais didáticos a partir de fins da década de 1980, em que pesem as carências no mercado editorial ainda hoje observadas (cf. DINIZ, 2008, 2010)²⁹. Da perspectiva da HIL, processos de instrumentalização e institucionalização como esses também promovem seus efeitos em termos de política linguística, na medida em que (re)definem os

²⁶ A esse respeito, cf. Zoppi-Fontana (2010).

²⁷ Almeida Filho (2007) faz uma análise sobre o processo de implementação de cursos de português como língua estrangeira em universidades brasileiras, bem como sobre o crescimento no número de dissertações e teses nessa área.

²⁸ Ao estudarem a institucionalização do português como língua estrangeira, Zoppi-Fontana e Diniz (2008) e Zoppi-Fontana (2009) discutem a criação da SIPLE, concebendo-a como um *acontecimento linguístico* (GUILHAUMOU, 1996).

²⁹ Essa produção é marcada, conforme argumentamos em nossa pesquisa de mestrado (DINIZ, 2008, 2010), por um crescente processo de endogramatização, o que evidencia um gesto de autoria do brasileiro em relação à constituição desse saber. Por *endogramatização*, entendemos, como Auroux (1992), o processo de instrumentalização de uma língua em que os sujeitos são falantes nativos da língua gramatizada, em oposição à *exogramatização*, na qual os sujeitos que produzem os instrumentos linguísticos são falantes não-nativos.

sentidos que os sujeitos (brasileiros / estrangeiros) estabelecem com os espaços de enunciação³⁰ implicados (nacional / transnacional), reconfigurando-os.

Outra distinção comumente feita na Sociolinguística é aquela entre *planejamento do corpus* e *planejamento do status*, introduzida por Kloss e retomada por Calvet (2007). O primeiro conceito diz respeito à *ação sobre a língua*, através de intervenções em sua *forma*; o segundo, à *ação sobre as línguas*, com o objetivo de intervir em seu *status* social. Os casos de *planejamento de corpus* podem, segundo Calvet, ter diferentes objetivos, a exemplo da fixação de uma escrita, do enriquecimento do léxico, da padronização ou do combate a influências estrangeiras. O *planejamento de status*, por sua vez, diz respeito aos casos em que se administram o *status* e as funções sociais das línguas, com o objetivo de promover uma língua até então dominada, retirar de uma língua um *status* de que ela gozava, ou estabelecer um equilíbrio entre as diferentes línguas.

Embora didática, essa distinção encontra algumas limitações. Afinal, é preciso considerar que toda “ação sobre o *corpus*” interfere, em alguma medida, em seu *status*, não havendo, ainda, “planejamento do *status*” que não passe, de alguma forma, por um “planejamento de *corpus*”. Assumindo o ponto de vista da HIL, na sua relação com a AD, somos convidados a questionar essa distinção, uma vez que as diferentes instâncias do processo de gramatização e institucionalização de uma língua resultam, conforme mostram diversos trabalhos³¹, na configuração de espaços imaginários de identificação, atuando, assim, sobre seu “*status*”. De maneira análoga, modificações no “*status*” de uma língua pressupõem instrumentos (re)produtores de certos discursos sobre ela³².

³⁰ Esse conceito, proposto por Guimarães (2002), será definido logo adiante.

³¹ Cf. Orlandi (2001), Payer (1999), Celada (2002), Diniz (2008, 2010) e Zoppi-Fontana (2009, 2010), dentre muitos outros.

³² Destacamos aqui que, conforme argumentamos em trabalhos anteriores (ZOPPI-FONTANA & DINIZ, 2008; DINIZ, 2008, 2010), assumimos um ponto de vista diferente daquele que Auroux (1998, p. 19) expressa quando afirma que “A língua em si não existe. Não existem, em certas porções de espaço-tempo, senão sujeitos, dotados de certas capacidades lingüísticas ou ainda de “gramáticas” (não necessariamente idênticas), envolvidos por um mundo e artefatos técnicos, entre os quais figuram (por vezes) gramáticas e dicionários”. Em decorrência do fato de que nossas pesquisas em HIL mantêm um forte diálogo com a AD, reconhecemos para a língua uma ordem própria – ainda que essa seja apenas relativamente autônoma (cf. ORLANDI, 2004).

Na base dessas diferenças entre a perspectiva de Calvet e a dos trabalhos em HIL, está a definição de **política**. Em Calvet – e, possivelmente, na Sociolinguística de uma maneira mais geral –, o termo “política” diz respeito, em geral, a atos administrativos levados a cabo pelo poder público, como podemos observar na definição do binômio “in vitro” / “in vivo”:

Se a política lingüística é, em última análise, da alçada dos decisores, nenhuma decisão pode ser tomada sem uma descrição precisa das situações, do sistema fonológico, lexical e sintático das línguas em contato etc., e tampouco sem que se levem em consideração os sentimentos lingüísticos, as relações que os falantes estabelecem com as línguas com as quais convivem diariamente. **A política tem sido definida como a arte do possível**. Aplicada à política lingüística, essa proposição evidencia o papel fundamental do lingüista. É ele que pode indicar o que é tecnicamente possível fazer e o que será psicologicamente aceitável pelos falantes. **Toda a arte da política e do planejamento lingüístico está nessa complementaridade necessária entre os cientistas e os decisores**, nesse equilíbrio estável entre as técnicas de intervenção e as escolhas da sociedade (CALVET, 2007, p. 86) [grifos nossos].

Objetivando trabalhar o domínio das políticas linguísticas sem apagar da língua aquilo que lhe é próprio – o político –, Orlandi (2007) faz um deslocamento que nos parece bastante importante. A autora propõe pensar a política linguística enquanto **política de línguas**:

Não há possibilidade de se ter a língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político. Uma língua é um corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica. Assim, quando pensamos em políticas de línguas, já pensamos de imediato nas formas sociais sendo significadas por e para sujeitos históricos e simbólicos, em suas formas de existência, de experiência, no espaço político de seus sentidos (*ibidem*, p. 8).

Um conceito que nos parece especialmente interessante para trabalharmos a política linguística enquanto política de línguas é o de **espaço de**

enunciação, proposto por Guimarães no quadro da Semântica do Acontecimento. Segundo o autor (2002, p. 18)

os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, re-dividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços habitados por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer.

Trata-se, portanto, de um espaço político, constitutivamente marcado por disputas pelas palavras e pelas línguas. Por “político”, Guimarães entende o “conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento” (*ibidem*, p. 16). O político não é, dessa maneira, algo exterior à língua, que lhe é acrescido por razões sociais – como podemos perceber no conceito de política linguística com que trabalha Calvet –; ao contrário, ele é constitutivo de seu funcionamento. Por ser necessariamente atravessada pelo político, a língua é, para Guimarães, marcada por uma divisão, pela qual os falantes se identificam.

Para o autor (2002), esse conflito de direitos e modos de dizer, que divide os falantes no espaço de enunciação, encontra-se presente na língua como uma deontologia que regula as relações entre eles. Assumindo a perspectiva de Zoppi-Fontana (2012), pensamos a língua como *forma material*³³, cujo funcionamento é historicamente determinado em *condições de produção* (PÊCHEUX, 1997a) específicas. A deontologia de que fala Guimarães pode, desse ponto de vista, ser concebida como “efeito do interdiscurso³⁴ no acontecimento da língua em funcionamento” (ZOPPI-FONTANA, 2010). Em outras

³³ Através da noção de *forma material*, caracterizada como “lingüístico-histórica, discursiva”, Orlandi (1996, p. 49) procura considerar, simultaneamente, forma e conteúdo – em contraposição, portanto, à tradição que tende a separá-los. “É pela consideração da forma material – em que o simbólico e o histórico se articulam, os sentidos se produzindo com ou sem o controle do sujeito – que se pode atingir a ordem do discurso”, afirma a autora (*ibidem*, p. 51).

³⁴ O *interdiscurso* é definido por Pêcheux (1997c, p. 162) como o “‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação”. Irrepresentável, o interdiscurso sustenta cada tomada de palavra: “‘algo fala’ (*ça parle*) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’” (*loc. cit.*).

palavras, o espaço de enunciação é um “espaço simbólico sobredeterminado pelo real da língua e da história” (*idem*, 2012), “metaforizado pelo jogo contraditório de diversas memórias da língua (PAYER, 1999), a partir das quais se produzem os processos de identificação simbólica e imaginária que constituem o sujeito do discurso na relação material entre línguas co-existentes” (ZOPPI-FONTANA, 2009, p. 21) ³⁵.

O conceito de *espaço de enunciação* produz, assim, um importante deslocamento na maneira de se conceber a figura do falante. Não se trata de um indivíduo constituído antes e independentemente dos espaços de enunciação, mas de um sujeito constituído por um espaço marcado pelas disputas entre as línguas. De nossa parte, gostaríamos de destacar que esse conceito permite revisitar o conceito de “atores” de uma política linguística, frequentemente mobilizado na tradição sociolinguística.

Nesse sentido, enfatizamos, em primeiro lugar, que a política linguística compreende processos que ocorrem a despeito de ações conscientes e estratégicas de sujeitos visando a interferir na relação que um determinado grupo estabelece com certa(s) língua(s) praticada(s) em um espaço de enunciação. A constituição de um saber metalinguístico, conforme afirmamos anteriormente, é um exemplo a esse respeito, já que produz sentidos que intervêm nessa relação. Mais do que isso, é importante considerar que, mesmo quando se trata de planejamento linguístico (por exemplo, criação de institutos e de academias, assinatura de acordos ortográficos, aprovação de legislações que procuram coibir ou incentivar o uso de determinadas línguas), a vontade e a reflexão estratégica não devem ser vistas como os elementos estruturantes da política linguística. Não se trata de negar a presença desses fatores em contextos como esses, mas de deslocar o foco do olhar analítico. Se consideramos o falante como uma função

³⁵ Em decorrência de nossa perspectiva discursiva e de nossos objetivos de pesquisa, afastamos, assim, de um conceito frequentemente mobilizado no campo da HIL – o de *hiperlíngua* (AUROUX, 1997, 1998) –, que, conforme argumentamos em trabalhos anteriores (ZOPPI-FONTANA & DINIZ, 2008; DINIZ, 2008, 2010), se sustenta em uma noção de indivíduo dado *a priori*.

enunciativa que, para recuperar as palavras de Zoppi-Fontana (2010), se constitui em um espaço de enunciação “metaforizado pelo jogo contraditório entre diferentes memórias da língua”, então sua vontade e sua reflexão estratégica, que orientariam certas ações de política linguística, não têm origem nele próprio, mas são efeito do interdiscurso. Afirmar o contrário seria cair na ilusão da evidência subjetiva criticada por Pêcheux (1997c), isto é, partir do pressuposto – que migrou, por “filosofia espontânea”, para determinadas pesquisas linguísticas – de que o sujeito é origem de si próprio e, enquanto tal, tem pleno controle sobre o que diz e faz.

Alguns trabalhos filiados a uma perspectiva discursiva nos permitem questionar a figura dos “atores” como aqueles que determinam, segundo suas próprias visões, as formas de uma política linguística. Poderíamos citar, por exemplo, C. Rodríguez (2000), que chega à conclusão de que os discursos nacionalistas sobre a língua guarani no Paraguai – que sustentaram as políticas linguísticas desenvolvidas nesse país nas décadas de 1940 e 1950 – não superam a visão colonialista das línguas e culturas indígenas, a despeito das possíveis intenções dos porta-vozes desses discursos.

Posto isso, resumamos alguns pontos que parecem fundamentais para o percurso de pesquisa que aqui seguiremos. Em primeiro lugar, afastamo-nos de perspectivas que restringem a política linguística a situações de planejamento linguístico, pois consideramos que o político está inscrito na própria língua, não havendo prática linguística cuja natureza não seja política. Em segundo lugar, entendemos que não há algo como uma gestão do plurilinguismo “in vitro”. Afirmar isso corresponderia a apagar o fato de que o saber constituído no domínio da Linguística – ou de outros domínios dedicados aos estudos da linguagem – não é indiferente à política de línguas, mas se encontra, como afirma Orlandi (2007, p. 8), “no cerne mesmo sobre o qual se assentam os modos de sua realização”. Por fim, julgamos necessário desconstruir a figura dos “atores”, que determinariam as formas de uma política linguística a partir de sua vontade e reflexão estratégica. Ora, se nos filiamos a uma perspectiva discursiva, não podemos aceitar

semelhante visão, já que a relação sujeito/língua não é de ordem individual, mas é regulada por condições de produção específicas. Disso resulta que ações explícitas de políticas linguísticas podem, sob a ilusão do diferente, se sustentar sobre o mesmo (ainda que deslocado). Além disso, se aceitássemos que as políticas linguísticas explícitas permitem uma manipulação direta e consciente das relações estabelecidas entre um grupo social e determinada(s) línguas, também estaríamos desconsiderando que, como qualquer prática discursiva, as políticas estão sujeita a rupturas, na medida em que, como diria Pêcheux (1997c), a ideologia é um ritual com falhas³⁶.

2.2. O conceito de “política linguística exterior”

Embora o número de estudos dedicados à investigação de políticas linguísticas tenha crescido substancialmente nos últimos anos, a literatura linguística específica sobre a política linguística exterior ainda é bastante restrita. Dentre os poucos trabalhos que procuram definir tal conceito, encontra-se o de Varela (2006), que, ao investigar a política linguística exterior francesa e seus efeitos na Argentina, afirma:

Volonté, objectifs, réflexion stratégique, moyens, actions, nous trouvons là réunis tous les éléments qui constituent une politique. Puisque l’objet des décisions et des actions qui nous intéresse est langagier, et que le champ d’intervention est extérieur au territoire national, ce genre de projets pourra être considéré comme relevant d’une *politique linguistique extérieure*³⁷ (VARELA, 2006, p. 17).

³⁶ Mostraremos, no capítulo III, que os “atores” da política linguística exterior muitas vezes sequer concebem suas atividades como parte de uma política linguística, o que também nos permitirá questionar o peso da “reflexão estratégica” na formulação e execução das políticas linguísticas.

³⁷ “Vontade, objetivos, reflexão estratégica, meios, ações, encontramos aí reunidos todos os elementos que constituem uma política. Como o objeto das decisões e das ações que nos interessa é linguageiro, e como o campo de intervenção é exterior ao território nacional, esse tipo de projetos poderá ser considerado como parte de uma *política linguística exterior*” [tradução nossa].

Se tivermos em vista as discussões feitas na seção anterior, fica patente que assumimos um ponto de vista teórico diferente do que norteia o trabalho de Varela, na medida em que, em decorrência de nossa filiação à HIL, na sua articulação com a AD, procuramos pensar as políticas linguísticas para além da esfera das ações institucionais públicas e para além das vontades e reflexões estratégicas dos *sujeitos*³⁸ implicados nessas políticas. A despeito, porém, dessa diferença de perspectivas, retomamos, na sequência, algumas considerações feitas por Varela que nos parecem bastante importantes para contextualizar, historicamente, as políticas para a promoção internacional de determinadas línguas levadas a cabo por alguns Estados Nacionais, e para refletir sobre algumas características de seu funcionamento.

Segundo a autora, embora os fenômenos de difusão “voluntária” das línguas, na esteira de projetos de expansão política, econômica e religiosa, sejam bastante antigos, não havia, até as primeiras décadas do século XX, aparelhos institucionais explicitamente encarregados de sua “gestão”. Ainda hoje, são relativamente poucos os países que contam com tais aparelhos e, nesses casos, esses visam à difusão da “seule langue considérée porteuse de la personnalité nationale”³⁹ (*ibidem*, p. 22): a **língua nacional**, poderíamos precisar, a partir dos trabalhos de Payer (1999, 2007), Gadet e Pêcheux (2004) e Guimarães (2002).

Varela (2006) observa que a política linguística exterior nasce em países que têm em comum o fato de serem – ou terem sido – potências coloniais. Segundo a autora, a longa experiência na gestão de questões administrativas e educativas junto a comunidades que falavam outras línguas que não a oficial da metrópole permitiu a esses países desenvolverem um *savoir-faire* no sentido de aumentar a visibilidade de sua língua nacional em diferentes continentes. Mais do que isso, essa experiência sensibilizou os poderes públicos para o potencial geopolítico das línguas. Apesar disso, observa Varela, o fato de ter sido uma potência colonial não é garantia de um desenvolvimento posterior de um aparelho

³⁸ Sublinhamos que, ao empregarmos o termo “sujeitos” – e não “atores”, como faz Varela (2006) –, também estamos marcando uma diferença de perspectiva.

³⁹ Tradução nossa: “única língua considerada portadora da personalidade nacional”.

encarregado da gestão de uma política linguística exterior. Os Países Baixos e a Bélgica, por exemplo, não chegaram a constituir ferramentas massivas para o desenvolvimento de uma política dessa natureza, por uma série de razões. Dentre elas, está o fato de que o principal objetivo da empreitada colonial desses países era a extração de matérias primárias, o que não engendrava a necessidade de ensinar a língua oficial da metrópole para as populações locais. Varela também lembra que o conflito entre francófonos e neerlandófonos enfraqueceu a capacidade de expansão das línguas oficiais da Bélgica, dada a dificuldade das instituições oficiais em intervirem nesse domínio. Além disso – e essa nos parece ser uma explicação fundamental –, no processo histórico de constituição desses Estados, a língua não desempenhou, segundo a autora, um papel central na unificação da nação, diferentemente dos países da Europa Ocidental que desenvolveram ações explícitas de política linguística exterior.

Posto isso, Varela (*ibidem*, p. 24) destaca que, originalmente, ações de política linguística exterior foram implementadas por países em que se observam algumas características comuns: (i) Há certo grau de identificação histórica entre a língua e a nação; (ii) A língua nacional conheceu, anteriormente, certo grau de difusão para além de suas fronteiras de origem, devido a razões políticas, culturais, comerciais, técnicas, migratórias etc; (iii) A língua dispõe de um registro padrão escrito, que lhe dá uma possibilidade de existência para além do contexto da enunciação imediata; (iv) Essa variedade padrão desempenhou, a certo grau, a função veicular internacional em um momento anterior; (v) o país em questão dispõe de meios simbólicos, intelectuais e materiais para pôr em prática uma política linguística exterior.

Tais condições caracterizam, efetivamente, países que, na segunda metade do século XX, desenvolveram políticas linguísticas exteriores, a exemplo da Itália, Japão, Portugal, Espanha e Inglaterra. Todavia, após o fim da Guerra Fria, há, como destaca Varela (*ibidem*), uma reconfiguração no cenário geopolítico internacional: novos polos emergem na busca de um lugar no jogo de forças do plano internacional. A Áustria torna-se uma concorrente da Alemanha na

promoção do alemão; o Brasil passa a disputar com Portugal espaços na promoção do português, tornando-se, juntamente com a Venezuela, a Argentina e o México, dentre outros, “atores” de políticas linguísticas exteriores.

Uma vez discutidas as condições de emergência de ações de política linguística exterior, Varela retoma a distinção de Calvet (2002, 2007) entre *ação sobre a língua (o corpus)* e *ação sobre as línguas (o status)*, acrescentando-lhe uma dimensão que, segundo Cooper (1989), representa um terceiro nível visado pelas políticas linguísticas: a *aquisição* de códigos linguísticos. Partindo do princípio de que as decisões de política linguística objetivam atingir, em última instância, os cidadãos-locutores e suas práticas languageiras, Varela argumenta que a *aquisição* é um elemento constitutivo de uma política linguística exterior – ou mesmo da política linguística de uma maneira geral –, situado no mesmo plano do trabalho sobre o *corpus* ou sobre o *status* de uma língua. Assim, a criação de uma variante como o *Basic English*⁴⁰ – que, do ponto de vista dos estudos sociolinguísticos, pode ser considerada uma ação sobre o *corpus* – objetiva facilitar sua *aquisição* por parte daqueles que não falam inglês. O sucesso de tal ação depende, por sua vez, da possibilidade de reforçar o *status* internacional da língua em questão. A partir disso, Varela (2006) conclui:

Se trouvent ainsi réunis tous les facteurs que comporte une politique linguistique : un travail sur la langue, des objectifs linguistiques, politiques et sociaux, mais cette fois-ci, les buts à atteindre sont situés au-delà du territoire national. Puisqu’il s’agit de politique dans cet espace extérieur, nous nous trouvons sur le terrain complexe et sensible de la diplomatie. C’est pourquoi l’appareil consacré à la politique linguistique extérieure se trouve le

⁴⁰ Conforme lembra Sousa (2007), o inglês passou por processos específicos de gramatização, dentre os quais se destaca o *British American Scientific International Commercial English* (BASIC English). Tal projeto, criado por Ogden em 1937, teve como objetivo apresentar uma variedade simplificada do inglês, baseada na seleção de 850 “palavras universais” e em uma gramática simplificada. Como o próprio nome sugere, a proposta visou à criação de uma língua auxiliar – ou, na perspectiva de Sousa (*ibidem*), “instrumental” –, para ser utilizada na “comunicação comum, no comércio e na ciência” (OGDEN, 1937, p. 4 *apud* SOUSA, p. 57).

plus souvent placé sous la tutelle des plus hautes autorités chargées des affaires étrangères (*ibidem*, p. 29) ⁴¹.

Dessa forma, para Varela, uma política linguística exterior dificilmente visaria única e exclusivamente à difusão da língua. Mesmo que os objetivos não-linguísticos não sejam explicitados ou levados em consideração no momento de sua avaliação, a política linguística exterior será julgada – positiva ou negativamente – segundo sua capacidade de veicular certos valores (humanistas ou de mercado, por exemplo) através da língua em questão.

Varela também chama a atenção para a frequência com que a contagem do número de locutores e a dispersão geográfica de uma determinada língua são tomadas como critérios para o diagnóstico e o planejamento de uma política linguística exterior, bem como para sua avaliação. O custo de uma operação de expansão de uma língua sobre um território estrangeiro não se justificaria, entretanto, se ela não fosse concebida como uma espécie de “investimento a longo prazo”, cujos objetivos serão medidos por outros critérios que não os puramente linguísticos (*ibidem*, p. 30). A autora também caracteriza a política linguística exterior como uma questão geopolítica, que, enquanto tal, evidencia rivalidades de poderes em relação a territórios⁴².

Embora esse tipo de política tenha, conforme discutimos anteriormente, suas origens na experiência colonizadora e no seu declínio por volta dos anos 1950, há, segundo Varela (2006), diferenças consideráveis entre as políticas levadas a cabo no âmbito das colônias e aquelas destinadas a Estados soberanos estrangeiros. No primeiro caso, as relações assimétricas entre a autoridade da metrópole e sua língua hegemônica, por um lado, e as sociedades locais e suas línguas, por outro, bem como o objetivo de conferir à língua da metrópole pelo

⁴¹ “Encontram-se assim reunidos todos os fatores que uma política linguística comporta: um trabalho sobre a língua, objetivos linguísticos, políticos e sociais, mas, desta vez, os fins a serem atingidos se situam para além do território nacional. Como se trata de política nesse espaço exterior, encontramos-nos no território complexo e sensível da diplomacia. É por isso que o aparelho consagrado à política linguística exterior se encontra mais frequentemente sob a tutela das mais altas autoridades encarregadas das relações exteriores” [tradução nossa].

⁴² De fato, conforme mostraremos no terceiro capítulo, a política linguística exterior brasileira entra em tensão com a política linguística de Portugal e da CPLP.

menos o estatuto de língua oficial na colônia, criam condições para a transmissão da língua enquanto segunda língua (L2). Todavia, a política linguística exterior se exerce, conforme a autora, em um território político onde a língua promovida não goza de um estatuto jurídico particular; ela é, apenas, uma língua estrangeira entre outras⁴³. Em outras palavras, não há leis ou regulamentações que disponham sobre o uso dessa língua em situações determinadas; é por uma escolha – mais livre em alguns casos, menos em outros – que os sujeitos adquirirão essa língua estrangeira, e não outra. Nas palavras de Varela (*ibidem*, p. 32), “l’existence de cet espace de liberté est la condition nécessaire pour qu’une politique linguistique extérieure soit conçue, et la forme qu’elle prend est dans une large mesure marquée par l’action réelle ou possible de PLEs [politiques linguistiques extérieurs] concurrentes qui voudraient l’occuper à leur profit”⁴⁴.

Feitas essas considerações, Varela chega à seguinte definição de política linguística exterior:

[...] *la PLE [politique linguistique extérieure] est un ensemble d’actions ayant pour objet la/les langue(s) (leur corpus, leur statut, leur acquisition) d’une entité politique autonome, rationnellement organisé et orienté vers les objectifs fixés dans le cadre de la politique extérieure adoptée par cette même entité. Il s’agit donc d’un instrument de la politique extérieure d’une entité susceptible d’en avoir une (un État, un gouvernement, une entité supra-étatique telle qu’une organisation régionale ou internationale), qui est « mis en service » lorsque se trouvent réunies les conditions (notamment sociolinguistiques [...]) permettant d’attribuer des chances de succès aux actions à entreprendre par rapport aux buts politiques recherchés. Ainsi, le concept de politique linguistique extérieure n’est-il pas autonome : une PLE ne trouve pas sa cohérence en elle-même, mais à un niveau supérieur, celui*

⁴³ Embora tal afirmação pareça se aplicar à maior parte das iniciativas para a difusão internacional de uma língua, é preciso considerar que, por vezes, uma política dessa natureza visa, sim, territórios em que a língua promovida goza de um *status* jurídico específico. Nos próximos capítulos, veremos, por exemplo, que muitas das ações do Itamaraty para a “internacionalização” do português são direcionadas, justamente, para os países africanos onde essa já é uma língua oficial.

⁴⁴ “A existência desse espaço de liberdade é a condição necessária para que uma política linguística exterior seja concebida, e a forma que ela toma é, em grande medida, marcada pela ação real ou possível de políticas linguísticas exteriores concorrentes que desejariam ocupá-la em proveito próprio” [tradução nossa].

de la politique extérieure (et plus largement, étatique) dont elle dépend. Les « sens » des actions, comme l'existence même d'une PLE, sont donnés par une instance extérieure, la politique étrangère. Mais les choix opérés à ce niveau sont faits à partir de considérations qui tiennent compte des propriétés, du fonctionnement et des potencialités des langues, qui seront ensuite aménagées afin de les adapter aux rôles et aux objectifs au service desquels elles seront placées (VARELA, 2006, p. 35-36) [itálicos da autora]⁴⁵.

Assim, a política linguística exterior não encontra, na perspectiva de Varela, uma coerência em si mesma, mas em um nível superior: o da política externa da qual depende. Essa é umas das questões que teremos vista ao analisarmos a política linguística exterior do Itamaraty.

Posto isso, apresentaremos, na seção seguinte, nosso *corpus* de pesquisa, bem como os procedimentos que guiaram sua construção. Para tanto, será necessário discutir outro conceito fundamental para esta pesquisa – o de instituição –, na medida em que o objetivo desta tese é estudar o processo de institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional brasileira no exterior.

⁴⁵ “[...] a política linguística exterior é um conjunto de ações que tem por objetivo a(s) língua(s) (seu corpus, seu status, sua aquisição) de uma entidade política autônoma, racionalmente organizado e orientado para objetivos estabelecidos no quadro da política exterior adotada por essa mesma unidade. Trata-se, portanto, de um instrumento da política exterior de uma entidade suscetível de tê-la (um Estado, um governo, uma entidade supra-estatal, tal como uma organização regional ou internacional), que é “colocado em serviço” quando se encontram reunidas as condições (notadamente sociolinguísticas [...]) que permitam atribuir chances de êxito às ações a levar a cabo em relação aos objetivos políticos buscados. Assim, o conceito de política linguística exterior não é autônomo: uma política linguística exterior não encontra sua coerência em si própria, mas em um nível superior, o da política exterior (e, de maneira mais geral, estatal) da qual depende. Os “sentidos” das ações, como a própria existência de uma política exterior, são dados por uma instância externa, a política exterior. Porém, as escolhas operadas a esse nível são feitas a partir de considerações que levam em conta propriedades, do funcionamento e das potencialidades das línguas, que serão em seguida organizadas a fim de adaptá-las aos papéis e aos objetivos ao serviço dos quais serão posicionadas” [tradução nossa].

3. Metodologia e definição do *corpus* de pesquisa

Ao descrever os procedimentos metodológicos que norteiam os trabalhos no campo da HIL, Guimarães (2004, p. 11) afirma:

Segundo o modelo de abordagem histórica apresentado por Auroux (1985, 1989) e Chevalier e Delesalle (1986), é preciso que uma história das idéias considere uma análise das obras específicas pertinentes, as instituições em que este saber se constitui e os acontecimentos que, nestas instituições, catalisam aspectos específicos da produção deste saber. A posição expressa por Auroux (1989, 1992) coloca como elementos fundamentais da análise o que ele chama de horizonte de retrospectão e de projeção. Ou seja, se consideramos um certo momento na história, sua compreensão envolve a constituição de um passado e ao mesmo tempo de um futuro que dele se desdobra.

Para o autor, cada um destes três elementos – obras, instituições e acontecimentos – pode ser objeto de análises específicas, sendo necessário, para cada caso, o estabelecimento de um método específico de trabalho, condizente com a concepção de história adotada. Em nossa pesquisa de mestrado (DINIZ, 2008, 2010), detivemo-nos, sobretudo, no primeiro elemento de que fala Guimarães, analisando livros didáticos de português para falantes de outras línguas e o exame de proficiência Celpe-Bras. Na presente tese, por outro lado, concentramo-nos no segundo elemento, já que investigaremos as ações institucionais brasileiras – especificamente, aquelas levadas a cabo pelo Itamaraty – concernentes à promoção do português no exterior. Torna-se necessário, então, esclarecer nossa concepção de “instituição”, uma vez que, como destaca Guimarães (*op. cit.*), isso se refletirá diretamente na metodologia adotada.

Ao pensarmos as diferentes instituições em jogo na instrumentalização brasileira do português como língua estrangeira, afastamo-nos, como Mariani (1999), de uma perspectiva segundo a qual essas são elementos cristalizados na estrutura social, definidos com base nos lugares sociais ocupados pelos sujeitos.

A essa concepção – comum nas Ciências Sociais – corresponde uma metodologia linear, que mapeia as instituições, depreende as normas em vigor, descreve os padrões de conduta adequados e inadequados em termos institucionais e, em seguida, procura os discursos correspondentes às instituições ou aos lugares sociais vinculados a essas. Conforme argumenta a autora (*ibidem*), não há uma correlação direta e mecânica entre o que se diz e o lugar institucional correspondente. Se, por um lado, o lugar a partir do qual se enuncia é constitutivo do sentido, por outro, não podemos nos esquecer da heterogeneidade constitutiva da produção de qualquer discurso. O lugar institucional deve, assim, ser compreendido como posição enunciativa regulada por uma formação discursiva⁴⁶ dominante, a qual estabelece relações contínuas no complexo de formações discursivas, possuindo, portanto, fronteiras instáveis. Daí a afirmação da autora (*ibidem*, p. 49): “Não é porque há normas institucionais organizando os poderes e o dizer que a prática discursiva pode ser reduzida a um espelho dessas normas”.

Além disso, é importante destacar que a perspectiva criticada por Mariani estabelece uma distinção entre um mundo exterior – no qual agem as instituições, com o intuito de conformá-lo a uma norma –, os indivíduos e os discursos. Semelhante visão pode acarretar uma abordagem conteudística clássica do *corpus* analisado: aquela que procura “atravessar” os textos a fim de encontrar sentidos prévios, fixados *a priori* – no caso, pela instituição. Isso se opõe fortemente à perspectiva discursiva a que nos filiamos. É preciso, pois, levar em consideração que “as instituições ganham um sentido e uma (aparente) coerência ao serem legitimadas, vale dizer, ao serem pensadas e explicitadas através da linguagem” (DUARTE JR., 1985, p. 49 *apud* MARIANI, 1999). Dessa forma, é

⁴⁶ Pêcheux (1997c, p. 160) denomina *formação discursiva* (FD) “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada [...], determina *o que pode e deve ser dito*” [itálico do autor]. Nessa perspectiva, longe de terem sentidos que lhes são “próprios”, as palavras significam em referência às formações discursivas a partir das quais são (re)produzidas. Uma FD, cabe sublinhar, não é um bloco fechado, na medida em que é “constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FDs) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais” (PÉCHEUX, 1997b, p. 314).

necessário desfazer a ilusão de literalidade do sentido, deslocando a pergunta “o *que* a instituição diz” para “*como* ela diz”.

Propomos, desse modo, considerar a instituição como uma organização discursiva resultante de processos e percursos históricos através dos quais ocorre a estabilização de determinados sentidos, concomitantemente à legitimação de práticas ou condutas sociais (cf. MARIANI, *ibidem*; LAGAZZI-RODRIGUES, 2007). Faz parte do processo histórico-discursivo a naturalização das instituições e seus discursos, que passam a ser vistos como evidentes, legítimos e necessários. Seguindo esse ponto de vista, podemos citar Foucault (1994), que pensa a instituição como uma instância de normatização ou disciplinarização constitutiva da ordem de possibilidades do discurso.

Vale ressaltar, porém, que, assim como Mariani (1999), pensamos a instituição não apenas como estrutura, mas também na dimensão de “acontecimentos discursivos”⁴⁷ que em um primeiro momento desarticulam práticas vigentes, deslocando sentidos, mas que, em seguida, podem (ou não) ser absorvidos pela memória, servindo a novas ritualizações”. Assim, como lembra a autora, enquanto práticas discursivas, as práticas institucionais, ao mesmo tempo em que são afetadas pela memória e pela ideologia, afetam estas últimas (ACHARD, 1999).

Consideramos, ademais, que a instituição se configura por uma textualidade (PFEIFFER, 2007), com a qual mantém uma relação de inter-

⁴⁷ Ao discorrer sobre a impossibilidade de uma separação categórica entre *estrutura* e *acontecimento*, Pêcheux (1990, p. 56-57) afirma: “Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma ‘infelicidade’ no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um ‘erro de pessoa’, isto é, sobre o *outro*, objeto da identificação”.

sustentação. Em nossa pesquisa, analisaremos essa textualidade a partir do quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso materialista, a fim de chegarmos ao objeto discursivo e compreendermos, então, o processo discursivo (ORLANDI, 1999). Para tanto, adotamos uma concepção dinâmica de *corpus* (PÊCHEUX, 1997b, ZOPPI-FONTANA, 2005), que o considera em constante construção conforme o desenvolvimento das análises. Em outras palavras, nosso percurso analítico se dá por meio de sucessivos movimentos em “espiral”, em que se entremeiam processos de descrição e de interpretação. O *corpus* inicialmente constituído vai, gradativamente, integrando novos elementos, sendo reorganizado e recortado repetidamente ao longo da pesquisa. Nesse sentido, podemos afirmar que a organização e o recorte do *corpus* refletem o estado atual da análise – e não um momento prévio a qualquer movimento do investigador – e que o fechamento do *corpus* é necessariamente provisório, dando-se juntamente com a finalização das análises. Nas palavras de Orlandi (*op. cit.*, p. 64), “o *corpus* resulta de uma construção do próprio analista. Daí a necessidade de que a teoria intervenha a todo momento para ‘reger’ a relação do analista com o seu objeto”.

Em uma etapa inicial da constituição de nosso *corpus* de pesquisa, fizemos diversas buscas no portal do Ministério das Relações Exteriores (MRE)⁴⁸, sobretudo, no *site* do Departamento Cultural do Itamaraty⁴⁹. Além disso, acessamos os *sites* das Embaixadas brasileiras no exterior, dos Centros Culturais Brasileiros (CCBs) e dos Institutos Culturais Bilaterais (ICs), quando existentes, bem como a página da *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (CAPES), que participa da seleção dos leitores do Itamaraty. Reunimos, assim, dados relativos ao atual campo de atuação da *Rede Brasileira de Ensino no Exterior* (RBEx), o que nos permitiu estabelecer comparações na distribuição dos CCBs, ICs e leitorados nas diferentes regiões do mundo. Foi possível, ainda, colocar em relação esses dados com os referentes à distribuição das instituições

⁴⁸ Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/>>. Acesso em: 19 out. 2010.

⁴⁹ Disponível em: <<http://www.dc.mre.gov.br/>>. Acesso em: 19 out. 2010. Para a constituição de nosso *corpus* de pesquisa, consultamos, particularmente, o *link* “Língua e literatura”, referente às ações da *Divisão de Promoção da Língua Portuguesa* (DPLP).

vinculadas à RBEx no início da década de 1990, apresentados em uma dissertação de mestrado (MENEZES, 1993). Além disso, o acesso a esses *sites* nos possibilitou compilar: (a) textos jurídicos referentes à promoção da língua portuguesa no exterior pelo Estado brasileiro, a exemplo de portarias que regulamentam o programa de leitorado (cf. BRASIL, 1999, 2006) e editais para seleção de leitores (BRASIL, 2007b, 2007 c, 2008c, 2008d, 2009b, 2009c, 2010a, 2010b, 2011b); (b) textos concernentes à organização e ao funcionamento da Divisão de Promoção de Língua Portuguesa (DPLP); (c) textos de apresentação dos CCBs e ICs, bem como de descrição de suas atividades.

Ademais, reunimos textos escritos por (ex-)leitores e (ex-)diretores de CCBs e ICs, publicados, por exemplo, em periódicos especializados (cf. GRANDO, 2009a; SERRAVALLE DE SÁ, 2009), páginas de centros de pesquisa (cf. GOHN, 2006), *blogs* de CCBs (cf. LOPES, 2008) ou mesmo *blogs* pessoais⁵⁰. A partir do contato com professores e diretores de CCBs – em especial, com a Prof^a. Dr^a. Cristiane Grando, diretora do Centro Cultural Brasil-República Dominicana –, reunimos uma série de artigos, panfletos e documentos institucionais, entre outros materiais, relativos à atuação desses centros (cf. GRANDO, 2009b). Tivemos acesso, ainda, a relatórios de atividades dos leitores, a partir do contato que estabelecemos com esses profissionais (cf. SCARPA, 2004, 2005, 2006). Também reunimos algumas matérias da mídia atinentes a nossa temática, muitas vezes, a partir de pistas de textos de nosso *corpus* previamente analisados (cf. AGÊNCIA LUSA, 2008; ANDRADE, 2008; CORRÊA, 2006; COZER, 2010; INFOREL, 2007; INFORPRESS, 2008; E. SILVA, 2008, dentre outras).

Além disso, realizamos, em julho de 2009, pesquisa de campo na *Coordenação de Documentação Diplomática* (CDO) do Itamaraty, em Brasília, que tem sob sua responsabilidade a guarda e a divulgação de documentos da

⁵⁰ Referimo-nos, especificamente, ao *blog* mantido por Marco Aurélio Schaumloeffel durante o período em que foi leitor em Gana. Disponível em: <<http://www.schaumloeffel.net/ghana/ghana.htm>>. Acesso em: 24 jul. 2010.

diplomacia brasileira produzidos a partir de 1959⁵¹. Enfrentamos algumas dificuldades nessa pesquisa, devido à maneira como estão organizados os arquivos e à falta de categorias mais específicas nos sistemas de busca, que permitissem localizar documentos de interesse para nosso estudo. Não havia documentos organizados pelas chaves de busca “língua portuguesa”, “Rede Brasileira de Ensino no Exterior”, “Centros de Estudos Brasileiros”, “Institutos Culturais” ou “leitorados”. Tampouco havia pastas específicas sobre a DPLP. Assim, precisamos consultar arquivos bastante extensos, organizados por chaves pouco específicas, a exemplo de “difusão cultural” e “política educacional”. Averiguamos, ainda, alguns arquivos das embaixadas ligadas a Centros Culturais Brasileiros ou leitorados, mas a dificuldade em se localizarem textos de nosso interesse era ainda maior nesses casos. Apesar disso, foi possível encontrar alguns materiais sobre a promoção do português pelo Estado brasileiro, que nos deram importantes pistas sobre a política linguística exterior brasileira.

Ainda durante nossa pesquisa de campo no CDO, localizamos mensagens sobre os leitorados por meio do *Intradocs*, um sistema que armazena mensagens eletrônicas oficiais do Itamaraty enviadas após 1995. Embora muitas delas dissessem respeito, eminentemente, a questões burocráticas (por exemplo, contratação e substituição de leitores, expedição de documentos necessários para a obtenção do visto por parte desses profissionais), reunimos alguns textos interessantes para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

Ainda em julho de 2009, visitamos a DPLP, onde tivemos acesso ao relatório de gestão referente ao ano de 2008 (BRASIL, 2009a) e a documentos que também estão disponíveis *on-line*, como a portaria que atualmente rege o programa de leitorado (*idem*, 2006), bem como o Decreto 6.170 (*idem*, 2007a) e a Portaria 127/08 (*idem*, 2008b), que regulamentam a celebração de convênios entre o MRE e entidades privadas. Outros textos de natureza jurídica – ainda que

⁵¹ Parte do acervo do MRE – especificamente, os documentos datados de 1500 a 1959 – se localiza no *Arquivo Histórico do Itamaraty*, na cidade do Rio de Janeiro.

não diretamente relacionados à política linguística exterior brasileira – foram incorporados ao *corpus*, conforme nosso movimento analítico (cf. *idem*, 1988).

Além desse *corpus*, de natureza de arquivo, trabalhamos com materiais de natureza experimental, através da realização de entrevistas com profissionais direta ou indiretamente envolvidos com as políticas linguísticas implementadas pelo Itamaraty. Foram realizadas, ao todo, quatro entrevistas: uma com um diplomata brasileiro, duas com (ex-)leitores, e uma com uma docente da *Université Sorbonne Nouvelle – Paris III*, conforme indicações abaixo:

- (i) Diplomata brasileiro com experiência de trabalho na Assessoria Internacional da Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC) e no MRE, que preferiu não ser identificado – Entrevista realizada em Brasília, em 24 de março de 2010 (cf. Anexo 1).
- (ii) Profa. Dra. Ester Mirian Scarpa, leitora do Itamaraty no *King's College London* (Grã-Bretanha), entre setembro de 2003 e agosto de 2009 – Entrevista realizada em Campinas, em 03 de maio de 2010 (cf. Anexo 2).
- (iii) Prof^a. Dr^a. Jacqueline Penjon, catedrática de Língua, Literatura e Civilização brasileira na *Université Sorbonne Nouvelle* (Paris III), a qual recebe leitores do Itamaraty – Entrevista realizada em Paris, em 19 de janeiro de 2011 (cf. Anexo 3).
- (iv) Carlos Eduardo Bione, leitor do Itamaraty na *Hanoi University of Foreign Studies* (Vietnã) entre 2007 e 2009 e na *Université Paris-Nord* (Paris XIII), em Paris (França), desde setembro de 2009 – Entrevista realizada em Paris, em 19 de março de 2011 (cf. Anexo 4).

Conciliamos a realização da primeira entrevista com a participação na *Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial*, ocorrida no Palácio Itamaraty (Brasília – DF), entre 25 e 27 de março de 2010. As entrevistas (iii) e (iv), por sua vez, foram feitas durante nosso estágio de

doutorado junto à *Université Sorbonne Nouvelle* (Paris III), entre setembro de 2010 e março de 2011, sob a orientação do Prof. Dr. Jean-Marie Fournier⁵².

As entrevistas foram transcritas integralmente. Embora, como lembra Marcuschi (2005), toda transcrição já seja uma primeira interpretação a partir da escrita – e, por isso, sempre é uma espécie de *adaptação* (basta lembrar os vários elementos que se perdem, como a entoação, os aspectos gestuais e mímicos etc.) –, procuramos realizá-la de modo a minimizar as interferências no texto dos entrevistados, mantendo, por exemplo, hesitações, marcadores conversacionais e segmentos de palavras e frases não-concluídas. Além das reticências, que sinalizam qualquer pausa, os únicos sinais de pontuação utilizados foram a interrogação e as aspas, empregadas para marcar o discurso direto. Entoações enfáticas e comentários do transcritor são indicados, respectivamente, por meio do emprego de letras maiúsculas e de colchetes.

Considerações finais

Ao discutirmos o conceito de “política linguística” em que nos baseamos, procuramos delimitar alguns pontos que parecem fundamentais para um trabalho em HIL que adota uma perspectiva discursiva. Em primeiro lugar, afastamo-nos de conceitos que restringem a política linguística a situações de planejamento linguístico, pois consideramos que o político está inscrito na própria língua, não havendo prática linguística cuja natureza não seja política. Em segundo lugar, entendemos que não há algo como uma gestão do plurilinguismo “in vitro”, como propõe Calvet (2007). Afirmar isso corresponderia, de certa forma, a considerar que o saber constituído no domínio da Linguística – ou de outros domínios dedicados aos estudos da linguagem – é indiferente à política de línguas, ao invés de concebê-lo como estruturante de sua realização.

⁵² Estágio realizado com bolsa do *Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior* (PDEE), concedida pela *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (processo 2026-10-4).

Argumentamos, ainda, em favor da necessidade de se rever a figura dos chamados “atores” de uma política linguística. Se consideramos o falante como uma “figura política constituída pelo espaço de enunciação” (GUIMARÃES, 2002, p. 18) – e não como um indivíduo existente antes e independente dos litígios que caracterizam esse espaço –, esses “atores” não podem ser pensados enquanto indivíduos cuja vontade e reflexão estratégica, quando colocadas em prática por meios e ações eficientes, permitiriam a manipulação da política linguística a seu bel prazer. Nos próximos capítulos, mostraremos, a partir de nosso percurso analítico, que os “atores” de uma política linguística – a exemplo dos leitores do Itamaraty – muitas vezes sequer se representam como figuras que participam de uma política de Estado, o que sinaliza, mais uma vez, a necessidade de pensá-los não como atores, mas como *sujeitos da/à política linguística*, aqui concebida, a partir de Orlandi (2007), como política de línguas.

Ao longo deste primeiro capítulo, tecemos, ainda, algumas considerações sobre o conceito de “política linguística exterior”, a partir do trabalho de Varela (2006), que teremos em vista ao longo de nossas análises. As iniciativas do Itamaraty para a promoção internacional do português teriam alguma especificidade, considerando que o Brasil, diferentemente dos países que tradicionalmente têm levado a cabo políticas dessa natureza, não foi uma potência colonial? A política linguística exterior brasileira evidenciaria, efetivamente, rivalidades de poderes em relação a territórios, como podemos supor a partir da teorização de Varela (*ibidem*)? Sua coerência derivaria, de fato, da política externa do Estado brasileiro? Essas serão algumas das questões que procuraremos responder nos próximos capítulos.

CAPÍTULO II –

Organização, distribuição e institucionalização da *Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP)*

Este capítulo objetiva analisar a organização, a distribuição e a institucionalização da *Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP)*. Trata-se, conforme explicado na apresentação deste trabalho, de uma divisão do Itamaraty que coordena a *Rede Brasileira de Ensino no Exterior (RBEx)*, da qual fazem parte os Centros Culturais Brasileiros (CCBs) – anteriormente denominados Centros de Estudos Brasileiros (CEBs) –, os Institutos Culturais Bilaterais (ICs) e os leitorados brasileiros em universidades estrangeiras.

Nosso percurso analítico se iniciará a partir dos textos de apresentação dos CCBs, ICs e leitorados disponíveis no *site* da DPLP. Em seguida, na seção 2, reuniremos e organizaremos alguns dados sobre a presença da RBEx nas diferentes regiões do mundo, apresentando, ainda, uma visão panorâmica de sua história. Almejamos, dessa forma, fornecer um quadro das principais ações para a promoção internacional do português por parte do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Já na seção 3, discorreremos sobre a esfera de atuação dos CCBs e ICs, concentrando-nos, particularmente, nos efeitos de sentido produzidos pela mudança na designação “Centro de Estudos Brasileiros” para “Centro Cultural Brasil-País Sede” (por exemplo, “Centro Cultural Brasil-Chile”), determinada pela DPLP em setembro de 2008.

A seção 4, por sua vez, visa à discussão do imaginário sobre o leitor. Atentaremos, inicialmente, para um pré-requisito indispensável para assumir essa função – a nacionalidade brasileira –, argumentando que tal condição evidencia o funcionamento de um discurso que significa o leitor como um representante (diplomático) do Brasil. Uma vez mostrada a diversidade de atividades desenvolvidas pelo leitor – que podem estar muito além daquelas previstas na portaria que atualmente regula o programa de leitorado (BRASIL, 2006) –,

chamaremos a atenção para uma polêmica em torno do que / de quem o leitor deve representar. Argumentaremos, porém, que, a despeito dessa polêmica, o leitor é, invariavelmente, significado como um representante cultural do Brasil.

Por fim, resumiremos, nas considerações finais deste capítulo, as principais conclusões que nosso percurso permite sustentar, apresentando, ainda, algumas hipóteses que defenderemos no terceiro capítulo.

1. A organização institucional da *Rede Brasileira de Ensino no Exterior (RBEx)*

Conforme a apresentação disponível no portal do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Departamento Cultural (DC) do Itamaraty

é importante instrumento da diplomacia brasileira e desempenha uma variedade de atribuições que contribuem para a maior aproximação do Brasil a outras nações. Basicamente, o DC tem por função auxiliar a divulgação, no exterior, da cultura brasileira, e, em particular, da língua portuguesa falada no Brasil. Além disso, ocupa-se do relacionamento do País com as instituições multilaterais de natureza cultural⁵³.

O DC conta com seis departamentos: *Divisão de Promoção da Língua Portuguesa* (DPLP), *Divisão de Operações de Difusão Cultural* (DODC), *Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais* (DAMC), *Divisão de Temas Educacionais* (DCE), *Coordenação de Divulgação* (DIVULG) e *Divisão de Promoção do Audiovisual* (DAV). Dados nossos interesses de pesquisa, concentramo-nos, na presente tese de doutorado, no estudo da DPLP – denominada, até meados de 2003, *Divisão de Programas de Difusão Cultural* –, que visa a “orientar, coordenar e executar a política cultural externa do Brasil sob a vertente da difusão da língua

⁵³ Disponível em: <<http://www.dc.mre.gov.br/outras-noticias/conheca-o-departamento-cultural>>. Acesso em: 12 jul. 2009.

portuguesa e da literatura e cultura brasileiras”⁵⁴. Segundo o *Balanço da política externa - 2003-2010* (BRASIL, 2011c), a DPLP tem, especificamente, os seguintes objetivos:

- 1) Promover o aprendizado da Língua Portuguesa falada no Brasil, mediante a coordenação e o acompanhamento das atividades da Rede Brasileira de Ensino no Exterior, constituída pelos Centros Culturais Brasileiros, Institutos Culturais, Leitorados Brasileiros e Núcleos de Estudos Brasileiros;
- 2) Difundir a cultura brasileira por meio da divulgação da História e das artes do Brasil, com base na realização de estudos, pesquisas, seminários, mostras, exposições, simpósios, festivais e similares; e
- 3) Acompanhar a aplicação, nas unidades da Rede Brasileira de Ensino no Exterior credenciadas pelo MEC, dos exames para a obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras).

Conforme explicado no recorte anterior, a DPLP atua por intermédio da *Rede Brasileira de Ensino no Exterior* (RBEx). Como já mencionado, tal rede é atualmente composta, essencialmente, pelos *Centros Culturais Brasileiros* (CCBs) – anteriormente denominados *Centros de Estudos Brasileiros* (CEBs) –, *Institutos Culturais Bilaterais* (ICs) e *leitorados brasileiros* em universidades estrangeiras. Visando à discussão de algumas características dessa organização institucional da DPLP, reunimos, no quadro a seguir, as apresentações de cada uma dessas vertentes de promoção do português, disponíveis no *site* do Departamento Cultural do Itamaraty⁵⁵.

⁵⁴ Informações disponíveis em <<http://www.dc.mre.gov.br/brasil/page3.asp>> em julho de 2008, mas que foram retiradas do ar.

⁵⁵ Cf. <<http://www.dc.mre.gov.br/lingua-e-literatura>>. Acesso em 12 fev. 2012.

Quadro 1 - Textos de apresentação dos CCBs, ICs e leitorados

Centros Culturais Brasileiros (CCBs)
<p>Os Centros Culturais Brasileiros são instituições diretamente subordinadas ao Chefe da Missão Diplomática ou repartição consular do Brasil em cada país, constituindo o principal instrumento de execução da nossa política cultural no exterior.</p> <p>Suas atividades estão relacionadas ao ensino sistemático da Língua Portuguesa falada no Brasil; à difusão da Literatura Brasileira; à distribuição de material informativo sobre o Brasil; à organização de exposições de artes visuais e espetáculos teatrais; à co-edição e distribuição de textos de autores nacionais; à difusão de nossa música erudita e popular; à divulgação da cinematografia brasileira; além de outras formas de expressão Cultural Brasileira, como palestras, seminários e outros. [...]</p>
Institutos Culturais Bilaterais (ICs)
<p>Os Institutos Culturais Bilaterais são entidades sem fins lucrativos de direito privado e, embora autônomas, cumprem missão cultural em coordenação com as Missões diplomáticas e consulares da jurisdição em que estão sediadas. [...]</p>
Leitorados
<p>A rede de Leitorados reúne professores especialistas em língua portuguesa, literatura e cultura brasileiras, que atuam em conceituadas universidades estrangeiras, selecionados pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC).</p> <p>Atualmente, o Departamento Cultural do Itamaraty coordena e subsidia as atividades de 53 leitorados (eram 40 em 2006 e 45 em 2008) em 36 países (eram 30 em 2006), distribuídos em universidades de reconhecido prestígio. A expansão da rede de leitorados revela o êxito dessa modalidade de promoção da língua portuguesa e da cultura brasileira, que atinge uma parcela qualitativa das populações locais, no âmbito das comunidades acadêmicas formadoras de opinião.</p> <p>Adicionalmente, o Departamento Cultural colabora com diversas outras instituições acadêmicas estrangeiras que desenvolvem trabalhos voltados para o estudo de temas brasileiros. Concede, ainda, auxílio financeiro para os Núcleos de Estudos Brasileiros de Austin, Leiden e Berlim. Além de prestar apoio financeiro, o Departamento Cultural procura contribuir para as atividades desenvolvidas, facilitando intercâmbios e doações de material cultural.</p> <p>[grifos nossos]</p>

Gostaríamos, inicialmente, de destacar que, no *site* do Itamaraty, os CCBs e os ICs são apresentados por meio de uma estrutura típica de definição, através do uso do verbo “ser”: “X é Y”. Por outro lado, os leitorados não chegam a ser definidos, mas *caracterizados* através do uso do verbo “reunir”. Uma paráfrase com o uso verbo “ser” (ex: “A rede de Leitorado é uma reunião de professores...”)

produziria efeitos de sentido bastante diferentes, na medida em que conferiria à rede um maior grau de coesão, como se todos os leitorados fossem subordinados a uma entidade superior. Tal formulação nos dá indícios de que há antes uma relação de subordinação entre cada leitorado e a universidade estrangeira em que ele está sediado do que entre todos os leitorados e o Itamaraty, em que pese o fato de que esse último coordene e subsidie as atividades em questão. Todavia, tal funcionamento institucional não é apresentado transparentemente; ao contrário, há um silenciamento⁵⁶ importante, perceptível quando colocamos em relação o quadro anterior com a portaria que regulamenta o programa de leitorado desde 2006 (BRASIL, 2006). Ao contrário do que o texto de apresentação dos leitorados anteriormente apresentado pode nos levar a supor, é à universidade estrangeira que compete a decisão final quanto à escolha do leitor, ainda que a CAPES faça uma pré-seleção dos candidatos a partir de seus currículos. Além disso, conforme veremos mais adiante, é a universidade que estabelece o perfil do candidato, podendo inclusive rejeitar os pré-selecionados pela CAPES – caso em que o auxílio financeiro oferecido pelo Itamaraty é cancelado até nova seleção.

Ademais, enquanto os CCBs e os ICs são, respectivamente, definidos como “instituições” e “entidades”, os leitorados são caracterizados como uma “**modalidade** de promoção da língua portuguesa e da cultura brasileira” [grifo nosso]. A distinção entre as designações “instituições”, “entidades” e “modalidades” parece apontar para um desnível na organização institucional da DPLP. Conforme explicitado no Quadro 1, os CCBs são considerados “o **principal** instrumento de execução da nossa política cultural no exterior”. Os ICs, por sua vez, desempenham, aos olhos do Itamaraty, um papel menor em termos em termos de “projeção internacional da variante brasileira do português” do que os CCBs e os leitorados, conforme o recorte abaixo, referente ao *Balanço da política externa (2003 – 2010)*:

⁵⁶ Como um princípio metodológico essencial para nosso percurso analítico, procuramos trabalhar a relação entre o dito e o não-dito, considerando que a incompletude é estruturante no funcionamento da linguagem e que o silêncio é a própria condição do significar (ORLANDI, 2002a).

A criação da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa decorreu da percepção de que **a ativação dos instrumentos públicos de promoção do idioma, em particular dos CCBs e dos Leitorados**, teria efeitos positivos na projeção internacional da variante brasileira do Português (BRASIL, 2011c) [grifo nosso].

Ainda que os CCBs sejam considerados “o principal instrumento público de promoção da variante brasileira da Língua Portuguesa” (*ibidem*), é importante atentar para o fato de que os leitorados, conforme definição apresentada no quadro 1, atingem “uma parcela **qualitativa** das populações locais, **no âmbito das comunidades acadêmicas formadoras de opinião**” [grifos nossos]. Estão, portanto, voltados, essencialmente, para o público universitário, e não para as comunidades locais de uma maneira mais geral – como é o caso dos CCBs e dos ICs. Em outras palavras, embora represente, *quantitativamente*, uma parcela pequena, esse público acadêmico é significado como *qualitativamente* importante, por, supostamente, ser “formador de opinião”. Efeito de sentido semelhante é produzido no seguinte recorte:

Por funcionarem junto a universidades e a instituições governamentais estrangeiras, os Leitores interagem com **segmentos qualificados da sociedade local**, o que contribui para uma divulgação **mais eficaz** dos diversos aspectos da realidade brasileira (BRASIL, 2011c) [grifos nossos].

Ainda em relação ao escopo das atividades dos CCBs, ICs e leitorados, gostaríamos de colocar em relação dois recortes abaixo: o primeiro foi delimitado em uma mensagem de 29 de março de 2005, referente a uma proposta de criação de um leitorado na Universidade de Berna (Suíça), escrita pela Embaixadora Celina Assumpção à DPLP e à Divisão da Europa I (DE I)⁵⁷; o segundo, em um artigo escrito pela ex-diretora do Centro Cultural Brasil-Chile.

⁵⁷ Tivemos acesso a essa mensagem em nossa visita ao *Centro de Documentação Diplomática* do Itamaraty, especificamente, através do *Intradocs*, mencionado na apresentação de nosso *corpus* de pesquisa. A mensagem em questão é o telegrama n.º 000140.

Muito agradeço o Desptel [Despacho Telegráfico] 37, cujo teor diz respeito à adoção de medida capaz de representar um **divisor de águas** no histórico da atuação desta Embaixada no terreno cultural: a criação de um Leitorado na Universidade de Berna. Estimo ser importante o potencial não aproveitado de procura de opções de ensino do Português e da literatura brasileira naquela Universidade, e estou certa de que o eventual estabelecimento do Leitorado **terá um efeito altamente dinamizador das relações entre a Embaixada e o meio universitário local**, com dinamização conseqüente da agenda cultural do posto [grifos nossos].

Portanto, a Embaixada, em conjunto com o CEB, constituem os principais instrumentos de promoção oficial da **presença cultural do Brasil no Chile**. As prioridades temáticas mudam de acordo com as oportunidades e circunstâncias, ainda que obedecendo aos critérios sempre presentes de representatividade, qualidade e acessibilidade.

Creio que **a difusão da língua e da cultura brasileira na América Hispânica, via CEBs**, é uma tarefa importantíssima e, portanto um grande desafio. As relações entre as nossas culturas precisam ser cada vez mais uma realidade que uma possibilidade ou um sonho apoiado pela retórica (LOPES, 2008) [grifos nossos].

Embora, no primeiro recorte, um leitorado seja caracterizado como um fator que pode contribuir muito para a atuação da Embaixada Brasileira no que tange à divulgação cultural – o leitorado cuja criação se discutia, naquele momento, é representado, inclusive, como um futuro “divisor de águas” –, considera-se que tal criação seria benéfica para as relações entre a Embaixada e *o meio universitário de Berna*. Por outro lado, conforme o segundo recorte, o campo de atuação do Centro Cultural Brasil-Chile não se limitaria a seu entorno mais imediato – a cidade em que se situa o referido centro –, mas ao próprio Chile. Mais do que isso, os CEBs poderiam atuar na “América hispânica”, espaço de enunciação definido pela unidade (imaginária) construída a partir do espanhol, bem como da diferença em relação ao português, enquanto língua nacional do Brasil. Cabe observar, ainda, que, enquanto, no primeiro recorte, o leitorado assume, em certo sentido, o papel de “prolongamento cultural” da Embaixada,

capaz de potencializar-lhe as ações, no segundo, o papel do Centro Cultural Brasil-Chile chega, em termos de divulgação cultural, a ser equiparado ao da própria Embaixada brasileira no país (cf. “Portanto, a Embaixada, em conjunto com o CEB, constituem os principais instrumentos de promoção oficial da presença cultural do Brasil no Chile”).

Uma outra diferença entre essas vertentes da política linguística exterior brasileira é sinalizada pelas designações compostas dos CCBs (a exemplo de “Centro Cultural Brasil-Bolívia”, “Centro Cultural Brasil-Haiti” e “Centro Cultural Brasil-México”), bem como de alguns ICs (como “Instituto Cultural Brasil-Colômbia”, “Instituto Cultural Brasil-Venezuela” e “Instituto Cultural Brasil-Itália”), que dão indícios de que esses espaços dizem respeito à relação entre o Estado brasileiro e outros Estados. Por outro lado, de maneira bastante diferente do observado na definição dos CCBs e dos ICs, os leitorados são caracterizados, inicialmente, não pela sua relação com o Estado brasileiro, mas pelos indivíduos que desenvolvem suas atividades e pelo seu local de atuação: “A rede de Leitorados reúne **professores** especialistas em língua portuguesa, literatura e cultura brasileiras, que atuam **em conceituadas universidades estrangeiras**” [grifos nossos] (cf. Quadro 1). Não se trata, portanto, de uma relação entre o Estado brasileiro e outros Estados, mas entre um indivíduo – mais precisamente, um cidadão *brasileiro* – e uma universidade estrangeira⁵⁸.

Cabe, porém, chamar a atenção para uma importante diferença no funcionamento semântico-discursivo dos nomes *Centros Culturais Brasileiros* e *Institutos Culturais Bilaterais*. Enquanto aquele vincula o centro exclusivamente ao Brasil, não fazendo alusão alguma a outros países, este produz um efeito de simetria, ao caracterizar os institutos como *bilaterais*⁵⁹. Tal diferença aponta para

⁵⁸ Isso não significa que o leitorado não seja significado como um cargo de representação (cultural). Há, entretanto, conforme discutiremos mais adiante, uma polêmica acerca de quem / o que o leitor representa, não sendo consensual a ideia de que ele seja um representante do Estado brasileiro.

⁵⁹ Convém observar, a esse respeito, que, embora a maior parte dos nomes de ICs tenha um funcionamento semântico semelhante ao dos CCBs, alguns o subvertem. Este é o caso dos nomes *Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro* (ICUB) e *Instituto Brasileiro Equatoriano de Cultura* (IBEQ), já

os distintos estatutos jurídicos dos CCBs e dos ICs, que podemos perceber pelas próprias apresentações do quadro 1. Os CCBs são, pois, definidos em função de sua relação de subordinação ao Chefe da Missão Diplomática ou repartição consular do Brasil em cada país, enquanto os ICs são caracterizados como entidades autônomas e de direito privado. Conforme descreve Tiago de Oliveira Pinto (2008), ex-diretor do Instituto Cultural Brasileiro na Alemanha (ICBRA)⁶⁰, os ICs, diferentemente dos CCBs, têm seus registros efetuados nos países em que estão sediados, e vinculam-se ao MRE por meio de convênios. Dessa forma, além do vínculo com o Itamaraty, obedecem à legislação institucional do país em que se situam.

Em que pesem essas diferenças entre os CCBs e os ICs, o vínculo desses últimos com o Estado brasileiro está posto, como indica o seguinte enunciado do quadro 1: “embora autônomas, cumprem missão cultural em coordenação com as Missões diplomáticas e consulares da jurisdição em que estão sediadas”. Segundo Guimarães (1987), em um enunciado do tipo “A, embora B”, o operador “embora” indica que o locutor, apesar de reconhecer a possibilidade da utilização do argumento B a favor da conclusão r, invalida-o, sinalizando ao alocutário que é o argumento A que irá prevalecer. Prevalece, assim, o argumento que caracteriza os ICs a partir da sua relação com o Estado brasileiro, ainda que se reconheça que se trata de uma relação mais fraca, por serem entidades autônomas.

Por fim, destacamos que apenas três Núcleos de Estudos Brasileiros (NEBs) – a saber, os de Austin (EUA), Leiden (Holanda) e Berlim (Alemanha) – têm recebido recursos do MRE (BRASIL, 2011c), o que sinaliza que essa

que o emprego dos adjetivos “uruguaio” e “equatoriano” em seus nomes, em conjunto com “brasileiro”, produz o efeito de que o instituto em questão não é apenas brasileiro. No caso do ICUB, esse efeito é ainda mais forte, na medida em que o adjetivo “uruguaio” precede “brasileiro”.

⁶⁰ Fundado em 1995, o ICBRA, localizado em Berlim, não é mais uma instituição que integra a *Rede Brasileira de Ensino no Exterior*, já que o MRE não renovou o convênio de cooperação com esse instituto, deixando de pagar as subvenções a partir do dia 1º de janeiro de 2005 (cf. ZILLY & LISBOA, 2004).

modalidade de difusão do português não é prioritária para o MRE, como também indica uma rápida análise do *site* do Departamento Cultural do Itamaraty:

Figura 1 – Imagem do *site* do Departamento Cultural do Itamaraty⁶¹



Observamos que, embora apresentados, no *Balanço da política externa (2003-2010)* (BRASIL, 2011c), como parte da RBEx, os NEBs não contam, sequer, com um *link* específico na seção de “Língua e Cultura” do *site* do Itamaraty, ao contrário do que ocorre com os CCBs, ICs e leitorados. Trata-se de instituições absolutamente independentes do MRE e de suas Missões

⁶¹ Imagem do *site* do Departamento Cultural do Itamaraty, especificamente, da seção “Língua e Literatura”. Disponível em: <<http://www.dc.mre.gov.br/lingua-e-literatura>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

diplomáticas e consulares, com as quais a DPLP contribui por meio de recursos financeiros, doações de materiais culturais e facilitação de intercâmbios, conforme informações do Quadro 1. Por desempenharem, portanto, um papel muito secundário na política linguística do Itamaraty, os NEBs não serão objeto de nosso estudo.

Uma vez analisados os textos de apresentação da RBEx, traçaremos, a seguir, um panorama de sua história e de sua distribuição pelo mundo.

2. Uma visão panorâmica da história e distribuição dos Centros Culturais Brasileiros (CCBs), Institutos Culturais Bilaterais (ICs) e leitorados

Apresentaremos, nesta seção, alguns elementos da história dos CCBs, ICs e leitorados, bem como dados sobre a presença dessa rede nas diversas partes do mundo, com o objetivo de delinear algumas hipóteses sobre a política linguística exterior brasileira, a serem aprofundadas ao longo deste trabalho. Começamos esse percurso pelos CCBs.

2.1. Os Centros Culturais Brasileiros (CCBs)

Segundo Silva e Gunnewiek (1992), foram fundadas, na década de 1940, as primeiras instituições que serviram como núcleos para o subseqüente desenvolvimento dos Centros de Estudos Brasileiros (CEBs), conhecidos como Centros Culturais Brasileiros (CCBs) desde 2008: *Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro* (Montevideú), *Instituto de Cultura Argentino-Brasileiro* (Buenos Aires), *Instituto de Cultura Paraguaio-Brasileiro* (Assunção) e *Instituto de Cultura Boliviano-Brasileiro* (La Paz). Até então, afirmam os autores, a política brasileira de difusão da língua portuguesa era restrita à tradução de livros.

De acordo com Elisa Cristina Moraes Rodrigues Lopes (2008), ex-diretora do CCB de Santiago (Chile), a criação dos CEBs e Institutos Culturais atendia, inicialmente, a uma política de aproximação cultural do Brasil com países limítrofes. Tais instituições foram, assim, criadas “com o propósito de integrar o país ao universo dos países de fala hispânica da região”. Conforme a autora, “o Brasil permanecia então rodeado não apenas por uma fronteira territorial de imensos espaços pouco povoados, como também por outra fronteira, a do idioma”.

Ao longo dos anos, os CEBs – atualmente conhecidos como *Centros Culturais Brasileiros* – se estenderam para outros países da América Latina e, hoje, estão presentes em outras partes do mundo, conforme podemos observar na tabela abaixo:

**Quadro 2 –
Distribuição dos Centros Culturais Brasileiros (CCBs) – dez. 2011⁶²**

Região	País	Cidade	Centro Cultural	Data de fundação⁶³	Governo
América do Sul	Bolívia	La Paz	Centro Cultural Brasil-Bolívia	1958	Juscelino Kubitschek
	Chile	Santiago	Centro Cultural Brasil-Chile	1960	Juscelino Kubitschek
	Guiana	Georgetown	Centro Cultural Brasil-Guiana	1970	Emílio G. Médici
	Paraguai	Assunção	Centro Cultural Brasil-Paraguai	1974	Ernesto Geisel
	Peru	Lima	Centro Cultural Brasil-Peru	1962	João Goulart
	Suriname	Paramaribo	Centro Cultural Brasil-Suriname	1983	João Figueiredo
	El Salvador	São Salvador	Centro Cultural Brasil-El Salvador	1986	José Sarney

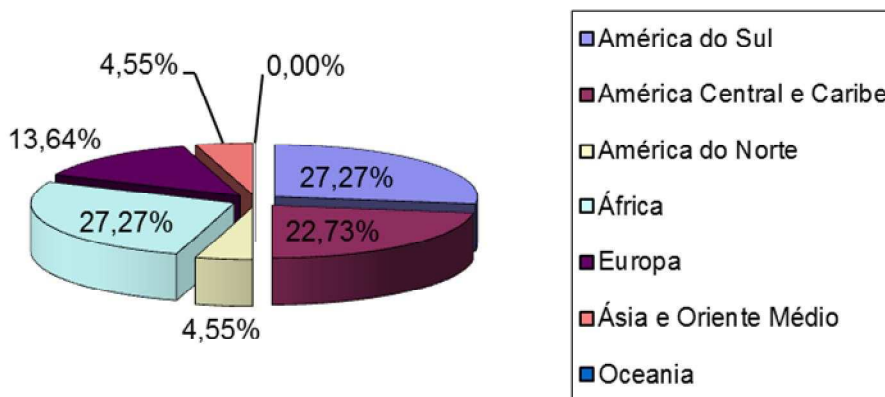
⁶² Tabela elaborada a partir de informações disponíveis no *site* do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores, especificamente, no *link* “Centros Culturais Brasileiros” da seção “língua e literatura”: <<http://www.dc.mre.gov.br/lingua-e-literatura>>. Acesso em 03 mar. 2012.

⁶³ As datas de fundação dos CCBs foram obtidas, em geral, por meio dos *sites* dos centros, de textos escritos por profissionais a eles vinculados (cf. GRANDO, 2009a, 2009b; LOPES, 2008) ou, ainda, por meio de mensagens eletrônicas que enviamos a essas instituições.

América Central e Caribe	Haiti	Porto Príncipe	Centro Cultural Brasil-Haiti	2008	Luiz I. Lula da Silva
	Nicarágua	Manágua	Centro Cultural Brasil-Nicarágua	1981	João Figueiredo
	Panamá	Cidade do Panamá	Centro Cultural Brasil-Panamá	2008	Luiz I. Lula da Silva
	República Dominicana	São Domingos	Centro Cultural Brasil-República Dominicana	2008	Luiz I. Lula da Silva
América do Norte	México	Cidade do México	Centro Cultural Brasil-México	1975	Ernesto Geisel
África	África do Sul	Pretória	Centro Cultural Brasil-África do Sul	2008	Luiz I. Lula da Silva
	Angola	Luanda	Centro Cultural Brasil-Angola	2003	Luiz I. Lula da Silva
	Cabo Verde	Praia	Centro Cultural Brasil-Cabo Verde	2008	Luiz I. Lula da Silva
	Guiné-Bissau	Bissau	Centro Cultural Brasil-Guiné-Bissau	1986	José Sarney
	Moçambique	Maputo	Centro Cultural Brasil-Moçambique	1989	José Sarney
	São Tomé e Príncipe	São Tomé	Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe	2008	Luiz I. Lula da Silva
Europa	Espanha	Barcelona	Centro Cultural do Brasil em Barcelona	1963	João Goulart
	Finlândia	Helsinki	Centro Cultural Brasil-Finlândia	2001	Fernando H. Cardoso
	Itália	Roma	Centro Cultural Brasil-Itália	1978	Ernesto Geisel
Ásia e Oriente Médio	Líbano	Beirute	Centro Cultural Brasil-Líbano	2011	Dilma Rousseff

No gráfico a seguir, representamos a distribuição dos CCBs em dezembro de 2011.

**Figura 2 -
Distribuição dos Centros Culturais Brasileiros
(CCBs) - dez. 2011**



Encontram-se na América 54,55% dessas instituições, das quais 27,27% localizam-se na América do Sul, 22,73% na América Central e no Caribe e 4,55% na América do Norte. Conforme indicam os dados apresentados no Quadro 2, os CCBs da América do Sul são, em geral, mais antigos – o mais recente foi fundado em 1983, no Suriname. Dos cinco CCBs da região da América Central e do Caribe, três foram criados bastante recentemente – em 2008 –, enquanto os localizados em El Salvador e Nicarágua foram fundados na década de 1980. Já na Europa, localizam-se apenas três CCBs – que correspondem a 13,64% do total –, dos quais o mais recente é o Centro Cultural Brasil-Finlândia, fundado em 2001. A África, por sua vez, conta hoje com 27,27% do total de CCBs, sendo notável o aumento recente na presença das instituições em questão nesse continente: em um único ano – o de 2008 –, foram fundados Centros na África do Sul, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe. Tal crescimento, assim como aquele observado na América Central e no Caribe, são indicativos de modificações na política linguística exterior brasileira, na esteira de mudanças na política externa brasileira, conforme discutiremos mais detalhadamente no capítulo 3.

2.2. Os Institutos Culturais Bilaterais (ICs)

A criação da maior parte dos ICs remonta à privatização de antigos CEBs, muitos dos quais foram, na década de 1990, jurídica e administrativamente desligados pelo MRE, conforme relata Pinto (2008)⁶⁴. Em 1994, por exemplo, o Centro de Estudos Brasileiros de Caracas, após vinte anos de funcionamento, transformou-se em Instituto Cultural Brasil-Venezuela. De maneira análoga, o atual IC em Buenos Aires, conhecido como Fundação Centro de Estudos Brasileiros de Buenos Aires (FUNCEB), originou-se de um CEB prévio, e hoje desfruta de autonomia financeira, tendo aberto filiais em Córdoba (1996) e em San Isidro (1998)⁶⁵. A história do Instituto Cultural Brasil-Itália (IBRIT) também segue um percurso semelhante, como mostram Lima *et al.* (2008):

O IBRIT foi fundado em 1997 pelo Consulado Geral de Milão. Substituiu o antigo Centro Cultural criado em 1962 e fechado durante o Governo Collor. A intenção era criar uma associação privada italiana, com caráter jurídico independente do Estado Brasileiro, que pudesse atuar na captação de recursos financeiros no mercado italiano e, portanto, tornar-se autônoma financeiramente da União. A criação dos Institutos era uma política global de privatização do Governo brasileiro. Vários CEBs foram transformados em Institutos, principalmente na América Latina.

Apresentamos, a seguir, uma tabela com os ICs em funcionamento em dezembro de 2011.

⁶⁴ Nesse sentido, a criação do Instituto Cultural Brasileiro na Alemanha – que, conforme relatado anteriormente, não mais integra a *Rede Brasileira de Ensino no Exterior* – pode ser considerada um caso atípico, já que essa instituição não se originou de um antigo CEB (cf. PINTO, 2008).

⁶⁵ Informações obtidas em <<http://www.dc.mre.gov.br/lingua-e-literatura>>. Acesso em: 20 jul. 2008.

Quadro 3 – Distribuição dos Institutos Culturais Bilaterais (ICs) – dez. 2011⁶⁶

Região	País	Cidade	Instituto	Data de fundação⁶⁷	Data de privatização⁶⁸
América do Sul	Argentina	Buenos Aires	Fundação Centro de Estudos Brasileiros (FUNCEB)	1954 (Getúlio Vargas)	1996 (Fernando H. Cardoso)
	Colômbia	Bogotá	Instituto Cultural Brasil-Colômbia (IBRACO)	1962 (João Goulart)	1996 (Fernando H. Cardoso)
	Equador	Quito	Instituto Brasileiro-Equatoriano de Cultura (IBEC)	1962 (João Goulart)	1996 (Fernando H. Cardoso)
	Uruguai	Montevidéu	Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro (ICUB)	1940 (Getúlio Vargas)	
	Venezuela	Caracas	Instituto Cultural Brasil-Venezuela (ICBV)	1971 (Emílio Médici)	1994 (Itamar Franco)
América Central e Caribe	Costa Rica	São José	Fundação de Cultura, Difusão e Estudos Brasileiros (FCDEB)	1971 (Emílio Médici)	1994 (Itamar Franco)
Europa	Itália	Milão	Instituto Cultural Brasil-Itália (IBRIT)	1962 ⁶⁹ (João Goulart)	1997 (Fernando H. Cardoso)

Através do gráfico a seguir, que ilustra a distribuição dos ICs no mundo, podemos perceber que 85,72% dessas instituições localizam-se na América, sendo 71,43% na América do Sul e 14,29% na região da América Central e do

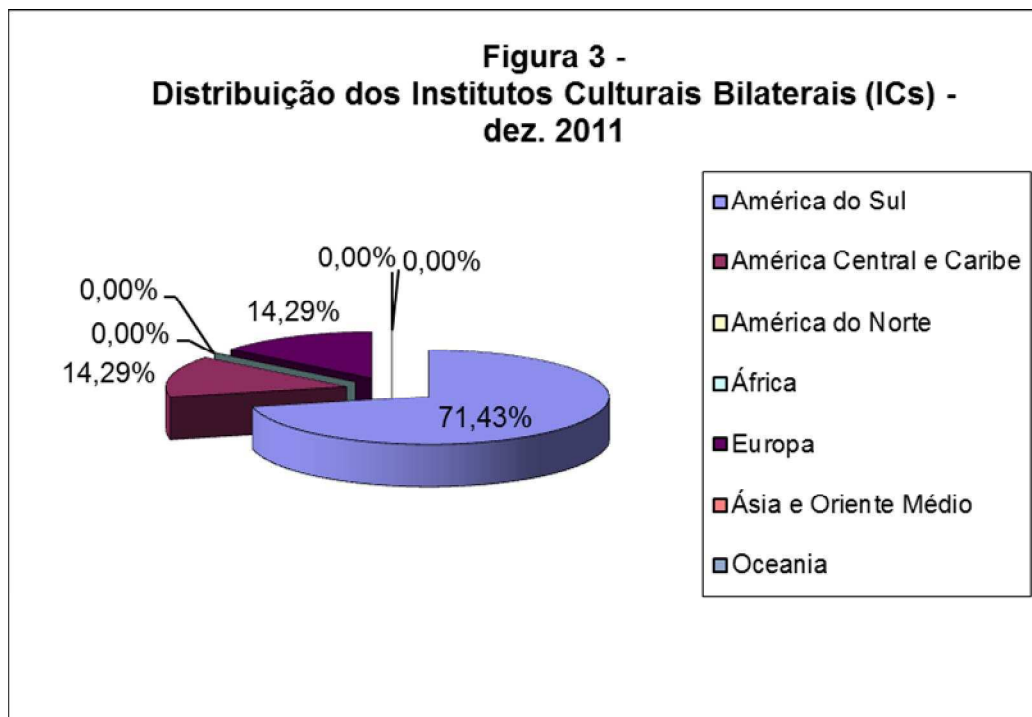
⁶⁶ Tabela elaborada a partir de informações disponíveis no *site* do Departamento Cultural do MRE, especificamente, no *link* “Institutos Culturais” da seção “Língua e literatura”: <<http://www.dc.mre.gov.br/lingua-e-literatura>>. Acesso em: 05 mar. 2012.

⁶⁷ As informações concernentes às datas de fundação e de privatização foram obtidas através dos *sites* dos ICs, de textos de profissionais vinculados a esses institutos e de mensagens eletrônicas que enviamos a essas instituições.

⁶⁸ A privatização do *Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro* ocorreu, possivelmente, em meados da década de 1990, como no caso dos demais institutos, mas não tivemos acesso a essa informação.

⁶⁹ Fundado em 1962, o Centro Cultural em Milão foi fechado durante o governo Collor, e re-inaugurado em 1997, já com o nome de Instituto Cultural Brasil-Itália (LIMA *et al.*, 2008).

Caribe. A Europa, por sua vez, conta com 14,29% dos ICs, não havendo tais instituições na África, na Ásia e no Oriente Médio e na Oceania.



Se, por um lado, muitos CEBs passaram por um forte processo de privatização ao longo da década de 1990, por outro, uma das diretrizes que atualmente pauta a ação cultural do Itamaraty, conforme documento a que tivemos acesso em visita à DPLP, consiste na substituição gradual dos ICs por CCBs e na reorganização de suas atividades. Essa nova diretriz, em conjunto com outros fatos que abordaremos mais adiante, são indícios de novos processos discursivos que passam a significar o português, sobre os quais nos deteremos no terceiro capítulo.

2.3. A Rede de Leitorado

Os primeiros leitorados brasileiros, segundo Silva e Gunnewiek (1992), foram criados na França e Inglaterra, na década de 1960. Precisamente, o

primeiro leitorado foi fundado na Universidade de Toulouse, na França, em 1965, conforme dados apresentados por D. Silva (2010). Apesar disso, é apenas em 1999 que o MRE publica uma portaria regulamentando o programa (BRASIL, 1999). Tal documento, conforme conversas que tivemos com ex-leitores, foi um passo importante na institucionalização dessa vertente da política linguística exterior brasileira, garantindo uma maior transparência na seleção dos candidatos e impedindo que alguns leitores, por vezes pouco qualificados, ficassem em um posto por tempo indeterminado devido a contatos políticos.

A portaria de 1999 foi revogada pela Portaria Interministerial nº 01, de 20 de março 2006 (BRASIL, 2006), publicada pelo MRE e pelo MEC, “com vistas a formalizar a ativa participação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no processo de seleção de leitores, e também suprir algumas lacunas existentes” (BRASIL, 2007d, p. C-297). Conforme conversa pessoal com a ex-sub-chefe da DPLP, Lilian Cristina Nascimento Pinho, em julho de 2009, os programas de leitorado funcionam, atualmente, mediante convênios entre o MRE e as instituições estrangeiras, segundo o decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 (BRASIL, 2007a).

A portaria de 2006, ainda em vigência, determina, em seu primeiro artigo, que o exercício da atividade de leitorado é de dois anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período. A seleção dos leitores, feita por meio da análise dos currículos dos candidatos, é, ainda de acordo com essa portaria, de responsabilidade de três entidades, conforme disposto a seguir:

- (i) o Ministério das Relações Exteriores (MRE), interlocutor junto às instituições universitárias estrangeiras interessadas, negociará, por intermédio do Departamento Cultural (DC), os termos de criação do leitorado; coordenará o processo de designação dos leitores; realizará o acompanhamento das atividades do leitor durante o período de sua atividade docente; e proverá o auxílio financeiro correspondente;
- (ii) a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal, do Ministério da Educação (CAPES/MEC) abrirá processo seletivo, realizará a análise dos currículos e a pré-seleção dos candidatos; e

(iii) a Instituição universitária estrangeira realizará a seleção final, a partir de lista preparada pela CAPES/MEC; acolherá o leitor e oferecerá contrato de trabalho, remuneração ou outro tipo de benefício complementar (BRASIL, 2006, artigo 2º).

É vedado às Missões Diplomáticas e às Repartições Consulares brasileiras do MRE estabelecer vínculos empregatícios ou pagar encargos trabalhistas ou previdenciários aos leitores. O artigo 3º da portaria de 2006 concede, por outro lado, os seguintes benefícios aos leitores: (i) auxílio financeiro estipulado pelo DC/MRE; (ii) passagem aérea necessária para se deslocar para o local em que irá assumir suas atividades na universidade estrangeira e, desde que tenha permanecido em atividade pelo menos doze meses, a passagem aérea para regressar ao país de origem⁷⁰. Parte dos leitorados conta também com a contrapartida das instituições estrangeiras, a exemplo de remunerações, subsídios pecuniários, alojamento, auxílio-transporte e seguro-saúde.

No quadro 4, apresentamos um levantamento das vagas de leitorados abertas pelo Itamaraty entre 2007 e 2011. Esse levantamento foi feito a partir dos editais de seleção de leitores divulgados pela CAPES nesse período⁷¹, indicados na penúltima coluna da tabela⁷². Na última coluna, informamos, com base em dados disponíveis no *site* do Itamaraty⁷³, se os leitorados em questão estavam em funcionamento em dezembro de 2011.

⁷⁰ Os benefícios estabelecidos pelo artigo 3º evidenciam um maior apoio aos leitorados por parte do Itamaraty, considerando que, segundo Silva e Gunnewiek (1992), os leitores que, no início da década de 1990, ocupavam postos mantidos apenas pelo MRE faziam jus, exclusivamente, a uma remuneração de cerca de US\$ 550 por mês. Apesar disso, alguns leitores se queixam das condições de trabalho e das remunerações, conforme constatamos através de mensagens trocadas entre Embaixadas e o MRE, a que tivemos acesso pelo sistema *Intradocs*, anteriormente apresentado.

⁷¹ Cf. Brasil (2007b, 2007c, 2008c, 2008d, 2009b, 2009c, 2010a, 2010b, 2011b).

⁷² Cabe ressaltar que, na penúltima coluna do quadro 4, apresentamos a data do edital de abertura da vaga – que, não necessariamente, corresponde à data de criação do leitorado, informação à qual não tivemos acesso.

⁷³ Cf.: <<http://www.dc.mre.gov.br/lingua-e-literatura/leitorados>>. Acesso em: 01 dez. 2011.

Quadro 4 – Vagas de leitorados abertas pelo Departamento Cultural do Itamaraty (2007 – 2011)

Região	País	Cidade ⁷⁴	Instituição	Editais de Seleção ⁷⁵	Em funcionamento em dez. 2011?
América do Sul	Argentina	Buenos Aires	Universidade de Buenos Aires	1º sem 2009	sim
		Córdoba	Universidade Nacional de Córdoba	1º sem 2009 2º sem 2009	sim
		Mendoza	Universidade Nacional de Cuyo	1º sem 2008 1º sem 2010	sim (2 leitores)
	Bolívia	Santa Cruz de la Sierra	Universidade Autónoma Gabriel René Moreno	2º sem 2007 1º sem 2009 2º sem 2009	sim
	Chile	Santiago	Pontifícia Universidade Católica	2º sem 2009 2º sem 2010	sim
	Colômbia	Bogotá	Fundación Universitaria del Área Andina (FUAA)	2º sem 2010	sim
			Pontifícia Universidad Javeriana (PUJ)	2º sem 2010	sim
			Universidad Externado de Colombia	1º sem 2009*	não
	Guiana	Georgetown	Universidade da Guiana	2º sem 2007 1º sem 2008 1º sem 2010	sim
	Paraguai	Assunção	Universidade Católica de Assunção	2º sem 2007 1º sem 2011	sim
			Universidade Nacional de Assunção	2º sem 2009	sim (2 leitores)
		Concepción	Universidade Nacional de Concepción	1º sem 2010	sim
	Peru	Lima	Universidade Nacional Mayor de São Marcos – Faculdade de Letras e Ciências Humanas	2º sem 2009	sim

⁷⁴ Não constam, no *site* do DC do Itamaraty, as cidades em que se situam os *campi* das universidades que contam com leitorados subsidiados pelo Itamaraty. Essa informação foi conseguida através de buscas na Internet, sobretudo, nos *sites* das universidades em questão.

⁷⁵ Indicamos com um asterisco as vagas para as quais não houve candidatos selecionados.

			Universidade Nacional Maior de São Marcos - Faculdade de Ciências Sociais	2º sem 2009*	não
		Piura	Universidade de Piura	1º sem 2010	sim
		Puno	Universidade Nacional do Altiplano	2º sem 2009	sim
América Central e Caribe	Barbados	Cave Hill	Universidade das Índias Ocidentais	1º sem 2009	sim
	Costa Rica	São José	Universidade da Costa Rica	2º sem 2008 2º sem 2010	sim
	Cuba	Havana	Universidade de Havana	1º sem 2008* 2º sem 2009*	não
	Haiti	Porto Príncipe	Universidade Estatal do Haiti ⁷⁶	1º sem 2008 1º sem 2011	sim
	Jamaica	Kingston	Universidade das Índias Ocidentais	2º sem 2007	sim
	Nicarágua	León	Universidade Nacional Autônoma da Nicarágua	2º sem 2010	não
		Manágua	Universidade Nacional Agrária	1º sem 2008 2º sem 2010	sim
	Panamá	Panamá	Universidade do Panamá	1º sem 2007	não
	Porto Rico	San Juan	Universidade de Porto Rico – Recinto de Río Piedras (UPR-RP)	1º sem 2011	não
	República Dominicana	São Domingos	Universidade Autônoma de São Domingos	2º sem 2011	sim
	São Vicente e Granadinas	Kingston	St. Vincent and the Granadines Community College	2º sem 2010	não
Trinidad e Tobago	Porto de Espanha	Universidade das Índias Ocidentais	1º sem 2007 1º sem 2011	sim	
América do Norte	EUA	Los Angeles	Universidade da Califórnia	1º sem 2008	sim
	México	Cidade do México	Instituto Politécnico Nacional	1º sem 2009	sim

⁷⁶ Conforme o edital do 1º semestre de 2008, o leitor da Universidade Federal do Haiti também ministraria aulas e coordenaria atividades no então denominado Centro de Estudos Brasileiros do Haiti.

África	África do Sul	Pretória	Universidade da África do Sul (UNISA)	1º sem 2008*	não
			Centro Cultural Brasil-África do Sul	1º sem 2008	não
	Angola	Luanda	Universidade Agostinho Neto ⁷⁷	2º sem 2007	não
	Argélia	Argel	Universidade de Oran	2º sem 2007	não
	Benin	Cotonou	Universidade de Abomey-Calavi	1º sem 2009	sim
	Botsuana	Gaborone	Universidade da Botsuana	2º sem 2010	não
	Cabo Verde	Praia	Instituto Internacional da Língua Portuguesa	2º sem 2010	sim
			Universidade de Cabo Verde	2º sem 2010	sim
	Camarões	laundê	Universidade de laundê I	2º sem 2009	sim
	Costa do Marfim	Abidjan	Escola Normal Superior	2º sem 2009*	não
	Gabão	Libreville	Universidade Omar Bongo	1º sem 2009	sim
	Gana	Acra	Ghana Institute of Languages (Universidade de Gana)	2º sem 2008	sim
	Guiné Bissau	Bissau	Universidade Lusófona da Guiné Bissau - Amílcar Cabral	1º sem 2008 2º sem 2009	sim
	Ilhas Maurício	Moka	Universidade de Maurício	1º sem 2010	não
	Mali	Bamako	Universidade de Bamako	1º sem 2010	não
	Moçambique	Maputo	Instituto Superior de Ciência e Tecnologia	1º sem 2008	não
	Nigéria	Ilê-Ifé	Universidade Obafemi Awolowo	1º sem 2008 1º sem 2010	sim
		Lagos	Universidade do Estado de Lagos (LASU)	1º sem 2011	sim
	Quênia	Nairóbi	Universidade Kenyatta	2º sem 2008 1º sem 2010	sim
	São Tomé	São Tomé	Instituto Superior	1º sem 2009	sim

⁷⁷ Conforme o edital publicado no 2º semestre de 2007, o reitor da Universidade Agostinho Neto também assumiria atividades no então denominado Centro de Estudos Brasileiros de Angola.

	e Príncipe		Politécnico			
	Tanzânia	Dar es Salaam	Universidade de Dar es Salaam	2º sem 2010	não	
	Zâmbia	Lusaka	Universidade da Zâmbia	2º sem 2010	não	
	Zimbábue	Mutare	Universidade da África	1º sem 2008*	não	
Europa	Alemanha	Heidelberg	Universidade de Heidelberg	1º sem 2011	não	
		Trier	Universidade de Trier	1º sem 2008	sim	
	Áustria	Viena	Universidade de Viena	1º sem 2008*	não	
	Bulgária	Sófia	Universidade de Sófia	1º sem 2008	não	
	Croácia	Zagreb	Universidade de Zagreb	1º sem. 2007 1º sem 2010	sim	
	Dinamarca	Aarhus	Universidade de Aarhus	1º sem 2008 1º sem 2011	sim	
	Eslovênia	Koper	Universidade de Primorska	2º sem 2007	não	
	França	Paris	Bordeaux	Universidade de Bordeaux	1º sem 2010	sim
			Clermont-Ferrand	Université Blaise Pascal	1º sem 2010 1º sem 2011	sim
			Lyon	Lyon II	1º sem 2009	não
			Nantes	Université de Nantes	1º sem 2009	sim
			Paris	Université Paris III (Sorbonne Nouvelle)	1º sem 2009	sim
				Université Paris IV (Sorbonne)	1º sem 2010	sim
				Université de Paris VIII (Vincennes)	1º sem 2009	sim
				Université de Paris X (Nanterre)	1º sem 2009	sim
	Villetaneuse	Université Paris XIII	1º sem 2009	sim		
	Hungria	Budapeste	Universidade Eötvös Lorand	1º sem 2010	sim	
	Itália	Bolonha	Universidade de Bolonha	1º sem 2009	sim	
		Trieste	Universidade de Trieste	2º sem 2011	sim	
	Polônia	Varsóvia	Universidade de Varsóvia	2º sem 2008	não	
Grã-Bretanha	Londres	Birkbeck College (Universidade de Londres)	1º sem 2008	sim		
		King's College	1º sem 2011	sim		

			(Universidade de Londres)			
			Universidade Queen Mary (Universidade de Londres)	1º sem 2009	sim	
		Manchester	Universidade de Manchester	2º sem 2010	sim	
		Guildford	Universidade de Surrey	1º sem 2010	não	
	República Tcheca	Praga	Universidade Karolina	1º sem 2010	sim	
	Rússia	Moscou	Universidade Estatal de Moscou - Lomonosov	2º sem 2008 1º sem 2010* 1º sem 2011	sim	
	Ucrânia	Kiev	Universidade Nacional Taras Shevchenko	1º sem 2008* 2º sem 2008* 2º sem 2009	sim	
Ásia e Oriente Médio	Armênia	Ierevan	Universidade Estatal de Ierevan (UE)	1º sem. 2007 2º sem 2008 2º sem 2010	não	
			Universidade de Linguística (UL)	2º sem 2008	não	
	China	Cantão		Universidade de Estudos Estrangeiros de Cantão	2º sem 2009	sim
				Universidade das Comunicações	1º sem 2008 1º sem 2011	sim
		Pequim		Universidade de Estudos Internacionais de Pequim	2º sem 2009	sim
				Universidade de Pequim	1º sem 2011	sim
	Coréia do Sul	Seul		Hankuk University of Foreign Studies	1º sem. 2007	não
	Líbano	Beirute		Universidade Libanesa	1º sem 2007	não
				Universidade Saint Joseph	2º sem 2009	sim
	Tailândia	Bangkok		Universidade de Chulalongkorn	2º sem 2010	sim
Vietnã	Hanói		Universidade de Hanói	1º sem 2007 2º sem 2009	sim (2 leitores)	

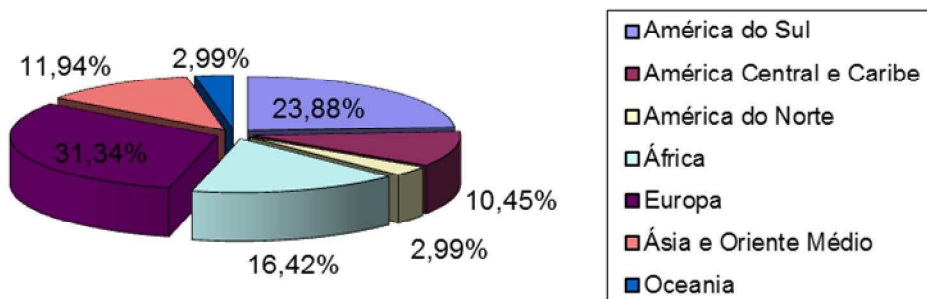
Oceania	Austrália	Brisbane	Universidade de Queensland	1º sem 2010	sim
	Nova Zelândia	Wellington	Universidade Victoria	1º sem 2007	sim

Em dezembro de 2011, conforme informações constantes no *site* do Itamaraty⁷⁸ e apresentadas na última coluna do quadro anterior, estavam em funcionamento 67 postos de leitorado, distribuídos por 64 instituições⁷⁹ de 41 países, atendendo a mais de 3600 alunos. A fim de melhor visualizar a distribuição da rede de leitorados pelo mundo, apresentamos, em seguida, dois gráficos. O primeiro deles foi elaborado considerando o número de *leitorados* que contavam com auxílio do MRE em dezembro de 2011; o segundo, tendo em vista o número de *países* que apresentam pelo menos um leitorado. Assim, o fato de que países como a França apresentem mais de um leitorado é significativo para o cálculo das proporções representadas no primeiro gráfico, mas não no segundo. Isso explica, por exemplo, as diferenças relativas às áreas dos gráficos correspondentes à Europa.

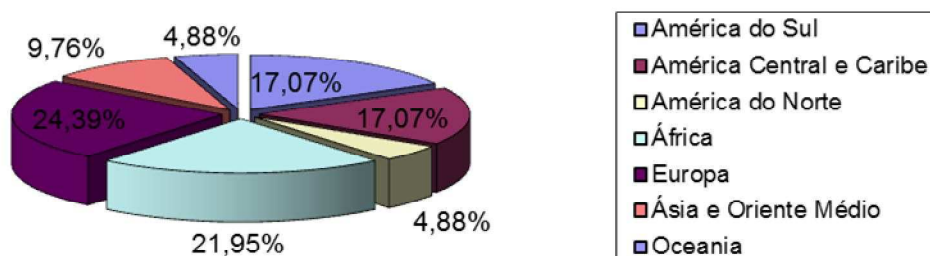
⁷⁸ Cf.: <<http://www.dc.mre.gov.br/lingua-e-literatura/leitorados>>. Acesso em: 01 dez. 2011.

⁷⁹ Segundo o *site* do MRE, 68 leitores trabalhavam em 64 universidades em dezembro de 2011. Na Grã-Bretanha, ainda de acordo com esse *site*, havia leitorados do Itamaraty em King's College, Birkbeck College, Universidade de Londres, Universidade de Queen Mary e Universidade de Manchester. Há um erro nesta listagem, uma vez que Birkbeck faz parte da Universidade de Londres, assim como King's College e Queen Mary. Cf.: <http://www.london.ac.uk/colleges_institutes.html>. Acesso em: 20 fev. 2012. Dessa forma, no fim do ano de 2011, havia, provavelmente, 67 leitores trabalhando em 63 universidades (ou 64 instituições, se incluirmos o *Instituto Internacional da Língua Portuguesa*).

**Figura 4 -
Distribuição dos leitorados subsidiados pelo Itamaraty -
dez. 2011**



**Figura 5 -
Distribuição dos países com pelo menos um leitorado
subsidiado pelo Itamaraty - dez. 2011**



Constatamos que 31,34% dos leitorados que estavam em funcionamento em dezembro de 2011 se encontravam na Europa, onde estavam 24,39% dos países com pelo menos um leitorado apoiado pelo Itamaraty. Na América – em que, conforme vimos anteriormente, se concentra a maior parte dos CCB e dos ICs –, estavam, naquele momento, 37,32% dos leitorados, presentes, sobretudo, na América do Sul e América Central/Caribe. A Figura 5 mostra, ainda,

que é na América em que se situavam, no período em questão, 39,02% dos países com pelo menos um leitorado. Na África, estavam, então, 16,42% dos leitorados e 21,95% de países com pelo menos um leitorado.

Uma vez feito um panorama da história e da distribuição da RBEx, passaremos, nas próximas seções, à leitura de outros documentos. Na seção seguinte, investigaremos, particularmente, a esfera de atuação dos CCBs e ICs.

3. A esfera de atuação dos CCBs e ICs

Os textos de apresentação da RBEx, reunidos no quadro 1, indicam que as ações dos CCBs e dos ICs abrangem diversas outras além daquelas relacionadas ao ensino de língua portuguesa. Com efeito, os *sites* dos diferentes CCBs e ICs, bem como textos relativos à sua atuação, mostram o leque de atividades por eles desenvolvidas. Esse é o caso do recorte abaixo, referente a um artigo escrito por Tiago de Oliveira Pinto, ex-diretor do antigo Instituto Cultural Brasil-Alemanha (ICBRA):

Além dos cursos de português do Brasil, o ICBRA tem, portanto, realizado uma **vasta gama de atividades de promoção cultural e científica do Brasil**. Resumindo, nestes últimos quatro anos o ICBRA organizou centenas de eventos sobre a cultura brasileira, incentivando também o intercâmbio e o entendimento entre o Brasil e a Alemanha. Ressaltam-se aqui alguns números: foram realizadas 26 exposições de arte com 147 artistas, 21 leituras com 27 escritores, 29 palestras e simpósios com 111 palestrantes, 13 mostras de cinema brasileiro com 72 filmes (curtas, longas e documentários) e 35 vídeos. Houve ainda 5 festivais brasileiros com várias bandas e grupos regionais, além de concertos entre clássicos e populares, com ou sem orquestra; apresentações de teatro e dança. Em seu programa de publicações, o ICBRA promoveu 13 lançamentos inéditos entre CDs, livros e catálogos. Nos cursos de língua portuguesa, elemento essencial para a divulgação da cultura brasileira, até meados de 1999 passaram 324 alunos pelos cursos de português ministrados por uma equipe de 11 professores, sem incluir os cursos de literatura, culinária, economia, história, música, cartografia e percussão brasileiras, bem como cinema e cursos de alemão para brasileiros (PINTO, 2008) [grifo nosso].

De maneira análoga, a ex-diretora do Centro Cultural Brasil-Chile, menciona diversas atividades promovidas ou apoiadas pelo então denominado CEB-Santiago, e que ocorreram em escolas, universidades e salas de projeção de diferentes lugares do Chile, dentre outros espaços⁸⁰:

Entre outras atividades, o CEB promove ou contribui para a promoção de exposições de artes visuais, espetáculos musicais e teatrais, distribui material informativo sobre o Brasil trabalhando em parceria com o setor de Turismo da Embaixada no Chile, difunde a música erudita e popular, organiza palestras e seminários sobre temas relacionados com a civilização e a atualidade brasileiras.

O CEB-Santiago dispõe de uma Biblioteca com aproximadamente 7.800 títulos sobre o Brasil no Chile e 8.500 exemplares. A coleção está composta de uma grande variedade de obras de referência, livros e publicações periódicas. O CEB dispõe também de um setor Audiovisual com um número bastante expressivo de cds e dvds com produções brasileiras ou sobre o Brasil, disponíveis ao público mediante empréstimo. Por meio desse acervo audiovisual, o setor cultural da Embaixada e o CEB vem promovendo mostras de cinema brasileiro em escolas, universidades e salas de projeção em todo o Chile. Quanto ao apoio institucional, o CEB brinda sua contribuição a várias Prefeituras locais e entidades diversas, colaborando com atividades relacionadas à divulgação da cultura brasileira, através do empréstimo de fantasias típicas; material de divulgação sobre o Brasil, mostra de capoeira entre outras.

Os eventos culturais promovidos pelo CEB contam com grande receptividade do público chileno. Os esforços, no sentido de atender a crescente e ampla demanda nos últimos anos, estiveram pautados pela realização de iniciativas internas que tiveram o respaldo de entidades culturais locais (centros culturais, universidades, bibliotecas públicas, escolas dos diferentes municípios da grande Santiago, entre outros). Ressalto que o CEB conta com o apoio do setor cultural da embaixada do Brasil para a realização das suas atividades. Graças à multiplicação de iniciativas inéditas nos campos da literatura (edições de livros bilíngües), cinema, artes plásticas e música, **o Brasil é hoje mais conhecido nos ambientes culturais da capital chilena e de**

⁸⁰ Especialmente interessante nos parece a parceria do CEB de Santiago com o setor de Turismo, o que parece evidenciar o funcionamento do discurso de que as atividades de difusão da língua portuguesa e cultura brasileira promovidas pelos CCBs podem contribuir para o crescimento do turismo de estrangeiros no Brasil.

outras importantes cidades do país (LOPES, 2008) [grifo nosso].

Os CCBs e ICs desenvolvem, portanto, atividades que têm como público-alvo outras pessoas que não apenas seus próprios alunos. São frequentes atividades gratuitas, o que pode contribuir para a participação daqueles que não têm vínculo estudantil ou empregatício com essas entidades. Isso aparece destacado em diferentes recortes, a exemplo do seguinte, relativo a uma matéria publicada no portal do *Universo Online* (UOL), especificamente, no UOL Educação:

O prédio do CEB está localizado em Pétionville, área nobre da capital Porto Príncipe. E, para se inscrever no curso de língua portuguesa, os interessados terão de pagar uma taxa equivalente a cerca de US\$ 30 na moeda local, o gourde. Isso limita, e muito, o público que deverá assistir às aulas, em um país no qual a miséria ainda impera. No entanto, não é apenas a questão financeira que conta, mas também a educação, já que grande parte da população é analfabeta. [...]

O público em geral terá acesso às atividades culturais, que serão gratuitas. "Quando houver exibição de filmes, faremos uma divulgação ampla nas rádios (principal meio de comunicação no país) e nas escolas. Não vejo o local como um centro elitista, de forma alguma", ressaltou (ANDRADE, 2008).

Devido a esse amplo espectro de atividades, os CCBs e ICs, não raras vezes, são caracterizados como um "prolongamento" do Brasil no exterior. No recorte abaixo, o Centro Cultural Brasil-República Dominicana, por exemplo, é caracterizado, na posição a partir da qual enuncia sua diretora, como "o universo acadêmico e cultural do Brasil".

Sean ustedes los bienvenidos en **el universo académico y cultural de Brasil**. A partir del 25 de marzo, funcionarios y profesores de este Centro Cultural [Centro Cultural Brasil-República Dominicana] recibirán inscripciones para clases de portugués, de conversación y de capoeira a un precio especial de inauguración. Dentro de algunas semanas, el centro ya instalado como escuela de portugués, varios eventos culturales formarán

parte de nuestra programación, muchos de ellos con entrada libre, como proyección de películas brasileñas y noches de música y poesía brasileña (GRANDO, 2009b) [grifo nosso]⁸¹.

Semelhantemente, em sua página de apresentação na rede social *Orkut*⁸², o Instituto Cultural Brasil-Itália é definido como “o principal centro de cultura brasileira do norte da Itália”, de forma que participar de suas atividades significaria se aproximar do Brasil.

Bem vindo à COMUNIDADE OFICIAL do IBRIT no Orkut
Fundado em 1997, o Instituto Brasil Itália de Milão é hoje o **principal centro de cultura brasileira do norte da Itália**. Com uma programação intensa de concertos, palestras, projeções cinematográficas, mostras, seminários e cursos, o IBRIT possui também uma ampla biblioteca com cerca de 9.000 livros de literatura, história e cultura, além de dvds e cds de cinema e música brasileira.

Nossa missão é a difusão da cultura brasileira na Itália e a reunião dos imigrantes brasileiros em torno de suas raízes culturais. Para isso trabalhamos em estreita colaboração com o Consulado Geral do Brasil em Milão.

Venha nos conhecer.

O IBRIT é o Brasil perto de você!

O IBRIT tem sua sede no centro de Milão (Via Borgogna 3, perto da Praça San Babila, a duzentos metros do Consulado Brasileiro) [grifos nossos].

No recorte abaixo, também relativo ao artigo publicado pelo ex-diretor do Instituto Cultural Brasil-Alemanha, mais do que caracterizados como os principais centros de cultura brasileira de uma determinada região ou país, alguns CCBs e ICs – especificamente, os de países latino-americanos – são vistos como os principais centros culturais do local. Esse imaginário dá indícios de uma

⁸¹ “Sejam bem-vindos ao universo acadêmico e cultural do Brasil. A partir de 25 de março, funcionários e professores deste Centro Cultural [Centro Cultural Brasil-República Dominicana] receberão inscrições para aulas de português, de conversação e de capoeira por um preço especial de inauguração. Dentro de algumas semanas, o centro já instalado como escola de português, vários eventos culturais farão parte de nossa programação, muitos deles com entrada livre, como projeção de filmes brasileiros e noites de música e poesia brasileira” [tradução nossa].

⁸² Disponível em: <www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=27802929>. Acesso em 01 fev. 2010.

posição europeia-colonizadora, que apaga o intenso movimento cultural de cidades como Lima, Buenos Aires e Ciudad de México.

A situação nos países latino-americanos, onde há vários CEBs transformados em Institutos, difere do panorama alemão. **Lá a presença de uma entidade cultural brasileira é tão forte, que em algumas cidades o Instituto Brasileiro chega a ser um dos principais centros culturais do local.**

Já em Berlim, uma das grandes metrópoles culturais do mundo, o ICBRA é apenas uma no cenário das entidades de cultura, embora apresente algumas prerrogativas, que lhe dão destaque: é o primeiro instituto independente de um país do hemisfério sul e o terceiro de um país não europeu, depois dos EUA e do Japão. Na Alemanha Institutos Culturais, levam fama de serem empreendimentos de países europeus. A representação cultural do Brasil na Alemanha está, portanto, entre os institutos de países do chamado 1º mundo (PINTO, 2008). [grifo nosso]

Em resumo, a imagem dos CCBs e os ICs é construída, em grande medida, por sua programação cultural, de tal forma que a não-ocorrência de eventos dessa natureza chega a ser justificada, como no caso do Centro Cultural Brasil - Suriname:

Cursos - A cada trimestre iniciam-se cursos de língua portuguesa divididos em 4 níveis.

Eventos culturais - No ano de 2000, devido ao espaço exíguo e ao mal estado em que se encontravam as antigas instalações, não se realizou qualquer evento cultural no âmbito do Centro. Entre 2001 e março de 2002, o Centro esteve envolvido com as reformas das instalações da atual sede⁸³.

Em alguns recortes, nota-se inclusive certo apagamento das atividades diretamente relacionadas ao ensino de língua portuguesa, em favor de outras desenvolvidas nos CCBs. Tal fato pode ser observado no texto de apresentação da página da comunidade do Instituto Cultural Brasil-Itália no Orkut, anteriormente

⁸³ Texto retirado da antiga página Centro Cultural Brasil-Suriname. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/suriname/ceb.asp>>. Acesso em: 10 jun. 2009. A nova página desse centro encontra-se alojada no site da Embaixada do Brasil no Suriname: <<http://www.brasil.org.sr/pt/centro-cultural-brasilsuriname->>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

transcrito. De maneira semelhante, na notícia abaixo reproduzida, faz-se menção às “manifestações culturais”, “ações culturais” e “iniciativas no âmbito cultural e académico”, mas não aos cursos de língua portuguesa que certamente passariam a ser ministrados no então denominado Centro de Estudos Brasileiros de Cabo Verde.

Embaixada do Brasil abre Centro de Estudos na Praia

Praia, 12 Fev (Inforpress) - A Embaixada do Brasil em Cabo Verde vai abrir no próximo mês de Abril, na Praia, um Centro de Estudos, que passará a acolher as **manifestações culturais** programadas por essa instituição.

Uma fonte daquela Missão Diplomática garantiu à Inforpress, que tudo está a postos para a concretização do referido projecto, em Abril, devendo a respectiva inauguração aguardar, contudo, pela aprovação do orçamento por parte do governo brasileiro.

“Nós já agendamos uma lista de actividades e remetemos à Brasília para avalizarem o orçamento e estamos à espera da resposta”, frisou a fonte, manifestando o desejo de ver tudo resolvido até Abril, “para que possamos dar início às **acções culturais** já programadas”.

Conforme apurou a Inforpress, o Centro de Estudos Brasileiros em Cabo Verde irá desenvolver várias **iniciativas de âmbito cultural e académico**.

Refira-se, que o estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Cabo Verde aconteceu logo após a proclamação da Independência do arquipélago a 5 de Julho de 1975 (INFORPRESS, 2008) [grifos nossos].

Os diferentes recortes apresentados até aqui mostram a construção e estabilização de certos sentidos – em detrimento de outros – para o que é e como deve atuar um Centro Cultural Brasileiro ou um Instituto Cultural Bilateral. Em um gesto institucional que resulta na legitimação de alguns desses sentidos – e no apagamento de outros –, a DPLP determinou, em setembro de 2008, a mudança na designação “Centro de Estudos Brasileiros” (CEB), conforme atesta o relatório de gestão da DPLP referente àquele ano:

Os CEBs, para refletir seu crescente papel como difusores **não só** da língua, **como também da** cultura brasileira, passaram a ser

denominados Centro Cultural Brasil – País Sede (BRASIL, 2009a) [grifo nosso].

A designação CEBs é, portanto, modificada para *Centro Cultural Brasil-País Sede*. Nos casos em que se alude de uma maneira geral aos diversos centros, a designação mais frequente passa a ser *Centros Culturais Brasileiros*, como registrado em outros textos oficiais da DPLP (cf. quadro 1). Detenhamo-nos, então, nesse ato de nomeação, dada a importância simbólica que ele parece assumir. Afinal, se o nome “Centro de Estudos Brasileiros” foi empregado durante algumas décadas para se referir a essas instituições apoiadas pelo Itamaraty – a tal ponto que a sigla “CEB” estabilizou-se como maneira de particularizá-las –, que condições de produção estariam associadas à “necessidade” de se estabelecer uma nova designação? Que efeitos de sentido passam a ser produzidos pela nova designação, a partir de um ato de nomeação que, neste caso, se dá a partir do Estado brasileiro?

Antes de respondermos a essas perguntas, cumpre, em primeiro lugar, explicar que, baseando-nos no trabalho de Guimarães (2002), definimos “nomeação” como “o funcionamento simbólico pelo qual algo recebe algum nome” e “designação” como a significação de um nome enquanto uma “relação lingüística (simbólica) remetida ao real” (*ibidem*, p. 9) Nessa perspectiva, o ato da designação é concebido como um processo cujo fundamento não é sua propriedade referencial, a qual se constitui como uma exterioridade *produzida* pela linguagem. Nas palavras de Guimarães (*ibidem*, p. 40),

O processo enunciativo da designação significa, então, na medida em que se dá como um confronto de lugares enunciativos pela própria temporalidade do acontecimento. Este confronto recorta e assim constitui um campo de “objetos”. Se se mudam os lugares enunciativos em confronto, recorta-se um outro memorável, um outro campo de “objetos” relativos a um dizer.

O processo sócio-histórico da designação é, portanto, instável, não sendo possível fixar o sentido do referente, já que uma constante (re-)significação

é produzida no embate entre os distintos lugares enunciativos. Poderíamos dizer, então, que, através do ato de nomeação em questão, recorta-se outro memorável em relação àqueles que são conhecidos como “o principal instrumento de execução da nossa política cultural no exterior” (cf. quadro 1), e, conseqüentemente, identifica-se “a realidade” de outra maneira. Que efeitos de sentido passam a ser produzidos pela designação “Centro Cultural Brasil-País Sede”? Que efeitos de sentido são silenciados com o apagamento do nome “Centro de Estudos Brasileiros”?

Observemos, em primeiro lugar, que “Centro de *Estudos*” significa o centro pelo discurso acadêmico, dando destaque para a formação intelectual de sujeitos que se interessam por questões referentes ao Brasil. Por outro lado, a nova designação traz para primeiro plano o cultural, aproximando-se, nesse sentido, do funcionamento do nome “Instituto *Cultural* Bilateral. Retomando os recortes anteriores, vemos, por exemplo, que “Instituto Brasil-Itália” é, em sua página de apresentação no Orkut, reescriturado⁸⁴ por um “centro de cultura brasileira”, e “Instituto Cultural Brasil-Alemanha”, por uma “entidade cultural” (PINTO, 2008)⁸⁵.

A fim de trazer outros elementos que nos permitam analisar os efeitos de sentido produzidos pela mudança da designação *Centro de Estudos Brasileiros* para *Centros Culturais Brasileiros / Centro Cultural Brasil-País Sede*, retomemos, por ora, o recorte referente ao relatório de gestão da DPLP (BRASIL, 2009a), que reproduzimos novamente abaixo:

Os CEBs, para refletir seu crescente papel como difusores **não só** da língua, **como também da** cultura brasileira, passaram a ser denominados Centro Cultural Brasil – País Sede [grifo nosso].

⁸⁴ Segundo Guimarães (2002), a anáfora, catáfora, repetição, substituição e elipse, dentre outros, são procedimentos de deriva de sentidos, sem os quais não há texto. “Quando uma forma se dá como igual/correspondente a outra”, afirma o autor (*ibidem*, p. 28), “o sentido está se fazendo como diferença e constitui textualidade”. A esse mecanismo através do qual algo do texto é interpretado como diferente a si próprio o autor denomina *reescrituração*.

⁸⁵ No discurso de inauguração do *Centro Cultural Brasil – República Dominicana*, essa instituição é apresentada, simultaneamente, como “o universo acadêmico e cultural do Brasil”, conforme recorte anteriormente analisado (GRANDO, 2009a).

Considerando, a partir de Guimarães (1985, p. 99), que “é o interdiscurso que constitui o sentido da argumentação”, sustentando-lhe a diretividade, gostaríamos de nos deter no já-dito que o operador argumentativo “não só.... mas também” coloca em cena. Nas palavras do autor,

A partir da caracterização do *não só... mas também* como polifônico, podemos dizer que pensar como se constrói, ou construiu, a expressão em estudo é pensar em que relação com outro dizer ela se constitui. Então a questão não é de escopo de operador, nem tão pouco componencial, mas de relação interdiscursiva numa situação de enunciação. Ou seja, que dizer do outro o uso de *não só... mas também* representa ou resgata (*ibidem*, p. 99).

Por meio da primeira parte do operador argumentativo em questão (“não só”), nega-se o argumento de que os Centros em questão sejam difusores apenas do português. Essa negação, em conjunto com o argumento introduzido pela segunda parte do operador (“como também”), orientam o enunciado para a conclusão de que é necessário modificar o nome “Centro de Estudos Brasileiros” para “Centro Cultural Brasil-País Sede”. Um encadeamento argumentativo semelhante pode ser observado no recorte abaixo, referente ao discurso de inauguração do Centro Cultural Brasil-República Dominicana:

Queremos invitarlos a conocer el Centro Cultural Brasil-República Dominicana. Aquí **no apenas** impartimos clases de lengua portuguesa y cultura brasileña, culinaria, samba y capoeira. Tenemos variados espacios culturales: la Biblioteca Hilda Hilst, el Café Literario Machado de Assis, la Cocina Adélia Prado, la Sala de Cinema Glauber Rocha (GRANDO, 2009b)⁸⁶.

⁸⁶ “Queremos convidá-los a conhecer o Centro Cultural Brasil-República Dominicana. Aqui não apenas ministramos aulas de língua portuguesa e cultura brasileira, culinária, samba e capoeira. Temos espaços culturais variados: a Biblioteca Hilda Hilst, o Café Literário Machado de Assis, a Cozinha Adélia Prado, a Sala de Cinema Glauber Rocha” [tradução nossa].

Novamente, a diretividade argumentativa é efeito de uma posição-sujeito que nega um já-dito que, possivelmente, se estabilizou ao longo da história dos CCBs: o de que suas atividades se restringem ao ensino⁸⁷. É esse discurso que a orientação argumentativa dos recortes anteriores procura silenciar, significando os Centros a partir de outros sentidos. Cabe ressaltar que, mesmo em textos escritos antes de setembro de 2008, fala-se de uma ampliação no escopo das atividades desenvolvidas pelos CEBs, sinalizando, possivelmente, mudanças na institucionalização das atividades desenvolvidas por esses centros. Esse é o caso do texto seguinte, retirado da página de apresentação do atual Centro Cultural do Brasil em Barcelona⁸⁸:

O CENTRO CULTURAL DO BRASIL em Barcelona (ex-Centro de Estudos Brasileiros) foi fundado em 1963, funcionando então na Biblioteca da sede do Consulado-Geral do Brasil, na Calle Junqueras, com uma só atividade: **o ensino de português**.

Em 1974, o CEB passou a ocupar sua sede atual, na Casa Amatller [...]. Desde então, ampliou suas atividades, e passou a atuar como um centro de informações culturais do Brasil, sobretudo com a ampliação de sua biblioteca, atualmente uma "mediateca" que conta com mais de 4 mil livros, centenas de CDs de música brasileira, dezenas de CD-Roms, uma videoteca com mais de 800 títulos brasileiros (no sistema PAL), revistas, arquivos de artigos sobre temas do Brasil. Os **cursos regulares de língua portuguesa e cultura do Brasil**, organizados em seis níveis e ministrados por professores brasileiros, são aplicados em dois períodos anuais (de setembro a janeiro e de fevereiro a junho) [grifos nossos].

⁸⁷ Também se notam discursos segundo os quais as atividades dos CEBs *devem* se concentrar nas atividades mais diretamente relacionadas à docência. Esse parece ser o caso de Pacheco (2006, p. 285-286), que faz uma crítica a certas atividades de que participam professores dos CEBs: "A falta de definição clara da política de ensino de PLE [português língua estrangeira] nos CEBs (e no Brasil como já demonstramos) permite a ocorrência de situações inusitadas. Muitas vezes, nas embaixadas a que estão subordinados, os professores, a pedido dos embaixadores, ficam responsáveis também pela organização de shows culturais, pela edição de livros (coletâneas de textos de autores brasileiros), em eventos promovidos na/pela própria embaixada. **Suas funções ficam, assim, bastante pulverizadas e indefinidas**" [grifo nosso].

⁸⁸ Conforme atesta o recorte apresentado, a instituição em questão, embora também tenha deixado de se chamar "Centro de Estudos Brasileiros" após a determinação da DPLP (BRASIL, 2009a), é hoje denominada "Centro Cultural do Brasil em Barcelona", e não "Centro Cultural Brasil-Espanha", por razões que desconhecemos. Cf: <http://www.ceb-barcelona.org/o_ceb_barcelona.htm>. Acesso em: 01 mar. 2012.

Conforme o recorte, a única atividade desenvolvida no então denominado *Centros de Estudos Brasileiros de Barcelona*, nos anos que sucederam sua inauguração, era o ensino da língua portuguesa. Com o passar do tempo, as atividades se expandiram, de forma que o CEB tornou-se um “centro de informações culturais do Brasil”. Além de uma ampliação nas atividades desenvolvidas, parece ter ocorrido uma mudança nos cursos ministrados, sinalizada pelo fato de que esses vão além do “ensino de português”, na medida em que passam a ser caracterizados como “cursos de língua portuguesa **e cultura do Brasil**”⁸⁹. Também encontramos essa designação em cursos de outros CCBs, como o Centro Cultural Brasil-República Dominicana, conforme o recorte já apresentado anteriormente, que reproduzimos novamente abaixo:

Queremos invitarlos a conocer el Centro Cultural Brasil-República Dominicana. Aquí no apenas impartimos clases de **lengua portuguesa y cultura brasileña**, culinaria, samba y capoeira. Tenemos variados espacios culturales: la Biblioteca Hilda Hilst, el Café Literario Machado de Assis, la Cocina Adélia Prado, la Sala de Cinema Glauber Rocha (GRANDO, 2009b) [grifo nosso]⁹⁰.

Observamos, no recorte anterior, que as aulas de língua portuguesa são significadas como indissociáveis das de cultura brasileira, o que é evidenciado pelo uso da conjunção coordenativa “y” no sintagma negrito. Embora “culinária”, “samba” e “capoeira” sejam, tradicionalmente, consideradas manifestações da cultura brasileira, o segundo período não poderia ser substituído por uma paráfrase como “Aquí no apenas impartimos clases de lengua portuguesa y cultura brasileña.”, não só porque as aulas ministradas no Centro deixariam de ser especificadas, mas também porque se abriria espaço para a interpretação de que

⁸⁹ Tal modificação também reflete, possivelmente, a caução da Linguística Aplicada, que marca fortemente o processo de instrumentalização e institucionalização do português como língua estrangeira (DINIZ, 2008, 2010; ZOPPI-FONTANA, 2010).

⁹⁰ “Queremos convidá-los a conhecer o Centro Cultural Brasil - República Dominicana. Aqui não apenas ministramos aulas de língua portuguesa e cultura brasileira, culinária, samba e capoeira. Temos diversos espaços culturais: a Biblioteca Hilda Hilst, o Café Literário Machado de Assis, a Cozinha Adélia Prado, a Sala de Cinema Glauber Rocha” [tradução nossa].

as “clases de lengua portuguesa” são dissociadas das de “cultura brasileira”, o que, da posição a partir da qual a diretora enuncia, não se sustenta.

Também é interessante notar, na notícia abaixo, que, embora se afirme que o principal objetivo do Centro Cultural Brasil-República Dominicana seja o ensino de português, a necessidade do estudo dessa língua é justificada por meio de um discurso que a significa como um *instrumento* indispensável para o acesso à cultura brasileira.

El estudio del portugués nos acerca a la cultura brasileña

EL CENTRO CULTURAL DE BRASIL EN RD⁹¹ [República Dominicana] PROMUEVE LA ENSEÑANZA DE ESTE IDIOMA
Santo Domingo - La cultura brasileña es una de las más atractivas del continente. Son muchos los que se sienten atraídos por la samba, el carnaval, la feijoada, la caipirinha, su exquisita literatura, su cadenciosa música, pero **acceder a un conocimiento profundo de la cultura del país más grande de América, es necesario acercarse a su idioma: el portugués.**

A tan sólo un mes de su apertura en la República Dominicana, el Centro Cultural de Brasil tiene como primer objetivo precisamente la enseñanza del portugués.

Así lo afirma Cristiane Grando, directora del Centro, quien entiende que estudiar ese idioma trae diversos beneficios a los dominicanos.

“Si domina el portugués, un dominicano puede, intentar becas de grado y postgrado en Brasil, puede ir a Brasil como turista y lograr una mejor comunicación o puede también, aunque no vaya a Brasil, entender un poco más lo que es la cultura brasileña”, opina Grando (MISOL, 2009) [grifo nosso]⁹².

⁹¹ Chamamos a atenção para a designação “Centro Cultural **de** Brasil **em** RD”, que apaga o efeito de simetria entre o Brasil e a República Dominicana, produzido pela designação oficial dos CCBs: “Centro Cultural Brasil-País Sede”.

⁹² “O estudo do português nos aproxima da cultura brasileira

O CENTRO CULTURAL DO BRASIL NA RD [República Dominicana] PROMOVE O ENSINO DESTE IDIOMA.

Santo Domingo – A cultura brasileira é uma das mais atrativas do continente. São muitos os que se sentem atraídos pelo samba, pelo carnaval, pela feijoada, pela caipirinha, por sua gostosa literatura, por sua cadenciosa música, mas aceder a um conhecimento profundo da cultura do maior país da América, é necessário aproximar-se de seu idioma: o português.

A apenas um mês de sua abertura na República Dominicana, o Centro Cultural do Brasil tem como primeiro objetivo, precisamente, o ensino do português.

É o que afirma Cristiane Grando, diretora do Centro, que entende que estudar esse idioma traz diversos benefícios aos dominicanos.

Podemos concluir, então, que não só os CCBs passaram, ao longo de sua existência, a promover uma série de atividades culturais, mas também que a própria concepção do que seja um curso de língua portuguesa ou de quais os objetivos desse curso parece ter sido revista, em função de uma visão de que tais centros devem difundir a cultura brasileira. Mais do que enfatizar essa transformação nas atividades abrangidas pelos CEBs, a mudança na designação procuraria refletir – para usar uma palavra empregada na notícia abaixo reproduzida – a “evolução” por que passaram essas instituições. Não se trataria, portanto, de uma simples *mudança*, mas sim de um *progresso*, de uma melhoria.

Lula da Silva baptiza CEB como centro cultural

O PRESIDENTE brasileiro, Luís Inácio Lula da Silva, que se encontra de visita ao nosso país, vai baptizar hoje o Centro de Estudos Brasileiros (CEB) em Centro Cultural Brasil-Moçambique (CCBM), um acto a acontecer esta manhã nas instalações daquela instituição, na cidade de Maputo.

A decisão de transformar o CEB em Centro Cultural Brasil-Moçambique foi emanada pelo governo brasileiro a 22 de Setembro do ano em curso [2008] na qual se anunciava, em circular instrutória, esta mudança de nome relacionada com a **evolução** que os CEB's têm vindo a assinalar em várias partes do mundo.

De facto, tal como se dizia na referida circular instrutória, tradicionalmente os CEB's focalizavam prioritariamente as suas actividades no ensaio [sic] da língua portuguesa.

Nos últimos anos, essas actividades têm-se expandido passando a abarcar também a divulgação da cultura brasileira nas suas diversas manifestações, assim como promovem a divulgação de manifestações artísticas culturais locais, tendo-se transformado em genuínos centros culturais.

Justifica-se assim, de acordo com a aludida integração, **fazer reflectir em sua denominação essa nova realidade**, pelo que a partir de agora os CEB's passarão a designar-se “Centro Cultural Brasil (...) e o nome do país em que se encontra. Deste modo, o

‘Se domina o português, um dominicano pode tentar bolsas de graduação e pós-graduação no Brasil, pode ir ao Brasil como turista e conseguir uma melhor comunicação, ou pode também, mesmo que não vá ao Brasil, entender um pouco mais o que é a cultura brasileira’, opina Grando” [tradução nossa].

CEB de Maputo passará ao chamar Centro Cultural Brasil-Moçambique.

Ainda esta manhã Lula da Silva irá manter um encontro com a comunidade brasileira residente em Maputo, assim como inaugurar o novo gabinete onde se vai instalar a FIOCRUZ, grande empresa pública de investigação biomédica, de produção de vacinas e medicamentos, a firma que vai instalar a fábrica de anti-retrovirais em Moçambique.⁹³ [...] [grifos nossos]

A manchete “Lula da Silva baptiza CEB como centro cultural” produz efeitos de sentido diferentes de uma paráfrase como “Lula da Silva renomeia CEB como centro cultural”, na medida em que “baptizar” se associa mais fortemente aos sentidos de “passagem”, “mudança”: não seria apenas o nome do Centro que está se modificando, mas sua própria configuração. O fato de que o presidente brasileiro seja aquele a tornar, no caso do Centro de Maputo, o “batismo” em questão um ato feliz – no sentido de Austin (1965) – reforça a importância simbólica da “nova realidade” dessas instituições, a que a matéria faz referência. Essa importância também é construída pela alusão a um importante compromisso da agenda presidencial: a inauguração do primeiro escritório internacional da renomada Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), que visa a contribuir para o combate aos problemas de saúde na África, particularmente, a epidemia de AIDS (cf. E. SILVA, 2008).

Reduzir a análise da mudança de designação dos CEBs à ampliação do escopo de suas atividades seria, entretanto, submeter-se ao “efeito panfletário” produzido pelo discurso oficial sobre essa mudança – e que repercute nos discursos da mídia e dos CCBs sobre ela. Afinal, o gesto de nomeação objetivaria, simplesmente, *fazer refletir uma nova realidade*, para recuperar uma formulação do recorte anterior, que retoma palavras da circular enviada pelo MRE aos antigos CEBs em 22 de setembro de 2008?

Ora, observemos que a designação “Centro de Estudos Brasileiros” significa o Centro unilateralmente: tratar-se-ia de uma instituição destinada,

⁹³ Texto retirado do *site* da Embaixada da República de Moçambique no Brasil. Disponível em: <http://www.mozambique.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=189&Itemid=137>. Acesso em: 15 fev. 2010.

exclusivamente, ao estudo de temáticas concernentes ao Brasil, e não a outros países. Em contrapartida, a conjunção estabelecida pelo hífen em “Centro de Estudos Brasil-X” (em que X é o nome do país-sede da instituição) produz um efeito de simetria entre o Brasil e o outro Estado. A nova designação resulta, portanto, em um apagamento do discurso de que o Centro visa ao estudo do Brasil – e, conseqüentemente, à influência cultural do Estado brasileiro –, em favor da construção do discurso de que se busca a cooperação cultural bilateral, o estreitamento de laços culturais entre o Brasil e outro país.

É importante sublinhar, porém, que esse é um *efeito* discursivo produzido – como não poderia deixar de ser – pela posição discursiva a partir da qual se enuncia. Tendo em vista nosso *corpus* de pesquisa, poderíamos, pois, dizer que os CCBs são, primordialmente, centros de divulgação da cultura *brasileira* – ainda que, em seus espaços, possam ocorrer eventos representativos da cultura do país-sede (ou, eventualmente, de outros países) –, como indica a própria apresentação dos CCBs (cf. Quadro 1), que reproduzimos novamente abaixo:

Os Centros Culturais Brasileiros são instituições diretamente subordinadas ao Chefe da Missão Diplomática ou repartição consular do Brasil em cada país, constituindo o principal instrumento de execução da **nossa** política cultural no exterior. Suas atividades estão relacionadas ao ensino sistemático da Língua Portuguesa **falada no Brasil**; à difusão da Literatura **Brasileira**; à distribuição de material informativo **sobre o Brasil**; à organização de exposições de artes visuais e espetáculos teatrais; à co-edição e distribuição de textos de autores **nacionais**; à difusão de **nossa** música erudita e popular; à divulgação da cinematografia **brasileira**; além de outras formas de expressão Cultural **Brasileira**, como palestras, seminários e outros [grifos nossos].

Com exceção das exposições de artes visuais e dos espetáculos teatrais, todas as atividades listadas na descrição dos CCBs aparecem relacionadas à cultura brasileira, e não à de outros países. Tal fato dá indícios de que as atividades relacionadas à cultura do país-sede – mesmo que, efetivamente,

ocorram com certa periodicidade em determinados Centros – são concebidas como *complementares* à “verdadeira vocação” dos CCBs (perceptível mais claramente em seu antigo nome): ser “o principal instrumento de execução da **nossa** política cultural no exterior” [grifo nosso], conforme o recorte anterior. Nesse sentido, o próprio fato de que o nome “Brasil” venha, invariavelmente, antes do nome do país-sede estabelece uma hierarquia indicativa da direção da política cultural. Também não deixa de ser significativo o fato de que, quando se fala dessas instituições de uma maneira geral, se utilize o nome *Centros Culturais Brasileiros* ou a sigla *CCBs*, que fazem alusão apenas ao Brasil, conforme já destacamos anteriormente.

Todavia, ainda que a mudança na designação *Centro de Estudos Brasileiros* para *Centro Cultural Brasil-X* desloque o foco da unilateralidade para a bilateralidade – como se a cultura brasileira e a do país-sede estivessem representadas em pé de igualdade nos Centros –, esse efeito é apagado pela reiteração do argumento de que o novo nome reflete a ampliação do leque de atividades desenvolvidas pelos Centros para além do ensino da língua portuguesa. Vejamos, por exemplo, como a mudança é justificada na circular enviada pelo MRE aos antigos CEBs (*apud* GRANDO, 2009a):

tradicionalmente os Centros de Estudos Brasileiros (CEBs) focalizavam prioritariamente suas atividades no ensino da língua portuguesa. Ao longo dos últimos anos, essas atividades têm-se intensificado e expandido passando a abarcar também a divulgação da cultura brasileira nas suas diversas manifestações. A denominação ‘Centro de Estudos’ deixou, assim, de alcançar conceitualmente a ampla esfera de atuação dessas unidades. Hoje os CEBs oferecem sessões de cinema, exposições de dança e capoeira, encontros gastronômicos, mostras de artes plásticas, cênicas e fotografia, e concertos musicais, **muito além da promoção da língua portuguesa. Ademais, promovem a divulgação de manifestações artísticas e culturais locais, tendo se transformado em genuínos centros culturais.** Justifica-se, assim, fazer refletir em sua denominação essa nova realidade. A partir de agora, os CEBs passarão a intitular-se ‘Centro Cultural Brasil-XXX (nome do país)’ [grifo nosso].

Como exemplo da nova esfera de atuação dos CCBs, enumera-se, no recorte anterior, uma série de atividades, a saber, “sessões de cinema, exibições de dança e capoeira, encontros gastronômicos, mostras de artes plásticas, cênicas e fotografia, e concertos musicais”. A formulação de que os Centros “promovem a divulgação de manifestações artísticas e culturais locais” poderia ser apresentada como uma segunda razão para a mudança no nome. Entretanto, o encadeamento argumentativo do texto não favorece essa interpretação, já que o operador “ademais” parece dar continuidade à enumeração das atividades do Centro – e não dos motivos pelos quais a mudança teria se dado. Em outras palavras, o fato de que, nos Centros, haja atividades de promoção da cultura do país-sede – e não apenas do Brasil – não parece ser significado como uma segunda *razão* para a mudança no nome, do que resulta um apagamento de uma (suposta) mudança de uma política cultural ligada unicamente a interesses do Estado brasileiro para uma política de cooperação cultural com outros países. Ao invés de enaltecer a “nova realidade” dos CCBs, a explicitação dessa (aparente) mudança poderia “macular” sua imagem, na medida em que abriria espaço para o discurso de que os Centros já tiveram uma história ligada estritamente aos interesses brasileiros.

Uma vez feitas essas considerações sobre os CCBs e os ICs, analisaremos, na seção seguinte, a maneira como os leitorados – ou melhor, os leitores – são significados. Desde já, chamamos a atenção para uma importante diferença em nosso percurso analítico. Por um lado, detivemo-nos em aspectos relativos ao funcionamento dos CCBs e ICs, enquanto instituições; por outro, investigaremos, a partir da próxima seção, as imagens construídas em relação aos sujeitos leitores (e não ao leitorado propriamente dito). Tal contraste reflete as próprias características de nosso *corpus* de pesquisa, dado o desnível institucional dos CCBs, ICs e leitorados, que sublinhamos quando da análise do Quadro 1.

4. O leitor do Itamaraty: que sujeito é este?

Conforme discutimos anteriormente, o leitorado é, diferentemente dos CCBs e dos ICs, definido antes pelos indivíduos que participam dessa “modalidade” do que pela relação com o Estado brasileiro. Por esse motivo, julgamos produtivo, neste momento, analisar mais pormenorizadamente a maneira como o leitor do Itamaraty é significado. Para tanto, observemos, inicialmente, o que diz a portaria Interministerial de 20 de março de 2006, que, atualmente, rege o programa de leitorado:

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES e o MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, resolvem:

Art. 1º Definir o **leitor brasileiro** como o professor universitário, de nacionalidade brasileira, que se dedica ao ensino da língua portuguesa falada no Brasil, e da cultura e da literatura nacionais em instituições universitárias estrangeiras (BRASIL, 2006) [grifos do texto].

O fato de que o primeiro artigo dessa portaria procure, justamente, definir a categoria de “leitor brasileiro” é, possivelmente, indicativo de que, embora os primeiros leitorados tenham sido criados, segundo Silva e Gunnewiek (1992), na década de 1960, ainda havia, em 2006, uma necessidade institucional de normatizar essa função, contendo, de alguma forma, a deriva dos sentidos que a significam. Com efeito, nossas análises mostram que a figura do leitor é construída por diferentes imagens, que estabelecem relações de polêmica entre si.

4.1. Um pré-requisito necessário: a nacionalidade brasileira

Observemos, inicialmente, que o leitor é, na portaria de 2006, definido como “professor universitário”. Isso não implica, entretanto, que ele deva ser (ou ter sido), necessariamente, professor universitário no Brasil, e tampouco que ele

tenha experiência nas atividades de docência mencionadas. Atualmente, exigências como essas podem ser feitas pelas instituições estrangeiras – mas não pelo Itamaraty –, sendo explicitadas nos editais para a seleção de leitores, que, conforme o parágrafo 1º do artigo 2º da portaria de 2006, são atualmente elaborados pelo Departamento Cultural do MRE, em conjunto com a CAPES/MEC.

É interessante destacar, porém, que ser professor universitário já foi uma exigência para assumir um posto de leitorado, conforme mostram alguns documentos a que tivemos acesso na Coordenação de Documentação Diplomática do Itamaraty. Em um desses documentos – uma resposta a uma professora que solicitou ao MRE informações sobre o programa de leitorado, datada de 26 novembro de 1984 –, o então coordenador da Divisão de Cooperação Intelectual, Flávio Roberto Bonzanini, define os requisitos que, àquela época, deveriam ser atendidos por aqueles que objetivavam atuar como leitores do Itamaraty: (i) pertencer aos quadros de ensino de uma universidade federal e ser graduado na área de Letras; (ii) ser professor de instituições de ensino superior brasileiras dispostas a endossar suas pretensões e manter vínculos empregatícios e salariais de origem pelo período de dois anos; (iii) enviar CV à CAPES. Não mais se exige que o leitor satisfaça às condições (i) e (ii) – possivelmente, desde a publicação da portaria de 1999 (BRASIL, 1999). Uma carta de 02 de dezembro de 1987, escrita pelo então chefe da Divisão de Difusão Cultural e endereçada ao Prof. Dr. Francisco Gomes de Matos – o qual havia questionado o Itamaraty sobre a existência de uma política linguística para os leitorados –, também dá indícios de mudanças nesse programa:

Os Leitorados de Língua Portuguesa e Civilização Brasileira têm por objetivo incentivar o intercâmbio entre os países interessados, cabendo ao Leitor Brasileiro divulgar, através de aulas e seminários, o idioma português e a literatura brasileira, bem como noções de geografia, história e economia do Brasil **e, ao mesmo tempo, adquirir conhecimentos e obter títulos na Universidade na qual exerce sua atividade.** [...] Cada leitor estabelece, de acordo com os interessados da Universidade, seu próprio plano de trabalho [grifo nosso].

O fato de que não mais se exija que os leitores sejam docentes de universidades federais aponta para uma importante mudança no programa de leitorado. Antes, esse visava não apenas à divulgação da “língua portuguesa e civilização brasileira”, mas também à formação de professores de universidades federais brasileiras, que, paralelamente ao exercício do leitorado, poderiam, por exemplo, cursar o doutorado. Atualmente, o objetivo de se obterem títulos durante o período de exercício de leitorado deixou de ser institucional – ainda que, evidentemente, alguns leitores possam ir para o exterior já com este objetivo em mente⁹⁴. Dentre as razões que podem explicar essa mudança, está o fato de que a titulação do corpo docente de universidades federais brasileiras seja, atualmente, mais alta do que aquela observada em fins da década de 1980 – devido a fatores como a expansão do sistema de pós-graduação brasileiro –, o que, em certa medida, reduz a necessidade de se formarem professores brasileiros no exterior.

Assim, retomando a definição do artigo 1º da portaria de 2006 – que define “o leitor brasileiro como o professor universitário, de nacionalidade brasileira” –, podemos afirmar que a expressão “professor universitário” não mais se refere a um pré-requisito que um candidato deve ter para poder assumir uma vaga de leitor, mas a uma característica deste trabalho, já que, na maioria dos casos, os leitores atuam em universidades. Por outro lado, a expressão “o leitor brasileiro” é, no artigo 1º, determinada pelo sintagma “de nacionalidade brasileira”, o que pode produzir um efeito tautológico. Afinal, um leitor brasileiro não tem, logicamente, nacionalidade brasileira? Se colocarmos em relação o artigo 1º da portaria de 2006 com o correspondente na portaria de 1999⁹⁵, abaixo reproduzido,

⁹⁴ Hoje, embora esse não seja mais um objetivo direto do programa de leitorado, alguns leitores fazem doutorado ou pós-doutorado nas universidades onde trabalham, como relata Serravalle de Sá (2009), ex-leitor em Manchester (Inglaterra).

⁹⁵ Conforme já mencionado anteriormente, a portaria de 1999, publicada pela *Divisão de Programas de Divulgação Cultural* do MRE, foi revogada pela de 2006.

podemos perceber um movimento no sentido de caracterizar o leitor do Itamaraty pela nacionalidade brasileira⁹⁶:

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Art. 1º Leitor é o professor universitário que se dedica ao ensino do idioma português falado no Brasil, da cultura e da literatura brasileiras e como tal reconhecido por instituições universitárias estrangeiras e pelo Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores (BRASIL, 1999).

Está em jogo, portanto, uma nova determinação que, a partir da portaria de 2006, passa a caracterizar, juridicamente, o leitor: esse deve ser de nacionalidade brasileira. Embora não tenhamos conhecimento de estrangeiros que, antes da portaria de 2006, tenham sido leitores do Itamaraty, essa modificação explicita uma característica que figura entre os poucos pré-requisitos estabelecidos pela portaria para o preenchimento do cargo de leitor: a nacionalidade brasileira. Elimina-se, assim, uma possibilidade de interpretação aberta pelo artigo 1º da portaria de 1999: a de que não-brasileiros possam ser leitores do MRE.

Observemos, ainda, que o texto da portaria de 2006 permite inferir dois outros pré-requisitos. O primeiro deles é o de que o leitor tenha formação universitária, já que ele leciona em universidades; o segundo, de que ele conheça “a língua portuguesa falada no Brasil”, bem como “a literatura e cultura nacionais”. Cabe destacar, entretanto, que o primeiro desses pré-requisitos não foi, ao longo da história dos leitorados, indispensável para o preenchimento do cargo, já que, conforme informações dadas por ex-leitores, houve, antes da portaria de 1999, casos de leitores que não tinham formação universitária, mas que assumiam seus postos devido a indicações políticas. O segundo pré-requisito, por sua vez,

⁹⁶A mudança na designação “leitor”, no artigo 1º da portaria de 1999, para “leitor brasileiro”, empregada na portaria de 2006, faz um ajuste técnico no texto, na medida em que há leitores de outros países, como os “Lektoren” do Instituto Goethe, que, por intermédio do DAAD (*Deutscher Akademischer Austauschdienst – Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico*), atuam em universidades do Brasil e de outros países.

parece, em certa medida, derivado daquela que representa a condição inexorável do leitor do Itamaraty: a nacionalidade brasileira. Devido ao próprio funcionamento do Estado Nacional – para cuja articulação simbólica a língua nacional desempenha um papel central (GUIMARÃES, 2002; PAYER, 1999, 2007; GADET & PÊCHEUX, 2004) –, define-se o leitor não por qualquer língua praticada no Brasil, mas pela “língua portuguesa falada no Brasil”. Em outras palavras, as condições de produção impedem que um leitor do MRE se dedique ao ensino de outras línguas que não “a língua portuguesa falada no Brasil”. Dessa forma, o principal pré-requisito necessário para assumir o cargo de leitor é a nacionalidade brasileira – e o conhecimento da “língua portuguesa falada no Brasil, e da cultura e literatura nacionais”, que, historicamente, aparece vinculado à constituição da nacionalidade⁹⁷. As demais características do leitor explicitadas na definição – ser professor universitário e dedicar-se às atividades de docência mencionadas no artigo 1º – incidem apenas sobre o trabalho desenvolvido, e não sobre outros pré-requisitos (por exemplo, de ordem acadêmica ou profissional) necessários para ocupar a função.

Colocamo-nos, então, a seguinte questão: que elementos da memória discursiva sustentam a exigência de que o leitor seja brasileiro? Para respondermos a essa pergunta, destaquemos, inicialmente, que a atividade do estrangeiro no Brasil sofre algumas restrições, conforme o artigo 106 do Estatuto do Estrangeiro (BRASIL, 1980), segundo o qual

É vedado ao estrangeiro:

- I - ser proprietário, armador ou comandante de navio nacional, inclusive nos serviços de navegação fluvial e lacustre;
- II - ser proprietário de empresa jornalística de qualquer espécie, e de empresas de televisão e de radiodifusão, sócio ou acionista de sociedade proprietária dessas empresas;
- III - ser responsável, orientador intelectual ou administrativo das empresas mencionadas no item anterior;

⁹⁷ Cabe ressaltar, entretanto, que muitos leitores desenvolvem outras atividades que não o ensino da “cultura e literatura nacionais” – particularmente, considerando “cultura” numa acepção mais tradicional do termo –, cujo conhecimento não é, portanto, um pré-requisito necessário para assumir certos postos de leitorados.

IV - obter concessão ou autorização para a pesquisa, prospecção, exploração e aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica;
V - ser proprietário ou explorador de aeronave brasileira, ressalvado o disposto na legislação específica;
VI - ser corretor de navios, de fundos públicos, leiloeiro e despachante aduaneiro;
VII - participar da administração ou representação de sindicato ou associação profissional, bem como de entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada;
VIII - ser prático de barras, portos, rios, lagos e canais;
IX - possuir, manter ou operar, mesmo como amador, aparelho de radiodifusão, de radiotelegrafia e similar, salvo reciprocidade de tratamento; e
X - prestar assistência religiosa às Forças Armadas e auxiliares, e também aos estabelecimentos de internação coletiva.

Por outro lado, conforme o artigo 207, parágrafo 1º, da Constituição Federal de 1988, incluído pela Emenda Constitucional nº. 11, de 1996, “é facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei”. Tal fato evidencia que o leitor não é significado da mesma forma que outros cargos de docência universitária. Se fosse esse o caso, estrangeiros com formação específica em estudos da língua portuguesa, literatura e cultura brasileiras – que, por vezes, dão disciplinas nessas áreas, em cursos de graduação e pós-graduação no Brasil – poderiam assumir a função de leitor.

É preciso lembrar, ainda, que as vedações constitucionais feitas a brasileiros naturalizados também se aplicam a estrangeiros. Certos cargos, por exemplo, não podem ser ocupados por brasileiros naturalizados – e, conseqüentemente, por estrangeiros –, conforme o artigo 12º da Constituição Federal de 1988:

§ 3º. São privativos de brasileiro nato os cargos:
I - de Presidente e Vice-Presidente da República;
II - de Presidente da Câmara dos Deputados;
III - de Presidente do Senado Federal;
IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;
V - da carreira diplomática;
VI - de oficial das Forças Armadas;

VII - de Ministro de Estado da Defesa” (BRASIL, 1988) [grifo nosso].

O fato de que os cargos da carreira diplomática possam ser ocupados apenas por brasileiros natos nos parece particularmente importante para compreender as razões pelas quais o leitor deve ter nacionalidade brasileira. Enquanto função estabelecida no seio do Itamaraty – regulamentada por uma portaria publicada por esse e pelo MEC –, o leitor é significado como um representante do Brasil, que, portanto, deve, necessariamente, ser brasileiro, assim como os membros da carreira diplomática. No entanto, à diferença destes, o leitor pode ser naturalizado, o que não invalida nossa hipótese de que ele é significado, quanto à sua função, como um *representante diplomático*, já que, conforme o artigo 12, § 2º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), são vedadas distinções entre brasileiros natos e naturalizados, exceto para os cargos previstos na Constituição. No recorte abaixo, referente à entrevista com a ex-leitora Ester Scarpa (cf. Anexo 2), o leitor também aparece significado como um representante diplomático:

eu acho que de fato os leitores têm que... não pode ser um cargo vitalício... não pode ser... porque daí... o próprio ensino do... do português para estrangeiros no exterior né? você manda daqui... **a pessoa é mandada daqui pra uma missão... diplomática...**

Gostaríamos de chamar a atenção não só para a designação “missão diplomática”, mas também para o uso da voz passiva (“a pessoa **é mandada** daqui...”), que reformula uma oração na voz ativa (“você manda daqui”). Da posição a partir da qual enuncia a entrevistada, não se trata, portanto, de uma iniciativa individual, pura e simplesmente, mas de uma “missão” determinada por um agente que, embora não apareça explicitado no enunciado, podemos inferir: o Itamaraty, enquanto célula do Estado brasileiro.

4.2. Um cargo heterogêneo

A portaria Interministerial de 20 de março de 2006, publicada pelo MRE e pelo MEC, como já mencionado, estabelece, em seu primeiro artigo, que o leitor “se dedica ao ensino da língua portuguesa falada no Brasil, e da cultura e da literatura nacionais em instituições universitárias estrangeiras” (BRASIL, 2006). Ao confrontarmos tal artigo com dados de nosso *corpus* – particularmente, com aqueles obtidos em editais de seleção publicados pela CAPES, em recortes de entrevistas feitas com (ex-)leitores e em correspondências escritas por esses profissionais, ou endereçadas a eles –, observamos que, na prática, sua atuação pode compreender diversas outras atividades (didáticas ou não) além daquelas relacionadas ao “ensino da língua portuguesa falada no Brasil, e da cultura e da literatura nacionais”. Ademais, embora seu espaço de atuação seja, na maioria dos casos, o acadêmico, há casos em que o leitor desenvolve suas atividades em outros locais, como CCBs e Embaixadas, ou, ainda, no Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), subordinado à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Concentremo-nos, inicialmente, nas atividades desenvolvidas por esses profissionais. Os editais semestrais de seleção de leitores são acompanhados por anexos, em que constam os países e instituições para os quais há vagas de leitores, o perfil do leitor para cada posto, o subsídio oferecido pelo MRE, a contrapartida da instituição e a data de início das atividades. A partir dos editais publicados entre 2007 e 2011⁹⁸, fizemos um levantamento dos perfis dos leitores, que, conforme consta nos próprios editais, são estabelecidos pelas instituições estrangeiras. Apresentaremos, em seguida, algumas informações sobre esses perfis, mostrando a grande heterogeneidade a que eles estão sujeitos.

Alguns leitorados parecem estar estritamente relacionados ao ensino de Língua Portuguesa, como indicam os seguintes perfis:

⁹⁸ Cf. Brasil (2007c, 2008c, 2008d, 2009b, 2009c, 2010a, 2010b, 2011b).

Quadro 5 – Perfis dos leitores (i)

País Universidade	Perfil	Editais
Argentina – Universidade de Buenos Aires	Mestrado ou doutorado, fluência em espanhol, antecedentes em linguística aplicada, experiência no ensino de português para estrangeiros	1º semestre de 2009
Benin – Universidade de Abomey-Calavi	Habilitação específica para o ensino da língua portuguesa e experiência anterior. Carga horária de 7 horas semanais	1º semestre de 2009
Bolívia – Universidade Autônoma Gabriel René Moreno	Professor de português nos dois primeiros níveis da carreira de licenciatura.	2º semestre de 2009
Vietnã – Universidade de Hanói	Qualificação para o ensino de português por universidade brasileira.	2º semestre de 2009
Rússia – Universidade Estatual de Moscou Lomonossov (MGU) – Faculdade de Filologia	Capacidade para dar aulas de português do Brasil a alunos de 3º e 4º anos do curso superior de Língua Portuguesa. Desejável conhecimento da língua e cultura russas.	1º semestre de 2010

Por outro lado, em certos leitorados, como o da Hungria, a ênfase parece recair sobre o ensino de literatura brasileira. No caso da África do Sul, espera-se que o leitor dê aulas de literatura dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs)⁹⁹, enquanto na Tanzânia, estabelece-se como pré-requisito para assumir o posto a “publicação de trabalhos ou realização de pesquisas sobre autores africanos de Língua Portuguesa”:

⁹⁹ A preferência pelo ensino da literatura dos PALOPS é rara. Não por acaso foi expressa por universidades de países africanos. Em geral, quando ocorrem, as aulas são de literatura *brasileira*, a não ser que, por uma iniciativa do próprio leitor, seja contemplada a literatura de outros países de língua oficial portuguesa além do Brasil.

Quadro 6 – Perfis dos leitores (ii)

País Universidade	Perfil	Editais
Hungria – Universidade Eötvös Lorand	Doutorado em literatura, na área de Literatura Brasileira dos séculos XIX e XX.	1º semestre de 2010
África do Sul – Universidade da África do Sul	Mestrado, aptidão para lecionar Literatura Brasileira e, preferivelmente, literatura de países africanos de língua portuguesa, experiência e disposição para supervisionar bacharelados, mestrados e, caso o candidato seja doutor, candidatos a doutorado. Deverá, também, ministrar aulas para diplomatas sul-africanos.	1º semestre de 2008
Tanzânia – Universidade de Dar es Salaam	Mestrado em Língua Portuguesa, Literatura Brasileira ou Linguística. Fluência em inglês. Publicação de trabalhos ou realização de pesquisa sobre autores africanos de Língua Portuguesa.	2º semestre de 2010

Também há leitorados em que se ministram aulas de “cultura brasileira”. No caso das Universidades de Bridgetown (Barbados) e de Chulalongkorn (Tailândia), está claro que o objetivo dessas aulas é exclusivamente o ensino da cultura brasileira – e não da língua portuguesa –, uma vez que são dadas em inglês.

Quadro 7 – Perfis dos leitores (iii)

País Universidade	Perfil	Editais
Barbados – Universidade de Bridgetown	Capacitação para o ensino da língua portuguesa para estrangeiros; fluência em inglês; o leitor deverá ministrar aulas de cultura brasileira em inglês.	1º semestre de 2009
Costa do Marfim	Professor universitário, com título de doutorado, capacidade para lecionar temas de cultura e realidade brasileiras e domínio do ensino da língua portuguesa para estrangeiros, bem como de metodologia e didática para o nível secundário.	2º semestre de 2009
Tailândia – Universidade de Chulalongkorn	Habilitação para o ensino de português e Literatura Brasileira para estrangeiros. Boas noções de história, geografia e cultura brasileiras, em particular atualidades; domínio do idioma inglês – no qual deverá ministrar as aulas e palestras sobre cultura brasileira.	2º semestre de 2010

Frequentemente, as universidades procuram candidatos aptos a darem aulas em pelo menos duas das seguintes áreas: literatura brasileira, cultura / civilização brasileira, teoria literária e linguística. Em alguns desses casos, o ensino da língua portuguesa em si pode ser, de certa forma, relegado para um segundo plano, como no leitorado da Universidade de Bordeaux (França), em que se espera que o leitor dê aulas em francês¹⁰⁰. Nessa última universidade, o leitor também deve dar aulas de tradução, paralelamente a outras disciplinas. Eventualmente, chega-se a pedir uma formação específica em tradução, como na Universidade de Viena (Áustria).

Quadro 8 – Perfis dos leitores (iv)

País Universidade	Perfil	Editais
Angola – Universidade Agostinho Neto, Luanda.	Capacidade de ministrar aulas sobre áreas centrais da lingüística (sintaxe, morfologia e fonologia) e de divulgar a literatura brasileira. O Leitor assumirá também atividades no Centro de Estudos Brasileiros.	2º semestre de 2007
Bulgária – Universidade de Sófia	Especialidade em Literatura e Cultura Brasileiras	1º semestre de 2008
Dinamarca – Universidade Aarhus	Mestrado ou Doutorado em Letras ou áreas afins; mais de 5 anos de experiência letiva. Experiência no ensino de português (inclusive para estrangeiros), Literatura Brasileira, Cultura Brasileira e Lingüística. Fluência em inglês	1º semestre de 2008
Moscou – Universidade Estatal Lomonosov	Experiência no ensino de língua portuguesa (variante brasileira), de literatura e cultura brasileira, teoria literária e lingüística.	2º semestre de 2008
Polônia – Universidade de Varsóvia	Doutorado e experiência no ensino de literatura, cultura, teoria literária e lingüística.	2º semestre de 2008
São Tomé e Príncipe – Instituto Superior Politécnico	Graduação e mestrado em língua portuguesa; experiência no ensino de língua, literatura e cultura brasileira, teoria literária e lingüística.	1º semestre de 2009

¹⁰⁰ Curiosamente, essa exigência também é feita em relação às aulas de língua, o que parece estar relacionado ao fato de que os alunos são, possivelmente, iniciantes no estudo da língua portuguesa, como a expressão “não-especialistas” nos leva a crer.

Líbano – Universidade Saint-Joseph (USJ)	Mestrado em língua portuguesa, literatura e civilização brasileiras.	2º semestre de 2009
França – Universidade de Bordeaux	Experiência no ensino do português como língua estrangeira, para ministrar, em francês, aulas de língua, tradução, literatura e cultura brasileiras a alunos não especialistas.	1º semestre de 2010
Áustria – Universidade de Viena	Graduação em Língua Portuguesa e Mestrado em Tradução. Conhecimento da língua alemã. Preferencialmente, conhecimento de outros idiomas, que já tenha viajado à Europa e conheça a cultura e a história européia.	1º semestre de 2008

No edital de seleção de leitores divulgado no 2º semestre de 2009, havia três vagas para o Peru, que demandavam candidatos com perfis bastante diferentes entre si. Um dos leitores deveria ministrar aulas de literatura brasileira, bem como de língua portuguesa e cultura brasileira; outro, de história e cultura brasileira; o terceiro, cursos de capacitação para professores, para o que se solicitavam conhecimentos de metodologia de ensino de língua estrangeira.

Quadro 9 – Perfis dos leitores (v)

País Universidade	Perfil	Editais
Peru – Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidad Nacional Mayor de San Marcos	O leitor deverá ser graduado ou estudante de pós-graduação que realize investigação na área proposta, para ministrar cursos de literatura brasileira I e II e curso de língua portuguesa e cultura brasileira. Conhecimento do idioma castelhano.	2º semestre de 2009
Peru – Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidad Nacional Mayor de San Marcos	O leitor deverá ser graduado ou estudante de pós-graduação que realize investigação na área proposta, para ministrar curso de história e cultura brasileira. Conhecimento do idioma castelhano.	2º semestre de 2009

Peru – Universidade Nacional del Altiplano	Mestrado em ensino de língua portuguesa; conhecimentos de metodologia de ensino de idiomas estrangeiros para cursos de capacitação dirigidos a professores.	2º semestre de 2009
--	---	---------------------

Assim como na Universidade Nacional del Altiplano, outras universidades também solicitam que seus leitores deem cursos de formação continuada de professores ou desenvolvam atividades afins:

Quadro 10 – Perfis dos leitores (vi)

País Universidade	Perfil	Editais
Cuba – Universidade de Havana	Doutorado; especialização no ensino de Português para estrangeiros; experiência comprovada na especialidade. Deverá contribuir para o treinamento e aperfeiçoamento local de professores, assessorar a preparação e execução de telecurso do idioma, de material didático, do currículo de disciplinas e de projetos de pesquisa em áreas relevantes e auxiliar na criação de um "Seminário Brasileiro", para divulgação da língua portuguesa e da cultura brasileira.	1º semestre de 2008
Argentina – Universidade de Córdoba	Competência na área de língua portuguesa e no ensino da língua portuguesa como língua estrangeira; nível avançado de espanhol; espera-se que o leitor tenha antecedentes no ensino de literatura e que possa participar na elaboração de programas de capacitação de docentes de língua portuguesa do nível médio	1º semestre de 2009

Em outros casos, participam da elaboração de materiais didáticos de Língua Portuguesa, razão pela qual algumas universidades exigem experiência comprovada nessa área:

Quadro 11 – Perfis dos leitores (vii)

País Universidade	Perfil	Editais
Alemanha – Universidade de Trier	Graduação em Letras - Português/Alemão, experiência comprovada no ensino e na elaboração de material didático de Língua Portuguesa - variante brasileira como língua estrangeira para alemães, proficiência em língua alemã, domínio de programas multimídia	1º semestre de 2008
Quênia – Kenya University	Formação em letras; proficiência em língua inglesa; experiência comprovada no ensino de língua portuguesa; capacidade de elaboração de material didático para ensino de português como língua estrangeira.	2º semestre de 2008
França – Université Paris III	Formação em Letras (português-francês, se possível); mestrado em língua portuguesa ou literatura brasileira; experiência no ensino e bom conhecimento das novas tecnologias de computação; capacidade de elaboração de materiais didáticos pela internet; se possível, formação complementar em comunicação, economia ou outra ciência social	1º semestre de 2009
França – Université Paris XIII	Formação em Letras (português-francês, se possível); mestrado em língua portuguesa ou literatura brasileira; experiência no ensino e bom conhecimento das novas tecnologias de computação; capacidade de elaboração de materiais didáticos pela internet.	1º semestre de 2009

Em certas universidades, os leitores também orientam trabalhos acadêmicos:

Quadro 12 – Perfis dos leitores (viii)

País / Universidade	Perfil	Editais
África do Sul – Universidade da África do Sul	Mestrado, aptidão para lecionar Literatura Brasileira e, preferivelmente, literatura de países africanos de língua portuguesa, experiência e disposição para supervisionar bacharelados, mestrados e, caso o candidato seja doutor, candidatos a doutorado. Deverá, também, ministrar aulas para diplomatas sul-africanos.	1º semestre de 2008

Nicarágua – Universidade Nacional Agrária	Capacidade para lecionar LP em qualquer nível de proficiência. O leitor deverá, também, capacitar os alunos para o exame Celpe-Bras, para a produção de projetos aceitáveis pelo Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação e ministrar aulas de Cultura Brasileira. Deverá, ademais, coordenar as atividades do Centro de Estudos Brasileiros.	1º semestre de 2008
Itália – Universidade de Bologna	Professor universitário com graduação em ciências humanas e doutorado em ciências humanas, linguística ou letras. Dedicção ao ensino da língua portuguesa falada no Brasil e da cultura e literatura brasileiras. Preferencialmente com experiência didática no ensino da língua portuguesa para estrangeiros e de literatura e cultura brasileiras e com conhecimento da língua italiana e experiência anterior de ensino e orientação em universidades no exterior.	1º semestre de 2009

Os leitores podem, ainda, ser responsáveis pela aplicação do Celpe-Bras ou pela preparação de alunos que prestarão esse exame:

Quadro 13 – Perfis dos leitores (ix)

País Universidade	Perfil	Edital
Nicarágua – Universidade Nacional Agrária	Capacidade para lecionar LP em qualquer nível de proficiência. O leitor deverá, também, capacitar os alunos para o exame Celpe-Bras, para a produção de projetos aceitáveis pelo Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação e ministrar aulas de Cultura Brasileira. Deverá, ademais, coordenar as atividades do Centro de Estudos Brasileiros.	1º semestre de 2008
França – Universidade Blaise-Pascal Clermont-Ferrand	Bacharelado em Letras, Comunicação ou Jornalismo, para ministrar aulas de língua e cultura brasileiras a alunos principiantes ou de nível intermediário. Experiência na aplicação do exame CELPE-Bras. Domínio da Língua Francesa.	1º semestre de 2010
Nigéria – Universidade Obafemi-Awolowo	Grau de doutor; experiência de ensino em universidade brasileira; e experiência na aplicação do exame CELPE-Bras.	1º semestre de 2010

Os leitores também assumem, algumas vezes, atividades nos CCBs – especialmente naqueles recentemente fundados na África e na América Central –, não apenas de docência, mas também de coordenação. No caso do Centro Cultural Brasil-África do Sul, estabelece-se que o leitor deve ter experiência administrativa em instituição educacional. O leitor na Universidade da África do Sul, por sua vez, tem, entre suas atribuições, ministrar aulas para diplomatas sul-africanos, enquanto o da China também dá aulas na Embaixada, conforme elencado no quadro abaixo:

Quadro 14 – Perfis dos leitores (x)

País Universidade	Perfil	Editais
Angola – Universidade Agostinho Neto, Luanda.	Capacidade de ministrar aulas sobre áreas centrais da lingüística (sintaxe, morfologia e fonologia) e de divulgar a literatura brasileira. O Leitor assumirá também atividades no Centro de Estudos Brasileiros.	2º semestre de 2007
África do Sul – Centro de Estudos Brasileiros	Formação em Letras, preferencialmente com Mestrado, experiência comprovada no ensino de Língua Portuguesa e elaboração de material didático. Deverá assumir a função de diretor do Centro de Estudos Brasileiros. Experiência administrativa em instituição educacional.	1º semestre de 2008
África do Sul – Universidade da África do Sul	Mestrado, aptidão para lecionar Literatura Brasileira e, preferivelmente, literatura de países africanos de língua portuguesa, experiência e disposição para supervisionar bacharelados, mestrados e, caso o candidato seja doutor, candidatos a doutorado. Deverá, também, ministrar aulas para diplomatas sul-africanos.	1º semestre de 2008
China – University of Communications	Mestrado em Lingüística, Pedagogia, Comunicação Social ou Literatura Brasileira; idade mínima de 30 anos, e 3 anos de magistério; fluência em inglês ou chinês; experiência de trabalho em universidade ou instituição de pesquisa brasileira. Deverá dar aulas também na Embaixada.	1º semestre de 2008
Guiné-Bissau – Universidade Amílcar Cabral	Preferencialmente com Doutorado. Deverá, também, ministrar aulas e coordenar as atividades do Centro de Estudos Brasileiros.	1º semestre de 2008
Haiti – Universidade Estatual do Haiti	Competência no ensino de português para estrangeiros. Deverá, também, ministrar aulas e coordenar as atividades do Centro de Estudos Brasileiros.	1º semestre de 2008

Nicarágua – Universidade Nacional Agrária	Capacidade para lecionar LP em qualquer nível de proficiência. O leitor deverá, também, capacitar os alunos para o exame Celpe-Bras, para a produção de projetos aceitáveis pelo Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação e ministrar aulas de Cultura Brasileira. Deverá, ademais, coordenar as atividades do Centro de Estudos Brasileiros.	1º semestre de 2008
Guiné-Bissau – Universidade Lusófona	Preferencialmente com Doutorado. Deverá, também, ministrar aulas e coordenar as atividades do Centro Cultural Brasil Guiné- Bissau.	1º semestre de 2010
Quênia – Kenyatta University	Formação em Letras; proficiência em Língua Inglesa; experiência comprovada no ensino de Língua Portuguesa; capacidade de elaboração de material didático para ensino de português como língua estrangeira. O futuro leitor deverá ministrar aulas de português também no âmbito do Instituto do Serviço Exterior do Quênia.	1º semestre de 2010

Em resumo, os perfis anteriormente listados evidenciam uma grande heterogeneidade nas atividades desenvolvidas pelos leitores, que, como vimos, compreendem não apenas aulas de língua portuguesa, literatura e cultura brasileiras – como previsto na definição de leitor constante na portaria que regulamenta o programa (BRASIL, 2006) –, mas também aulas de história, linguística, tradução, teoria literária e literatura de países africanos de língua oficial portuguesa. O leitor também pode ministrar cursos de formação continuada de professores, elaborar materiais didáticos para atividades presenciais ou a distância, orientar trabalhos acadêmicos e aplicar o exame de proficiência Celpe-Bras. Além disso, o próprio espaço de atuação desse profissional está além daquele previsto na portaria, uma vez que alguns leitores atuam em Embaixadas ou CCBs, paralelamente às atividades que desenvolvem nas universidades. Há, ainda, casos de leitores que não trabalham em universidades. No primeiro semestre de 2008, selecionou-se um leitor para atuar não em uma universidade da África do Sul, mas no atual Centro Cultural Brasil-África do Sul, enquanto no segundo semestre de 2010, foram abertas duas vagas para a atuação de leitores brasileiros na Universidade de Cabo Verde e no Instituto

Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Frequentemente, os leitores tornam-se diretores ou coordenadores desses centros, assumindo, portanto, atividades que estão muito além da docência propriamente dita, como de direção, coordenação ou mesmo administração e gestão.

Essa grande heterogeneidade evidencia, como já havíamos afirmado ao analisarmos o Quadro 1, que o leitorado está subordinado antes à instituição estrangeira do que ao Itamaraty, que interfere pouco ou nada na determinação dos perfis dos leitores que preencherão as diferentes vagas, como fica claro na entrevista com a Profa. Dra. Jacqueline Penjon (cf. Anexo 3):

Entrevistador: sim... e em relação... porque quando tem esse concurso... eles sempre divulgam o edital... eh... e pra cada universidade tem um perfil... que... que é estabelecido... é breve... mas assim... o que se espera do candidato... e mais ou menos quais atividades ele vai desenvolver... esse perfil é estabelecido por quem?... apenas pela universidade?... tem algum diálogo com o Itamaraty ou...?

Entrevistada: não... é pela universidade... em função das necessidades... internas...

O fato de que o perfil dos leitores seja estabelecido pela instituição estrangeira, “em função das necessidades internas”, é um indício importante da natureza não-centrada da política linguística exterior brasileira, conforme discutiremos no capítulo III. A diversidade das atividades desenvolvidas pelos leitores está, todavia, além daquela que uma análise dos perfis nos leva a perceber. Os leitores chegam, em alguns casos, a desenvolver atividades próximas às de um adido cultural, conforme discutiremos na próxima seção.

4.3. Um representante cultural

Discutimos, anteriormente, que um pré-requisito fundamental para o exercício do leitorado é a nacionalidade brasileira, defendendo a hipótese de que essa exigência sinaliza uma filiação a sentidos que constroem para o leitor o lugar de um representante (diplomático) do Brasil. Em seguida, chamamos a atenção para o fato de que, embora a definição da portaria de 2006 restrinja o trabalho dos leitores à docência, os perfis elaborados pelas universidades estrangeiras indicam que eles assumem, frequentemente, outras atividades. Relatos de (ex-)leitores também permitem perceber a diversidade em seu campo de atuação. Posto isso, gostaríamos de destacar, na presente seção, que, em alguns casos, a identificação do leitor como um representante do Brasil é tão forte que ele chega a se caracterizar ou ser caracterizado como um membro da Embaixada – especificamente, como um adido ou *attaché* cultural.

Gohn (2006), por exemplo, leitor brasileiro entre 2003 e 2005 em Nova Délhi (Índia), relata que ministrou disciplinas para cursos de graduação da Universidade Jawaharlal Nehru (a saber, “*Introduction to Brazilian Studies*”, “*Introduction to Latin American Studies*” e “Língua Portuguesa), deu seminários de pós-graduação na área de Estudos Latino-Americanos, organizou, em conjunto com a Embaixada Cultural do Brasil em Nova Delhi, um festival de filmes brasileiros, ocorrido no *campus* da universidade, além de criar um coral formado por aprendizes de língua portuguesa, o qual se apresentou em eventos da universidade e da comunidade diplomática em Nova Delhi. Além de tais atividades, de caráter mais acadêmico, Gohn (*ibidem*) participou da publicação de “Riqueza Abandonada”, uma antologia bilíngue de poesia contemporânea, em português e espanhol, organizada por chefes de missão diplomática de países latino-americanos e caribenhos. O ex-leitor também auxiliou na organização de uma exibição de reproduções de desenhos de Cândido Portinari para a obra *Don Quixote*. Tal atividade, promovida pelas Embaixadas do Brasil e da Espanha em Nova Délhi, ocorreu em novembro de 2005, no Salão do *Índia International Centre*.

O ex-leitor menciona, ainda, sua participação em importantes eventos diplomáticos:

Janeiro de 2004 viu o Fórum Social Mundial que aconteceu em Mumbai e também a segunda visita oficial de um presidente do Brasil à Índia [...]. O leitorado em Delhi participou ativamente do Fórum Social e dos preparativos para a visita presidencial, sob a competente direção da Embaixadora Vera Barrouin Machado, então ocupante do posto em Nova Delhi. No primeiro caso, com participação em mesa-redonda, juntamente com o Embaixador Clodoaldo Huguene, com o tema Índia-Brasil. Para a ocasião, o leitorado preparou uma apresentação PowerPoint na qual foram repassados dados do intenso comércio já havido entre Brasil e Índia [...]. Em outra iniciativa, o leitorado em Delhi empenhou-se no formato final de projetos iniciados pelo leitor brasileiro em Goa, Dilip Loundo, que traduziu e organizou a publicação de poemas de Cecília Meireles sobre a Índia em edição bilíngüe português-inglês e de poemas de Carlos Drummond de Andrade em edição trilingüe português-inglês-hindi. Os livros, publicados pela Embaixada do Brasil em Nova Delhi, foram presentes dados pelo chefe de Estado brasileiro a seu congênere indiano e ao então primeiro-ministro da Índia (*ibidem*).

Assim como Gohn, Schaumloeffel, leitor do Itamaraty em Gana entre 2003 e 2005, participou da organização de eventos diplomáticos, dentre os quais se destaca a visita do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Gana, entre 12 e 13 de abril de 2005, noticiada por diferentes jornais nacionais e internacionais¹⁰¹. Como parte da programação cultural, houve um *durbar*¹⁰², oferecido a Lula pela Embaixada do Brasil, em conjunto com o povo Tabom, durante o qual o leitor afirma ter atuado “como uma espécie de ‘mestre de cerimônias’ brasileiro”¹⁰³. Para Scarpa, uma de nossas entrevistadas (cf. Anexo 2), Schaumloeffel era um

¹⁰¹ Cf. compilação de notícias feitas por Schaumloeffel em uma seção de seu *blog* destinada, especificamente, à visita de Lula a Gana. Disponível em: <http://www.schaumloeffel.net/ghana/lula/page_01.htm>. Acesso em: 24 jul. 2010.

¹⁰² Conforme explica Schaumloeffel, o *durbar*, em Gana, “é organizado para a recepção ou a despedida de personalidades e simboliza o afeto, a admiração e o respeito que um determinado clã dispensa à pessoa ou ao grupo de pessoas homenageada”. Cf. <http://www.schaumloeffel.net/ghana/lula/Infos_sobre_os_Tabom_e_durbar.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2010.

¹⁰³ Cf. <http://www.schaumloeffel.net/ghana/lula/page_01.htm>. Acesso em: 24 jul. 2010.

membro da Embaixada do Brasil em Gana, atuando de maneira semelhante a um adido cultural:

outro colega meu... o Marco Aurélio [Schaumloeffel]... ele fez Letras... um gaúcho... em Gana ele era **um membro da Embaixada**... ele era um membro... quer dizer... ele era **realmente uma ligação**... era um... era **um braço**... ele era **uma espécie de adido cultural em Gana**... um grupo bastante pequeno... ele dava algumas aulas... ele ofereceu na Embaixada algumas aulas de português... assim como o Carlos Gohn oferecia em Nova Délhi...

Ainda conforme Scarpa, o leitor tem, em certos países, um papel de *intermediação/ligação* entre o Brasil e outro Estado, sendo um *braço da diplomacia*. Em algumas ocasiões, como no evento organizado quando da visita do ex-presidente Lula a Gana, o leitor chega, segundo a entrevistada (cf. Anexo 2), a fazer um papel muito próximo ao de um Embaixador.

eu tenho a foto que o Marco Aurélio [Schaumloeffel] nos mandou... do Lula vestido de trajes de Gana... e o Marco Aurélio que é o leitor junto... traduzindo... ele tava fazendo as honras de intermediário... o leitor fazendo isso... [...] outra coisa que eu vou te falar já já... **o leitor tem um papel de intermediação mesmo... de um braço... de um braço da diplomacia**... é impressionante... o espaço que o leitor pode ter... eu não tinha lá tanto porque... eu tinha TANTAS aulas pra dar... não é que eu tinha muitas aulas... eu não tinha aula demais pra dar... é que eu... é que eu não sigo livrinho didático... então eu invento moda... eu digo entre aspas... então eu tinha... eu... eu ia atrás do material didático... era um tempo enorme... eu não fazia mais nada do que isso... e lá eu também não tinha tanto espaço assim... porque a própria Embaixada organizava... Londres é uma cidade que a própria Embaixada organiza... eventos culturais... a minha colega... a minha colega Marisa Morita... leitora de Swansea... ela é ótima... ela organiza todos esses eventos culturais na cidade... então ela tem peça de teatro... ela tem eventos... semana do cinema brasileiro... no País de Gales... então é Swansea... não é Cardiff que é capital... e ela... **ela agitava culturalmente a cidade do ponto de vista da cultura brasileira... ela é representante**... e outros leitores fazem isso também em vários lugares do mundo... em Gana ele é... por exemplo o presidente do Brasil vai visitar Gana... **ele é o intermediário entre Gana e o Brasil... ele faz o papel quase que de Embaixador ali**... na prática... você tem o

Embaixador... que vai ter outros trabalhos a fazer... **e o grande auxiliar daquele momento é...** em Maputo não havia adido... o Embaixador por exemplo... o cargo do Embaixador tava sendo ocupado por um dos... dos Ministros que eles chamam né?... um dos diplomatas... então... digamos que o leitor nos lugares em que a Embaixada... as Embaixadas também tã numa contenção de despesas muito grande... [...] **então o leitor em alguns lugares... em que não tem determinados cargos... tá lá o leitor ocupando esse cargo... ganhando pouco... de de intermediação... não é?**

Conforme o recorte anterior, o leitor tende a assumir um papel de “braço da diplomacia” em espaços onde a Embaixada conta com um número menor de funcionários, como também indica outro recorte da entrevista com Scarpa:

em outros países inclusive... o leitor é uma espécie assim de braço cultural da Embaixada... é uma maneira de fortalecer o número de funcionários da Embaixada...

O leitor aparece significado de maneira semelhante na mensagem abaixo, enviada em 09 de fevereiro de 2004 pelo então Embaixador brasileiro em Acra (Gana)¹⁰⁴, Paulo Americo V. Wolowski, e destinada à DPLP, Divisão da África I (DAF I) e Divisão de Temas Educacionais (DCE).

Como ficara acertado durante a visita do Professor Marco Aurélio Schaumloeffel à Brasil House em novembro de 2003, iniciaram-se, com sucesso, na 4a feira, dia 4, os chamados Encontros Culturais, que acontecerão quinzenalmente, entre **o representante da Embaixada, isto é, o Leitor brasileiro junto ao Instituto Ganense de Línguas da Universidade de Gana/Legon** e o povo brasileiro-ganense dos Tabom. [...]

Pessoalmente, creio que com os mencionados encontros solidificasse o que sempre pretendi com relação à família brasileiro-ganense, isto é, institucionalizar os desejados e necessários **vínculos entre a Embaixada e o clã**, como por exemplo quando compareci à coroação do presente Mantse Nii Azumah Nelson, distanciando a relação bilateral de aspectos de ordem pessoal ou paternalista. [...]

¹⁰⁴ Despacho telegráfico n.º 00094, disponível no Intradocs.

Por outro lado, folgo ao ver quão necessária era a presença de um Leitor nesta Embaixada. Além das aulas regulares de português e civilização brasileira no IGL [Instituto Ganense de Línguas], o Professor Schaumloeffel, como já informei, mantém curso compacto de introdução ao idioma português para os estudantes ganenses selecionados ao PEC-G/2004, através do qual é possível a Embaixada rever sua seleção inicial, além do que **comparece a eventos de ordem cultural, representante a Embaixada, aos quais tendo em conta seja a diminuta lotação desta Missão (só um diplomata), seja o excesso de atividades de ordem diversa (política, social, comercial, etc) fora da Embaixada que devo, primordialmente, comparecer, esta Missão diplomática não se faria presente** [grifo nosso].

Os Encontros Culturais organizados por Schaumloeffel, então leitor em Acra, permitem, segundo o recorte anterior, “institucionalizar os desejados e necessários vínculos entre a Embaixada e o clã”. Além disso, os benefícios que as atividades do leitor podem trazer, em termos de relação bilateral, chegam a ser equiparados aos de atividades do Embaixador, como sua presença na cerimônia de coroação do chefe (Mantse) da comunidade dos Tabom¹⁰⁵, Nii Azumah V. Novamente, a imagem que se constitui para o leitor é a de um membro da Missão Diplomática, que, enquanto tal, pode inclusive representá-la em eventos culturais em que o Embaixador estiver ausente.

Todavia, é importante observar – tendo em vista o jogo de projeções imaginárias que, segundo Pêcheux (1997a), preside a troca de palavras – que a denotação da expressão nominal “o representante da Embaixada” não é evidente, segundo a imagem que, por antecipação, o sujeito-locutor faz da imagem do referente para o sujeito-interlocutor¹⁰⁶. O sentido desse sintagma é “ajustado”

¹⁰⁵ Segundo informações do próprio ex-leitor em Gana, Schaumloeffel (2005), os Tabom são uma comunidade de descendentes de escravos que voltaram do Brasil, chegando a Acra no ano de 1836. A designação “o povo brasileiro-ganense”, empregada no telegrama, faz referência ao modo como, conforme o autor (*ibidem*), os Tabom se auto-denominam ao se apresentarem.

¹⁰⁶ Segundo Pêcheux (1997a, p. 82), há, na relação discursiva, “uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro”. Nessa perspectiva, não são os interlocutores A e B enquanto sujeitos físicos – e nem seus lugares empíricos, que poderiam ser descritos pela sociologia –, que funcionam no discurso, mas sim suas imagens, resultantes de projeções. Para o autor, todo processo discursivo se funda, ainda, sobre diferentes mecanismos de *antecipação*;

através do uso do operador “isto é”, que introduz uma nova designação: “Leitor brasileiro junto ao Instituto Ganense de Línguas da Universidade de Gana/Legon”. Tal fato é indicativo de que a função de leitor não está diretamente associada à de representante da Embaixada, nem mesmo para os membros da DPLP, DAF I e DCE, destinatários do telegrama.

Processo semelhante pode ser observado em textos de Schaumloeffel, o qual se apresenta da seguinte forma no *blog* que manteve durante o período em que foi leitor em Gana:

Marco Aurelio Schaumloeffel, 31 anos, veio para Gana como enviado do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, trabalha como leitor brasileiro para a língua portuguesa, literatura, civilização e cultura brasileiras na University of Ghana (Ghana Institute of Languages) **e organiza atividades culturais na Embaixada do Brasil em Gana**¹⁰⁷. [grifo nosso]

No recorte anterior, o emprego do operador “e” indica que as atividades culturais na Embaixada são concebidas como adicionais às do leitorado. De maneira análoga, em seu currículo lattes – em que consta não apenas o vínculo de professor visitante na Universidade de Gana, mas também sua atuação como colaborador da Embaixada do Brasil em Gana –, Schaumloeffel caracteriza as atividades desenvolvidas na Embaixada como “*adicionais* à função de Leitor” [grifo nosso], afirmando que elas foram desenvolvidas de forma voluntária.

entre eles, aquele por meio do qual o locutor antecipa a imagem feita em relação a ele por parte do seu interlocutor.

¹⁰⁷ The GHANA blog. Disponível em: <<http://www.schaumloeffel.net/ghana/ghana.htm>>. Acesso em: 24 jul. 2010.

Figura 6 – Currículo lattes de um ex-leitor¹⁰⁸

University Of Ghana, UNG, Gana.	
Vínculo institucional	
2003 - 2005	Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 20
Outras informações	Leitor Brasileiro de Língua Portuguesa, Literatura, História e Civilização brasileiras, enviado através do Ministério das Relações Exteriores, atuando no Ghana Institute of Languages da University of Ghana.
Atividades	
9/2003 - 8/2005	Direção e administração, Ghana Institute Of Languages, Portuguese Department. Cargo ou função Chefe de Departamento.
9/2003 - 8/2005	Ensino, Ghana Institute Of Languages, Nível: Graduação. Disciplinas ministradas Português básico, intermediário e avançado Literatura brasileira
Embaixada do Brasil Em Gana, BRASEMB, Gana.	
Vínculo institucional	
2003 - 2005	Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Attaché Cultural, Carga horária: 20
Outras informações	Desenvolvimento de atividades especiais de caráter cultural para a Embaixada, tarefa adicional à função de Leitor Brasileiro em Gana desenvolvida de forma voluntária.
Atividades	
9/2003 - 8/2005	Outras atividades técnico-científicas, Setor Cultural, . Atividade realizada Diversas participações em eventos culturais representando a Embaixada como Attaché Cultural.

Dessa forma, as atividades desenvolvidas por Schaumloeffel na Embaixada de Gana não são significadas como concernentes ao leitorado propriamente dito. Independentemente disso, interessa-nos destacar que é o leitor que, em países como Gana, pode assumir a função de um “attaché cultural” – para utilizar a designação empregada por Schaumloeffel –, representando a Embaixada. Semelhantemente, Gohn (2006), que exerceu suas atividades na

¹⁰⁸ Currículo lattes de Marco Aurélio Schaumloeffel. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3139558896410431>>. Acesso em: 24 de jul. 2010.

Índia, caracteriza os leitores como profissionais que podem fazer as vezes de um adido cultural, em benefício da diplomacia cultural brasileira:

[Somos] o único país latino-americano a ter leitorado na Índia, em Delhi e em Goa. Esse fato [...] dá algumas vantagens estratégicas para iniciativas de diplomacia cultural, uma vez que **a Embaixada pode contar com o leitor para atividades que seriam normalmente próprias de um adido cultural** [grifo nosso].

Entretanto, alguns, como Serravalle de Sá, leitor na Universidade de Manchester (Inglaterra) entre 2007 e 2010, discordam de semelhante visão, afirmando que as atividades desse profissional devem se restringir ao âmbito acadêmico.

Acredita-se que o trabalho do Leitor consiste em, obviamente, disseminar a língua portuguesa na variante brasileira. Além disso, caberia ao Leitor organizar simpósios, eventos culturais e literários, promover mostras de cinema nacional, divulgar o exame CELPE-Bras (exame de proficiência do português brasileiro) e trabalhar para a consolidação do Leitorado brasileiro dentro da sua instituição e no mundo. **Não se nega que o cargo de Leitor é um instrumento de política cultural, mas se crê que cabe apenas à Embaixada ser o representante oficial para informações e assessoria sobre o Brasil, junto à mídia ou *Foreign Office*. O Leitor não deveria querer ser adido cultural, pois seu âmbito de atuação é o acadêmico** (SERRAVALLE DE SÁ, 2009, p. 36) [grifo nosso].

O recorte anterior dá indícios de uma polêmica, na medida em que nega o discurso do outro. A fim de ilustrar esse funcionamento, contrapomos, no quadro abaixo, alguns enunciados, que nos permitem afirmar que os discursos sobre as funções do leitor derivam de duas posições discursivas distintas.

Quadro 15 – Posições discursivas – Imaginário em relação à figura do leitor

Posição Discursiva 1

“A Embaixada pode contar com o leitor para atividades que seriam normalmente próprias de um adido cultural” (GOHN, 2006).

“[O leitor] comparece a eventos de ordem cultural, representante [representando] a Embaixada” (telegrama do Embaixador Wolowski, anteriormente apresentado).

Posição Discursiva 2

[...] o Leitor **não** deveria querer ser um adido cultural, pois seu âmbito de atuação é o acadêmico” (SERRAVALLE DE SÁ, 2009, p. 36).

“Cabe **apenas** à Embaixada ser o representante oficial para informações e assessoria sobre o Brasil, junto à mídia ou *Foreign Office*” (SERRAVALLE DE SÁ, *loc. cit.*).

Tendo em vista a análise do funcionamento discursivo da negação proposta por Indursky (1997), poderíamos afirmar que o enunciado “O leitor **não** deveria querer ser um adido cultural” é “dividido”, para usar o termo de Courtine (1982, p. 254-262), uma vez que, sob sua aparente unidade, veicula diferentes posições-sujeito. Na primeira delas, concebe-se o leitor como um representante da Embaixada brasileira, que pode assumir atividades típicas de um adido cultural (cf. “A Embaixada pode contar com o leitor para atividades que seriam normalmente próprias de um adido cultural”). Na segunda posição, por outro lado, recusa-se semelhante perspectiva, restringindo o trabalho do leitor à esfera acadêmica.

O operador argumentativo “apenas” no enunciado “Cabe apenas à Embaixada ser o representante oficial para informações e assessoria sobre o Brasil, junto à mídia ou *Foreign Office*” também dá indícios dessa polêmica, uma vez que nega uma formulação de outra posição discursiva: “Os leitores também podem ser representantes oficiais para informações e assessoria sobre o Brasil, junto à mídia ou *Foreign Office*”. Com efeito, no enunciado retirado do telegrama do Embaixador Wolowski, anteriormente reproduzido, está posta a possibilidade de o leitor representar a Embaixada em eventos culturais. Semelhantemente, no recorte abaixo, retirado da entrevista com a ex-leitora Scarpa (cf. Anexo 2), o leitor

é caracterizado como “porta-voz” do Brasil junto à mídia, em um evento como o Ano do Brasil na Inglaterra, em 2004:

houve o Ano do Brasil na Inglaterra... no ano seguinte foi na França... BBC [*British Broadcasting Corporation*] vai procurar quem? vai entrevistar... vai ser **o porta-voz**... o leitor de onde? do leitorado em Londres que mais... que tem o contato mais... mais íntimo... com a Embaixada... que é o *King's College*... tô lá eu sendo entrevistada... [...] cê tá lá sendo entrevistado por que que o Brasil tá na moda?

Está em questão, portanto, o espaço de atuação dos leitores. Na posição discursiva a partir da qual enuncia Serravalle de Sá, esse espaço se restringe ao âmbito acadêmico. Segundo uma outra posição, entretanto, há outros espaços de atuação do leitor, conforme o seguinte recorte da entrevista com Scarpa:

Entrevistador: e... você acha que as atividades... as atividades do leitor deveriam estar restritas ao âmbito universitário... à docência?

Entrevistada: não necessariamente... não... fica mais fácil né? essa divulgação... normalmente são espaços mais óbvios... mas não necessariamente... eu acho que os CEBs fazem... um papel excelente... em Londres tinha dois... um deles era o... BCA... *Brazilian Contemporary Art*... que era uma espécie de CEB... local... [...] lá por exemplo seria um espaço que poderia ter leitor... só que o leitorado é algo normalmente caro... então eles mandam o leitor pra onde tem uma certa visibilidade... e o leitor tem também... veja... **além de dar aula... tem esse papel de ser um representante sim cultural do seu país lá**... eu falei... nós somos procurados pra várias coisas... uma vez procuraram pra... pra... pra correção... foi pra... acho que foi pra correção... não foi elaboração... mas poderia ser elaboração... das provas de português dos diplomatas britânicos que queriam vir servir o Brasil... enfim... a coisa mais óbvia é... bom ensino de português brasileiro onde tem? tem tem muito brasileiro dando aula de português... muito muito curso... espontâneo... informal... muitos professores... muitos eh muitas pessoas que dão aula de português brasileiro... muitas pessoas... digamos físicas dando aula de português brasileiro... professores particulares etc... as escolas agora... têm algumas têm assessoria... tem essas firmazinhas de assessoria de língua... que oferecem então... o

professor brasileiro vai na casa de alguém... e nós sempre somos procurados... conhece alguém que... tem que fazer um... uma tradução... não sei o quê... quer dizer... hoje em dia há outros espaços né? sociais... mercadológicos... ou públicos enfim... desse trabalho... que o Brasil é muito mais visível... muito mais visível... muito mais gente quer aprender português brasileiro... mas o o... **a ligação mais óbvia é a do leitor... é a do leitor... é o representante do país lá...**

Na perspectiva de Scarpa, os leitores poderiam desenvolver suas atividades em CEBs¹⁰⁹ ao invés de universidades. Este ponto nos parece, entretanto, de menor importância na análise da polêmica em questão, na medida em que os CEBs também desenvolvem atividades de caráter mais acadêmico. Afirmaríamos inclusive que, possivelmente, este ponto de vista também seria expresso pela posição-sujeito aqui exemplificada pelos enunciados de Serravalle de Sá. O que nos parece particularmente significativa é a imagem do leitor enquanto um representante cultural do Brasil no exterior, (re)construída na fala de Scarpa.

A esse respeito, cabe observar que, no enunciado “além de dar aula... tem esse papel de ser um representante sim cultural do seu país lá...”, o emprego do operador argumentativo “além de” articula dois elementos de uma mesma escala argumentativa (cf. GUIMARÃES, 1987), de forma que as atividades de docência e de representação cultural são significadas como tendo o mesmo valor. É devido a essa imagem que, segundo Scarpa, se procuram os leitores – e não outras pessoas (físicas ou jurídicas) que, cada vez mais, se ocupam de atividades relacionadas ao ensino de português – para a realização de determinados trabalhos, como a correção de provas de português feitas por diplomatas britânicos.

Dessa forma, segundo a posição da última entrevistada, o espaço de atuação do leitor não é apenas aquele de caráter acadêmico, como as universidades e os CEBs, mas se estende, no limite, ao próprio país em que o

¹⁰⁹ Os CEBs de que fala Scarpa neste momento da entrevista não são os Centros de Estudos Brasileiros (atualmente Centros Culturais Brasileiros) ligados ao Itamaraty, mas instituições estrangeiras que se dedicam a pesquisas e eventos relacionados à cultura brasileira.

leitor se encontra. Nesse sentido, podemos atentar para o uso do advérbio “lá” em “tem esse papel de ser **um** representante sim cultural do seu país lá...” e “é **o** representante do país lá...”, que amplia sobremaneira o espaço de atuação do leitor, tornando-o, em certa medida, difuso. Não deixa de ser interessante o deslize entre o uso do artigo indefinido e definido nesses enunciados, o que, no fim do recorte, reforça a imagem do leitor enquanto representante cultural do Brasil: não se trata de um dentre outros representantes do país, mas do representante, considerado a “ligação mais óbvia” entre o Brasil e, no caso, a Grã-Bretanha.

Embora possamos, portanto, identificar duas posições discursivas relativas à maneira como a figura do leitor é significada, ambas caracterizam esse cargo como relacionado à política cultural, conforme podemos observar através dos seguintes recortes:

Narra-se aqui um relato da experiência do autor como um **agente de diplomacia cultural** (GOHN, 2006) [grifo nosso].

Este artigo faz considerações sobre a política linguística do governo brasileiro à luz do programa de Leitorado em Manchester (Inglaterra). O que se oferece é um depoimento da experiência do autor enquanto um **agente dessa política cultural**. Reflete-se aqui sobre questões em torno da política linguística cultural brasileira e do ensino de português como língua estrangeira. (SERRAVALLE DE SÁ, 2009, p. 31) [grifo nosso].

No texto de Serravalle de Sá (*ibidem*), encontramos uma negação que parece refutar um simulacro¹¹⁰ que poderia ser construído pelo discurso do outro:

¹¹⁰ Conforme Maingueneau (1997), ao fazer penetrar em seu próprio interior o discurso da posição X, a posição discursiva antagônica Y acaba por “traduzir”, a partir de suas próprias categorias, o discurso desse Outro. Disso resulta um mal-entendido sistemático, uma “interincompreensão” regrada regendo a relação entre discursos que se opõem. Nas palavras do autor (2005, p. 113), “A polêmica aparece exatamente como uma espécie de homeopatia pervertida: ela introduz o Outro em seu recinto para melhor conjurar sua ameaça, mas esse Outro só entra anulado enquanto tal, simulacro. Ela mantém, pois, um duplo laço com o simulacro: pelo fato de que ela mesma é apenas um simulacro de guerra, uma guerra de papel, como diz o nome; e pelo fato de que ela não cessa de traduzir o Outro em seu próprio simulacro”.

o de que se opor à atuação do leitor enquanto adido cultural implique negar que ele seja um instrumento da política cultural brasileira.

Não se nega que o cargo de Leitor é um instrumento de política cultural, mas se crê que cabe apenas à Embaixada ser o representante oficial para informações e assessoria sobre o Brasil, junto à mídia ou *Foreign Office* (SERRAVALLE DE SÁ, 2009, p. 36).

Recusa-se ao leitor, portanto, o papel de representante *oficial* do Brasil – mas não o de *representante* do Brasil. Nesse sentido, vale atentar para o uso do indicativo em “Não se nega que o cargo do Leitor **é** um instrumento de política cultural” [grifo nosso]. Ao analisar os princípios que regem a ocorrência do subjuntivo em português brasileiro, Perini (2010, p. 198) afirma: “Quando o verbo ou nominal principal expressa incerteza, dúvida ou negação por parte do Agente da oração principal a respeito dos eventos descritos na subordinada, esta deve ter o verbo no subjuntivo”¹¹¹. Desse ponto de vista, a construção mais esperada seria “Não se nega que o cargo do Leitor **seja** um instrumento de política cultural”, dada a presença do verbo “negar” na oração principal. No enunciado em questão, porém, o uso de um ou outro modo verbal parece ser governado por regras mais complexas, sendo as construções com o indicativo e com o subjuntivo igualmente gramaticais. O que gostaríamos de salientar é que o uso do subjuntivo também pode expressar, conforme a regra proposta por Perini, um valor de dúvida ou incerteza¹¹². Assim, o uso do indicativo no enunciado em questão reforça o discurso de que o leitor é um agente da política cultural do Itamaraty, na medida em que silencia um modo de dizer que poderia abrir espaço para a

¹¹¹ O autor exemplifica essa regra através de exemplos como os seguintes: “*É possível* que Elvis esteja vivo” (incerteza); “Os estudantes *duvidam* que o professor conheça a matéria” (dúvida), “O acusado *negou* que *possuísse* uma arma” (negação) e “A *possibilidade* de que Elvis esteja vivo foi mencionada no debate” (incerteza).

¹¹² A esse respeito, poderíamos lembrar o contraste entre frases como “Ele veio” e “Talvez ele tenha vindo”, em que os modos indicativo e subjuntivo exprimem, respectivamente, certeza e incerteza.

interpretação de que esse discurso é duvidoso ou incerto. Trata-se, no limite, de uma marca de *pré-construído*¹¹³ que funciona em ambas as posições discursivas.

Ao argumentar que as condições oferecidas para os leitores são inferiores a outras bolsas subsidiadas por agências de fomento, Serravalle de Sá (2009) chega a afirmar que o leitor brasileiro é um cargo de representação – e, nesse sentido, não faz número com um bolsista de doutorado pleno no exterior da CAPES:

Tal falta de “isonomia” é difícil de compreender, pois o Leitor brasileiro é um **cargo representativo**, responsável por ministrar aulas e pela divulgação da cultura brasileira no exterior coisa que o bolsista CAPES não tem a obrigação de fazer (SERRAVALLE DE SÁ, 2009, p. 33) [grifo nosso].

A polêmica incide, portanto, não sobre o fato de o leitor ser ou não um cargo de representação cultural – parece haver um consenso entre as diferentes posições discursivas a esse respeito –, mas sobre *o que / quem* o leitor deve representar. Especificamente, existe uma polêmica sobre a imagem do leitor enquanto representante do Estado brasileiro – razão pela qual se recusa, na posição de Serravalle de Sá, a ideia de que esse profissional seja um adido cultural –, mas não sobre sua imagem enquanto representante da cultura brasileira. O recorte abaixo, feito na entrevista que realizamos com o diplomata do Itamaraty (cf. Anexo 1), é particularmente elucidativo a esse respeito.

Entrevistador: eu cheguei até ver eh... em artigos escritos por leitores... alguns que chegam a se caracterizar como... quase adidos culturais... assim... tem alguns que assumem essa posição... e aí por outro lado... outros recusando essa posição dizendo... não... o leitor não é um adido cultural... ele é um docente né?... qual você que acha que seja... realmente o papel do leitor?

¹¹³ A noção de *pré-construído*, que reformula a de *pressuposto*, foi inicialmente proposta por Henry (1990), para referir-se a uma marca de um discurso anterior, em contraposição àquilo que é *construído* no momento da formulação. Para Pêcheux (1997c, p. 164), “o ‘pré-construído’ corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’)”.

Entrevistado: eu acho que idealmente ele deveria ser uma espécie de... eh de adido cultural... [segmento ininteligível] ou algo parecido com isso... no sentido de... é que adido cultural pode passar a impressão de que é um representante do Estado né? a gente manda sempre os diplomatas... mas tem também o adido militar... que é das Forças Armadas... o adido policial... que é policial... o adido... por aí vai... e ele... ele tá lá representando o governo... ele é pago pelo governo... o leitor também tá representando o governo mas digo...

De maneira semelhante ao que observamos na análise dos recortes do currículo lattes de Schaumloeffel e da mensagem do ex-Embaixador em Gana, Wolowski, a designação “adido cultural” é representada como “imperfeita” para qualificar a atividade do leitor, como sinalizam algumas expressões de modalização autonímica (AUTHIER-REVUZ, 1998): “eu acho que idealmente ele deveria ser **uma espécie de...** eh de adido cultural... [segmento ininteligível] **ou algo parecido com isso**”. Na sequência desse enunciado, o dizer continua voltando-se para si próprio (cf. “no sentido de...”), sinalizando uma falha entre a palavra e a coisa (cf. “**é que** adido cultural pode passar a impressão de que é um representante do Estado né?”). Elimina-se, assim, um sentido inoportuno que poderia ser favorecido pelo emprego da expressão “adido cultural” como forma de qualificar o leitor. O fato de que essa designação seja, sistematicamente, caracterizada como “imperfeita” na entrevista com o diplomata é compreensível se tivermos em vista que, na posição a partir da qual ele enuncia, não é possível defender a legitimidade de representação do Estado brasileiro por uma pessoa não instituída formalmente como tal pelo Instituto Rio Branco. Esse sentido insiste, entretanto, em retornar no fio do discurso (cf. “o leitor também tá representando o Governo”), mas se observa, logo em seguida, uma inversão na direção argumentativa, através do operador “mas”, e uma nova operação de fixação semântica, sinalizada por “digo”. Significa-se, então, o leitor como “um representante da... da sociedade brasileira... do povo brasileiro... portanto da cultura... da civilização...”, conforme podemos observar na continuação da entrevista:

acho que a ideia principal é que ele seja um... um representante da... da sociedade brasileira... do povo brasileiro... portanto da cultura... da civilização... e acho que isso tem que fazer sim... entendeu?... varia... alguns acham isso menos ou mais importante mas... mas acho que o leitor não deveria ser APENAS um professor de... de língua... ou que seja... de língua e civilização...

Estabelece-se, no recorte anterior, uma escala de valores, em que a atuação do leitor enquanto um professor de *língua* ocupa um lugar de menor importância quando comparado ao trabalho enquanto docente de *língua e civilização*, conforme sinaliza o operador argumentativo “que seja” (cf. “mas acho que o leitor não deveria ser APENAS um professor de... de língua... ou **que seja**... de língua e civilização...”). O valor máximo do trabalho do leitor seria atingido nos casos em que sua atuação se aproxima da de um adido cultural, como indica o início da resposta do entrevistado, anteriormente transcrito: “eu acho que **idealmente** ele deveria ser uma espécie de... eh de adido cultural...”.

Na continuação da entrevista, a presença do verbo “saber” marca a irrupção de um pré-construído que, justamente, está em funcionamento nos diferentes discursos sobre o papel do leitor: o de que esse representa o Brasil e o seu povo, sendo-lhes um “avatar”, sobretudo em países onde há poucos brasileiros.

acho que ele tinha que saber que ele tá lá representando... o Brasil como um todo... que as pessoas vão ver nele um... uma pequena imagem... um avatar do que é o Brasil... do povo... **as pessoas não vão olhar pra ele e olhar o governo...** [segmento ininteligível]... **as pessoas vão ver nele e imaginar o povo por trás dele...** ainda mais... em lugares onde há poucos brasileiros... como o Vietnã... talvez a França isso não seja tão forte... mas em países onde há poucos brasileiros... acho que esse papel de... adido entre aspas... da sociedade pelo menos... se torna mais importante... acho que isso deveria ser feito sim...

Ao ser comparado a um avatar, o leitor é significado metonimicamente, já que seu trabalho garantiria a presença do Brasil e do povo brasileiro em outro

Estado Nacional. Ratifica-se, então, que o leitor é uma “pequena imagem” do povo brasileiro, razão pela qual se afirma que ele tem o papel de um adido cultural. Cabe ressaltar, porém, que, através da oralização de um sinal tipicamente gráfico – as aspas –, a designação “adido cultural” é, novamente, significada, de certa forma, como imprópria, na medida em que o leitor representaria, nessa perspectiva, não o Estado, mas a sociedade.

Conclusões parciais

Apresentamos, em um momento inicial deste capítulo, alguns elementos relativos à história dos CCBs, ICs e leitorados, bem como dados relativos a sua distribuição pelos diferentes continentes, alguns dos quais retomaremos agora. Vimos que quase 55% dos atuais CCBs estão no continente americano, sobretudo, na América do Sul e na região da América Central/Caribe, onde se situam, respectivamente, 27,27% e 22,73% dessas instituições. Além disso, 71,43% dos ICs estão na América do Sul e 14,29% na América Central/Caribe. Por outro lado, localizam-se no continente americano apenas 37,32% dos leitorados, sendo o número de países da América do Sul com pelo menos um leitorado igual ao da região da América Central/Caribe. De maneira bastante diferente estão distribuídas as diferentes instituições da RBEx na Europa, em que estão apenas 13,64% dos CCBs e 14,29% dos ICs¹¹⁴, mas 31,34% dos leitorados. Tais observações nos permitem concluir que, historicamente, privilegiou-se a divulgação da língua portuguesa e cultura brasileira fora do espaço acadêmico na América, em contraposição à Europa.

Em relação à rede de leitorado, constatamos, a partir de análises dos perfis que acompanham os editais de seleção dos leitores, dos textos escritos por tais profissionais e das entrevistas que realizamos, que as atividades desenvolvidas no âmbito deste programa estão, frequentemente, muito além do

¹¹⁴ Vale lembrar, nesse sentido, que, em 1995, o MRE não renovou o convênio de cooperação com o Instituto Cultural Brasileiro na Alemanha.

que preveem as portarias de 1999 e 2006 da CAPES, que restringem sua atuação ao ensino das chamadas língua, cultura e literatura nacionais em universidades estrangeiras. O recorte abaixo, referente a uma carta escrita¹¹⁵ em Londres em 03 de março de 2006 pelas então leitoras do Itamaraty na Grã-Bretanha, permite, mais uma vez, vislumbrar a diversidade de atividades assumidas pelos leitores:

o papel do leitor tem sido fundamental no impacto disseminador da língua portuguesa, cultura e, em alguns casos, de história do Brasil, inclusive como veículo de divulgação paralela e complementar às instâncias que se incumbem de tal função. Isto porque a função do leitor tem sido múltipla, mesmo considerando-se que a situação diverge bastante de universidade para universidade. Sua principal função, como rege a Portaria 02 de 29/03/1999, é junto à comunidade acadêmica: ministra cursos de língua, sociedade, cultura e literatura brasileira (ou, ocasionalmente, lusófona em geral) e, como tal, encontra-se inserido na vida acadêmica cotidiana dos departamentos onde estão lotados. Além disso, têm constantemente organizado e coordenado eventos culturais, como mostras de cinema brasileiro, e providenciado o credenciamento e coordenação de algumas instituições como postos aplicadores do exame CELPE-Bras, exame oficial de proficiência do português brasileiro. Mas o papel do leitor tem ido além do que rege o acima citado edital. Tem sido constantemente o elo entre o governo brasileiro e a comunidade. Neste sentido, tem sido o representante oficial, a figura autoritativa de referência para informações e assessoria sobre o Brasil e a língua portuguesa, quer seja junto à mídia e ao Foreign Office (neste último caso, como assessor na elaboração e correção de provas de português dos diplomatas britânicos que atuarão no Brasil), quer organizando simpósios multinacionais sobre questões vinculadas à educação no Brasil, quer ainda como uma espécie de assessor lingüístico e cultural local, em cidades mais distantes de Londres. Em um dos casos, o leitor tem sido o elemento de ligação entre sua instituição e agências de financiamento brasileiros e britânicos facilitando e coordenando a vinda de estudantes de mestrado e doutorado na Grã-Bretanha. [...] Os leitores têm sido chamados cada vez mais para orientar e co-orientar dissertações, para compor bancas de julgamento de mestrado e de qualificação para PhD, para ministrar cursos de

¹¹⁵ Carta endereçada ao Embaixador Ruy Nogueira Nunes Pinto, então Subsecretário Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior, assinada pelas então leitoras do MRE na Grã-Bretanha, a saber, Beatriz Paiva (*Essex University*), Ester M. Scarpa (*King's College London*), Lúcia Rottava (*Birkbeck College*), Maria Figueiredo-Cowen (*Institute of Education*), Mariana Cunha (*Queen Mary*) e Marisa Morita (*Swansea University*).

mestrado. A função do leitor é hoje, na Grã-Bretanha, mais complexa, mais ampla, e sua atuação tem sido mais valorizada academicamente.

O recorte anterior contempla a heterogeneidade da atuação dos leitores apenas na Grã-Bretanha. Em outros espaços, como vimos, eles desenvolvem outras atividades além daquelas mencionadas anteriormente, trabalhando, em certos casos, em CCBs, não apenas como docentes, mas também como diretores ou coordenadores. Considerando toda essa diversidade, Scarpa, na entrevista que nos concedeu (cf. Anexo 2), afirma que o leitor deve se conformar ao espaço em que está inserido:

o perfil do leitor... é... mime... bom **tem que mimetizar**... tem que... **tem que se adaptar ao local onde está**... ao departamento onde está... por exemplo se é um CEB... eh... se é um CEB vai poder... se concentrar no ensino da língua e da cultura... se é um curso como o meu por exemplo... vai tentar fazer... uma coisa que eu fiz e deu muito certo... tentar... ah... transitar pelos assuntos do departamento... pelas outras disciplinas... então eu dava livros de... eu dava alguns livrinhos de história... eu dava história... eu dei literatura...eu dava coisas assim..... isso do ponto de vista de leitura... havia também música... havia filmes... [...] então eu colocava como... como objetivo a proficiência e a profissionalização... então eu dava muita tradução... eu dava aula de tradução... dava aulas... eu preparava os alunos... eu tinha um colega que trabalhava com legendagem de filme... intérprete e legenda... esse colega dava curso de técnicas de legendagem... então eu treinava legendagem de filme por exemplo... eu treinava tradução... treinava... interpretação não é? então... veja que... eu pude no meu departamento... como em outros departamentos do Reino Unido... eu pude... digamos... adaptar o... o... perfil do leitor e o papel do leitor pra essas... pra essas atividades e pra esses objetivos... outro colega meu... o Marco Aurélio [Schaumloeffel]... ele fez Letras.. um gaúcho... em Gana ele era um membro da Embaixada... ele era um membro... quer dizer... ele era realmente uma ligação... era um... era um braço... ele era uma espécie de adido cultural em Gana... um grupo bastante pequeno... ele dava algumas aulas... ele ofereceu na Embaixada algumas aulas de português... assim como o Carlos Gohn oferecia em Nova Délhi... então você veja... a diferença entre... entre o que eu pude... eu fazia... quer dizer... pau pra toda obra que eu fazia... e eles também... eles também puderam desenvolver um trabalho bastante interessante... que era uma outra circunstância...

Em outro momento dessa mesma entrevista, o leitor é comparado a um camaleão, que se modifica para adaptar-se ao ambiente em que está inserido:

Entrevistada: [...] é um cargo **ambíguo**... é um cargo... como é que eu digo? **multifacetado**... e é um cargo... assim como eu disse... eu usei essa palavra aí... de mime... **de mimetização**... de... como é que chama aquele animalzinho? que fica na cor?

Entrevistador: camaleão...

Entrevistada: camaleão... **é um cargo camaleão**... o leitorado... provavelmente eu tenha gostado tanto por causa disso...

Tal heterogeneidade indica que os leitorados estão subordinados antes às instituições estrangeiras que ao Estado brasileiro, o que acaba por conferir um menor grau de coesão à chamada *rede* de leitorado, conforme já haviam indicado nossas análises dos textos de apresentação dos CCBs, ICs e Leitorados, disponíveis no *site* do Itamaraty (cf. Quadro 1).

No início deste capítulo, também afirmamos que, enquanto os CCBs e os ICs dizem respeito à relação entre o Estado brasileiro e outros Estados, está em questão, nos leitorados, a relação entre um indivíduo e uma instituição estrangeira. É importante ressaltar, entretanto, à luz do percurso aqui feito, que esse indivíduo – na condição de cidadão brasileiro – é significado como um representante do Estado ou da cultura brasileira. Um indício de tal imagem, conforme havíamos argumentado anteriormente, reside em um pré-requisito indispensável para se assumir a função de leitor do Itamaraty: a nacionalidade brasileira. Estabelece-se, portanto, uma restrição a estrangeiros, evidenciando que não está em jogo, simplesmente, o “ensino da língua portuguesa falada no Brasil, e da cultura e da literatura nacionais” – para recuperar as palavras constantes na portaria de 2006 (BRASIL, 2006) –, mas essa docência enquanto lugar de representação do Brasil no exterior. Assim como um diplomata do Itamaraty, um leitor não pode ser estrangeiro.

Lembremos, entretanto, que, se por um lado, o leitor do MRE deve ter nacionalidade brasileira – o que implica que ele pode ser nato ou naturalizado –, por outro, um diplomata deve, necessariamente, ser nato. Assim, em que pesem os pontos de aproximação entre os dois cargos – que, conforme argumentamos, significam, em certa medida, o leitorado como um espaço de representação diplomática –, há uma diferença importante entre ambos, que parece ir ao encontro da tensão anteriormente observada: embora haja um consenso em relação à ideia de que o leitor seja um representante cultural, há uma polêmica concernente a de quem/ do que o leitor é representante. Para uma certa posição discursiva, o leitor pode participar de eventos diplomáticos, a exemplo da organização de eventos de recepção ao presidente do Brasil, bem como dar informações junto à mídia ou ao Ministério das Relações Exteriores – mesmo que essas atividades não digam respeito ao leitorado propriamente dito. O leitor aparece, assim, concebido como um representante da Embaixada ou como um adido cultural, que pode atuar como porta-voz do Estado brasileiro no exterior, enquanto intermediário entre o último e o Estado em que desenvolve suas atividades. Para outra posição discursiva, não cabe ao leitor o papel de representante do Estado brasileiro, ainda que lhe caiba o de representante do povo brasileiro e de sua cultura. Dessa forma, constrói-se, através da língua – enquanto signo da cultura brasileira – um lugar de representação do Brasil. A língua que permite essa representação, cabe sublinhar, não é qualquer língua falada no país, mas aquela que, historicamente, participou da construção do ideal de unidade do Estado Nacional brasileiro: o português.

Uma vez analisados alguns elementos relativos à história, distribuição e organização institucional da DPLP, buscaremos, no próximo capítulo, apreender traços importantes do funcionamento da política linguística exterior do Itamaraty, o que nos permitirá melhor compreender os processos discursivos discutidos até o momento. Mostraremos, por exemplo, que a mudança na designação “Centro de Estudos Brasileiros” para “Centro Cultural Brasil-X”, bem como o fato de que os leitores sejam, invariavelmente, significados como representantes culturais, são

indícios de um apelo à cultura que produz, entre seus efeitos, o silenciamento dos vínculos da política linguística em questão com interesses estratégicos do Estado brasileiro. Retomando dados relativos à distribuição da RBEx apresentados neste capítulo, e colocando-os em relação com novos elementos de nosso *corpus*, chamaremos a atenção para alguns desses vínculos. Outros elementos apresentados neste segundo capítulo, a exemplo dos que evidenciam a heterogeneidade no perfil dos leitores, também nos darão importantes subsídios para demonstrar as principais características constitutivas do funcionamento da política linguística exterior do Estado brasileiro.

CAPÍTULO III –

O funcionamento da política linguística exterior do Itamaraty: algumas características constitutivas

No último capítulo, analisamos a organização da *Divisão de Promoção da Língua Portuguesa* (DPLP), detendo-nos, ainda, em sua distribuição e seus percursos de institucionalização. A partir desses elementos, objetivamos, no presente capítulo, discutir as características que, segundo nossas análises indicam, são constitutivas da política linguística exterior brasileira.

Retomando alguns fatos para os quais chamamos a atenção anteriormente, mostraremos, na primeira seção deste capítulo, o recrudescimento contemporâneo da política do Itamaraty para a promoção internacional do português, indicativo de que essa língua passa a ocupar um novo lugar para o Estado brasileiro. Analisaremos, então, as condições de produção que permitem a formulação desse novo lugar. Argumentaremos, por outro lado, que, apesar desse movimento, o linguístico tende a ser obliterado no discurso relativo à política linguística exterior brasileira, já que essa é, em geral, significada, essencialmente, como uma política cultural. É sobre o funcionamento político desse apelo à cultura que nos deteremos na seção 2. Tal discussão nos permitirá, já na seção posterior, intitulada “Uma política silenciosa”, defender a hipótese de que uma característica constitutiva do funcionamento da política linguística exterior brasileira é o apagamento de sua natureza política, por meio de um movimento que tende a silenciar seus vínculos com interesses estratégicos da política externa.

A partir de vestígios desse silenciamento encontrados em nosso *corpus* de pesquisa, argumentaremos, na seção 4, que a promoção internacional do português vai ao encontro de interesses da política externa brasileira, que, quando redirecionados, podem inclusive produzir rearranjos na configuração da Rede Brasileira de Ensino no Exterior (RBEx). Se, de fato, uma política linguística exterior reflete interesses da política externa, então podemos esperar que esse

seja um campo de conflito entre os Estados. Com efeito, a política brasileira para a promoção internacional do português traz à tona embates com Portugal e com a CPLP, sobre os quais nos concentraremos na seção 5. Subsequentemente, defenderemos a hipótese de que a política linguística levada a cabo pelo Itamaraty participa de um processo de descolonização linguística, em que o português do Brasil, estigmatizado em outras condições de produção, passa, em alguns discursos, a ser representado como uma língua mais adequada à internacionalização do que o português europeu. Por fim, retomando elementos apresentados em outros momentos desta tese, argumentaremos que outra característica constitutiva da política linguística exterior brasileira é sua natureza não-centrada, que pode ser compreendida à luz das condições de produção em que essa política se inscreve.

1. Uma política em recrudescimento: as condições de produção de um novo lugar para o português do Brasil

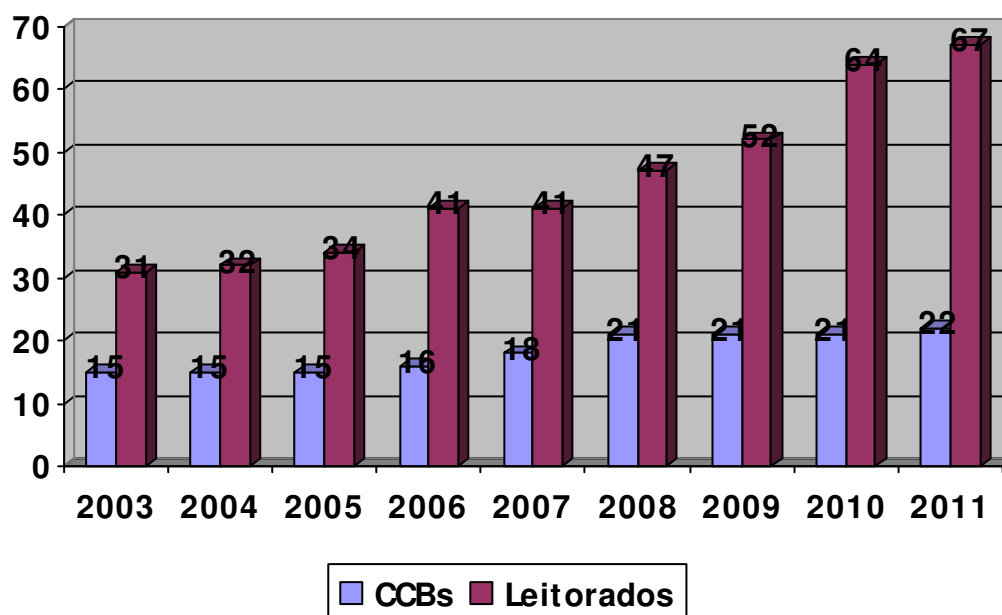
No capítulo anterior, apresentamos alguns elementos que sinalizam que a língua portuguesa passa a ocupar um novo lugar no Estado brasileiro. Retomemos três deles.

Em primeiro lugar, lembremos que, embora as primeiras instituições que serviram como núcleos para o desenvolvimento dos CEBs (posteriormente designados CCBs) tenham sido fundadas em 1940, e embora os primeiros leitorados datem da década de 1960, apenas em 2003 foi criada, na estrutura jurídico-administrativa do Itamaraty, uma divisão encarregada, especificamente, da promoção internacional da língua portuguesa: a DPLP. Até então, conforme mencionamos no capítulo II, as ações de política linguística exterior do MRE eram levadas a cabo pela *Divisão de Programas de Difusão Cultural*.

Destaquemos, em segundo lugar, que as ações do Itamaraty para a promoção do português no exterior se fortaleceram consideravelmente na última década. Um indício desse fortalecimento é a expansão por que a RBEx passou

entre 2003 e 2011. Como indica o gráfico a seguir, os CCBs, que eram 15 em 2003 e atendiam a 15.559 alunos, tiveram um crescimento de 46,66%, passando a atender, em 2011, 28.357 alunos (BRASIL, 2011c). A rede de leitorados, por sua vez, passou, no mesmo período, por um crescimento de 116,12%.

Figura 7 - Expansão dos CCBs e leitorados: 2003 - 2011¹¹⁶



Lembremos, em terceiro lugar, que, conforme explicamos no último capítulo, alguns CEBs foram privatizados durante a década de 1990, transformando-se em ICs. Essa política de privatização tem sido revista nos

¹¹⁶ Os dados referentes à expansão dos CCBs e da rede de leitorado encontram-se, respectivamente, no *Balço da Política Externa Brasileira – 2003-2010* (BRASIL, 2011c) e no *site* do MRE, especificamente, em <<http://www.dc.mre.gov.br/lingua-e-literatura/leitorados>> (acesso em: 13 fev. 2012). Na seção “Promoção Cultural. Promoção da Língua Portuguesa” do referido documento, especificamente, no quadro “Expansão da Rede de Centros Culturais Brasileiros”, consta a informação de que, em 2010 e 2011, havia, respectivamente, 24 e 25 CCBs, enquanto na seção “Descrição dos resultados alcançados”, menciona-se a existência de 21 Centros, número esse que também consta no *site* do MRE. Cf. <<http://www.dc.mre.gov.br/lingua-e-literatura/centros-culturais-do-brasil>> (acesso em: 14 fev. 2012). Todavia, a lista de CCBs disponível nesse *site* não se encontrava, naquele momento, atualizada, uma vez que não incluía o Centro Cultural Brasil-Líbano, fundado em 27 de abril de 2011. Em dezembro de 2011, havia, portanto, 22 CCBs, conforme informações reunidas no quadro 2.

últimos anos, havendo inclusive interesse em estatizar os ICs, como mencionamos anteriormente.

Os três fatos anteriormente elencados – a criação da DPLP em 2003, uma significativa ampliação da RBEx entre 2003 e 2010 e uma mudança na política de privatização dos Centros – dão indícios de que a língua portuguesa passa a ocupar um novo lugar para o Estado brasileiro, o que fortalece as políticas governamentais para sua promoção no exterior. Cabe, então, analisar as **condições de produção** (PÊCHEUX, 1997a) que permitem tais deslocamentos.

Ainda que a política linguística exterior do Estado brasileiro tenha suas especificidades, devemos levar em consideração que a constituição desse novo lugar para o português reflete um movimento maior, que também afeta outras línguas – e as políticas para sua “gestão”. Segundo Oliveira (2010), as línguas passaram a ocupar um novo lugar na sociedade, como evidenciam diversos fatos contemporâneos: a oficialização e co-oficialização de novas línguas, a implementação de reformas nos sistemas de ensino de línguas estrangeiras, a criação de exames de proficiência, a aprovação de acordos ortográficos e o fortalecimento de debates linguísticos em organizações como a *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO), que declarou 2008 o *Ano Internacional das Línguas*.

Essa nova centralidade das línguas está, na perspectiva de Oliveira (*ibidem*), relacionada às mudanças por que o capitalismo passou desde os anos 1970, particularmente, a partir dos anos 1990, rumo ao que tem sido denominado “Sociedade da Informação”, “Sociedade do Conhecimento” ou, ainda, “Nova Economia”. Contrariamente ao modelo fordista, baseado em grandes unidades de produção e na divisão do trabalho, a organização da nova economia se baseia em unidades produtivas menores, na terceirização e no empregado multifuncional e flexível. Trata-se de uma economia enxuta (*lean manufacturing*), do *just-in-time*, na qual a produção é feita por demanda, e na qual o lucro é obtido antes pela produção de pequenas quantidades de diversos modelos de um produto do que pela produção em larga escala de um mesmo produto.

A nova economia, explica Oliveira (*ibidem*, p. 23-24), coloca a comunicação no centro do processo produtivo, uma vez que é ela que “permite a bidirecionalidade da relação entre produção e consumo, entre oferta e demanda”, exigindo “que se reestruture o processo produtivo do modo mais flexível possível, rompendo com qualquer rigidez ligada aos tipos e hábitos de trabalho dos funcionários”. Esse “modo de produção por meio da comunicação” (*ibidem*, p. 24) repercute no lugar das línguas no mundo contemporâneo, bem como em seu “*status*” e “*corpus*”. Conforme lembra o autor, ocorrem pressões para certos tipos de standardização – por exemplo, através da determinação de padrões terminológicos adequados a distintos contextos –, a fim de atender às demandas dos novos modelos de comunicação. Observam-se, ainda, pressões para o ingresso de mais línguas no sistema, dada a necessidade de diversificação de produtos e a criação de nichos específicos no mercado. Por fim, ainda de acordo com Oliveira (*ibidem*), as línguas tornam-se o próprio modo de organização da informação, uma vez que a nova informação é acessível através de sua configuração linguística – por exemplo, nos buscadores de informações¹¹⁷.

Em resumo, “não só o novo capitalismo autoriza o funcionamento da produção em muito mais línguas, porquanto quer conquistar os mercados de consumo nestas línguas, como até exige essa produção em um número crescente de línguas” (*ibidem*, p. 25). Em outras palavras, a produção de bens culturais em

¹¹⁷ Em seu artigo “Quando as palavras valem ouro. Em direção ao capitalismo linguístico”, Kaplan (2011) lembra as diversas publicidades associadas aos resultados de cada pesquisa feita por um internauta através do *Google*, bem como a outras ferramentas tecnológicas dessa empresa. Em sua perspectiva, o mercado linguístico criado nesse contexto é global e multilíngue, engendrando uma necessidade de “mapeamento” e padronização das línguas. Nas palavras do autor, “A corporação conseguiu estender o território do capitalismo para a própria língua, fazer das palavras uma mercadoria e fundar um modelo comercial inacreditavelmente lucrativo. [...] O que os agentes do capitalismo linguístico temem? Que a língua escape, que ela se altere, que se “desortografe”, que se torne impossível transformá-la em equação. Quando o Google propõe correções a uma palavra que escrevemos errado, não faz isso para nos ajudar: na maioria dos casos, ele transforma um material sem grande valor (uma palavra mal escrita) em um recurso econômico rentável. Quando o Google prolonga uma frase que começamos a digitar na caixa de busca, não está apenas nos ajudando a não perder tempo: ele nos orienta para o território da língua que mais explora, nos convida a trilhar o caminho estatístico traçado pelos outros internautas. As tecnologias do capitalismo linguístico levam então à regularização da língua. E quanto mais nós necessitarmos das próteses linguísticas, deixando os algoritmos corrigirem e prolongarem nossos propósitos, mais essa regularização será eficaz”.

uma única língua – qual seja, o inglês, língua “globalizada”, por excelência – não pode ser ampliada indefinidamente, o que abre espaço para outros mercados, que, embora menores, se estruturam em outras línguas. As línguas passam, então, a ser afetadas por um processo discursivo de “capitalização linguística”, que, conforme a definição de Zoppi-Fontana (2009, p. 37), “se caracteriza por investir uma língua de **valor de troca**, tornando-a ao mesmo tempo em bem de consumo atual (*mercadoria*) e um investimento em mercado de futuros, isto é, cotando seu valor simbólico em termos econômicos” [grifos da autora].

Afetados por essas discursividades, os centros de gestão de língua reposicionam-se a fim de atender aos mercados do capitalismo *just-in-time*. É nesse contexto pós-fordista que os Estados nacionais, a exemplo do brasileiro, passam a propor novas políticas para “gerir” a presença de sua(s) língua(s) em diferentes mercados, ampliando seus espaços de enunciação, na esteira das novas parcerias estabelecidas no plano internacional, que redesenham o traçado geopolítico global. Vejamos, nesse sentido, o recorte a seguir, referente ao *Balanco da Política Externa Brasileira (2003-2010)*:

A expansão da presença internacional brasileira e a importância conferida à cooperação sul-sul, nos últimos oito anos, ensejaram novas oportunidades para a promoção da Língua Portuguesa. **A nova postura assumida pelo Brasil deveria, no entanto, corresponder uma atualização da política de promoção e difusão da língua pátria.** A criação da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa decorreu da percepção de que a ativação dos instrumentos públicos de promoção do idioma, em particular dos CCBs e dos Leitorados, teria efeitos positivos na projeção internacional da variante brasileira do Português. Concretamente, a iniciativa representou a valorização dos vetores governamentais na difusão do ensino do idioma, em lugar da política de transferência das atribuições dos antigos Centros de Estudos Brasileiros, antecessores dos atuais Centros Culturais, para entidades privadas. Em coerência com os objetivos da atual política externa brasileira, compete à DPLP identificar oportunidades e articular recursos para fomentar a consolidação e a expansão da RBEx, associando métodos tradicionais de ensino à introdução das novas tecnologias no campo pedagógico (BRASIL, 2011c).

Menciona-se “a nova postura assumida pelo Brasil” nos últimos anos. De fato, estudiosos do campo das relações internacionais, como Daudelin (2010) e Nafalski (2011), sublinham mudanças importantes por que a política externa brasileira passou na última década. Alicerçada no crescimento econômico brasileiro, a política externa do governo Lula seguiu um modelo de “autonomia pela diversificação” (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007), caracterizado pelo incremento do “diálogo sul-sul”, por meio de alianças não apenas com países da região, mas também com parceiros não-tradicionais, a exemplo da China, da África e do Oriente Médio (cf. SARMIENTO, 2010; SOUZA NETO, 2011).

Cabe destacar, nesse sentido, o fracasso na implementação do projeto estadunidense para a criação da *Área de Livre Comércio das Américas* (ALCA)¹¹⁸, em 2005, largamente atribuído ao Brasil, que o considerou pouco favorável aos países do sul (cf. CARNEGIE ENDOWMENT FOR INTERNATIONAL PEACE, 2009; DAUDELIN, 2010; SARMIENTO, 2010). O país teve, por outro lado, um papel protagonista na configuração da *Comunidade Sul-Americana de Nações* (CASA), em 2004, da *União de Nações Sul-Americanas* (Unasul), em 2008, procurando, ainda, revitalizar o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Tais ações são indicativas de uma política externa que, conforme lembra Souza Neto (2011), alçou a América do Sul a um *status* de prioridade sem precedentes, por meio de ações que vão além das dimensões econômica e financeira, tomando a integração como um projeto político (cf. NAFALSKI, 2011).

A opção estratégica pela América do Sul não possui, entretanto, um caráter excludente, conforme destaca Souza Neto (*op. cit.*). Ela não impede, pois, laços bilaterais ou multilaterais com outros países do continente americano, como indica a criação da *Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos* (CELAC), em 2010, da qual o Brasil participou ativamente. Tampouco exclui o estabelecimento de parcerias com outros países do mundo, tanto com países subdesenvolvidos quanto com grandes potências. Bastante significativo, a esse

¹¹⁸ Em sua dissertação de mestrado, Nogueira (2009) desenvolve um estudo semântico das palavras “integração” e “progresso” a partir dos documentos que propõem a criação da ALCA.

respeito, foi o estabelecimento, em 2003, do *Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul* (IBAS) e a formação, em 2006, do *Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China* (BRIC, que passou a ser chamado BRICS, com a entrada da África do Sul em 2011). Merece destaque, ainda, a grande aproximação do Brasil com a África, conforme destaca o *Balanço da Política Externa (2003 – 2010)*:

A aproximação com a África é uma das principais vertentes da política externa brasileira desde 2003, e se coaduna com a prioridade conferida ao Sul pela ação diplomática do Governo. Com seus parceiros africanos, o País engendrou esforços pioneiros em matéria de concertação político-diplomática, investimentos diretos e cooperação técnica.

Trata-se de política solidária e humanista, que almeja reduzir assimetrias, promover o desenvolvimento e combater a pobreza. Há, no entanto, ganhos concretos auferidos pelo Brasil em seu relacionamento com a África: o acesso a novos mercados, vantajosas oportunidades econômicas e maior influência em foros multilaterais. Ou seja, o engajamento com a África eleva o perfil internacional do Brasil (BRASIL, 2011c, p. 9).

Outro fato indicativo do recente reposicionamento do Brasil no cenário internacional foi sua aproximação com o Irã ao longo do governo Lula, culminando com o voto brasileiro contra as novas sanções a esse país por seu programa nuclear, em junho de 2009, que contrariou os membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Embora o Brasil tenha, meses depois, se comprometido a cumprir as sanções da ONU contra o Irã, o voto marca uma nova postura do Brasil no jogo de forças internacional, evidenciando a disposição do governo em defender seus interesses e convicções, ainda que esses fossem de encontro aos dos chamados “países centrais”. Esse novo posicionamento também tem se feito notar nas reivindicações feitas pelo Brasil à Organização Mundial do Comércio (OMC), junto à qual questionou, por exemplo, os subsídios pagos pelo governo estadunidense ao setor cotonicultor, tornando-se, em 2009, o primeiro país em desenvolvimento a receber o respaldo da organização para aplicar contramedidas aos EUA (SARMIENTO, 2010). Longe de ser submissa, a política externa do governo Lula buscou “penetrar a ação das

estruturas hegemônicas do capitalismo de modo a ser parte do jogo de reciprocidades internacionais, do comando e dos benefícios”, conforme lembra Souza Neto (2011), retomando Cervo (2008, p. 103).

A última década assistiu, assim, a um crescimento da participação brasileira na tomada de decisões concernentes aos grandes temas da agenda internacional. Poderíamos lembrar aqui o papel ativo desempenhado pelo país na resolução de crises como a que atingiu a Venezuela em 2002, em decorrência das tentativas de deposição de Hugo Chávez, ou nas negociações que sucederam o golpe militar em Honduras, em 2009, quando o então presidente Manuel Zelaya foi deposto. Destaca-se, em particular, a participação ativa do Brasil na *Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti* (MINUSTAH), criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 30 de abril de 2004, a fim de “restaurar a ordem no Haiti” após a deposição do presidente Jean Baptiste Aristide, segundo o *site* oficial da missão¹¹⁹. Dentre as diferentes motivações que levaram o Brasil a enviar tropas para a MINUSTAH, assumindo, em 2004, seu comando militar, está a aspiração do país em ingressar como membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), segundo a perspectiva de diferentes autores (E. DINIZ, 2005; SARMIENTO, 2010; SOUZA NETO, 2011) .

A projeção geopolítica alcançada pelo Brasil no cenário internacional nos últimos anos, evidenciada por fatos como os que acabamos de elencar, parece, portanto, ter desempenhado um papel importante no fortalecimento da política linguística exterior do Estado brasileiro. Essa projeção teria tornado necessária, conforme o recorte do *Balanço da Política Externa Brasileira (2003-2010)* anteriormente apresentado (BRASIL, 2011c), “uma atualização da política de promoção e difusão da língua pátria”.

É preciso ter em vista, ainda, o crescimento econômico do Brasil na última década, que acaba reverberando em sua política externa. Segundo dados apresentados pela *Carnegie Endowment for International Peace* (2009), o produto interno bruto (PIB) *per capita* do Brasil cresceu em média 1,63% entre 2000 e

¹¹⁹ Cf. <<http://www.un.org/spanish/Depts/dpko/minustah/>>. Acesso em 22 fev. 2010.

2007, superando o crescimento médio de 0,83% entre 1980 e 1989, e o de 0,28% entre 1990 e 1999. Entre 2000 e 2006, as exportações e importações cresceram, respectivamente, 150% e 62,5% (Divisão de Estatística das Nações Unidas, 2008, *apud Carnegie Endowment for International Peace*, 2009). Conforme Daudelin (2010), o Brasil foi a última das grandes economias a entrar em recessão quando da crise financeira de 2008-2009, e o primeiro a superá-la, registrando, em 2010, uma taxa de crescimento de 8,4%¹²⁰. Ainda que esse crescimento seja considerado ilusório e passageiro por alguns – na medida em que não decorreria de mudanças mais profundas na estrutura da política macroeconômica brasileira, e que haveria um risco considerável de superaquecimento –, predominam, não apenas em âmbito nacional, mas também internacional, discursos que, ancorados em dados como os que acabamos de elencar, representam o Brasil como um novo protagonista no cenário geopolítico atual. Nas palavras de Daudelin (*ibidem*, p. 30),

Il n'y a pas si longtemps encore, pourtant, le Brésil ne faisait la une des journaux qu'en période de Coupe du monde de football ou parce que ses taux d'endettement, d'inflation ou d'homicides battaient des records. La position du gouvernement sur les grandes questions internationales suscitait une large indifférence, et on se souciait peu de ses présidents dans les arènes internationales. Le pouvoir dont disposaient les négociateurs brésiliens dans les cercles financiers découlait alors du danger de ce qu'une suspension du service de la dette représentait pour les banques occidentales, la Banque mondiale et le FMI.

En arrière-plan pourtant, les choses changeaient au Brésil et dans le monde et, au tournant du siècle, pratiquement du jour au lendemain, le géant sud-américain est devenu un interlocuteur difficilement contournable pour les grandes puissances, un allié recherché des petits et des moyens pays dans les grandes négociations multilatérales et à l'ONU, une destination privilégiée pour les investisseurs, un partenaire fiable pour les institutions financières internationales, et le plus important point d'ancrage de la stabilité économique et stratégique de l'Amérique du Sud¹²¹.

¹²⁰ “Economic and Financial Indicators”. **The Economist**, 19 jun. 2010 *apud* Daudelin (2010).

¹²¹ “Há não tanto tempo, porém, o Brasil aparecia na primeira página dos jornais apenas em época de Copa do Mundo de futebol, ou porque suas taxas de endividamento, inflação ou homicídio batiam recordes. A posição do governo sobre as grandes questões internacionais suscitava uma

De fato, conforme aponta Daudelin no recorte anterior, o Brasil parece estar ocupando uma posição de maior destaque na mídia internacional. Em maio de 2008, por exemplo, o jornal britânico *The Guardian* publicou o artigo “*The country of the future finally arrives*”¹²² (PHILLIPS, 2008). Ainda que, na conclusão do texto, se alerte para problemas estruturais que podem frear o crescimento econômico brasileiro, predomina, no texto, a imagem de que “the sleeping giant of South America is awakening”¹²³, construída já no *lead* e ratificada por diferentes dados mobilizados ao longo da argumentação: a descoberta de reservas petrolíferas pela Petrobras, o crescimento das exportações, o controle da inflação, o crescimento da classe média, o *status* de “grau de investimento” conferido ao Brasil pela agência Standard & Poor’s em abril de 2008 e o desempenho da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) em 2007. Imagem semelhante é construída no artigo “*Strong Economy Propels Brazil to World Stage*”¹²⁴, publicada em julho de 2008 no *New York Times* (BARRIONUEVO, 2008).

Já em outubro de 2009, o jornal argentino *El Clarín* publicou uma matéria com a manchete “Brasil confirma su condición de ‘país del momento’ y proyecta las ganancias que tendrá con el evento”¹²⁵ (BIDEGARAY, 2009). Segundo o texto, “el imán del nombre Brasil a nivel internacional está alcanzando

grande indiferença, e importava-se pouco com seus presidentes nas arenas internacionais. O poder do qual os negociadores brasileiros dispunham nos círculos financeiros derivava então do perigo que uma suspensão do pagamento da dívida representava para os bancos ocidentais, o Banco Mundial e o FMI.

No plano de fundo, porém, as coisas mudavam no Brasil e no mundo, e, na virada do século, praticamente do dia para a noite, o gigante sul-americano tornou-se um interlocutor dificilmente contornável para as grandes potências, um aliado almejado pelos países pequenos e médios nas grandes negociações multilaterais e na ONU, um destino privilegiado para os investidores, um parceiro confiável para as instituições financeiras internacionais e o maior ponto de ancoragem da estabilidade econômica e estratégica da América do Sul” [tradução nossa].

¹²² “O país do futuro finalmente decola”.

¹²³ “o gigante adormecido da América do Sul está se despertando” [tradução nossa].

¹²⁴ “Forte Economia impulsiona Brasil para o Palco do Mundo” [tradução nossa].

¹²⁵ “Brasil confirma sua condição de ‘país do momento’ e projeta os lucros que terá com o evento” [tradução nossa].

niveles inusitados”¹²⁶, sendo a “pujança brasileira” evidenciada por diferentes fatos: a valorização do real naquele ano – e sua recuperação, incomparável à de outras moedas, frente ao dólar estadunidense –, a superação da recessão, o aquecimento do consumo interno e das exportações, a redução da pobreza e uma projeção de lucro de pelo menos US\$ 500 milhões para as Olimpíadas de 2016. No mês seguinte a essa publicação, num contexto de crescentes investimentos para a exploração dos campos petrolíferos descobertos na costa brasileira em 2007, o jornal espanhol *El País* publica a reportagem “Brasil, el gigante despierta”. “Brasil, el eterno gigante aletargado, está a punto de despertar. Se está desperezando”¹²⁷, afirma a matéria (J. RODRÍGUEZ, 2009).

Em março de 2010, o jornal estadunidense *The Wall Street Journal* publicou um caderno especial sobre o Brasil, cuja matéria principal tinha como manchete: “For Brazil, it’s finally tomorrow” (PRADA, 2010). “Brazil has turned a corner – and is now a nation with the heft, ambition and economic fundamentals to become a world power. But the country has enormous challenges it must overcome before it can fully live up to its potential”, anunciava o *lead*¹²⁸. Em abril, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva é eleito pela revista estadunidense *Time* como um dos homens mais influentes do mundo (MOORE, 2010). Na França, é lançada, no segundo semestre daquele mesmo ano, uma revista especial do grupo *Le Monde* sobre o Brasil, com o título “Brésil, un géant s’impose”. No mês seguinte, o número 113 da revista *Manière de Voir - Le Monde Diplomatique* tem como chamada principal a frase “Là où le Brésil va...”, que retoma palavras ditas pelo ex-presidente estadunidense Richard Nixon, em 1971: “Para onde o Brasil for, a América Latina irá”. Em seu texto, Lambert (2010), um dos organizadores dessa última revista, lembra o empréstimo de 42 bilhões de dólares contraído pelo Brasil

¹²⁶ “O ímã do nome Brasil em nível internacional está alcançando níveis inusitados” [tradução nossa].

¹²⁷ “Brasil, o gigante desperta. Brasil, o eterno gigante sonolento, está a ponto de despertar-se. Está se espreguiçando” [tradução nossa].

¹²⁸ “Para o Brasil, é finalmente amanhã. O Brasil vira a página e é agora uma nação de peso, ambição e fundamentos econômicos para se tornar uma potência mundial. Mas o país tem enormes desafios para superar antes de aproveitar integralmente esse potencial” [tradução nossa].

junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1998, e a sarcástica pergunta feita pelo hebdomadário britânico *The economist*: “Você poderia dizer o nome de uma multinacional brasileira? Difícil, não? Mais ainda que dizer o nome de um belga famoso”. O autor faz alusão, então, ao atual poder de multinacionais brasileiras como a Vale e a Embraer e ao empréstimo feito pelo Brasil ao FMI, em 2009, num momento em que a crise financeira assolava a economia mundial.

Já em dezembro de 2011, diversos meios de comunicação noticiaram que a economia brasileira alcançara o patamar de sexta maior economia do planeta, superando a da Inglaterra. Naquele mesmo ano, a presidente do Brasil, Dilma Rousseff, foi incluída na lista das cem personalidades mais influentes do planeta pela revista *Time* (PADGETT, 2011), e considerada a terceira mulher mais poderosa do mundo no *ranking* publicado pela revista estadunidense *Forbes* em agosto de 2011 (FORBES, 2011).

As matérias anteriores evidenciam uma atualização de *discursos fundadores*, definidos por Orlandi (1993, p. 7) como discursos que “se estabilizam como referência na construção da memória nacional”, funcionando como “referência básica no imaginário constitutivo desse país”. Observemos, a esse respeito, que aparecem ressignificados enunciados-clichês sobre o Brasil, isto é, enunciados que passaram por processos de sedimentação e naturalização, repetidos reiteradamente e aceitos consensualmente, constituindo-se em verdadeiras injunções de dizer (FERREIRA, 1993). Atributos como “país do futuro” ou “gigante adormecido” são deslocados em formulações como “Para o Brasil, é finalmente amanhã” e “Brasil, o gigante desperta”, dando indícios de novas práticas discursivas que passam a constituir, contemporaneamente, o imaginário do Brasil no exterior. Instauram-se, assim, novos sítios de significância, cujo efeito de evidência tende a se potencializar pelo fato de se ancorarem em discursos já familiares, arraigados na memória discursiva.

Essas mudanças no imaginário do Brasil no mundo, conforme argumentamos em trabalhos anteriores (DINIZ, 2008, 2010), têm sido acompanhadas por modificações nos sentidos atribuídos ao português, de forma

que o português brasileiro passa, em diferentes discursos, a ser representado como uma língua “do mundo da comunicação”, de “troca comercial”, que “está em toda parte”, cujo “domínio” seria uma ferramenta para o sucesso no mundo contemporâneo. Considerando, como Orlandi (1999), que a relação do homem com a realidade natural e social não é direta, mas mediada pelo trabalho simbólico do discurso, é de se esperar que mudanças no imaginário do Brasil e de sua língua nacional no mundo sejam acompanhadas por um crescimento na aprendizagem dessa última. Nesse sentido, além de refletir mudanças na política externa brasileira, a expansão da RBEx, evidenciada pelo gráfico apresentado no início desta seção, deriva, em certa medida, de uma maior procura pelo português no exterior. Tal fator é mencionado no recorte a seguir, referente ao *Balço da Política Externa* (2003 – 2010):

Nos últimos anos, **uma das principais ações do DC em resposta à crescente demanda pelo ensino da Língua Portuguesa e pelas manifestações culturais brasileiras no exterior tem sido a valorização e consistente expansão da RBEx.** Os Centros Culturais Brasileiros, que eram 15 em 2003 e atendiam a 15.559 alunos, somam hoje 21 Centros e atendem a 28.357 alunos. Em 2003, havia 31 Leitores brasileiros em universidades estrangeiras; hoje, há 60 Leitores brasileiros atuando em instituições de 41 países. **Em face da projeção alcançada pelo Brasil no cenário internacional, a demanda pelo ensino da Língua Portuguesa deverá manter a tendência de expansão.** A DPLP tem hoje em seu portfólio pedidos de abertura de novos Centros Culturais, particularmente na África e na Ásia. Há, ainda, pelo menos duas dezenas de pedidos de criação de Leitorados, e igual número de pedidos de implementação de cursos de português para comunidades de brasileiros no exterior.

2. Em 2003, 1.712 candidatos se inscreveram, no exterior, para a obtenção do CELPE-Bras, dos quais 867 foram aprovados. Em 2009, o número de inscritos fora do Brasil chegou a 5.074, e 3.822 obtiveram aprovação no exame (BRASIL, 2011c) [grifos nossos].

Considerando o percurso argumentativo feito nesta seção, podemos afirmar que o fortalecimento de iniciativas que colocam a língua portuguesa e sua “gestão” internacional como centro de atenção do Estado brasileiro – do qual a criação da DPLP, em 2003, e a expansão da RBEx na última década são apenas

alguns exemplos – se inscrevem em novas condições de produção, marcadas pela Nova Economia (OLIVEIRA, 2010), que produzem um processo de “mercantilização das línguas” (ZOPPI-FONTANA, 2009). O fortalecimento da política linguística exterior do Estado brasileiro, especificamente, parece refletir mudanças importantes na política externa do Brasil e em sua inserção no cenário geopolítico internacional, bem como modificações no imaginário do país no exterior, que impulsionam a aprendizagem do português brasileiro por parte de falantes de outras línguas.

Se, por um lado, observamos um fortalecimento da política linguística exterior brasileira, por outro, notamos que a relação entre a língua portuguesa e a política de Estado não é direta, mas sustentada pela noção de cultura. É sobre esse ponto que nos deteremos na próxima seção.

2. Uma política de apelo à cultura

Analisamos, na última seção, as condições de produção que permitem a emergência de práticas discursivas que constituem um novo lugar para o português, resultando no fortalecimento da política linguística levada a cabo pelo Itamaraty. Na presente seção, argumentaremos que, apesar desse movimento, o linguístico tende, no discurso sobre a promoção internacional do português por parte do Estado brasileiro, a ficar a reboque da noção de cultura.

Tal funcionamento é sinalizado pelo próprio fato de que, conforme já mencionado, a Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP) – principal órgão do Estado brasileiro encarregado da promoção da língua portuguesa no exterior – está alocada no *Departamento Cultural* do Itamaraty. A promoção da língua portuguesa no exterior é, portanto, pela própria configuração institucional do MRE, representada como parte uma tarefa maior: a divulgação da cultura brasileira. Tal efeito de sentido também é produzido no artigo 157 da portaria n.º 212, de 30 de abril de 2008, publicada pelo MRE:

Compete à Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP):
I - assegurar a orientação, coordenação e execução da política cultural externa do Brasil **por meio da** difusão da língua portuguesa e da literatura e cultura brasileiras (BRASIL, 2008a) [grifo nosso].

Lembremos ainda que, como mostramos no capítulo II, há um certo apagamento das atividades concernentes ao ensino de língua portuguesa *stricto sensu* nos ICs e CCBs, em favor dos eventos culturais promovidos – com uma frequência cada vez maior – por essas instituições. Vimos que a ampliação no leque de atividades desenvolvidas pelos CCBs para além da docência de língua portuguesa propriamente dita é um dos motivos alegados para a mudança do nome *Centros de Estudos Brasileiros* para *Centros Culturais Brasileiros*. Retomando a justificativa apresentada no relatório de gestão da DPLP referente a 2008 (BRASIL, 2009a), analisada anteriormente, “Os CEBs, para refletir seu crescente papel como difusores não só da língua, como também da cultura brasileira, passaram a ser denominados Centro Cultural Brasil-País Sede”. Os leitores, por sua vez, como argumentamos, são, invariavelmente, significados como *representantes culturais*, ainda que haja uma polêmica em relação ao que / a quem eles representam. Posto isso, poderíamos afirmar que a relação que se estabelece entre língua e política de Estado é sustentada pela noção de cultura. Partindo das reflexões de C. Rodríguez (2000) e Rodríguez-Alcalá (2004), colocamo-nos, então, a seguinte pergunta: qual o funcionamento político do apelo à cultura nessas condições de produção?

A fim de respondermos a essa pergunta, torna-se necessária, inicialmente, uma pequena digressão. Lembremos que, do ponto de vista da Análise do Discurso materialista, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia (PÊCHEUX, 1997c), em um movimento a partir do qual (se) significa pelo simbólico na história (ORLANDI, 2002b). Diferentes formas-sujeitos podem resultar dessa interpelação, conforme as condições de produção em que se dá tal processo. Haroche (1984) mostra, a esse respeito, que o declínio do pensamento religioso medieval é acompanhado por mutações nas formas de subjetivação: os

sujeitos não mais têm estatutos de súditos, mas de cidadãos. Retomando o estudo dessa última autora, Payer (2005) afirma que, nessa passagem da Idade Média para a Modernidade, ocorre uma mudança no “texto fundamental”: enquanto a sociedade medieval se organizava a partir das *leis divinas*, expressas na Bíblia, a sociedade moderna passa a se organizar a partir da Constituição. Assim, o enunciado-máxima que permite caracterizar essas distintas práticas discursivas desloca-se, ainda de acordo com Payer (*ibidem*), de “obediência à lei divina” para “obediência às leis jurídicas”. Conforme Rodríguez-Alcalá (2004), o *amor* e o *temor a Deus*, que se manifestavam na subordinação ao rei, foram substituídos pelo *amor* e pela *lealdade à pátria*, à nação, que se traduzem na subordinação ao Estado, através de suas leis.

Essa é, entretanto, uma injunção de todos os Estados Nacionais, como lembra C. Rodríguez (2000). O que promoveria, então, a identificação dos sujeitos com uma determinada cultura, e não outra? Para a autora, é a cultura que permite essa particularização. “É pela cultura que os Estados são individuados e que a relação entre eles é configurada, sendo nessas circunstâncias particulares que os sujeitos se constituem nas sociedades a que pertencem” (*ibidem*, p. 204). Concomitantemente a esse funcionamento interno, concernente ao processo de individua(liza)ção do sujeito em relação ao Estado (cf. ORLANDI, 2002b), a cultura participa, ainda segundo Rodríguez-Alcalá (2004), da construção da relação entre os Estados e da soberania sobre seu território. O caráter universal da religião, lembra a autora, ia ao encontro do funcionamento de impérios como o espanhol – que teve como soberano o estrangeiro Carlos V –, já que a identificação com o Soberano permitia a identificação de indivíduos de línguas e culturas muito heterogêneas. Por outro lado, a necessidade de demarcação das fronteiras dos Estados Nacionais coloca em relevo as noções de “identidade nacional” e “identidade cultural”.

Ainda de acordo com Rodríguez-Alcalá (*ibidem*), a conotação nacional que a cultura vem a assumir na Idade Moderna resulta em um apagamento do significado religioso a que ela estava associada. As tradições e os costumes

indígenas, por exemplo, eram, para os colonizadores, uma evidência de suas “crenças pagãs”. De maneira análoga, a substituição das línguas indígenas na América, ou do árabe na Península Ibérica, pelo português e castelhano, respectivamente, seria necessária devido a sua incapacidade de expressar a *verdadeira fé*. A partir de outra posição discursiva, as línguas dos povos nativos eram, sim, aptas para tanto – bastava uma tradução fiel à terminologia cristã –, sendo sua adoção uma condição indispensável para a efetiva evangelização. Cabe observar, entretanto, que, em ambos os casos, a língua, tal como a cultura, se constituía como uma questão religiosa. Um indício do enfraquecimento do vínculo da cultura com a religião, a partir da consolidação dos Estados Nacionais, é, como exemplifica Rodríguez-Alcalá (*ibidem*), a polêmica em torno dos *estrangeirismos*, que seriam nocivos não à *fé verdadeira*, mas à *cultura nacional*. Em que pesem, porém, as distintas posições em relação à língua e às políticas estatais, a cultura passou a desempenhar um papel de coesão e diferenciação sócio-política no funcionamento dos Estados Nacionais, funcionando como argumento de consenso. Em resumo, “a língua passou a expressar não mais os mistérios da fé, mas a cultura de uma nação” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, *ibidem*).

Que fatores permitiram explicar, então, os novos contornos territoriais desenhados a partir da emergência dos Estados Nacionais? A autora lembra que, frequentemente, se atribui à cultura o princípio explicativo de tal fenômeno. Os recortes nacionais seriam fruto de um contraste etno-cultural prévio entre diferentes grupos sociais, cada qual com suas próprias crenças, costumes, tradições e línguas compartilhadas e transmitidas ao longo da história. Semelhante visão, ainda perceptível atualmente, é, como aponta Rodríguez-Alcalá, historicamente equivocada. A unidade política francesa, por exemplo, longe de refletir uma unidade etno-cultural prévia, é resultado de uma homogeneização de grupos socialmente muito distintos. Da mesma forma, as fronteiras político-territoriais entre os diferentes países latino-americanos não coincidem com fronteiras culturais ou linguísticas pré-existentes. Isso não significa, entretanto, que, uma vez constituídas as nações, os Estados não trabalhem no

sentido de constituir uma unidade linguística e cultural – sempre tensa e contraditória –, através de seus aparelhos ideológicos.

Posto isso, retomemos a pergunta que nos colocamos no início desta seção: qual o funcionamento político do apelo à cultura nas condições de produção atuais, em que o Estado brasileiro assume um papel mais ativo na divulgação da língua portuguesa no exterior? Que efeitos são produzidos pelo fato de que, apesar de crescentes, as ações para a promoção do português estão, cada vez mais, a reboque de uma divulgação cultural maior? Se, como mostra Rodríguez-Alcalá (*ibidem*), a naturalização da cultura foi argumento de coesão etno-cultural legitimador do poder dos Estados Nacionais – assim como a religião servira, na Idade Média, como forma de legitimar o poder absoluto do Soberano –, o que representa o recurso à cultura nas condições de produção em questão?

Em primeiro lugar, é preciso considerar que, conforme argumentamos na última seção, ocorrem, na contemporaneidade, deslocamentos importantes no imaginário do Brasil no mundo, que repercutem no aumento de falantes de outras línguas interessados em aprender o português brasileiro. Longe de significar o português como uma língua “sem memória”, a política da DPLP tende, como vimos, a projetar essa língua a partir dos seus vínculos com “a cultura brasileira”, devido às condições de produção em que se fortalece a política linguística exterior do Brasil. Um elemento fundamental nessas condições de produção é a antecipação, feita a partir da posição ocupada pelo Estado brasileiro e pelos profissionais da RBEx, da imagem do público-alvo dessa política em relação à língua portuguesa. Considera-se, nessa posição, que a cultura brasileira “atrai”, favorecendo a procura pelo português, como indica o recorte a seguir, relativo a um texto escrito pela ex-diretora do Centro Cultural Brasil-Chile:

Os CEBS estão diretamente ligados às Embaixadas em cuja jurisdição atuam; são, portanto organismos vinculados à Embaixada do Brasil cuja missão é: ensinar a língua portuguesa falada no Brasil e divulgar a literatura e a cultura brasileira. O êxito dos centros e institutos tem sido indiscutível, superando todas as expectativas pelo interesse despertado pelo número crescente de

alunos que agrega. Além da aproximação que se dá naturalmente pelo intercâmbio comercial, político e acadêmico, **os alunos parecem procurar os cursos de Português com uma curiosidade espontânea, decorrente da própria atração exercida pela cultura brasileira.** Nesse sentido, língua e cultura são instâncias indissociáveis e instrumentos de interlocução na instauração do diálogo da cultura brasileira com outras culturas (LOPES, 2008) [grifo nosso].

Destacamos que o encadeamento argumentativo estabelecido pela expressão “nesse sentido” dá margem à interpretação de que “língua” e “cultura” não são, necessariamente, indissociáveis, mas que devem sê-lo nas ações de difusão da língua portuguesa, por se considerar que a procura por essa língua é favorecida pela “atração” exercida pela cultura brasileira. Cabe ressaltar, entretanto, que esse efeito de atração não é, no recorte anterior, atribuído a fatores como a maior projeção internacional alcançada pelo Brasil nos últimos anos, ou ao imaginário sobre esse país que a mídia tende a (re)produzir. É como se a chamada cultura brasileira, por suas características “intrínsecas”, exercesse uma atração natural e atemporal, e não historicamente construída.

Semelhantemente, em um notícia sobre o Centro Cultural Brasil-República Dominicana, já apresentada anteriormente, se considera que a cultura brasileira – cristalizada em torno de certos estereótipos – é “uma das mais atrativas do continente”:

EL CENTRO CULTURAL DE BRASIL EN RD [República Dominicana] PROMUEVE LA ENSEÑANZA DE ESTE IDIOMA Santo Domingo - **La cultura brasileña es una de las más atractivas del continente.** Son muchos los que se sienten **atraídos** por la samba, el carnaval, la feijoada, la caipirinha, su exquisita literatura, su cadenciosa música, pero acceder a un conocimiento profundo de la cultura del país más grande de América, es necesario acercarse a su idioma: el portugués (MISOL, 2009) [grifo nosso]¹²⁹.

¹²⁹ “O estudo do português nos aproxima da cultura brasileira
O CENTRO CULTURAL DO BRASIL NA RD [República Dominicana] PROMOVE O ENSINO DESTE IDIOMA.
Santo Domingo – A cultura brasileira é uma das mais atrativas do continente. São muitos os que se sentem atraídos pelo samba, pelo carnaval, pela feijoada, pela caipirinha, por sua gostosa

A cultura brasileira produzida mercadologicamente é, assim, um elemento decisivo no processo de “capitalização linguística” (ZOPPI-FONTANA, 2009), definido anteriormente, tornando a língua portuguesa um “objeto de consumo”, cuja “posse” passa, conforme argumentamos em pesquisas anteriores (DINIZ, 2008, 2010), a ser representada como necessária para alcançar a recompensa prometida àqueles que, segundo Payer (2005), obedecem às leis do Mercado: o “sucesso”. Conforme argumentamos em trabalhos anteriores (DINIZ, *op. cit.*), esse forte apelo à cultura impede que a língua portuguesa se veicularize. Uma língua veicular, conforme Gobard (1976, p. 36),

se presente comme “objectif”, se prétend neutre, comme appartenant à “tout le monde”, c’est-à-dire à chacun pris individuellement, à la masse des individus dépouillés de leurs spécificités ethniques, au mépris de leur communauté d’origine et donc accessible à n’importe qui [...] ¹³⁰

Longe de se projetar por meio de tais representações, o português se sustenta, em seu processo de instrumentalização e institucionalização como língua estrangeira levado a cabo pelo Brasil, em um forte discurso de brasilidade, o que produz seus efeitos em termos de Estado e Mercado (DINIZ, *op. cit.*). Por esse motivo, em conjunto com Zoppi-Fontana (2009), caracterizamos essa dimensão ¹³¹ de seu funcionamento como a de uma **língua transnacional**, e não como a de uma língua veicular, globalizada ou universal – como ocorre no caso do

literatura, por sua cadenciosa música, mas aceder a um conhecimento profundo da cultura do maior país da América, é necessário aproximar-se de seu idioma: o português” [tradução nossa].

¹³⁰ “se apresenta como objetiva, se pretende neutra, como pertencendo a “todo mundo”, isto é, a cada um tomado individualmente, à massa dos indivíduos despojados de suas especificidades étnicas, a despeito de sua comunidade de origem e, portanto, acessível a qualquer um [...]” [tradução nossa].

¹³¹ Ao enfatizar a importância de se discernirem as noções de *língua materna* e *língua nacional*, Payer (1999, 2007) afirma que essas não são, necessariamente, línguas distintas, mas “distintas dimensões da linguagem na ordem da memória (2007, p. 119), que apresentam funcionamentos discursivos distintos, participando diferentemente dos processos de constituição subjetiva. Em nosso trabalho, procuramos pensar, em conjunto com Zoppi-Fontana (2009, 2012), os processos de construção discursiva da dimensão *transnacional* do português.

inglês, que passa a circular como uma língua que “está em toda parte sem estar em parte alguma” (SOUSA, 2007, p. 52).

Em segundo lugar, lembremos que, conforme as análises feitas no último capítulo nos permitiram perceber, a cultura funciona como um argumento de consenso. Ela é a justificativa para a mudança na designação *Centro de Estudos Brasileiros* para *Centros Culturais Brasileiros*. É também ela que, como vimos, irrompe como pré-construído de diferentes posições discursivas: a despeito das distintas representações sobre o leitorado, esse é, invariavelmente, concebido como um cargo de representação cultural. Também é significativo o fato de que, em nenhum documento oficial do Itamaraty, apareça o termo “política linguística” – embora a expressão “política cultural” por vezes seja empregada.

Ora, o apelo à cultura tende a produzir um silenciamento do fato de que as ações para divulgação do português vinculam-se a interesses – geopolíticos, econômicos e comerciais – da política externa do Estado brasileiro. Em conformidade com o que teoriza Varela (2006) sobre o conceito de *política linguística exterior* (cf. seção 2.2. do capítulo I), a divulgação do português e da cultura brasileira não encontra, portanto, sua finalidade em si própria – ainda que, frequentemente, esse seja o efeito produzido por certos discursos oficiais. O apagamento do político que está no cerne das ações em questão – como se essas fizessem parte tão somente de uma política de divulgação cultural – faz parte de seu próprio funcionamento. Nas palavras de Ribeiro (1989, p. 25), “quanto menos óbvia a vinculação com eventuais prioridades de Governo, mais eficiente a política cultural”. É sobre esse funcionamento silencioso que nos deteremos na próxima seção.

3. Uma política silenciosa

A fim de trazermos elementos que permitem sustentar a tese de que a política linguística exterior brasileira se dá mediante o silenciamento de sua natureza política, concentrar-nos-emos, especificamente, nas ações brasileiras

para a promoção do português na África, por ser esse um caso que se revelou emblemático na análise de nosso *corpus* de pesquisa. Tal apagamento ocorre, muitas vezes, por meio de um discurso em que o Brasil é significado como um país irmão dos países africanos, particularmente, os de língua oficial portuguesa. Para darmos início a essa discussão, detenhamo-nos, inicialmente, na notícia a seguir, segundo a qual um não-brasileiro assumiu, em 2006, pela primeira vez, a presidência do *Centro Cultural Brasil-Moçambique*, em Maputo, à época denominado *Centro de Estudos Brasileiros*.

**Centro de Estudos Brasileiros presidido por moçambicano
pela 1ª vez**

- 14-Apr-2006 - 13:14

O escritor e jornalista Calane da Silva tornou-se esta semana no primeiro moçambicano nomeado para o cargo de director do Centro de Estudos Brasileiros (CEB), através de concurso público, o que também acontece pela primeira vez.

Em comunicado de imprensa, a Embaixada do Brasil em Maputo refere que abriu a possibilidade de os moçambicanos ocuparem a direcção do CEB, com o objectivo de **"reforçar a irmandade entre os dois países, no espírito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa"** (CPLP).

Antes **desta inovação**, os directores do CEB eram seleccionados no Brasil, sublinha a mesma nota de imprensa.

O CEB desenvolve em Moçambique várias iniciativas de âmbito cultural e académico, destacando-se o "Programa Convénio Estudantes", que permite aos estudantes moçambicanos fazerem cursos de graduação e pós-graduação nas universidades brasileiras.

No quadro desse programa, o CEB seleccionou este ano 13 candidatos a cursos de licenciatura, de entre 16 concorrentes, e 15 para cursos de pós-graduação, de 27 inscritos (NOTÍCIAS LUSÓFONAS, 2006) [grifos nossos].

Embora não haja portarias restringindo o acesso de não-brasileiros a cargos dos CCBs ou ICs – diferentemente, portanto, do que ocorre no programa de leitorado, que, conforme discutimos no segundo capítulo, estabelece a nacionalidade brasileira como um pré-requisito para assumir a função de leitor –, são brasileiros que, historicamente, têm assumido a direcção dessas instituições.

Segundo a nota de imprensa da Embaixada do Brasil em Maputo, mencionada no texto anterior, a possibilidade aberta para que um moçambicano assumisse a presidência do CCB de Moçambique pela primeira vez objetivava “**reforçar** os laços de irmandade entre os dois países, no espírito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” [grifo nosso]. O verbo “reforçar” evidencia o funcionamento de um pré-construído, que produz um efeito de evidência: existem laços de irmandade entre o Brasil e Moçambique. Afinal, só se pode reforçar aquilo que já existe, o que fica claro se tivermos em vista a agramaticalidade de uma frase como “A medida tem o objetivo de reforçar a irmandade entre os dois países, que não existe até o momento”. Com efeito, o complemento do verbo “reforçar” é uma expressão definida (“**a** irmandade entre os dois países”), que, enquanto tal, pressupõe a existência do seu referente.

Esse não-dito, que sustenta o pré-construído em questão, coloca um estrangeiro e um brasileiro em um mesmo plano. Não se trata, porém, de qualquer estrangeiro, mas de um moçambicano, como indica o seguinte recorte: “a Embaixada do Brasil em Maputo refere que abriu a possibilidade de **os moçambicanos** ocuparem a direcção do CEB” [grifo nosso]. Produz-se, assim, um efeito de simetria entre o Brasil e Moçambique, semelhante àquele que observamos na mudança da designação “Centro de Estudos Brasileiros” para “Centro de Estudos Brasil-X” (sendo X o nome do país-sede da instituição), a qual constrói o sentido de que o Centro busca a cooperação cultural bilateral, e não a influência cultural do Estado brasileiro.

De maneira também análoga ao que ocorre nessa mudança de designação – caracterizada, como vimos no segundo capítulo, como reflexo de um *progresso* na história dos CCBs –, o recorte anterior qualifica o fato de que um moçambicano tenha assumido a direcção do Centro como uma “inovação”. No recorte “Antes **desta inovação**, os directores do CEB eram seleccionados no Brasil, sublinha a mesma nota de imprensa”, a informação nova, que se constrói no momento da enunciação, é “os directores do CEB eram seleccionados no Brasil”, enquanto a retomada anafórica “esta inovação” traz à tona outro pré-

construído. Poderíamos desnaturalizar a evidência que se associa a esse pré-construído questionando-nos: o que permite categorizar o fato noticiado como um acontecimento, e não como a continuidade da política de Estado brasileira no que diz respeito às relações com a chamada África lusófona? Afinal, a partir de outra posição discursiva, poderíamos conceber a possibilidade aberta pela Embaixada brasileira para a entrada de moçambicanos na direção do CEB de Maputo como mais um indício de uma tentativa de intensificação do chamado diálogo sul-sul, em que estariam em jogo antes interesses geopolíticos do Brasil do que uma relação de “irmandade” com Moçambique e outros países de língua oficial portuguesa. Tais interesses não chegam, porém, a ser mencionados na matéria, que se limita a “constatar” que o Centro em questão desenvolve iniciativas culturais e acadêmicas que permitem, por exemplo, que moçambicanos estudem em universidades brasileiras. Essa seria uma ajuda desinteressada de um “irmão”, sem contrapartidas – diretas ou indiretas – para o Brasil.

Poderíamos, então, nos colocar a seguinte questão: Portugal seria significado como “pai” de “nações irmãs”, como Brasil e Moçambique? Embora essa relação de paternidade não apareça explicitada em nosso *corpus* de pesquisa, há que se considerar que o que permite falar em “irmandade” é, justamente, a filiação a uma região da memória discursiva significando o Brasil e outros “países lusófonos” na sua antiga relação colonial com Portugal. Tais elementos se materializam em nomes de Centros, como podemos observar na notícia a seguir:

**Centros de Estudos Brasileiros em Angola e Moçambique -
Homenagem aos Embaixadores Ovídio de Andrade Melo e
José Aparecido de Oliveira**

05/11/2003 -

Durante sua visita à África, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou, em Luanda, em 3 de novembro, o Centro de Estudos Embaixador Ovídio de Andrade Melo, que terá por missão apoiar e promover o estudo das relações entre o Brasil e o continente africano.

Ao dar ao Centro o nome do Embaixador Ovídio de Andrade Melo, o Governo brasileiro presta homenagem a um diplomata **cuja lucidez levou o Brasil a ser o primeiro país a reconhecer, em 11 de novembro de 1975, a independência de Angola.**

Em Moçambique, no dia de ontem, o Presidente Lula decidiu dar ao Centro de Estudos Brasileiros de Maputo o nome do Embaixador José Aparecido de Oliveira. A iniciativa homenageia **a contribuição prestada pelo Embaixador José Aparecido à cultura do país e o seu empenho na criação e fortalecimento da** Comunidade de Países da Língua Portuguesa e na abertura do Centro, em particular.

Com essas homenagens, o Governo brasileiro espera atrair para as atividades dos Centros de Estudos Brasileiros de Luanda e de Maputo o prestígio associado às personalidades que lhes emprestam os nomes (BRASIL, 2003) [grifos nossos]¹³².

Detenhamo-nos, por ora, na nomeação do Centro de Angola, observando, inicialmente, que o nome que lhe foi dado não foi o de um angolano que desempenhou um papel importante na história do país. De uma certa posição discursiva, o nome poderia ser *Agostinho Neto*, em homenagem ao primeiro presidente do país, líder de um dos movimentos que lutou pela descolonização de Angola. O Centro recebeu o nome de um *brasileiro*, que, segundo a história oficial do Itamaraty (cf. ABREU & LARAMÃO, 2007), teve um papel decisivo no reconhecimento da independência angolana. Porém, conforme a designação do Centro indica – “*Centro de Estudos **Embaixador Ovídio de Andrade Melo***” [grifo nosso] –, não se trata de um brasileiro considerado em sua individualidade, mas desse brasileiro enquanto o mais alto representante do chefe de Estado do Brasil junto a outro Estado. Tendo em vista o estudo de Guimarães (2002) sobre o funcionamento semântico-enunciativo do nome próprio, poderíamos dizer que o nome dado ao Centro recorta, como memorável, uma narrativa, relativa à

¹³² Após a renomeação dos *Centros de Estudos Brasileiros* em *Centros Culturais Brasil-X* (sendo X o nome do país-sede), ocorrida em 2008 (cf. capítulo II), as designações dos Centros de Angola e Moçambique mantiveram os nomes dos Embaixadores, passando a se chamar, respectivamente, *Centro Cultural Brasil-Angola Embaixador Ovídio de Andrade Melo* e *Centro Cultural Brasil – Moçambique José Aparecido de Oliveira*, conforme informações disponíveis na página do Departamento Cultural do Itamaraty (<<http://www.dc.mre.gov.br/lingua-e-literatura/centros-culturais-do-brasil>>) e na página da Embaixada do Brasil em Maputo (<http://maputo.itamaraty.gov.br/pt-br/centro_cultural_brasil-mocambique.xml>). Acesso em: 16 ago. 2011.

independência de Angola, ocorrida em 1975. Entretanto, mais do que significar, simplesmente, o fim do domínio colonial que Portugal exercia sobre esse país, constrói um memorável de irmandade entre o Brasil e Angola.

Para a construção desses sentidos, torna-se necessário apagar outros, já que, longe de derivar espontaneamente de uma determinada situação histórica, o acontecimento resulta de uma construção subjetiva, indicadora de uma certa posição discursiva. O Brasil foi, efetivamente, o primeiro país a reconhecer, em 1975, a independência da República Popular de Angola. Uma série de estudos no campo das Relações Internacionais mostra, porém, os diferentes interesses brasileiros imbricados nesse reconhecimento. Um indício desses interesses reside nas instruções do Itamaraty para que o comandante da Representação Especial em Luanda – instalada antes mesmo da independência de Angola –, o então Embaixador Ovídio de Andrade Melo, reconhecesse a independência do país, independentemente da orientação ideológica do grupo que acesse ao poder (RIZZI, 2010). Conforme Pinheiro (2007), ao não comprometer-se politicamente com um ou outro grupo que buscava alcançar o poder, o Brasil mantinha um bom relacionamento com os países que conquistavam sua independência, o que poderia lhe permitir exercer alguma influência posteriormente. Em uma entrevista concedida ao Jornal de Angola em 2010, o próprio ex-embaixador Ovídio Melo reconhece serem essas as orientações do Itamaraty:

A ideia do Brasil ao mandar-me para Angola era que eu mantivesse contacto com os três movimentos guerrilheiros que lutavam pela independência e que fosse absolutamente neutro e perfeitamente colaborante com todos os três, de maneira que eles pudessem ter uma outra impressão do Brasil e não aquela que eles tinham dos tempos em que o Brasil apoiava ou pelo menos não se incomodava com o colonialismo português. O Brasil estava a se preparar, desde o início do ano de 1975, para reconhecer Angola livre, pois isso sempre foi uma aspiração do povo brasileiro (JORNAL DE ANGOLA ON-LINE, 2010).

Com efeito, como argumenta Rizzi (*op. cit.*), a posição do Brasil frente ao movimento de descolonização angolana representou uma ruptura com a

ambivalência da política brasileira em relação à África lusófona, ora evidenciando matizes fortemente anti-colonialistas, ora se abstendo em votações nas Nações Unidas referentes à independência de colônias portuguesas, devido a compromissos assumidos com Portugal. A mudança no curso da política externa brasileira a esse respeito foi, acima de tudo, um gesto simbólico, que ia ao encontro de interesses políticos, diplomáticos e econômicos do país. Conforme Pinheiro (*op. cit.*, p. 2)

[...] não há dúvidas sobre a existência de fortes elementos a favorecer e, mesmo, tornar possível essa decisão [o reconhecimento da independência de Angola] nesse momento. Entre eles, a necessidade de abrir novos mercados de exportação para os produtos industrializados, com o objetivo de manter equilibrado o balanço de pagamentos num período em que os gastos com importação de petróleo haviam quadruplicado. Além disso, era preciso garantir o fornecimento de petróleo, de cuja exportação o país dependia em quase 80%, e para tanto [...] um bom relacionamento com os países africanos tornara-se um requisito. Neste sentido, era crucial para o Brasil livrar-se do fardo de anos de apoio à política colonialista de Portugal adotando uma posição de indiscutível apoio ao processo de independência dos países africanos, a fim de estabelecer um novo tipo de relacionamento com o continente.

Assim, o reconhecimento pioneiro da independência de Angola representou uma tentativa do Brasil em dar visibilidade a sua diplomacia e ampliar sua influência na África, colocando-se como “país-ponte entre os interesses do Primeiro e do Terceiro Mundo” (RIZZI, 2010, p. 11). Segundo Rizzi (*ibidem*) e Pinheiro (2007), esse reconhecimento permitiu não apenas que o Brasil estabelecesse uma interlocução privilegiada com o governo do *Movimento Popular de Libertação de Angola* (MPLA), que assumiu o poder após a independência, mas também que se aproximasse de Moçambique e da África como um todo, revertendo sua imagem negativa junto aos países africanos, fruto de uma política brasileira até então titubeante – quando não assumidamente pró-colonial – em relação à política colonialista portuguesa. Nas palavras do próprio Ovídio de Melo (JORNAL DE ANGOLA ON-LINE, 2010),

O Brasil queria ter relações com Angola, com Moçambique e com todas as ex-colónias portuguesas, porque nós jamais poderíamos ter relações normais com a África se nós não nos entendêssemos muito bem com Angola. Angola, para nós, era extremamente importante. E é até hoje.

Todavia, o memorável que se recorta junto ao nome “Centro de Estudos Embaixador Ovídio de Andrade Melo” silencia os interesses estratégicos do Brasil implicados no reconhecimento da independência de Angola. Segundo a notícia anteriormente transcrita (BRASIL, 2003), é a “*lucidez*” do Embaixador Ovídio de Andrade Melo que teria levado o Brasil a ser o primeiro país a reconhecer a independência angolana. De maneira análoga, em seu discurso de abertura da *Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial*¹³³, o então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirma que o reconhecimento brasileiro foi “um gesto de grande coragem”.

Uma das coisas importantes que eu ouvi nessas minhas andanças pela África – especialmente pela África de língua portuguesa - foi um comentário do então Ministro angolano das Relações Exteriores, que me contou que o reconhecimento pioneiro pelo Brasil do Governo de Angola - que era, na realidade, do MPLA - foi absolutamente decisivo para a pacificação do país, ao menos em Luanda. **Foi um gesto de grande coragem.** E o nosso Representante em Angola naquele momento era o Embaixador Ovídio de Andrade Melo, que hoje é homenageado com o nome do Centro Cultural do Brasil naquele país (AMORIM, 2010) [grifo nosso].

O recorte anterior nos leva a inferir que o Brasil julgava os interesses de Angola mais importantes que os seus próprios, não temendo consequências negativas que o reconhecimento em questão poderia lhe trazer. Na narrativa aí

¹³³ Conferência ocorrida no Palácio do Itamaraty, em Brasília, entre 25 e 27 de março de 2010. Conforme o convite para o evento, enviado por mensagem eletrônica em 1 de março de 2010, a conferência objetivou “debater as oportunidades, desafios e instrumentos para a difusão da língua portuguesa e sua crescente projeção no cenário internacional”, reunindo “além de representantes governamentais, personalidades de diferentes áreas da sociedade civil de países da CPLP - acadêmicos, escritores, jornalistas, editores, cientistas, empresários”.

contada, faz-se alusão a um “fato” do qual o Ministro das Relações Exteriores brasileiro não tinha conhecimento, e cuja veracidade aparece como incontestável, por ser apresentado por uma autoridade angolana: “o reconhecimento pioneiro pelo Brasil do Governo de Angola foi absolutamente decisivo para a pacificação do país, ao menos em Luanda”. Assim, de maneira semelhante ao que observamos na nomeação de um moçambicano para assumir a direção do Centro Cultural Brasil-Moçambique, o nome do Centro de Angola, ao “recuperar” essa história da independência de Angola, constrói a imagem de uma instituição preocupada não com interesses brasileiros, mas com o estreitamento das relações “fraternas” entre Brasil e Angola.

Conforme a notícia anteriormente reproduzida (BRASIL, 2003), no dia seguinte à fundação do *Centro de Estudos Brasileiros Embaixador Ovídio de Andrade Melo*, em Angola, o então *Centro de Estudos Brasileiros* de Moçambique recebeu o nome do Embaixador José Aparecido Oliveira. Ambos os eventos contaram com a presença do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que evidencia a importância que o Estado brasileiro dava, naquele momento, para essas duas instituições. Ainda de acordo com a notícia, o nome do Centro de Moçambique – de maneira análoga ao observado na designação do CEB de Angola – remete a um brasileiro que, na perspectiva do Itamaraty, contribuiu para a aproximação do Brasil com Moçambique, seja pelas ações que desenvolveu especificamente nesse país (a saber, suas “contribuições à cultura do país” e a abertura do Centro em Maputo), seja pelo seu papel na criação da CPLP. No recorte a seguir, referente a seu discurso de abertura da *Conferência do Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial*, Celso Amorim homenageia, além de Ovídio de Andrade Melo, o Embaixador José Aparecido de Oliveira:

Como mencionei o Zé Aparecido, é indispensável fazer uma homenagem a esse grande brasileiro que foi o principal idealizador da CPLP. Como Embaixador do Brasil em Lisboa, Zé Aparecido trabalhou tenazmente para viabilizar a constituição da entidade, que, na realidade, só viria a ser fundada em 1996.

Não sei se está aqui presente o filho dele, o Deputado José Fernando, mas gostaria de recordar também que na viagem que o Presidente Lula fez a Maputo, ele batizou com o nome de José Aparecido de Oliveira o Centro Cultural Brasil-Moçambique.

Falar neste Centro Cultural é especialmente emocionante para nós - e para mim particularmente -, porque foi uma criação para a qual, digamos, conspiraram três pessoas: o próprio Embaixador José Aparecido, que era o Ministro da Cultura na época; eu, que era Diretor do Departamento Cultural; e o Embaixador Nazaré, que era o então Embaixador do Brasil em Moçambique. Tivemos que fazer mágicas orçamentárias - fizemos tudo corretamente, como não poderia deixar de ser - para conseguir os recursos necessários para alugar aquele Centro. Tivemos que cancelar alguns concertos na Sala Priel em Paris ou algumas exposições na Galeria Debret para viabilizá-lo. Apesar do ceticismo que alguns demonstraram inicialmente, por estarmos lidando com um país jovem, com instituições supostamente precárias, o Centro funciona seguramente há mais de vinte anos, de modo que aquele aluguel já foi pago e repago algumas dezenas de vezes graças àquele gesto. O Centro é, portanto, muito importante. E para quem preza cultura, como é o nosso caso, o Centro demonstra como a promoção cultural desempenha um papel político¹³⁴.

Dois a três anos depois, já estava como Embaixador em Genebra, tive a grata surpresa ao abrir o "International Herald Tribune" e ler artigo sobre Moçambique, que ainda se encontrava em plena guerra civil, antes, portanto, dos acordos de paz. E o artigo dizia que a cidade de Maputo era uma cidade deserta, que tudo faltava e que, do ponto de vista cultural, a única coisa que pulsava era o hoje Centro Cultural José Aparecido de Oliveira, então Centro de Estudos Brasileiros em Moçambique. Vê-se, portanto, que papel importante esses Centros podem ter no próprio desenvolvimento dos países (AMORIM, 2010) [grifos nossos].

Segundo o texto, o Estado brasileiro – através da atuação do Ministério da Cultura, do Departamento Cultural do Itamaraty e da Embaixada do Brasil em Moçambique – não hesitou em abrir um Centro Cultural em Maputo, apesar do

¹³⁴ Reconhecendo, como Pêcheux (1997c, p. 301), que “não há ritual sem falhas”, chamamos a atenção para a afirmação de Amorim de que “o Centro demonstra como a promoção cultural desempenha um papel político”. Em contraposição ao funcionamento silencioso da política linguística exterior brasileira para o qual estamos chamando a atenção, tal enunciado qualifica a promoção cultural como uma prática que produz seus efeitos políticos. Na seção 4 do presente capítulo, retomaremos essa discussão, destacando as relações entre as iniciativas para a promoção internacional do português e os interesses estratégicos do Estado brasileiro.

ceticismo de alguns¹³⁵, e mesmo que, para viabilizar o projeto, fosse necessário cortar gastos com eventos culturais em locais altamente prestigiados. Mais do que divulgar a língua portuguesa e a cultura brasileira, em conformidade com interesses do Brasil, o Centro estaria contribuindo para o próprio desenvolvimento de Moçambique, como infere Amorim a partir da leitura de um artigo veiculado por um importante veículo de comunicação. Novamente, portanto, o discurso de irmandade entre o Brasil e países africanos apaga interesses estratégicos do primeiro em sua política linguística exterior.

Um apagamento semelhante pode ser observado no artigo 3º da portaria de 20 de março de 2006 (BRASIL, 2006), o qual trata dos fatores levados em consideração para a fixação do valor do auxílio financeiro concedido pelo Itamaraty aos leitores:

Parágrafo 1º Na fixação do valor do auxílio financeiro serão levados em conta os seguintes fatores:

- (a) custo de vida no local de exercício da atividade docente;
- (b) remuneração e os benefícios concedidos pela instituição universitária estrangeira;
- (c) quantidade de horas/aula ministrada mensalmente pelo leitor e
- (d) eventuais peculiaridades do país e/ou região.**

Parágrafo 2º O valor do auxílio financeiro poderá ser aumentado ou diminuído, de acordo com a variação anual dos fatores enunciados no parágrafo anterior.

[grifo nosso]

¹³⁵ Um efeito de sentido semelhante é produzido nos discursos convocados pela designação “Centro de Estudos Brasileiros Embaixador Ovídio de Andrade Melo”, referentes ao reconhecimento brasileiro da independência de Angola: o Estado brasileiro apostou na criação de um Centro Cultural em Moçambique, assim como apostara no reconhecimento da independência de Angola, independentemente de pressões internas ou externas. Retomemos, a esse respeito, as palavras de Ovídio Melo (JORNAL DE ANGOLA ON-LINE, 2010): “Na primeira hora, no primeiro minuto da independência de Angola, reconhecemos essa independência, contrariamente a outros grandes interesses políticos, no mundo inteiro, que eram contra o reconhecimento. Nós reconhecemos Angola a despeito de que outros países importantes, que eram nossos amigos, não a reconheceram no primeiro momento e levaram algum tempo para fazê-lo. Por exemplo, os Estados Unidos levaram muito tempo para reconhecerem Angola, ao ponto de que alguns políticos americanos lastimavam essa posição, que consideravam um erro do Departamento de Estado. Mas o Brasil reconheceu no primeiro instante, no primeiro segundo da independência”.

Chama-nos a atenção a vagueza do critério (d), que, cabe observar, não constava no artigo 2º da portaria de 29 de março de 1999 (BRASIL, 1999):

Parágrafo 1º Na fixação do subsídio serão levados em conta os seguintes fatores:

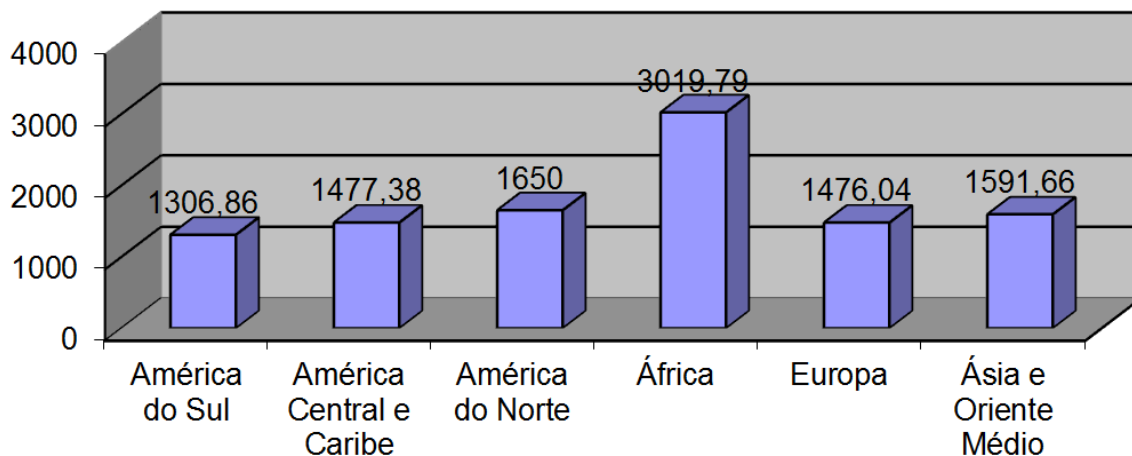
- a) o nível do custo de vida no local de exercício da atividade docente;
- b) a remuneração e os benefícios concedidos pela instituição universitária estrangeira;
- c) o número de alunos do leitor;
- d) a quantidade de horas/aula ministrada mensalmente pelo leitor.¹³⁶

Tal vagueza abre espaço para que se fixe o auxílio financeiro em um valor maior ou menor a partir de interesses da política externa brasileira. É o que parece explicar o oferecimento de subsídios mais altos para os brasileiros que ocupam postos em universidades africanas. A partir dos editais de seleção de leitores publicados entre o segundo semestre de 2007 e o segundo semestre de 2011¹³⁷, fizemos uma média dos subsídios concedidos pelo Itamaraty. Enquanto a média para os leitorados situados nos demais países situa-se em torno de US\$1500,00, ela é de cerca de US\$3000 no caso dos postos na África.

¹³⁶ Cabe mencionar, ainda, que o critério (d) da portaria de 1999 foi suprimido. Um dos possíveis motivos para tanto diz respeito ao fato de que o leitor pode, além de dar aulas, desenvolver outras atividades, como a direção de CCBs, como mostramos no segundo capítulo.

¹³⁷ Cf. Brasil (2007c, 2008c, 2008d, 2009b, 2009c, 2010a, 2010b, 2011b).

Figura 8 - Média dos subsídios pagos pelo MRE aos leitores (2º sem. 2007 – 2º sem. 2011) – valores em US\$



A título de exemplificação, vejamos os subsídios concedidos pelo MRE para algumas das vagas de leitorados abertas no edital de 20 de abril de 2009 (BRASIL, 2009b).

Quadro 16 - Subsídios pagos pelo MRE – edital do 1º semestre de 2009

País / Universidade	Subsídio do MRE	Contrapartida da universidade estrangeira
África do Sul/ Universidade da África do Sul – UNISA	US\$ 2.000,00	Subsídio pecuniário, de acordo com a titulação. Para candidato com mestrado: US\$ 1.408,33 mensais; para candidato com doutorado US\$ 2.225,00 mensais
Benin/ Universidade de Abomey-Calavi	US\$ 3.000,00	Alojamento mobiliado (despesas de água, eletricidade e telefone deverão ser assumidas pelo leitor) e seguro médico
França/ Université Paris III	US\$ 1.500,00	Não há
França/ Université Paris XIII	US\$ 1.500,00	Não há
França/ Université de Nantes	US\$ 1.500,00	Não há

França/ Université Paris X (Nanterre)	US\$ 1.500,00	Não há
França/ Université Paris VIII	US\$ 1.500,00	Não há
França/ Université de Lyon II	US\$ 1.500,00	1.208,99 euros mensais. Seguro-saúde: regime geral francês de seguro social para a Universidade Lyon 2
Gabão/ Universidade Omar Bongo	US\$ 4.000,00	Uma ajuda de custo no valor de 1 milhão de F.CFA, equivalentes a cerca de US\$ 1.984,00 ao câmbio de US\$1/504 F.CFA; ajuda-moradia mensal de 230.000 F.CFA, equivalentes a cerca de US\$ 456,35. Após a chegada, o leitor será alojado em hotel, por três semanas, por conta da Universidade
Paraguai/ Universidade Nacional de Assunção	US\$ 1.500,00	Seguro-saúde
São Tomé e Príncipe / Instituto Superior Politécnico	US\$ 3.500,00	Auxílio de US\$ 200,00

O subsídio concedido pelo Itamaraty para as quatro vagas de leitorados abertas em Paris era de US\$ 1500, ainda que essa seja, reconhecidamente, uma cidade com alto custo de vida, e ainda que nenhuma das universidades situadas na capital oferecesse uma contrapartida ao leitor – o que nos leva a concluir que o critério (b) da portaria de 2006 não é, efetivamente, levado em consideração. Por outro lado, o subsídio do MRE para leitores na África do Sul, Benin, Gabão e São Tomé e Príncipe variava entre US\$2000 e US\$4000, mesmo que, possivelmente, o custo de vida nesses países seja mais baixo do que na capital francesa, e mesmo que todos os países africanos em questão oferecessem alguma contrapartida; em alguns casos, bastante considerável.

Parece estar em jogo, portanto, uma **política de indução**, que objetiva atrair profissionais mais qualificados para países africanos, em conformidade com

um recente aprofundamento das relações entre o Brasil e a África, conforme discutiremos mais adiante. A possibilidade de que interesses da política externa brasileira também sejam levados em consideração para a fixação dos subsídios pagos aos leitores é considerada pelo diplomata do Itamaraty que entrevistamos, conforme recorte a seguir (cf. Anexo 1):

Entrevistador: uma pergunta mais específica... mas isso não sei se você vai saber responder... no edital da CAPES... se fala que os auxílios financeiros para os leitores... são fixados... são quatro critérios... que seriam... o custo de vida no local... a remuneração e os benefícios que a universidade concede... o a quantidade de horas que o leitor trabalha... e aí tem um critério que... me parece meio vago que seria... eventuais peculiaridades do país e ou da região... tem alguma ideia do que possam ser essas peculiaridades?

[...]

Entrevistado: acho que isso... isso quer dizer duas coisas pelo menos... não sei qual delas pesa mais... mas **são duas coisas ou... ou dois dois conjuntos de coisas...** um é... condições de vida no país... uma coisa é o sujeito morar em Porto Príncipe outra coisa é o sujeito morar em... no... em Paris pra fazer... pra dar aula de português enfim... por mais que eu simpatize com o Haiti é um país muito mais difícil de morar... Angola é muito mais difícil de morar do que do que sei lá... Berlim... ah isso pesa sem dúvida... isso pesa na... na remuneração... **a ideia é remunerar melhor as pessoas que trabalham em condições mais difíceis...** como se fosse uma espécie de adicional salubridade ou de periculosidade... não tem esse nome mas enfim... uma recompensa... e acho que aí talvez tenha a ver... **imagino que esteja embutido aí... o interesse do Brasil no no lugar... na região... então se o Brasil realmente precisa ter... acha muito importante ter... um leitor na Zâmbia... e ninguém quer ir pra Zâmbia... ah duplica o salário...** vê se alguém... vê se alguém vai... é mais ou menos assim... uma relação econômica... isso acontece no... no próprio Itamaraty... na carreira diplomática não sei se você já ouviu falar... tem... tem todos os postos no exterior... Embaixadas Consulados e missões... e todos eles são classificados em A B C ou D... alguns diplomatas vão trabalhar sei lá... em qualquer lugar do mundo quando não é capital... eles têm que escolher um posto A B C ou D... e assim... originalmente os postos A são os melhores... são... Europa Estados Unidos Japão... Argentina Buenos Aires... B são os bons... mas não tanto... alguns lugares da Europa... talvez África do Sul... boa parte da América do Sul é B... são os bons mas não tanto... C já são lugares de de... de... um pouco mais

inóspitos ou um pouco mais distantes ou um pouco mais difíceis... ou seja... os países árabes por exemplo costumam ser C... o Leste Europeu costuma ser C... e D aí sim... são os mais complicados... são os países nos quais as pessoas normalmente – a menos que tenham um interesse específico – não querem ir pra lá... então o Congo é D... o Congo é D... um país árabe é C... sei lá... um país vizinho na América do Sul é B... e a França é A... e isso tem a ver eh... com a qualidade de vida no país... **as pessoas normalmente querem ir nos lugares mais ricos... mas também com o interesse da... da política externa brasileira...** isso influencia nos salários... se o sujeito aceita trabalhar no Congo... na... na na... Etiópia... em Gana... ele vai ser... remunerado por isso... ele vai ter o salário relativamente mais alto... pra compensar essa escolha dele... que é uma escolha que não é tão fácil de fazer... acho que tem a ver com isso...

A análise das condições de produção em que se dá a o fortalecimento da promoção do português nos leva, portanto, a reinterpretar o critério (d) da portaria de 20 de março de 2006 (BRASIL, 2006), o qual nos permite, possivelmente, explicar a maior média dos valores concedidos aos leitores na África. Tal critério menciona “eventuais particularidades do país e/ou da região” como um dos fatores considerados na fixação dos subsídios. Não se trata, necessariamente, de uma particularidade intrínseca ao país e/ou à região (por exemplo, condições de vida reconhecidamente precárias), na medida em que pode indicar uma particularidade desse país *do ponto de vista do Estado brasileiro e seus interesses geopolíticos*. Está em jogo, portanto, um silenciamento local (ORLANDI, 2002a): não se explicita, nos editais da CAPES ou em outros documentos oficiais relativos ao leitorado, a possibilidade de interesses da política externa brasileira serem levados em conta no momento da fixação dos subsídios. Tal critério é, para recuperar uma palavra utilizada no recorte anterior, “embutido” no item (d) da referida portaria. Por meio dessa manifestação da política do silêncio, “se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de ‘outra’ formação discursiva, uma ‘outra’ região de sentidos” (*ibidem*, p. 76): sentidos que, ao invés de representarem a divulgação do português no exterior como uma mera política cultural, a significariam como uma política que atende a interesses estratégicos do Estado brasileiro. Na próxima

seção, tematizaremos, justamente, as relações entre a política linguística exterior e esses interesses.

4. Uma política a serviço dos interesses estratégicos do Estado brasileiro

Se, por um lado, textos como os de apresentação da RBEx (cf. quadro 1), os discursos oficiais de inauguração ou atuação dos CCBs e ICs (cf. GRANDO, 2009a, 2009b; LIMA, 2008; LOPES, 2008; PINTO, 2008) e as portarias relativas à RBEx (BRASIL, 1999, 2006) não tematizam os vínculos entre tais instituições e a política externa brasileira – como é de se esperar, tendo em vista o jogo de projeções imaginárias que rege a produção discursiva (PÊCHEUX, 1997a) –, encontramos, por outro lado, indícios dessa relação em outros textos. Referimo-nos, particularmente, a documentos que circulam internamente no Itamaraty e a correspondências trocadas entre este e as Embaixadas, aos quais tivemos acesso em nossa pesquisa de campo. Nas diretrizes da atuação do Itamaraty, por exemplo, a submissão da política cultural à política externa brasileira aparece explicitamente no recorte a seguir¹³⁸:

A ação cultural externa do Itamaraty é pautada pelas seguintes diretrizes:

- Alocar recursos **de acordo com** as prioridades da política externa brasileira;

[...]

[grifo nosso].

De maneira análoga, na entrevista que realizamos com o diplomata do Itamaraty (cf. Anexo 1), estabelece-se uma relação clara – ainda que indireta – entre a promoção internacional do português e interesses políticos e econômicos do Estado brasileiro:

¹³⁸ Documento relativo às diretrizes do Itamaraty, a que tivemos acesso durante nossa pesquisa de campo no MRE.

Entrevistador: em que medida... você acha que essa política... pode ter um impacto... quer dizer... exportar o português... difundir o português no exterior... que isso pode ter um valor econômico pro Brasil?

Entrevistado: eu acho que traz... assim... não é... as ações não são feitas de maneira mesquinha... assim... ah vamos duplicar nosso volume de exportações para Moçambique se... se mais pessoas falarem português... não é pensado dessa forma... mas... pesa... mas pesa... como eu falei... **a a proximidade cultural – e a língua inclui isso aí... – facilita TODO o resto... qualquer tipo de cooperação... seja econômica... seja... na cultura de sedes das empresas brasileiras no exterior... seja vender mais o que for... soja... aviões enfim... aumentar o fluxo comercial... seja obter apoio político dos países pras causas que o Brasil acha importantes...** e são muitas causas... desde negociações comerciais na OMC... Conselho de Segurança na ONU... eleger diretores e secretários gerais brasileiros de organizações internacionais... enfim... pra toda toda a quota da política externa... conta você ter influência... e **você tem influência muito facilitado...** não é só isso... mas **um dos fatores centrais sem dúvida é a língua...** é uma das coisas que fazem você [segmento ininteligível] muito fácil... pra França... além das [segmento ininteligível] econômicas... a cultura é um fator que faz com que a França tenha toda uma influência muito grande na África... quase assim por inércia... há cinquenta anos mais ou menos que eles já descolonizaram a África... mas a África continua muito voltada para a França... os estudantes franceses... os estudantes... da África francófona... querem... o sonho deles quase sempre... é estudar em Paris... ou em outro lugar na França... e isso em grau menor também... guardadas as proporções... mas acontece um pouco com o Brasil... o... o Primeiro Ministro de Cabo Verde estudou no Brasil... na Fundação Getúlio Vargas... e vários... várias das autoridades... os líderes econômicos políticos sociais etc... dos países lusófonos da África – às vezes até Portugal... mas principalmente os lusófonos da África – estudaram no Brasil... e... e isso é bom pra eles né?... porque é uma formação de alto nível que talvez... talvez eles não tivessem no país deles... mas é bom pro Brasil... porque o Brasil ganha uma espécie de... uma série de de... amigos assim... quem estuda no exterior – a menos que tenha tido uma experiência muito ruim... sofrido com racismo... mas é exceção... – geralmente volta com uma simpatia muito grande e permanente por aquele país... onde estudou... e isso pesa né? política externa é feita não só de instituições... interesses nacionais... mas de pessoas... que colocam a experiência em prática... então acho que isso... isso sim... **é um ganho concreto... que traz... traz benefício de todo tipo... político mas também econômico...** acho que sem dúvida... sem dúvida também é

econômico... Angola é o melhor exemplo... Angola é um país onde o Brasil tem muitas empresas... outros países também têm mas o Brasil tem... um volume desproporcionalmente grande de executivos... enfim... trabalhando com a infra-estrutura... petróleo... Petrobras... Odebrecht... construção civil... isso sem dúvida... fica mais fácil num país que fala português...

Efeitos de sentido semelhantes são produzidos na notícia a seguir, sobre a fundação do Centro Cultural em Cabo Verde, ocorrida em junho de 2008, durante uma visita do ex-ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, ao país. Conforme o recorte, a fundação do Centro ocorre em um momento em que o Brasil demonstra interesse comercial por Cabo Verde, que poderia ser uma “porta de entrada” para produtos brasileiros não apenas na África, mas também na Europa.

Brasil vê Cabo Verde como porta de entrada à África e UE

Ministro Celso Amorim, que nesta sexta-feira visitou o arquipélago, entende que Cabo Verde poderia ser também um “ponto central de comunicação” entre a América do Sul, África e Europa.

Cidade da Praia, 27 jun (Lusa) - O Brasil considera que Cabo Verde pode ser uma porta de entrada dos seus produtos no mercado africano, mas também em países europeus, defendeu nesta sexta-feira o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Amorim, que hoje visitou o arquipélago, entende que Cabo Verde poderia ser também um “ponto central de comunicação” entre a América do Sul, África e Europa.

Deslocar empresas brasileiras para Cabo Verde seria uma oportunidade para chegar a mercados do continente africano, mas também “uma oportunidade para chegar a países desenvolvidos (Europa) onde Cabo Verde goza de preferência e o Brasil não tem essa facilidade”, disse.

Celso Amorim falava após um encontro com o seu homólogo cabo-verdiano, Victor Borges, no âmbito da visita de um dia a Cabo Verde, durante a qual inaugurou na capital do país um Centro de Estudos Brasileiros e um Centro de Formação, que teve o apoio financeiro da cooperação brasileira. [...] (AGÊNCIA LUSA, 2008).

A RBEx não objetiva, então, pura e simplesmente, atuar em quaisquer áreas onde a língua e cultura brasileiras não se façam presentes, ou sejam pouco

difundidas, mas sim promovê-las em regiões consideradas *estratégicas* para o Brasil, o que também fica claro no Relatório de Gestão da DPLP relativo ao ano de 2008:

A fim de ampliar a rede de leitorados, especialmente em países da América do Sul e África, **e assim melhor adequar as iniciativas de promoção da língua portuguesa e da cultura brasileira às diretrizes da Política Externa brasileira**, foram iniciadas consultas a diversas instituições universitárias das mencionadas regiões” (BRASIL, 2009a) [grifo nosso].

Segundo o diplomata do Itamaraty que entrevistamos (cf. Anexo 1), a abertura de um Centro Cultural ou de um leitorado é, essencialmente, uma decisão política. Assim, se houver condições técnicas para tanto, polos da RBEx podem ser criados até mesmo em locais onde a procura pelo português não é grande. Esse teria sido o caso da África do Sul, cuja proximidade com a política externa brasileira levou, conforme o recorte a seguir, à criação de um Centro Cultural nesse país, ainda que, em outras regiões, haja, possivelmente, um número maior de interessados em aprender português.

Entrevistador: e... como funciona esse processo de... você decidir que vai criar um Centro... ou criar um leitorado no lugar X... quais... quais são as prioridades para você fundar um Centro ou abrir um leitorado... que critérios são os prioritários?

Entrevistado: tem os critérios políticos e práticos... no caso de um Centro que é uma coisa maior, né? dá mais trabalho... tem que manter... tem que ter o pessoal próprio... uma estrutura permanente... enfim... nesse caso você tem que ver a estrutura... as condições... até a logística mesmo da Embaixada de manter mais uma instituição anexa... hum... no caso do leitorado é um pouco mais simples é uma decisão mais tranquila como eu falei... é uma pessoa só... no máximo tem um grupo de pessoas... **mas é uma decisão sobretudo política**... tem que ver onde tem... tem condições... onde tem interesse ou seja... onde tem... onde nós acreditamos que existe um potencial... um grande número de pessoas que querem aprender português e não têm acesso... ou se têm acesso é... aprendem o português de Portugal... não que seja ruim mas evidentemente que o ideal é que eles aprendam a... a variante brasileira... enfim... se... se for detectado isso... isso é

meio subjetivo sabe? mas enfim se... **se a Embaixada acredita que há necessidade... que é prioridade... que há possibilidade de abrir... aí é tomada uma decisão política de abrir aqui e não abrir lá... aí muitas vezes são países... nem sempre são países onde se fala português... onde tem interesse pelo português... às vezes são países que são próximos politicamente do Brasil mesmo que não pela língua...** a África do Sul é um exemplo... ah... não sei se há muitas pessoas estudando português na África do Sul... acredito que não tanto... mas... foi aberto um Centro de Estudos Brasileiros em Pretória... um Centro Cultural enfim... que é um país que coopera muito com o Brasil... é um país muito próximo da nossa política externa... teve o fórum IBAS [Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul]... **é uma escolha sobretudo política desde que haja as condições técnicas pra tanto...** e no caso havia enfim... não havia nenhuma dificuldade especial... então criaram um Centro...

O Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), mencionado no recorte anterior, foi estabelecido em junho de 2003, por iniciativa brasileira. Trata-se de um mecanismo de coordenação entre esses três países, assentado em três pilares: concertação política, cooperação setorial e *Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza*¹³⁹. Para Gohn (2006), a criação de um leitorado na Índia guarda uma relação histórica com o fortalecimento do diálogo sul-sul, evidenciada por iniciativas como o IBAS:

O período de ocupação do leitorado em Nova Delhi - 2003-2005 - viu a abertura da política externa brasileira para o chamado diálogo sul-sul. Iniciativas como a IBAS, fórum Índia-Brasil-África do Sul (cujo primeiro encontro ocorreu em Nova Delhi em 2004), e o direcionamento para parcerias com a China tiveram, na seqüência, a criação de postos de leitorado brasileiro em universidades de alguns dos países envolvidos. O Brasil não fez aí nada mais do que seguir uma tendência já assinalada por Michael Z. Wise em artigo do *New York Times* de 16 de abril de 2002: **“O prestígio cultural sempre segue o uso de soldados e do comércio como medida da influência de um país”**. No contexto de Nova Delhi, **a busca por maiores relações bilaterais certamente levou à criação do leitorado na universidade de prestígio da capital indiana**. É dentro desse contexto que a liderança do Embaixador do Brasil sobre os chefes de demais

¹³⁹ Cf. <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/forum-ibas>>. Acesso em: 28 set. 2011.

representações diplomáticas da América Latina e do Caribe se expressa também pelo fato de sermos o único país latino-americano a ter leitorado na Índia, em Delhi e em Goa (GOHN, 2006).

Se, de fato, a política linguística exterior está subordinada à política cultural brasileira – e, de uma maneira mais geral, à política externa –, então **modificações na configuração da RBEx devem estar vinculadas a redirecionamentos na política exterior do país**. Com efeito, mudanças dessa natureza são sinalizadas em alguns textos de nosso *corpus* de pesquisa, como em um documento de 02 de fevereiro de 1979, referente ao ensino do português na França¹⁴⁰:

Não se figura viável, no momento, a abertura de novos leitorados na França, por ser o país que recebe o maior número de leitores brasileiros. Por outro lado, a criação de leitorados em países africanos e latino-americanos, áreas de atuação prioritária em nossa diplomacia cultural e altamente carente de atividades do gênero, deverá absorver os recursos orçamentários disponíveis.

Em uma mensagem da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE) para a Embaixada Brasileira em Londres, de 08 de junho de 2004¹⁴¹, a alta concentração de leitorados na Europa também é questionada:

Atualmente a DPLP coordena e subsidia a atividade de 35 leitorados de Língua Portuguesa em Universidades estrangeiras que, juntamente com os CEBs e Institutos, desenvolvem um importante papel na difusão da língua e cultura brasileiras. Entretanto, 68% desses leitorados encontram-se em países europeus.

A presença do operador argumentativo “entretanto”, no recorte anterior, indica que, na perspectiva do locutor, o fato de 68% dos leitorados encontrarem-se em países europeus diminui seu potencial para a “difusão da língua e cultura

¹⁴⁰ Documento a que tivemos acesso em pesquisas no acervo do Itamaraty.

¹⁴¹ Despacho telegráfico n.º 00254, consultado através do sistema *Intradocs*.

brasileiras”. Na continuação da mensagem, destaca-se que, mais recentemente, a política linguística exterior brasileira tem, no que diz respeito aos programas de leitorado, dado preferência a outras regiões que não a Europa Ocidental. Assim, prioriza-se a abertura de novos leitorados em regiões onde, até então, a atuação da RBEx era nula ou limitada, a exemplo da Ásia e da África, ainda que, para tanto, sejam necessários cortes em subsídios concedidos a postos na Europa Ocidental.

3. Para conhecimento de Vossa Excelência, dadas as restrições orçamentárias ainda vigentes, a SERE se viu obrigada a cancelar alguns subsídios em certos Postos da Europa Ocidental. Na linha das prioridades estabelecidas pelo atual Governo, e com as economias geradas mediante o fechamento de alguns leitorados, foi possível abrir o primeiro leitorado brasileiro na Rússia (Universidade de Lomonossov) e, mais recentemente, na Universidade de Pequim, após anos de negociações com os Governos russo e chinês respectivamente.

4. Paralelamente, foram inaugurados leitorados brasileiros com subsídios do MRE, tais como em Gana (Universidade de Gana) e Senegal (Universidade Cheik Anta Diop), em um continente onde até o início do atual Governo somente existia um leitorado brasileiro, a saber, na Costa do Marfim (Universidade de Cocodi).

Uma mensagem enviada pela SERE à Embaixada brasileira em Kiev (Ucrânia), em 18 de março de 2005¹⁴², indica que a recente política linguística exterior do Estado brasileiro também tem relegado para segundo plano ações na Europa Oriental. A mensagem informa a decisão do MRE de declinar a solicitação da União Latina para que o governo brasileiro subsidiasse um leitorado na República da Moldávia. Infere-se da mensagem que, mesmo que o leitorado em questão atendesse às normas da Portaria n. 2, de 29 de março de 1999 (BRASIL, 1999) – posteriormente revogada pela Portaria nº. 1, de 20 de março de 2006 (*idem*, 2006) –, o subsídio não seria concedido, já que, naquele momento, se priorizava a abertura de leitorados na América do Sul, na América Central e no Caribe.

¹⁴² Despacho telegráfico n. 00049, a que tivemos acesso através do sistema *Intradocs*.

Apreciei a iniciativa da União Latina de criar Leitorado de língua portuguesa na Universidade de Chisinau, na República da Moldávia, o que certamente contribuirá para a divulgação do português naquele país.

2. No que diz respeito à solicitação da União Latina de subsídio parcial pelo Governo brasileiro, lamento informar que não será possível atendê-la, por não se adequar aos requisitos da Portaria n. 2, de 29 de março de 1999.

3. Ademais, devo acrescentar que as prioridades do atual Governo brasileiro quanto à abertura de Leitorados, recaem na América do Sul, Central e Caribe. Entretanto, não caberia desconsiderar a idéia de serem selecionados, em um futuro próximo, Leitores para regiões como o Leste europeu, onde é conhecida a demanda crescente pelo aprendizado da língua portuguesa, em sua vertente brasileira, bem com da cultura e civilização brasileiras.

Conclui-se, então, que a reestruturação da rede de leitorado não visa, tão somente, a uma distribuição mais uniforme dos postos de leitorado pelo mundo; mais do que isso, objetiva, conforme já mencionamos anteriormente, promover uma maior divulgação da língua e cultura brasileiras em regiões consideradas estratégicas para o Brasil. Se não fosse este o caso, o Itamaraty apoiaria, por exemplo, a criação do leitorado na República da Moldávia, que se situa em uma região onde a atuação da RBEx é baixa: a Europa Oriental.

A fim de perscrutar a hipótese de que mudanças na configuração da RBEx podem refletir modificações na política exterior do Brasil, analisaremos algumas modificações por que a RBEx passou nos últimos anos. Para tanto, comparemos a atual distribuição dos CCBs, ICs e leitorados com aquela de 1991, que nos dá indícios de algumas dessas mudanças. O primeiro dos gráficos a seguir foi feito a partir de dados disponíveis na página do Departamento Cultural do Itamaraty, apresentados no segundo capítulo desta tese (cf. Quadros 2, 3 e 4 e Figuras 2, 3 e 4); o segundo, a partir de informações constantes na circular nº 6751 da antiga *Divisão de Instituições de Ensino e Projetos Especiais* (DIEP) do MRE, datada de 18 de janeiro de 1991 (*apud* MENEZES, 1993). Segundo essa circular, havia, no início de 1991, 20 Centros de Estudos Brasileiros, 3 Institutos Culturais e 2 Casas do Brasil, além de 35 leitorados.

Figura 9

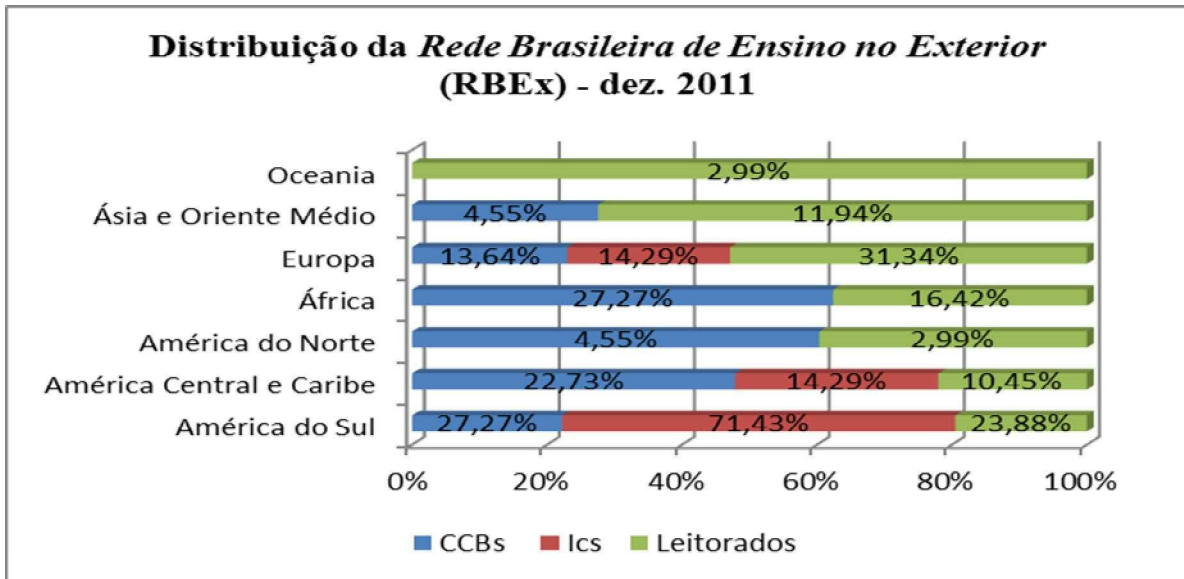
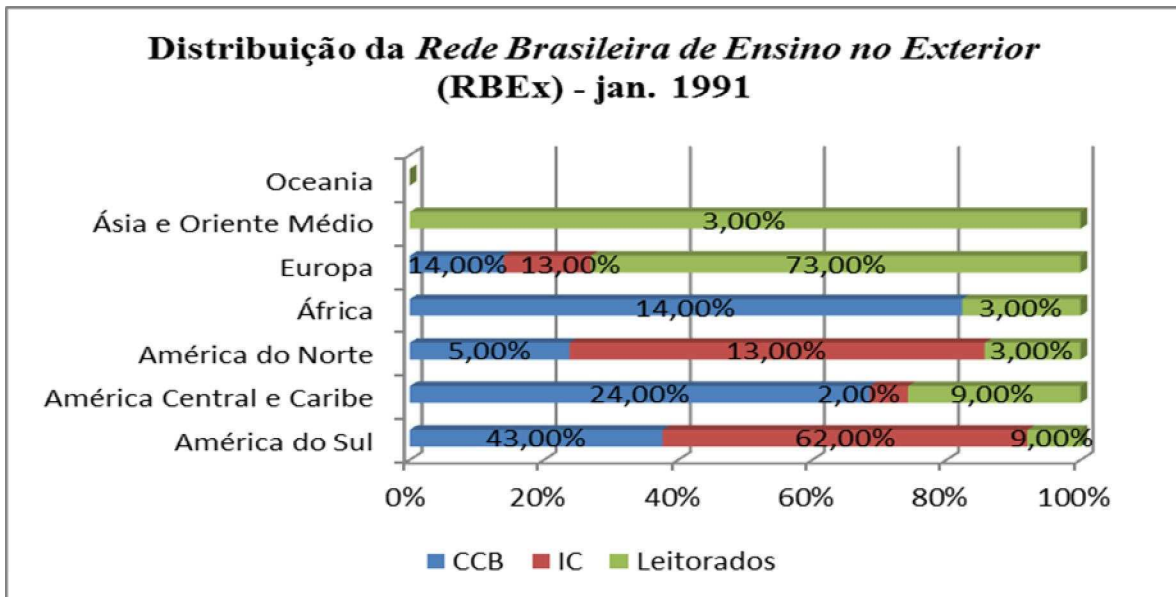


Figura 10



A reconfiguração da rede de leitorado pode ser percebida através de uma comparação entre os gráficos anteriores, que indicam algumas mudanças significativas. Observemos, em primeiro lugar, uma queda na proporção de leitorados existentes na Europa, a saber, de 73% em 1991 para 31,34% em 2011,

o que se deve não apenas a uma redução no número de postos nesse continente (em números absolutos, a mudança foi de 26 para 21), mas também a uma maior abertura de leitorados em outras regiões. Na América do Sul, a porcentagem de leitorados passou de 9% para 23,88% e, na região da América Central e do Caribe, de 9% para 10,45%. A Oceania, continente não abrangido pela RBEx no início da década de 1990, passou a contar com dois programas de leitorado, enquanto houve, na Ásia e no Oriente Médio, um aumento de 3% para 11,94%. Na África, em que, no ano de 1991, praticamente não havia leitorados, estão hoje concentrados 16,42% dos postos.

É nesse último continente onde se observa a maior mudança no que diz respeito aos CCBs: em 1991, 14% dos Centros localizavam-se nesse continente, enquanto, em 2011, tal porcentagem aumentou para 27,27%. Cabe lembrar que, até o início da década de 90, havia apenas dois CCBs na África: os de Guiné-Bissau e Moçambique, fundados, respectivamente, em 1986 e 1989. A fundação de outros Centros nesse continente ocorreu durante o governo Lula (2003 - 2010), durante o qual foram criados quatro novas instituições (cf. Quadro 2): Centro Cultural Brasil-Angola (2003), Centro Cultural Brasil-África do Sul (2008), Centro Cultural Brasil-Cabo Verde (2008) e Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe (2008). Todos os *Países Africanos de Língua Portuguesa* (PALOPs), com exceção da Guiné-Equatorial¹⁴³, contam hoje, portanto, com a instituição que, para o Itamaraty, é “o principal instrumento de execução da nossa [brasileira] política cultural no exterior” (cf. Quadro 1): um Centro Cultural Brasileiro.

A recente expansão da RBEx na África, por meio da criação de novos leitorados e CCBs, bem como a política de indução para atrair leitores mais qualificados para esse continente (cf. seção 3 do presente capítulo), são fortes indícios de uma mudança na política linguística brasileira em relação a esse continente, na esteira de modificações na política externa do país. Com efeito, o

¹⁴³ Único país africano de língua espanhola, a Guiné Equatorial oficializou o português muito recentemente – em 2007 –, não sendo, ainda, um membro pleno da *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, embora já tenha feito a solicitação (cf. CAMARGO, 2011). Tal fato parece explicar a inexistência de um CCB nesse país.

governo Lula teve como uma de suas linhas estratégicas o estabelecimento de parcerias com a África, em especial, com os PALOPs (cf. MAPA, 2009, dentre outros), o que é evidenciado, por exemplo, pelo número de visitas realizadas pelo ex-presidente a esse continente. Luiz Inácio Lula da Silva foi o primeiro presidente brasileiro a visitar todos os países da CPLP, como lembra Amorim (2010). Conforme dados apresentados no Balanço da Política Externa (2003-2010), publicado pelo MRE (BRASIL, 2011c), Lula realizou, ao longo de seus dois mandatos, 33 viagens à África, onde visitou 23 países, muitos dos quais nunca haviam recebido a visita de um chefe de Estado brasileiro. Celso Amorim, por sua vez, então ministro das Relações Exteriores, visitou esse continente 66 vezes no período entre janeiro de 2003 e setembro de 2010. Além disso, o Brasil recebeu, ao longo do governo Lula, 47 visitas de presidentes, reis e primeiros-ministros africanos, oriundos de 27 nações (*ibidem*).

No campo educacional, ainda de acordo com esse documento, o Brasil vem fortalecendo, desde 2003, seus projetos de cooperação educacional com a África, particularmente, através do *Programa Estudante Convênio Graduação* (PEC-G) e do *Programa Estudante Convênio Pós-Graduação* (PEC-PG), que oferecem vagas em universidades públicas brasileiras a alunos de países em desenvolvimento. Entre 2003 e 2010, 4.300 graduandos oriundos de 20 países africanos, além de 237 pós-graduandos vindos de 14 nações africanas, vieram estudar no Brasil por meio desses programas. Cabe mencionar, ainda, a criação da *Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira* (UNILAB)¹⁴⁴, em 2010, que recebe alunos dos PALOPs e de Timor-Leste.

Mudanças na distribuição da RBEx também podem ser observadas na América do Sul, na América Central e no Caribe. Entre 2003 e 2010, o número de leitorados na América do Sul cresceu de dois para onze, enquanto, na América Central e no Caribe, tal número passou de dois para sete (BRASIL, 2011c). Cabe mencionar, ainda, que, em um único ano – o de 2008 –, foram fundados CCBs no

¹⁴⁴ Universidade federal brasileira com sede em Redenção (Ceará), instituída em 20 de julho de 2010, a partir da sanção da lei nº 12.289 pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Haiti, no Panamá e na República Dominicana (cf. Quadro 2). Assim, dos cinco Centros atualmente existentes na América Central, apenas os de El Salvador e da Nicarágua foram criados no século XX. De maneira semelhante ao que observamos em relação à África, o aumento da presença da RBEx na América do Sul, na América Central e no Caribe deriva do maior investimento no chamado diálogo sul-sul por parte do Estado brasileiro, verificado nos últimos anos.

Conforme reconhecem documentos como o Balanço da Política Externa (2003-2010) (*ibidem*), o eixo prioritário da política externa brasileira tem sido, historicamente, a América do Sul, particularmente, através de iniciativas tomadas no âmbito do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). A recente aproximação com a América Central e o Caribe, por sua vez, é evidenciada, por exemplo, pelo fato de que o Brasil seja, desde 2004, observador junto à Comunidade do Caribe (Caricom), bem como pelo aumento no número de visitas presidenciais à região, pela abertura de embaixadas residentes em todos os países dessa comunidade e pelo incremento do intercâmbio comercial (*ibidem*). Concentremo-nos, especificamente, no caso da promoção do português no Haiti, onde foi fundado, em 2008, um CCB, conforme as notícias a seguir:

Após quatro anos chefiando o braço militar da missão de paz no Haiti, o Brasil abre um CEB (Centro de Estudos Brasileiros) no país do Caribe. Com o objetivo de divulgar a cultura nacional para a população local, a principal atividade do CEB será o ensino da língua portuguesa (ANDRADE, 2008) [grifo nosso].

A partir de setembro **o Brasil irá reforçar sua presença no Haiti onde já comanda a missão de estabilização da ONU**. A cargo do professor Antonio Jorge Ramalho, servidor civil do Ministério da Defesa, será implantado o Centro de Estudos Brasileiros, em Porto Príncipe.

Para o Ministério da Defesa, **as atividades acadêmicas vão fortalecer os trabalhos de pacificação e reconstrução desempenhados no Haiti pelas tropas brasileiras, além de firmar os laços culturais entre os dois países** (INFOREL, 2007) [grifo nosso].

A abertura do Centro em Porto Príncipe é caracterizada como uma forma de se dar continuidade à “missão” do Brasil no Haiti. O trabalho a ser desenvolvido nessa instituição seria uma forma de contribuir, através da divulgação cultural, para os (alegados) objetivos das tropas brasileiras no país: promover a paz e reconstruir o Haiti. Bastante significativo, nesse sentido, é o fato de que o CEB tenha sido implantado sob responsabilidade de um servidor do Ministério da Defesa, e que eventos culturais posteriormente promovidos pelo Centro tenham contado com o apoio de grupos como o Batalhão Brasileiro da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), conforme indica o recorte a seguir:

O Centro de Estudos Brasileiros Celso Ortega Terra, em Porto Príncipe, foi palco no último sábado, 28 de junho, de animada Festa Junina, que contou com todos os ingredientes ditados pela boa tradição brasileira, incluindo o pau de sebo, a fogueira, a quadrilha (integrada por alunos do CEB), casamento caipira e os quitutes típicos acompanhados de quentão.

A festa contou com a presença de amplo público, próximo a quatrocentas pessoas, entre a comunidade brasileira no Haiti, comunidade diplomática, altas autoridades da MINUSTAH e haitianos, especialmente os alunos do CEB, que declamaram poemas especialmente redigidos, em português, para a ocasião e cantaram músicas temáticas em bem ensaiado coral.

O amplo êxito alcançado foi devido à ação combinada da Embaixada do Brasil, do CEB Celso Ortega Terra e, **especialmente, do Batalhão Brasileiro da MINUSTAH, da Companhia de Engenharia do Exército brasileiro, do Grupamento Operativo dos Fuzileiros Navais no Haiti e do Destacamento de Fuzileiros Navais da Embaixada do Brasil**, cada qual desincumbindo-se com esmero das tarefas que lhes foram atribuídas.

Um dos pontos altos da Festa Junina foi sem dúvida a quadrilha, paciente e cuidadosamente ensaiada e coreografada pela Embaixatriz Roseana Kipman, contando com a participação de alunos do CEB e de funcionários da Embaixada do Brasil [grifo nosso]¹⁴⁵.

¹⁴⁵ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Festa junina realizada no Centro de Estudos Brasileiros Celso Ortega Terra**. Disponível em: <<http://www.dc.mre.gov.br/lingua-e-literatura/festa-junina-no-haiti/?searchterm=None>>. Acesso em: 22 fev. 2010.

Alguns estudiosos, a exemplo de E. Diniz (2005), afirmam que a decisão brasileira de participar – e chefiar – a MINUSTAH, tendo sido o principal contribuinte de tropas da Missão, se deve ao interesse do Brasil em ter uma participação ativa na ONU, tornando-se inclusive membro permanente de seu Conselho de Segurança. Ainda de acordo com o autor, a decisão refletiria o impacto positivo que a participação brasileira poderia trazer no que diz respeito à liderança na América Latina, com seus possíveis benefícios para negociações comerciais em que o Brasil está envolvido. As relações entre a criação do Centro Cultural Brasil-Haiti e os interesses geopolíticos do Brasil na região são mencionadas na entrevista que realizamos com o diplomata do Itamaraty (cf. Anexo 1):

Entrevistador: uma outra coisa que eu achei interessante... a questão da fundação do CEB no Haiti... me parece que coincidiu muito com a... chamada missão de paz que o Brasil lidera no Haiti... você acha que tem uma relação mesmo... entre essa... a fundação de um instituto como esse... foi em 2008 se não me engano... e a presença militar do Brasil no Haiti?

Entrevistado: tem tem sim... essa missão... essa missão não é só do Brasil é da ONU [Organização das Nações Unidas]... mas o Brasil lidera... tem o comando militar dos oito nove mil soldados... são 1300 brasileiros... ela é... ela se chama missão de estabilização... MINUSTAH [Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti] é missão de estabilização no Haiti... ela tem dois objetivos... um é a estabilização propriamente dita... o país teve várias vezes à beira de uma guerra civil... a capital era... comunidades controladas... havia a participação de várias facções rivais... a estabilização militar é uma coisa... e isso... se tornou razoavelmente bem e ainda é um... país com problemas... mas tá muito mais estável do que era no passado... quando o Brasil chegou... agora segunda... o segundo grande objetivo da missão – e aí que entra o CEB... e aí que entra uma série de outras coisas – é o desenvolvimento do país... o que chama de construção da paz... porque uma vez consumada a paz... tem que construir as condições para que a paz seja duradoura... não só a paz como ausência de guerra... é a ideia de desenvolver o país a longo prazo... desenvolvimento sustentável arrumar empregos... enfim... melhorar o sistema produtivo... transferir tecnologia... investir muito na educação na infra-estrutura em geral mas sobretudo

educação... é claro demora muito pra fazer isso... não se faz em dois ou três ou quatro anos... mas a ideia de de... melhorar o sistema educacional do país... e junto com a educação e geralmente na cultura... enfim de compartilhar experiências culturais... tem a ver com isso... então tem tem a ver sim no contexto da MINUSTAH que traduz o interesse maior do Brasil pela... pela América Central e pelo Caribe... o Brasil tradicionalmente quando se integrava era com a América do Sul... de uns anos pra cá se você for ver está mais presente ali... na América do Sul continua estando claro... mas também na América Central no Caribe... por isso que o Brasil... parece que vão tentar resolver a crise de Honduras... o Brasil se engaja muito com Cuba... defende a reintegração de Cuba ao sistema interamericano... **o Brasil vê no Haiti uma boa possibilidade...** enfim... um país extremamente pobre... que tinha todo tipo de deficiência... **o Brasil considera que é sei lá um terreno propício pra.... pra se aproximar um pouco mais do Caribe...** falando assim parece um teste de laboratório... e isso vai em todos os sentidos... desde a parte monetária da parte econômica... às vezes à técnica... **o Brasil tem projetos de ajuda...** sanitária por exemplo... melhoria de infra-estrutura também... **e isso também repercute na cultura... a cultura vai junto...**

Ainda no que diz respeito às relações entre a política linguística exterior e a política externa brasileira, destacamos que o governo brasileiro fomentou, nos últimos anos, a abertura de leitorados na China, que hoje conta com postos na Universidade de Estudos Estrangeiros de Cantão, na Universidade de Estudos Internacionais de Pequim, na Universidade de Pequim e na Universidade das Comunicações (cf. Quadro 4). Essa abertura ocorre, justamente, em um momento de intensificação das relações brasileiras com a Ásia, especialmente, no âmbito comercial. A China, em particular, é o principal sócio comercial e o maior mercado de exportações do Brasil desde 2009 (BRASIL, 2011c). Na mensagem a seguir, enviada pela Embaixada do Brasil em Pequim ao MRE¹⁴⁶, fica claro, novamente, que o leitorado, mais do que um centro para a promoção da “variante brasileira do português”, é concebido como uma forma de estreitamento dos diálogos bilaterais.

¹⁴⁶ Despacho telegráfico n. 00583, emitido em 24 de julho de 2003, localizado no acervo da *Coordenação de Documentação Diplomática* do Itamaraty.

Informo. A abertura de leitorado brasileiro na Universidade de Pequim (UP) depende apenas de decisão daquela Universidade, a qual reiterou ser favorável à iniciativa. [...]

Como já mencionado em comunicações anteriores, a Universidade de Pequim é uma das instituições acadêmicas de maior prestígio na RPC. [...] Durante o encontro mantido com funcionário desta Embaixada, mostrou-se interessada não apenas em receber leitor brasileiro, mas também especialistas em áreas de interesse no relacionamento bilateral que estejam interessados em realizar pesquisas, estabelecer contatos ou ministrar cursos de curta duração na RPC.

O leitorado poderia constituir-se, assim, não apenas num centro de formação de alunos versados na variante brasileira do Português - algo por si só importante, dentro do quadro geral de grande dinamismo vivido pelo relacionamento bilateral - mas também num embrião de um futuro Centro de Estudos Brasileiros, servindo como **âncora para a aproximação, o diálogo e promoção da imagem brasileira junto ao meio acadêmico chinês.**

Por fim, gostaríamos de destacar que, segundo Amorim (2010), encontra-se em processo de instalação um CCB em Timor-Leste. Trata-se, novamente, de uma iniciativa que reflete as prioridades da agenda da política externa brasileira. O referido país é, hoje, o maior beneficiário da cooperação técnica brasileira no continente asiático, por meio de projetos como o *Centro de Formação Profissional Brasil-Timor-Leste*, instalado em 2002, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), e o *Apoio ao Fortalecimento da Justiça*, que, desde 2005, dispõe de profissionais brasileiros na área do Direito para capacitar juristas locais (BRASIL, 2011c). Destaca-se, ainda, o *Programa de Formação de Professores no Timor-Leste*, em particular, o *Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor-Leste*, promovido pela CAPES, o qual objetiva formar docentes de Língua Portuguesa para atuarem em diferentes níveis de ensino em Timor-Leste¹⁴⁷. A aproximação com Timor-Leste representa, segundo o diplomata que entrevistamos (cf. Anexo 1), uma possibilidade de aumentar a presença do Brasil no sudeste asiático:

¹⁴⁷ Cf. <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/timor-leste>>. Acesso em: 28 set. 2011.

o Brasil vê... vê no Timor uma uma possibilidade... tem um lado... tem um lado passional que não pode ser desprezado... não é só... não é tudo feito em termos de... ah vamos aumentar nosso comércio... vamos vender mais soja... vamos ter mais votos na ONU... isso pesa mas não é só isso... tem um lado realmente simbólico importante que... que aproxima as nações... isso... é o caso... o Brasil vê um país lusófono muito pequeno... muito pobre... com dificuldades imensas... e o Brasil considera que pode colaborar... mas há também este lado pragmático de que... um país que fala português... ali do lado da Austrália... do lado da Indonésia... perto do sudeste asiático... do Vietnã... não tão longe da China... é uma excelente... plataforma pra que o Brasil tenha uma inserção maior ali no sudeste asiático... e na na Oceania... porta-aviões assim... do Brasil... o interesse concreto é esse... mas a parte simbólica não pode ser desprezada... existe mesmo... enfim... a proximidade linguística sempre facilita muito todo relacionamento de um país com outro... não só no português... isso acontece com outras coisas né?... o fato de que... ah... não sei... de que o... no Camboja muita gente fale francês... de que no Vietnã... teve a guerra de independência mas ainda muita gente fala francês no Vietnã... sem dúvida... facilita muito... os laços da França com o Vietnã... e faz com que a França possa ter... possa ter entendimentos maiores... possa ter investimentos maiores... enfim... ter ter ganhos concretos dessa relação... que é mais ou menos permanente por causa da língua... permanente não né?... tem que ser expandido... porque a língua é um negócio vivo... e é justamente porque tem que ser expandida que o Brasil quer que... quer que mais gente fale português nesses lugares...

O percurso feito ao longo desta seção permite, assim, sustentar a hipótese de que a política linguística exterior pode ser considerada uma manifestação de um “poder suave” (*soft power*), para recuperar o conceito de Nye (2002). Trata-se de uma forma de poder baseada na “capacidade de sedução e atração” (*ibidem*, p. 29) advinda, em grande parte, do poder cultural e dos valores políticos defendidos por um Estado. Nesse sentido, o poder suave contrasta com o poder duro, de que são exemplos os poderes militar e econômico, baseados antes na coação do que na cooptação. Nas palavras do autor,

O poder duro pode basear-se em estímulos (cenouras) ou ameaças (cacetes). Mas existe igualmente um método indirecto de exercer poder. Um país pode obter os resultados que deseja na política mundial porque outros países escolhem segui-lo, admirando os seus valores, imitando os seus exemplos, aspirando

ao seu nível de prosperidade e abertura. Nesse sentido, é tão importante estabelecer a agenda na política mundial ou atrair outros como é forçá-los a mudar através da ameaça ou do uso de armas económicas ou militares. A este aspecto do poder – levar os outros a desejarem o que nós próprios desejamos – chamo de poder suave (*ibidem*, p. 29).

Se, como afirma Varela (2006), uma política linguística e cultural objetiva alcançar outras metas que não puramente linguísticas ou culturais, que dizem respeito à política externa de um país, é esperado que este seja um campo de conflito entre os Estados. De fato, conforme argumentaremos na próxima seção, a política linguística exterior levada a cabo pelo Brasil traz à tona, particularmente, litígios com Portugal e com a CPLP.

5. Uma política em litígio com outras iniciativas para a promoção do português

No discurso sobre a promoção internacional da língua portuguesa, predominam discursos de cooperação entre o Brasil e os demais países de língua oficial portuguesa. É o que podemos verificar, particularmente, no âmbito da *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (CPLP), como mostra D. Silva (2011). Tendo como *corpus* de pesquisa declarações e resoluções da Conferência de Chefes de Estado e de Governo e do Conselho de Ministros da CPLP sobre a difusão e promoção do português, o autor chama a atenção para processos discursivos que, silenciando as polêmicas constitutivas da relação entre os países dessa comunidade, constroem uma imagem de união entre eles, por exemplo, por meio da presença extensiva de expressões como “políticas compartilhadas”, “integração”, “inclusão”, “ação”, “atuação conjunta”, “programas comuns”, “partilha de experiências”, “concertação”, “mecanismos de cooperação” e “influência conjunta” (*ibidem*, p. 179). Tal imagem também é, reiteradamente, produzida nos discursos do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), órgão responsável pela política linguística da CPLP, conforme observamos a seguir, no

recorte de uma entrevista que o diretor-executivo do IILP entre 2010 e 2012, Gilvan Müller de Oliveira, concedeu a Camargo (2011, p. 33):

Através do Instituto [Internacional da Língua Portuguesa], a língua portuguesa deixa de ser gerida só na sua base tradicional – Brasil e Portugal – e passa a promover um contato mais estreito entre os países lusófonos, cada um gerindo sua pluralidade interna, mas podendo dialogar num quadro mais amplo.

Na perspectiva de Faraco (2009), “Não faltam, claro, nos textos diplomáticos assinados conjuntamente por Brasil e Portugal, belas declarações de intenções de uma ação comum na difusão da língua. Pouco ou quase nada, porém, se materializa para além do papel”. Com efeito, conforme mencionamos no início desta tese, as iniciativas para a promoção do português têm, historicamente, se concretizado por meio de projetos unilaterais, levados a cabo por Portugal, de um lado, ou pelo Brasil, de outro (cf. OLIVEIRA & DORNELLES, 2007). Para Faraco (*op. cit.*), a própria fundação do Instituto Camões, em 1992, seria uma evidência nesse sentido, na medida em que, naquele momento, a ideia de criação de um instituto internacional para a CPLP já havia sido lançada, mas, ainda assim, Portugal priorizou um projeto unilateral para a promoção do português.

Uma série de fatos mais recentes também poderia ser aqui relembra da como evidência de que, apesar do discurso de fraternidade que tende a significar a relação entre os países de língua oficial portuguesa, esse é um campo marcado por fortes disputas de poder – político, simbólico, econômico –, sobretudo, entre Brasil e Portugal. Dentre esses fatos, merece destaque a resistência do governo português em ratificar o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que entrou em vigor no Brasil em janeiro de 2009. Para autores como Fiorin (2008),

O acordo passa a ser muito importante para o Brasil, pois o que está em questão é o fato de que Portugal pretende manter-se na posição de padrão de língua para os países lusófonos de África e de Ásia, de que Portugal nega ao Brasil um papel pleno no intercâmbio cultural e científico entre os países lusófonos e na difusão do português no mundo, na medida em que não

reconhece, por exemplo, a certificação de proficiência brasileira ou a legitimidade de seus materiais didáticos e instrumentos lingüísticos. Portugal pretende ter um monopólio da política lingüística de propagação do português; Portugal deseja manter o mito de que é o guardião da pureza do idioma. Por essas razões, do ponto de vista simbólico, o acordo de unificação é relevante para o Brasil.

A criação, em 2006, do *Dia Nacional da Língua Portuguesa* – celebrado anualmente em 05 de novembro, em homenagem ao nascimento de Rui Barbosa –, a partir de um projeto de lei apresentado no Senado Federal brasileiro em 2004, evidencia, igualmente, esse litígio, conforme analisa Zoppi-Fontana (2012). Trata-se, como indica a própria designação da data, de uma tentativa de estabelecer uma data *brasileira* para as comemorações em torno da língua portuguesa, diferente da data em que, já em 2004, a língua portuguesa era celebrada no chamado mundo lusófono, aí compreendido o Brasil: 10 de junho, em alusão à morte de Camões. Ainda de acordo com Zoppi-Fontana (*ibidem*), a relação de pertencimento da língua a um determinado território nacional viria a ser, posteriormente, deslocada pela instituição do *Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP* em 20 de julho de 2009, por resolução da XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros dessa comunidade, ocorrida em Praia (Cabo Verde).

Os litígios entre Brasil e Portugal também se fazem notar nas questões relativas à certificação. Conforme mencionamos na apresentação de nossa tese, o único exame de proficiência em português oficialmente reconhecido no Brasil é o *Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros* (Celpe-Bras), desenvolvido e outorgado pelo MEC e aplicado no Brasil e no exterior desde 1998. Também em 1998, foi fundado o *Centro de Avaliação de Português Língua Estrangeira* (CAPLE), na Universidade de Lisboa, possivelmente como reação à criação do Celpe-Bras. Portugal conta hoje, assim, com o chamado *Sistema de Certificação e Avaliação do Português Língua Estrangeira* (SCAPLE), não reconhecendo o Celpe-Bras. No início da década de 2000, o Instituto Camões entrou em contato com o Ministério da Educação brasileiro, com o objetivo de criar um exame único de proficiência em português, conforme entrevista que fizemos

com a Profa. Dra. Matilde V. R. Sacaramucci, membro da comissão técnico-científica do Celpe-Bras entre 1993 e 2006 (DINIZ, 2008, 2010). A tentativa de unificação dos exames não foi, entretanto, aceita pela comissão do Celpe-Bras, a qual apresentou, por outro lado, uma proposta de equivalência entre esse exame e os certificados portugueses, que, por sua vez, foi rejeitada por Portugal. Passada mais de uma década, pouco ou nada se avançou em relação a essa discussão, apesar de declarações oficiais de interesse do governo brasileiro e português em criar um exame unificado de português, em substituição ao Celpe-Bras e ao SCAPLE¹⁴⁸.

Poderíamos enumerar, ainda, outras circunstâncias em que ficam claros os litígios entre Brasil e Portugal no que tange à promoção internacional do português, como a *Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial* – que culminaria com a Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP –, ocorrida entre 25 e 27 de março de 2010 em Brasília. Como discutimos na seção 3 deste capítulo, o ex-Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, prestou, em seu discurso de abertura daquele evento, homenagens aos ex-Embaixadores Ovídio de Andrade Melo e José Aparecido de Oliveira. Além de se significarem a relação entre o Brasil e os PALOPs pelo discurso de fraternidade, essas homenagens fazem alusão, respectivamente, à memória da exploração colonial que Portugal exerceu sobre esses países, e ao papel (supostamente) protagonista do Brasil na criação da CPLP.

Encontramos, em nosso *corpus* de pesquisa, outros indícios dos litígios que a política linguística do Itamaraty traz à tona, no que diz respeito à relação com Portugal e com a CPLP. A ex-leitora na Inglaterra, Scarpa, por exemplo,

¹⁴⁸ Esse interesse foi manifestado, entre outras ocasiões, pelos governos brasileiro e português – representados, respectivamente, por Simonetta Luz Afonso, ex-presidente do Instituto Camões, e Ruy Nunes Pinto Nogueira, ex-Subsecretário-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior do MRE, – em novembro de 2005. Cf: “Programa de Cooperação entre o governo da República Portuguesa e o governo da República Federativa do Brasil no âmbito da subcomissão para as áreas da educação, cultura, comunicação social, ciência e tecnologia, juventude e desporto para 2006-2009”. Lisboa: 23 nov. de 2005. Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/acordos/brasil_progcoop.pdf>. Acesso em: 12 abril 2012.

discorre, em certo momento da entrevista (cf. Anexo 2), sobre os conflitos entre alguns leitores brasileiros e portugueses:

Entrevistador: e como que era essa relação? entre os leitores brasileiros... os leitores do Instituto Camões...

Entrevistada: olha... eu sei que essas relações são tensas em geral... eu sempre man... eu procurei manter uma relação BEM relaxada... sobretudo com uma visão digamos... nós somos linguistas... nós sabemos o que significa a diferença entre o português europeu... o português brasileiro... nós sabemos que há razões históricas... há razões de mudanças linguísticas... mudança rítmica inclusive como eu falo... que desencadeou várias mudanças sintáticas [risos]... e eu sempre tive uma relação muito boa com o Instituto Camões... mas eu sei que há... que há... relações muito tensas... exatamente por causa de uma visão de gramática... *versus* uma visão de língua... é interessante como... como uma visão de prática didática pode criar tensões pessoais... tensões profissionais... colocar o clítico... onde eu coloco o clítico? clítico existe? [risos]... bom... e hoje em dia já há possibilidade de de falar... o português brasileiro [ininteligível] por causa da... hoje em dia já se tem uma certa ideia da colocação dos clíticos no Brasil... do uso... da gramática do português oral... do português brasileiro oral né? mas eu sei que... as relações são tensas por causa dessa visão conflituosa... os leitores do Instituto Camões são professores de português... da escola pública de Portugal... [...] então esses professores são muito bons... muito preparados... mas são pessoas que... que que são preparadas pra... pra o ensino de língua materna... numa visão... bem tradicional... uma visão em que... professor de português não pensa em mudança linguística... em variação linguística... em dialeção... modalidade escrita *versus* modalidade oral... então os colegas meus vinham falando de erros crassos... que é um uso de próclise em vez de ênclise... onde se viu o aluno não conseguiu usar mesóclise? (risos) essa coisa é engraçada... mas é pra você ver... como é que é uma visão... como é que são esses conflitos... são conflitos que não abordam a língua... que não abordam o sujeito... aprendiz... o sujeito da aprendizagem... o sujeito na língua... a língua no sujeito... sobretudo não aborda a língua no sujeito... interessante isso...

A entrevistada comenta, ainda, sobre as dificuldades em se criarem leitorados brasileiros em universidades em que o Instituto Camões está presente.

um escritor moçambicano que era presidente desse centro [Centro Cultural Brasil-Moçambique]... e ele tava lançando um livro no dia que eu cheguei em Maputo... aí eu fui conversar com ele... na mesma noite... quer dizer... o Brasil lá... a representação do português brasileiro lá... era aquele centro... e eles estavam tentando trazer o leitorado... pra Maputo... eu acho que eles conseguiram mas... a universidade... eh... de Maputo na época... não conseguiu **porque o leitor do Instituto Camões já tava lá... é uma espécie de... marcação de domínio... não é?** é impressionante como isso funciona... num país africano... lusófono... é uma vinculação forte com... com... com o passado colonialista do ponto de vista de Portugal... porque... depois da Guerra Civil Portugal foi novamente entrando na África...
[...]
eles tavam... por exemplo em Maputo... eles tavam conseguindo... eh... estabelecer o leitorado de português numa escola técnica... de tecnologia... imagina... porque eles não conseguiam entrar na... na Universidade de Maputo...

Além disso, a ex-leitora estabelece uma relação entre a expansão da rede de leitorados do MRE na África com uma crise por que passou o Instituto Camões: “[...] houve uma uma crise no Instituto Camões... eles fecharam vários leitorados... aí o Brasil expandiu... inclusive entrou na África... entrou na Ásia...”. Na carta transcrita a seguir, de autoria de Hélio Póvoas Júnior, da Embaixada do Brasil em Dacar, e endereçada ao MRE em 15 de dezembro de 2003¹⁴⁹, também fica claro que o MRE procura, em algumas circunstâncias, preencher espaços que ficaram vagos pela saída de leitores portugueses:

permito-me assinalar, uma vez mais, a importância de que se reveste a referida decisão de Vossa Excelência, no contexto das relações Brasil-Senegal, tendo em vista tratar-se da retomada de uma tradição que teve de ser interrompida no por razões várias (principalmente de ordem orçamentária) e à luz da altíssima expectativa da comunidade acadêmica local que considera a presença de um Leitora brasileira como **preenchimento de lacuna deixada por leitores portugueses** e complementação enriquecedora da atividade docente em prol da difusão da Língua Portuguesa neste país [grifo nosso].

¹⁴⁹ Mensagem n. 00902, a que tivemos acesso pelo sistema *Intradocs*.

Vejamos, ainda, um recorte da carta da Embaixada do Brasil em Londres para o MRE, datada de 02 de julho de 2004¹⁵⁰, na qual se solicita a consideração da proposta de abertura de vaga para um leitor brasileiro feita pela Universidade de Londres.

5. Estou ciente das ponderações transmitidas por Vossa Excelência no desptel [despacho telegráfico] 254, e agradeço a decisão de não cancelar os subsídios destinados a este Posto, ao contrário do que aconteceu com alguns Postos na Europa Ocidental. Observo, no entanto, que existe notável demanda pela abertura de novas posições para Leitor brasileiro no Reino Unido, o que é compreensível quando se considera a extensão da rede universitária britânica, bem como a qualidade da pesquisa acadêmica.

6. Observo, ademais, que é bastante ativa a presença de estudantes e professores portugueses nos diversos departamentos de estudos hispânicos e portugueses das Universidades britânicas. **Embora, no caso em apreço, esteja sendo estudada e transmitida a Língua Portuguesa, é notório que os aspectos lingüísticos, literários e culturais do Brasil não merecem atenção.** Já observei mesmo a existência de departamentos nos quais as literaturas de Angola e Moçambique, por exemplo, são objetos de estudos e de conferências por estarem inseridas num grupo de “**culturas lusófonas**”, **no qual o Brasil tampouco se faz presente** [grifos nossos].

“Lusófono” seria aquilo que está à margem. Os estudos relativos ao Brasil, país com o qual Portugal disputa o *centro* da “lusofonia”, não são, portanto, contemplados nos leitorados portugueses na Grã-Bretanha, conforme a mensagem anterior.

Não se trata, porém, de pensar o Brasil como uma “vítima” de uma política linguística portuguesa em que ainda ressoam discursos que significam Portugal como o país que, legitimamente, ocupa o centro da chamada “lusofonia”. Se a CPLP deseja promover uma “gestão compartilhada” da língua portuguesa, não seria contraditório o fato de que, por ocasião do edital publicado pela CAPES no segundo semestre de 2010 (BRASIL, 2010b), tenham sido selecionados dois

¹⁵⁰ Mensagem 0082, disponível no *Intradocs*.

leitores *brasileiros* para trabalharem no IILP? Se a criação do Instituto Camões representou, como argumenta Faraco (2009), uma opção por uma política unilateral na promoção do português, em detrimento de uma atuação em conjunto com os demais países de língua oficial portuguesa, essa mesma opção não estaria sendo feita pelo Brasil, com a proposta de criação do *Instituto Machado de Assis*, lançada oficialmente pelo MEC em 2005¹⁵¹?

Críticas à política linguística portuguesa, a exemplo da feita por Faraco (*ibidem*) em relação à criação do Instituto Camões em um momento em que já se pensava sobre a fundação de um instituto para a CPLP, silenciam, portanto, aquelas que, a partir de outra posição discursiva, também poderiam ser endereçadas à política linguística brasileira. É o que também podemos observar na argumentação que Fiorin (2008) estabelece no recorte anteriormente apresentado, em que se significa a resistência de Portugal em ratificar o Novo Acordo Ortográfico como uma manifestação característica de sua posição centralizadora e purista em relação ao português e à sua “gestão” internacional. Para o autor,

Portugal nega ao Brasil um papel pleno no intercâmbio cultural e científico entre os países lusófonos e na difusão do português no mundo, na medida em que não reconhece, por exemplo, a certificação de proficiência brasileira ou a legitimidade de seus materiais didáticos e instrumentos linguísticos.

Afinal, da mesma forma que Portugal não reconhece a certificação de proficiência brasileira, o Brasil não reconhece os exames de proficiência portugueses. Se a legitimidade dos materiais didáticos e de outros instrumentos linguísticos brasileiros não é, segundo Fiorin (*ibidem*), reconhecida em Portugal, o saber metalinguístico produzido, por exemplo, por gramáticos portugueses (cf. GUIMARÃES, 1996, 2004; ORLANDI, 2002b) também tende a ser desautorizado no Brasil, como efeito dos processos da gramatização brasileira da língua

¹⁵¹ No último capítulo desta tese, faremos algumas considerações sobre a proposta de criação do *Instituto Machado de Assis* e os impasses na implementação do projeto.

portuguesa levados a cabo a partir do século XIX, que participam da formulação de uma posição de autoria para o brasileiro.

Além disso, se, como relatado por Scarpa (cf. Anexo 2), o português brasileiro pode ser visto como “desviante” por alguns leitores portugueses – o que, em certos casos, gera conflitos entre esses últimos e os leitores do MRE –, também não se pode afirmar que o Itamaraty aprecie o ensino do português europeu no lugar do brasileiro. Nesse sentido, se a dificuldade de expansão da RBEx em áreas de atuação do Instituto Camões indica, por um lado, que, da perspectiva de Portugal, a política linguística exterior brasileira concorre com a portuguesa, ao invés de complementá-la, por outro, o fato de que o Itamaraty almeje promover o português nessas áreas parece sinalizar, igualmente, que, para o MRE, iniciativas de Portugal para a promoção internacional do português não atendem aos interesses do Brasil. Vejamos, a esse respeito, o recorte a seguir (cf. Anexo 1), em que o diplomata que entrevistamos discorre sobre os motivos que levam à criação de um polo da RBEx em um lugar, e não outro:

tem os critérios políticos e práticos... no caso de um Centro que é uma coisa maior, né? dá mais trabalho... tem que manter... tem que ter o pessoal próprio... uma estrutura permanente... enfim... nesse caso você tem que ver a estrutura... as condições... até a logística mesmo da Embaixada de manter mais uma instituição anexa... hum... no caso do leitorado é um pouco mais simples é uma decisão mais tranquila como eu falei... é uma pessoa só... no máximo tem um grupo de pessoas... mas é uma decisão sobretudo política... tem que ver onde tem... tem condições... onde tem interesse ou seja... onde tem... onde nós acreditamos que existe um potencial... um grande número de pessoas que querem aprender português e não têm acesso... ou se têm acesso é... aprendem o português de Portugal... **não que seja ruim mas evidentemente que o ideal é que eles aprendam a... a variante brasileira...** enfim... se... se for detectado isso... isso é meio subjetivo sabe? mas enfim se... se a Embaixada acredita que há necessidade... que é prioridade... que há possibilidade de abrir... aí é tomada uma decisão política de abrir aqui e não abrir lá... aí muitas vezes são países... nem sempre são países onde se fala português... onde tem interesse pelo português...

Chamamos a atenção, particularmente, para a modalização produzida pelo advérbio “evidentemente”, que dá vestígios da eficácia dos processos de interpelação que constituem o sujeito do discurso em relação à posição a partir da

qual enuncia o diplomata em questão. O discurso de que o “ideal” é a aprendizagem da “variante brasileira” se apresenta para o diplomata com uma evidência tal que se torna necessário inclusive negar o discurso de que ensinar o português de Portugal seja “ruim”. Da mesma forma que, em certos casos, o trabalho de leitores portugueses na Grã-Bretanha contempla, além de aspectos linguísticos e culturais concernentes a Portugal, aqueles que dizem respeito a outros países ditos lusófonos – mas não ao Brasil –¹⁵², leitores brasileiros, ao que nos consta, tampouco ministram aulas abrangendo temáticas especificamente relacionadas a Portugal – embora o ensino de literatura dos PALOPs possa estar compreendido entre suas atividades¹⁵³.

Em nosso *corpus* de pesquisa, temos registro de críticas contundentes à política linguística exterior brasileira, feitas no documento “A Língua Portuguesa - Sua Projeção Internacional em Organizações Regionais e Internacionais”, preparado pelo Secretariado Executivo da CPLP e apresentado na segunda reunião do Grupo de Trabalho de preparação da VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP em 2008. Embora não tenhamos tido acesso a esse documento, uma mensagem escrita pela Secretaria de Relações Exteriores (SERE) do MRE e endereçada à delegação brasileira na CPLP¹⁵⁴ retoma as críticas em questão para contestá-las. Vejamos:

Encaminho, para conhecimento e providências dessa Missão Diplomática, comentários sobre o "non paper" "A língua portuguesa – Sua projeção internacional em organizações regionais e internacionais" e sobre a "Declaração de Lisboa":
[...]

¹⁵² Cf. carta da Embaixada do Brasil em Londres para o MRE apresentada anteriormente.

¹⁵³ Lembramos que, no perfil do leitor estabelecido para a Universidade da África do Sul quando do edital publicado no 1º semestre de 2008 (BRASIL, 2008c), estabelecia-se, entre os pré-requisitos, o seguinte: “aptidão para lecionar Literatura Brasileira e, preferivelmente, literatura de países africanos de língua portuguesa”. Já no perfil para a vaga na Universidade de Dar es Salaam (Tanzânia), aberta pelo edital do 2º semestre de 2010 (*idem*, 2010b), solicitava-se a “publicação de trabalhos ou realização de pesquisa sobre autores africanos de Língua Portuguesa” (cf. Quadro 6).

¹⁵⁴ Despacho telegráfico 00190, datado de 19 de junho de 2008, ao qual tivemos acesso pelo *Intradocs*.

2. O item 2.2 do documento - "Fragilidades (Humanas e Financeiras)" - afirma que **os Estados membros do IILP se comportam como concorrentes e não como parceiros do IILP** (p. 2, § 5.º). Afirma o mesmo item que **"a política lingüística brasileira é bastante agressiva"**(p. 3, § 2.º) e que "excetuando Brasil e Portugal, [n]os outros países da CPLP (...) está implícita a **política lingüística herdada do colonialismo**" (p. 3, § 4.º).

3. Parece-me judiciosa a mitigação de **tais afirmações**. Sendo o continente africano prioridade da política externa brasileira, a política de difusão da língua portuguesa é pragmaticamente pautada pela percepção de que a parceria com os Estados membros da CPLP resulta em benefícios para todos. Nesse sentido, o Brasil vem envidando esforços em prol da promoção da língua portuguesa como efetivo instrumento de acesso ao conhecimento e de inclusão social, em consonância com os objetivos do IILP e da CPLP [grifos nossos].

O pronome anafórico "tais" destacado no último parágrafo do recorte anterior retoma três afirmações, a saber: (i) "os Estados membros do IILP se comportam como concorrentes e não como parceiros do IILP"; (ii) "a política lingüística brasileira é bastante agressiva"; (iii) ""excetuando Brasil e Portugal, [n]os outros países da CPLP (...) está implícita a política lingüística herdada do colonialismo". Nessa retomada, há, porém, um importante deslocamento, para o qual gostaríamos de chamar a atenção. A mensagem em questão, escrita pelo MRE, não se opõe, efetivamente, às críticas feitas nas afirmações (i) e (iii), na medida em que se afasta tão somente daquelas que atingem a política lingüística levada a cabo pelo Brasil – não colocando em xeque, portanto, as que também concernem à política lingüística portuguesa. É o que podemos observar no último parágrafo do recorte anterior, bem como na continuação da mensagem, transcrita a seguir:

4. As unidades da Rede Brasileira de Ensino no Exterior (RBEx), especialmente aquelas presentes nos PALOPs e na América do Sul, ocupam-se não apenas de cursos de português, mas também de cursos de informática, de capoeira e de história da sociedade local (como, por exemplo, ocorre no CEB Luanda), bem como de espaços de educação ambiental (sendo exemplo maior a Sala Verde do CEB Maputo), de promoção cultural (como a sala de cinema do CEB São Tomé, uma das duas únicas em solo

tomeense) e de difusão literária (por meio das bibliotecas dos CEBs, que ocupam relevante posição no ambiente escolar e acadêmico das comunidades em que se encontram). Funcionam, ademais, como centros de difusão dos Programas Estudante-Convênio em graduação e pós-graduação que o Governo brasileiro oferece aos em desenvolvimento. Entre 2000-2008, dos 4.090 candidatos africanos selecionados para o PEC-G, 3.641 são provenientes de PALOPs. No mesmo período, dos 236 estudantes selecionados para o PEC-PG, 210 vêm de PALOPs.

5. No que concerne ao IILP, o Brasil reconhece a importância do papel que o Instituto tem a desempenhar na promoção da língua portuguesa no mundo, e, **longe de querer competir, busca a cooperação com o Instituto**, conforme ilustra a proposta brasileira de metodologia para a elaboração do Plano Estratégico para a Gestão Internacional da Língua Portuguesa.

6. O mesmo item afirma terem Brasil e Portugal "alguns milhares de Centros Culturais espalhados pelo mundo, com vocação para o ensino da Língua Portuguesa" (p. 3, § 1.º). Cabe a ressalva de que a RBEx, sob os auspícios do DC, conta atualmente com não mais de 78 (setenta e oito) unidades ativas no ensino da língua, a saber: 18 (dezoito) Centros de Estudos Brasileiros; 7 (sete) Institutos Culturais Bilaterais; 44 (quarenta e quatro) Leitorados em universidades estrangeiras; 4 (quatro) Núcleos de Estudos Brasileiros em universidades estrangeiras; 3 (três) Escolas "República do Brasil", cujas aulas de português são parcialmente subsidiadas pelo MRE; e 2 (dois) Cursos de Português em Vice-Consulados da América do Sul.

[...]

8. A assertiva de que o Brasil mantém "cerca de um milhar de professores de português" (p. 3, § 2.º) no Timor Leste também é digna de reparo. Tal dado se prestaria a justificar o argumento de ser a política linguística brasileira "bastante agressiva". Em verdade, o Ministério da Educação, por intermédio da CAPES, em fins de 2007 patrocinava a permanência de 28 professores de português, apenas, no mencionado país. Para 2008, o orçamento do MEC permitirá a seleção e contratação de somente 50 professores de português para o Timor-Leste.

9. À luz dos exemplos acima expostos, verifica-se que **a ação do Estado brasileiro em nome da promoção dos propósitos da CPLP e dos objetivos do IILP** contradiz claramente as afirmações supra mencionadas, constantes do item 2.2 do documento [grifos nossos].

A mensagem é enunciada, portanto, a partir de uma posição que se opõe ao discurso de que a política linguística exterior brasileira seja agressiva, mas não ao de que a política linguística portuguesa o seja. As "retificações" feitas

dizem respeito apenas ao Brasil: é este país que reconhece importância do IILP; é ele que então contava com “não mais de” 78 unidades da RBEx e “apenas” 28 professores de português no Timor Leste; é sua ação que é desenvolvida “em nome da promoção dos propósitos da CPLP e dos objetivos do IILP”. Assim, considerando que a mensagem procura se opor à afirmação de que “os Estados membros do IILP se comportam como concorrentes e não como parceiros do IILP”, não deixa de ser contraditório o fato de que ela se preocupe em defender os ataques à política linguística exterior brasileira – mas não à portuguesa –, ainda que ela tenha sido escrita pelo MRE¹⁵⁵.

Na entrevista que fizemos com o diplomata do Itamaraty (cf. Anexo 1), apesar das hesitações e das formas de modalização através das quais se evita afirmar categoricamente que a política linguística brasileira vai de encontro à política da CPLP – bastante esperadas tendo em vista a posição a partir da qual se enuncia –, é esse o argumento que predomina, como indica o enunciado “você pode ter uma visão um pouco mais **realista**”. Vejamos:

Entrevistador: e você acha que essa atuação do Brasil através dos Centros... dos leitorados... isso... você acha que fortalece... as as ações do Brasil na CPLP? ou isso em alguma medida poderia... significar uma ação unilateral... eh só do Brasil... que não envolve outros... os outros países lusófonos... e nesse sentido acabaria prejudicando a atuação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa por exemplo?

Entrevistado: eu acho que fortalece... aí tem duas... dois casos... uma coisa é Portugal... outra coisa são os outros países... países mais pobres lusófonos... os cinco da África mais Timor Leste também... os países da África... os países... lusófonos em desenvolvimento... tirando Portugal portanto... eles têm realmente um interesse grande em... em... ensinar o português pras suas populações... integrá-las na... [...] acho que os países africanos

¹⁵⁵ Observemos, ainda, que, como recurso argumentativo para negar o discurso que qualifica a política linguística exterior brasileira como “agressiva” e “herdeira do colonialismo”, enfatizam-se não os cursos de português, mas as demais atividades promovidas nos CCBs, então denominados CEBs, dado o papel que essas teriam no desenvolvimento dos países sedes dessas instituições. Assim, em conformidade com a hipótese que defendêramos na seção 2 deste capítulo, o apelo à cultura apaga os interesses estratégicos do Estado brasileiro, significando sua política linguística exterior como uma política cultural que contribui para o desenvolvimento de outros países, particularmente da América do Sul e da África.

têm um interesse grande sim... em... ter... uma atuação mais forte do Brasil em relação ao ensino da língua portuguesa em seus... em seus territórios... Portugal é uma coisa mais complicada porque não deixa de ser... uma... [segmento ininteligível] onde tá o português... países que até os anos setenta eram colônias... que até hoje não são muito ligados em todos os sentidos – inclusive no cultural... mas não só no cultural... – a Portugal... se o Brasil... **acho que você pode ver das duas formas... ou você pode considerar que o... que o Brasil entra em Angola por exemplo... mas isso não diminui a importância de Portugal... ou você pode ter uma visão um pouco mais realista... um pouco mais mais cínica de que... ah o Brasil está empurrando Portugal pra fora... depende do seu ponto de vista... e... é uma avaliação política... não sei dizer se... se Portugal pode ou irá se sentir incomodada ou não...**

Na continuação da entrevista, o diplomata conta que a *Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira* (UNILAB), instituída em 2010, se chamaria Uni-CPLP, caso a ideia inicial tivesse sido aceita. Entretanto, Portugal acabou se opondo a essa nomeação, uma vez que a universidade era brasileira.

mas não deixa de haver uma certa rivalidade... tanto é que a Unilab [Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira]... a ideia inicial era... era que ela se chamasse Uni-CPLP... Universidade da CPLP... isso não vingou por dois motivos... o primeiro foi um nome complicado... Uni-CPLP mas isso... o principal não é isso... o principal é que... ah... enfim... era num país que de fato era da CPLP mas uma universidade brasileira... e que não havia consenso político... não havia interesse e também problemas de dinheiro mas... enfim a CPLP... portanto em grande medida Portugal que tem uma voz muito pesada na CPLP... muito importante... **não tinha interesse em fazer uma universidade... que ficaria no Brasil... a iniciativa teria que ser brasileira mas ela não aconteceria... o que é também um pouco disputa... não deixa de ser... disputa linguística simbólica e cultural...** então eu acho que existe sim... eu não sei dizer até que ponto isso pesa... ou não... é subjetivo... mas enfim... **existe uma certa resistência de Portugal em algumas iniciativas brasileira... de de expansão na África... no Timor... divulgação do português...** acho natural que exista um resis... uma certa resistência também...

A própria designação adotada – “*Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira*” – materializa o litígio constitutivo do espaço de enunciação do português, a partir da determinação do nome “lusofonia” pelo adjetivo “afro-brasileira”, indicativa de que a integração em questão diz respeito à relação entre o Brasil e os chamados países lusófonos da África, mas não entre o Brasil e Portugal.

Em resumo, a nova posição de autoria ocupada pelo Estado brasileiro – configurada, como afirma Zoppi-Fontana (2009), em relação não apenas à produção de um saber malinguístico sobre o português passível de ser “exportado”, mas também à “gestão” internacional da língua, – visibiliza disputas e contradições que, em geral, são apagadas nos discursos da “lusofonia”. Diríamos, então, que o fortalecimento da política linguística brasileira participa de um processo de “descolonização linguística” (ORLANDI, 2009), caracterizado inclusive por uma “colonização linguística às avessas” (ZOPPI-FONTANA, 2010), conforme argumentaremos na próxima seção.

6. Uma política de descolonização linguística

Conforme mostram diferentes trabalhos, o português brasileiro foi, ao longo de sua história, significado como “desviante” ou “errado”, como efeito de uma tradição que considera o português europeu como uma língua “pura” e “original”.

Em seu artigo “A questão da língua nacional e a literatura pós-colonial no Brasil”, Mariani e Jobim (2007) analisam a ampliação das discussões sobre o nacionalismo – especificamente, o linguístico – no contexto pós-independência. Esses debates, conforme os autores, constituem, no século XIX, um espaço discursivo polêmico relativo ao imaginário de língua, em que se observam dois grupos de posições antagônicas: o primeiro sustenta a autonomia linguística do Brasil em relação à ex-metrópole; o segundo, a existência de uma unidade da língua portuguesa entre Brasil e Portugal. José de Alencar, uma figura

representativa do primeiro grupo, foi, não raras vezes, acusado de cometer “incorrekções” por aqueles que avaliavam seus textos segundo a ótica da tradição normativa portuguesa. Em uma carta de 26 de novembro de 1874, o escritor, que considerava inegável a distinção entre o português brasileiro e europeu, critica a postura dos brasileiros que se deixavam “governar pela férula do pedagogismo português, que pretende o monopólio da ciência e polimento de nossa língua”. “Coloquem-se, ao lado um do outro, dois exemplares de várias classes portuguesas e brasileiras, desde a base até o cimo da sociedade. Ao cabo de uma hora de prática e de observação, não há quem não os distinga perfeitamente”, argumenta José de Alencar (*apud* MARIANI & JOBIM, *op. cit.*, p. 54). Como representantes do segundo grupo, encontram-se diferentes gramáticos, como Alfredo Gomes, que define “provincialismos” como “corrupções linguísticas”, “defeitos do brasileiro”. Na demarcação dessas posições antagônicas, entra em jogo uma discussão sobre o próprio nome da língua nacional do Estado brasileiro, que acabara de se constituir: “língua portuguesa”, para alguns; “língua brasileira”, para outros.

Debates dessa natureza se colocam de maneira ainda mais contundente nas décadas de 1930 e 1940, conforme mostra L. F. Dias (2001). Em 1935, um projeto apresentado e discutido na Câmara do Distrito Federal propõe que livros didáticos de ensino da “língua pátria” só poderiam ser adotados nas então denominadas escolas primárias e secundárias “quando denominarem de brasileira a língua falada e escripta no Brasil”. Embora aprovado naquele mesmo ano, não se tem, segundo Dias (*ibidem*), registro de seu cumprimento. Ainda em 1935, um projeto semelhante, mas de abrangência nacional, é apresentado na Câmara dos Deputados; entretanto, não chega a ser votado, devido ao fechamento do Congresso em 1937, por Getúlio Vargas. Em 1945, apresenta-se, na Assembleia Nacional Constituinte, um novo projeto de mudança na denominação do idioma nacional.

Assim como observado no contexto pós-independência, os debates nas décadas de 1930 e 1940 se polarizam em duas posições. Por um lado, defende-se

a mudança da denominação do idioma. Frederico Trotta, por exemplo, autor do projeto de 1935, argumenta que a *língua brasileira* é a língua que “aqui se desenvolveu, floriu, amalgamou-se, coloriu-se”, que “se distendeu em ramos frondosos, acobertada por essa natureza exuberante, que é a brasileira, parecendo pedir, desde então, vida própria, genuinamente nacional, e naturalização” (*apud* L. F. DIAS, 2001, p. 195-196). Por outro lado, argumenta-se que designar o idioma oficial do Brasil como “língua brasileira” significaria “configurar uma identidade para a nação a partir de um domínio de língua relativamente a ‘povo ignaro’, ‘poviléu’, ‘cozinheira’, ‘caipira’”, conforme analisa Dias (*ibidem*, p. 195). Retomemos, a título de ilustração, a argumentação de Aureliano Leite, o principal opositor do projeto:

Existirá, de fato, uma língua brasileira?

Talvez que sim. Mas não é a em que falam os homens educados. Não é a que nós, deputados do Parlamento, nos exprimimos, mesmo na intimidade. Não é a em que oramos e escrevemos. Não é a com que convivem e conviveram os nossos maiores prosadores e poetas. [...]

Não é enfim a língua com que se edificou o nosso já considerável patrimônio literário.

Mas é, exceptuando as novas primitivas da Nação, é aquele dialeto caipira estudado por Amadeus Amaral. É outro dialeto regionalista, é ainda a meia-língua do poviléu, das cidades, o idioma corrompido, a fala vil, a gíria, o calão, o caçanje, não ao expressar da tribo livre dos Caçanjes da África, ou ao que se pareça com as suas vozes, mas a toda língua, seja de que país for, mal falada ou escrita” (*apud* DIAS, *ibidem*, p. 193).

“Língua portuguesa” deveria, portanto, na posição a partir da qual enuncia Aureliano Leite, continuar sendo o nome oficial do idioma, porque se adequaria à tradição escrita que “edificou nosso patrimônio literário”. O embate entre essas duas posições é resolvido, juridicamente, por uma comissão de professores, jornalistas e escritores, nomeada no artigo 35 da Constituição de 1946, que acabou adotando uma posição contrária à mudança (cf. GUIMARÃES, 2000).

Os estudos anteriormente citados mostram a circulação, tanto no contexto pós-independência quanto nas décadas de 1930 e 1940, de discursos que estabelecem o português europeu como referência para o português brasileiro, frequentemente considerado uma “corrupção”. Ainda contemporaneamente, circulam discursos semelhantes, como mostra Bagno (1999), que, a partir de um ponto de vista sociolinguístico, traz alguns exemplos da vigência, na sociedade brasileira, da concepção de que “brasileiro não sabe português / só em Portugal se fala bem português” (*ibidem*, p. 20). Essa concepção, conforme o autor, pode ser atestada em livros como “Não erre mais”, de Sacconi (1998), que considera “corretíssima” a frase “A Lua é *mais pequena* que a Terra”, sob o argumento de que “*Mais pequeno* é expressão legítima, usada por todos os portugueses, que usam *menor* quando se trata de idéia de qualidade: poeta *menor*, escritor *menor* etc”. Bagno (*op. cit.*) mostra, ainda, a circulação desse discurso na mídia brasileira, por exemplo, na reportagem “A ciência de Escrever”, publicada pela Revista *Época* em 14 de junho de 1999, especificamente, no quadro “Como escrever bem”. Apesar de ter o subtítulo “Dicas que valem para **brasileiros** de todas as idades” [grifo nosso], esse quadro apresenta a “dica” de que “O uso do gerúndio empobrece o texto. Lembre que não existe gerúndio no português falado em Portugal”, evidenciando que, para essa posição, o parâmetro de avaliação da língua mais falada pelos brasileiros deve ser o português europeu.

É possível observar, então, alguns dos efeitos produzidos pela *colonização linguística* instaurada por Portugal ao longo do processo de colonização do Brasil. Segundo Mariani (2004, p. 28), a colonização linguística

resulta de um processo histórico de encontro entre pelo menos dois imaginários lingüísticos constitutivos de povos culturalmente distintos – línguas com memórias, histórias e políticas de sentido desiguais –, em condições de produção tais que uma dessas línguas – chamada de língua colonizadora – visa impor-se sobre a(s) outra(s), colonizada(s).

De um lado, a colonização linguística, conforme argumenta a autora (*ibidem*), produz um encontro entre a língua de colonização e aquelas praticadas no espaço de enunciação que se reconfigura a partir da conquista. De outro lado, esse processo engendra um “desencontro” da língua de colonização consigo própria, no qual “os sentidos construídos são singularizados em situações enunciativas singulares, situações histórica e paulatinamente engendradas que vão dando lugar ao surgimento de uma língua e de um sujeito nacionais” (*ibidem*, p. 29). Uma marca desse desencontro é, justamente, o surgimento de novos sítios de significação, convocados nas posições a partir dos quais enunciavam, por exemplo, José de Alencar ou os que propuseram, nas décadas de 1930 e 1940, projetos de lei visando à mudança do nome da língua oficial do Brasil para “língua brasileira”.

Posto isso, colocamo-nos algumas questões. Que formas de designação da língua nacional brasileira aparecem nos discursos relativos à política linguística exterior levada a cabo pelo Itamaraty? As condições de produção em que essa política se fortalece tornariam possível o emprego da designação “língua portuguesa” – em que o adjetivo “portuguesa”, ao saturar o nome “língua”, produz um efeito de continuidade entre a língua nacional do Brasil e a língua de seu ex-colonizador? A promoção internacional do português pelo Estado brasileiro continuaria a produzir o “desencontro” da língua portuguesa consigo própria, de que fala Mariani (2004)?

Em primeiro lugar, lembremos que o nome do principal organismo do Estado brasileiro encarregado de sua política linguística exterior é “Divisão de Promoção da **Língua Portuguesa**” – e não “Divisão de Promoção da Língua Brasileira”, “Divisão de Promoção do Português do Brasil” ou “Divisão de Promoção do Português Brasileiro”. Nos discursos oficiais da DPLP, as designações “língua brasileira”, “português do Brasil” ou “português brasileiro” são praticamente inexistentes. Reproduzimos a seguir um dos poucos recortes de nosso *corpus* de pesquisa, feito no relatório de gestão da DPLP relativo ao ano de

2008, em que uma dessas expressões – especificamente, “língua brasileira” – pode ser inferida, a partir do preenchimento da elipse, sinalizada pelo Ø:

Os CEBs, para refletir seu crescente papel como difusores não só da língua Ø, como também da cultura brasileira, passaram a ser denominados Centro Cultural Brasil – País Sede (BRASIL, 2009a) [grifo nosso].

A ausência quase absoluta dessas designações se deve ao fato de que, embora amplamente utilizadas nas pesquisas brasileiras no campo da Linguística – em que diferentes autores, filiados a distintas perspectivas teóricas, defendem a hipótese de que o português falado no Brasil e em Portugal são duas línguas diferentes (cf. BAGNO, 1999, 2001, 2011; TARALLO, 1996a, 1996b; GALVES, 2001; ORLANDI, 2002b, 2009) –, o debate sobre o nome da língua não está mais em questão no âmbito do Estado brasileiro. Vale lembrar que a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) registra, em seu artigo 13, que “**A língua portuguesa** é o idioma oficial da República Federativa do Brasil” [grifo nosso]. A esse respeito, Orlandi, ao defender a importância teórica e política de se identificar, pelo nome “língua brasileira”, a diferença da língua nacional do Brasil em relação à falada em Portugal, afirma:

Mesmo que haja pesquisas avançadas mostrando que o que temos na relação com o português são mudanças (C. Galves, 2001), um nome depende não só de argumentos que tragam a marca da objetividade da ciência, mas depende de uma conjuntura histórica mais ampla histórica e política. Precisa se constituir em um acontecimento discursivo politicamente significado. Em suma, é uma questão de poder. São as instâncias de poder que podem nomear a língua, oficialmente. Questão de poder, questão de identidade, questão de memória e, portanto, de ideologia e de inconsciente (ORLANDI, 2009, p. 93).

Porém, embora as condições de produção em jogo não possibilitem a emergência das designações “português brasileiro”, “português do Brasil” ou “língua brasileira” nos textos do Itamaraty relativos à promoção internacional do

português, elas não só permitem, como parecem tornar necessária, a especificação de que a língua em questão diz respeito ao Brasil. Vejamos, por exemplo, o recorte abaixo, em que retomamos o texto de apresentação da RBEx disponível no *site* do Itamaraty, apresentado no Quadro 1:

A rede de Leitorados reúne professores especialistas em **língua portuguesa, literatura e cultura brasileiras** [...].

A expansão da rede de leitorados revela o êxito dessa modalidade de promoção da **língua portuguesa** e da cultura brasileira [...]

Um processo de disjunção, para o qual já chamamos a atenção em outros trabalhos (DINIZ, 2008, 2010), pode ser observado no recorte anterior: o nome “língua” é determinado por “portuguesa”, enquanto “literatura” e “cultura” são determinados por “brasileira”. Se, por um lado, essa disjunção marca a dificuldade histórica de se designar a língua alvo de políticas do MRE como “língua brasileira”, por outro, ela mostra que a expressão “língua portuguesa” tende a ser acompanhada por formulações que fazem alusão ao Brasil.

Interessante observar, a esse respeito, que a designação “língua portuguesa” tende a ser reescriturada por outras expressões, conforme atesta o recorte abaixo, já apresentado anteriormente:

A expansão da presença internacional brasileira e a importância conferida à cooperação sul-sul, nos últimos oito anos, ensejaram novas oportunidades para a promoção da **Língua Portuguesa**. À nova postura assumida pelo Brasil deveria, no entanto, corresponder uma atualização da política de promoção e difusão da **língua pátria**. A criação da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa decorreu da percepção de que a ativação dos instrumentos públicos de promoção do idioma, em particular dos CCBs e dos Leitorados, teria efeitos positivos na projeção internacional da **variante brasileira do Português** (BRASIL, 2011c) [grifos nossos].

A expressão “Língua portuguesa”, que não estabelece uma linha divisória entre o português brasileiro e outros portugueses, é retomada por “língua pátria”, que ressignifica esse objeto discursivo a partir dos sentidos de língua

nacional do Brasil. Posteriormente, há um novo processo de reescrituração, em que a designação “variante brasileira do Português” marca divisões no espaço de enunciação da língua portuguesa, representando-o como não-uno. Processo semelhante pode ser observado a seguir:

O que é a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa:

A promoção e a difusão da Língua Portuguesa é uma ação de governo destinada a expandir o ensino da variante do idioma falada no Brasil e ampliar a presença cultural brasileira no exterior. [...]

Objetivos:

1) Promover o aprendizado da Língua Portuguesa falada no Brasil [...]

(BRASIL, 2011c) [negrito do texto; sublinhado nosso]

O recorte anterior traz, ainda, um modo de formulação recorrente em nosso *corpus*: a especificação de que a língua que é alvo de políticas do MRE é aquela “falada no Brasil”. Vejamos, abaixo, outros três recortes em cuja materialidade linguística se encontra essa marca. Os dois primeiros são referentes a textos disponíveis no *site* do Itamaraty; o último, a um texto escrito pela ex-diretora do Centro Cultural Brasil-Chile:

O Departamento Cultural do Itamaraty é importante instrumento da diplomacia brasileira e desempenha uma variedade de atribuições que contribuem para a maior aproximação do Brasil a outras nações. Basicamente, o DC tem por função auxiliar a divulgação, no exterior, da cultura brasileira, e, em particular, da **língua portuguesa falada no Brasil**. Além disso, ocupa-se do relacionamento do País com as instituições multilaterais de natureza cultural¹⁵⁶.

Suas atividades [As atividades dos CCBs] estão relacionadas ao ensino sistemático da **Língua Portuguesa falada no Brasil**; à difusão da Literatura Brasileira; à distribuição de material informativo sobre o Brasil¹⁵⁷.

¹⁵⁶ Disponível em: <<http://www.dc.mre.gov.br/outras-noticias/conheca-o-departamento-cultural>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

¹⁵⁷ Disponível em: <<http://www.dc.mre.gov.br/lingua-e-literatura>>. Acesso em 12 fev. 2011. Cf. Quadro 1.

O Centro de Estudos Brasileiros (CEB) de Santiago do Chile foi criado em 1960, pelo Ministério das Relações Exteriores, com o objetivo de difundir **o idioma português falado no Brasil** e de promover a cultura brasileira, assim como estreitar os laços de amizade e de cooperação cultural entre o Brasil e o Chile (LOPES, 2008) [grifo nosso].

Tal formulação aparece inclusive no dispositivo da lei, como podemos atestar na portaria que atualmente regulamenta o programa de leitorado:

Art. 1º Definir o **leitor brasileiro** como o professor universitário, de nacionalidade brasileira, que se dedica ao ensino da língua portuguesa falada no Brasil, e da cultura e da literatura nacionais em instituições universitárias estrangeiras (BRASIL, 2006) [negrito do texto; sublinhado nosso].

Cabe destacar que as designações “variante do idioma falada no Brasil”, “língua portuguesa falada no Brasil” e “idioma português falado no Brasil” produzem uma contradição. Afinal, o Departamento Cultural do Itamaraty, os CCBs e os leitorados visam ao ensino não apenas do português *falado*, mas também do português escrito. Como, então, explicar a recorrência com que esses sintagmas aparecem em nosso *corpus* de pesquisa? A essas designações, poderíamos acrescentar, ainda, uma que nos pareceu particularmente sintomática, registrada no discurso do Embaixador brasileiro no Paraguai, Eduardo dos Santos, por ocasião da abertura do *Congresso Internacional da Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira* em 2011 (CONSIPLE)¹⁵⁸, que discutiu a “crescente demanda pelo ensino de **português como língua brasileira**”, para recuperar suas próprias palavras. Na entrevista com o leitor Carlos Eduardo Bione (cf. Anexo 4), aparece uma formulação semelhante: “e também é meio a função do leitor brasileiro né?... mostrar o peso da **língua portuguesa brasileira**”.

Diríamos que a designação “língua portuguesa” aparece como insuficiente para a construção discursiva da dimensão transnacional do português

¹⁵⁸ Congresso realizado entre 06 e 08 de outubro de 2011, em Assunção (Paraguai).

brasileiro, por dois motivos principais. O primeiro deles está relacionado ao mecanismo de antecipação em jogo nas condições de produção abordadas na primeira seção deste capítulo, marcadas por um reposicionamento do Brasil no cenário geopolítico internacional e por deslocamentos importantes do imaginário desse país no mundo. Se debates em torno do nome da língua se encontram obliterados nesse contexto, o nome “Brasil” está em voga. Conforme argumentamos em trabalhos anteriores (DINIZ, 2008, 2010), é preciso marcar que é o *Brasil* que “exporta” a língua portuguesa, porque se considera, a partir da posição do locutor, que é a marca “Brasil” que o outro – o estrangeiro – quer “comprar”.

O segundo motivo que torna necessária essa especificação diz respeito ao fato de que a designação “língua portuguesa” convoca a memória da colonização linguística, que produz, como um de seus efeitos, uma unidade imaginária entre o português do Brasil e o de Portugal. É possível constatar, então, que

[...] mesmo após movimentos pela independência, quando o ex-colonizado dá início à narração oficial de um outro discurso, territorializando política e ideologicamente uma identidade e constituindo uma outra tradição para o que deve ser dito na relação tempo-memória, a força dos sentidos anteriormente institucionalizados permanece porque muitas vezes não há como dizer essa outra história a não ser pelo uso da língua vinda com o colonizador. Mesmo que seja para dizer de um outro jeito, renomear os acontecimentos, por exemplo, há que se passar por uma política de sentidos organizada inicialmente na língua da metrópole. A língua da metrópole, hegemônica, continua produzindo seus efeitos na história da ex-colônia, pois, para descrever e contar essa outra história, é necessário inscrevê-la num universo simbólico que não é outro senão o de práticas significativas já previamente constituídas (MARIANI, 2004, p. 24).

Assim, para se produzir outro discurso – condizente com um novo momento na história do português, em que o Brasil, outrora alvo de políticas linguísticas de Portugal, assume uma nova posição em relação à promoção dessa língua –, “há que se passar por uma política de sentidos organizada inicialmente

na língua da metrópole”. Tal política impossibilita, a partir da atual posição do Estado brasileiro, outra forma de nomear que não a oficial, regulamentada por lei: “língua portuguesa”. Porém, para se “contar outra história”, essa designação perfila como “incompleta”. É preciso determiná-la, saturá-la, especificando que se trata da “língua portuguesa *falada no Brasil*”, já que a política linguística em questão participa de um processo de **descolonização linguística** do Brasil, definido por Orlandi (2009, p. 172) como

esse imaginário no qual se dá também um acontecimento linguístico desta vez sustentado no fato de que a língua faz sentido em relação a sujeitos não mais submetidos a um poder que impõe uma língua sobre sujeitos de uma outra sociedade, de um outro Estado, de uma outra Nação. Se, na colonização, o lugar de memória pelo qual se significa a língua e seus falantes é Portugal, no processo de descolonização esta posição se inverte e o lugar de significação é deste lado do Atlântico com sua memória local, a do Brasil.

Em resumo, a presença recorrente, em nosso *corpus* de pesquisa, de designações como “língua portuguesa falada no Brasil”, ou o fato de que “língua portuguesa” venha, frequentemente, acompanhado de sintagmas como “cultura e literatura brasileiras”, podem ser vistos como marcas de um processo discursivo mais amplo, também observado por Zoppi-Fontana (2012) ao analisar um *corpus* legislativo de textos produzidos por ocasião da proposta no Senado Federal de um *Dia Nacional da Língua Portuguesa*. Por meio desse processo, o português brasileiro passa a ser significado a partir de uma dupla determinação discursiva (*idem*, 2009): como **língua nacional** – em sua contraditória relação de sobreposição, historicamente construída, com a dimensão de língua oficial –, que torna necessária a designação “língua portuguesa”, e como **língua transnacional**, que, como observamos em nosso *corpus*, torna tal designação insuficiente.

É interessante observar que, por um lado, a dimensão *nacional* da língua tem como referência a tradição escrita. Conforme argumenta Gallo (1992), existe uma certa oralidade brasileira – a qual remonta à língua geral, amplamente

falada no território brasileiro nos séculos XVII e XVIII – que não se legitima. Não é possível, historicamente, uma passagem dessa oralidade, desprestigiada, não instrumentalizada pelo Estado e seus aparelhos ideológicos, para a escrita em português, cuja oralidade se filia a outra memória. Nas palavras de Orlandi (2002b, p. 30), “a unidade lingüística brasileira é construída com base em uma língua ocidental instrumentada (com dicionário e gramática, basicamente) e provida de uma escrita tendo uma filiação (o latim) que a legitima em sua relação com as outras línguas ocidentais”. Nos debates em torno da mudança do nome da língua nacional brasileira ocorridos nas décadas de 1930 e 1940, anteriormente mencionados, a mudança no nome “língua portuguesa” para “língua brasileira” parecia produzir, segundo a posição de alguns sujeitos, “uma verdadeira mudança de eixo, pois ela ‘apagaria’ essa tradição de escrita, e poderia elevar ao status de língua nacional uma modalidade de língua falada por quem não tem o suporte da escrita, capaz de tornar a língua visível para os aparelhos institucionais” (L. F. DIAS, 2001, p. 196). Por outro lado, a dimensão transnacional da língua brasileira produz deslocamentos nesse processo discursivo, uma vez que estabelece, como referência de língua a ser promovida no exterior, a “língua portuguesa **falada** no Brasil” – ainda que, evidentemente, em sua relação com “a cultura e a literatura nacionais”, que se filiam a uma memória *escrita* que participa da construção da identidade nacional.

Significado como transnacional, o português brasileiro passa a ser representado por sentidos diferentes daqueles que significam o português europeu. O alto número de falantes de português no Brasil é frequentemente tomado como um argumento de que a “projeção” alcançada pelo português no cenário internacional se deve ao Brasil, e não a Portugal, como podemos verificar nos recortes abaixo, referentes às entrevistas que realizamos, respectivamente, com o diplomata do Itamaraty (cf. Anexo 1), a ex-leitora Ester Scarpa (cf. Anexo 2) e o leitor Carlos Eduardo Bione (cf. Anexo 4):

80% talvez dos lusófonos do mundo somos nós mesmos [risos]... então é uma língua que tá... tá com uma certa projeção... é falada em todos os continentes exceto a Oceania..

é uma língua considerada periférica... apesar de ser **a sétima língua mais falada do mundo... graças ao Brasil... graças ao Brasil...**

somos o quê? **quase duzentos milhões de falantes de português...** que temos um peso dentro da comunidade lusófona e que... **o nosso português não é um um... um crioulo... um patoá qualquer...** assim pelo contrário... eu acho que **dentro de uma comunidade linguística... duzentos milhões pesa mais do que dez milhões...** [risos] então... aos poucos eu fui mostrando isso a eles... **e também é meio a função do leitor brasileiro né?...** mostrar o peso da língua portuguesa brasileira...

O português que “atrairia” cada vez mais estrangeiros não é qualquer português, mas o brasileiro. É esse o efeito de sentido produzido no seguinte recorte da circular de divulgação do *Projeto-piloto de Formação Continuada de Professores de Português Língua de Herança (POLH)*, organizado pela DPLP e realizado em São Francisco – Califórnia (EUA) entre 17 e 19 de junho de 2011:

A recente intensificação do interesse internacional **pelo português falado no Brasil** e pela cultura brasileira tem resultado não apenas no aumento do número de estudantes estrangeiros do português brasileiro, mas também na diversificação das modalidades de ensino da língua.

As unidades da Rede Brasileira de Ensino no Exterior (RBEx), coordenada pelo Departamento Cultural, bem como os Institutos e Fundações culturais apoiados financeiramente pelo MRE, registraram mais de 30 mil matrículas em 2010, o que representa uma elevação de 11% em relação a 2009 e de 20% em comparação com 2008¹⁵⁹.

Entre os objetivos do referido projeto-piloto, encontra-se o seguinte: “(re)conhecer a importância da língua portuguesa no mundo contemporâneo,

¹⁵⁹ Disponível em: < <http://ortografiaportuguesa.blogspot.com.br/2011/05/consulado-geral-do-brasil-em-sao.html>>. Acesso em: 10 abril 2012.

especificamente a variedade brasileira como língua de cultura [grifo nosso]. Reconhecemos aí o funcionamento de um processo discursivo para o qual chamamos a atenção em análises anteriores (DINIZ, 2008, 2010), em que o português do Brasil e de Portugal assumem diferentes “valores” de circulação. Aquele passa a se projetar num horizonte prospectivo, sendo sua aprendizagem concebida como uma ferramenta para alcançar o “sucesso” no mundo contemporâneo, enquanto este tende a se projetar num horizonte retrospectivo.

A “variante do idioma falada no Brasil” – para recuperar uma das designações apresentadas anteriormente –, vista como “um crioulo”, “um patoá qualquer” em outras condições de produção, passa a ser considerada uma língua mais “fácil” e mais “articulada” do que o português europeu, o que facilitaria sua aprendizagem por estrangeiros. Efeitos de sentido como esses são produzidos na entrevista com o leitor Carlos Eduardo Bione (cf. Anexo 4):

e com o tempo eles foram mudando de opinião... não só mudando de opinião mas vendo na prática que era muito mais fácil estudar com um leitor brasileiro do que com um leitor português... porque eles entendiam o que eu falava [risos]... [...] com o tempo eles foram percebendo que que... era mais fácil... entender... que a gente tem... tem uma melodia diferente de falar... diferente daquele português de Portugal... e... articulamos muito mais na hora de falar...

Mais do que isso, o português brasileiro, outrora significado como um desvio da “língua de Camões”, passa a perfilar como mais propício à internacionalização do que o português europeu, conforme atesta a matéria jornalística abaixo:

O apelo do português brasileiro num país geograficamente mais próximo de Portugal [França] é motivado, diz Jacqueline, pela imagem de simpatia do Brasil. Somos vistos pelos franceses, garantem as pesquisas imagológicas, como um país que, longínquo, é mais exótico e onírico. O incentivo aumentou desde o ano passado, com o “Ano do Brasil na França”. Segundo a Federação Internacional dos Professores de Francês (FDLM), a procura pelo português aumentou 20% depois do ano “Ano do

Brasil”, o que veio acompanhado por um progresso do turismo de 27% e pela escolha do Brasil como o primeiro alvo dos investimentos franceses na América Latina. **Mas o avanço do português na França, diz Jacqueline Penjon, se deve ao próprio idioma.**

- **O português do Brasil é bem mais vocálico (ouvem-se mais as vogais), o que é mais fácil e agradável aos ouvidos do francês, enquanto o de Portugal não, pois as vogais quase não são pronunciadas (CORRÊA, 2006) [grifo nosso].**

Na entrevista que realizamos com a Profa. Dra. Jacqueline Penjon (cf. Anexo 3), também são feitas declarações dessa natureza. Vejamos:

Entrevistador: sim... e a senhora acha que... de alguma forma... alguma característica do português do Brasil... contrastado com alguma característica do português europeu... favoreceria ou não a opção antes pelo português brasileiro do que pelo português europeu?

Entrevistada: bom... já há uma coisa... acho que de uma maneira geral... não vamos deixar a parte os luso-descendentes... mas de uma maneira geral... o francês gosta muito do exotismo... Brasil... [risos] fica assim mais uma coisa exótica... bom... e o Brasil é muito conhecido por causa da música... e realmente o som da... **a melodia da da língua incentiva mais...** porque todo o sistema vocálico... são vogais abertas... agora a tendência em Portugal é engolir as vogais cada vez mais... ficam consoantes... **então quando a pessoa ouve... claro que... sente mais atraída pela prosódia... por uma prosódia assim mais melódica...**

Por um efeito de pré-construído, o português brasileiro é representado como mais melódico que o europeu, o que explicaria, em certa medida, a “atração” – “natural” – da maior parte das pessoas pelo primeiro. O funcionamento dessa discursividade pode ser observado até mesmo na fala de acadêmicos portugueses. Em uma entrevista a Meireles (2008), Carlos Reis, professor catedrático na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e coordenador de projetos sobre a internacionalização do português, afirma:

Há aspectos do português do Brasil em que leva vantagem sobre nós. Um deles é a articulação: um filme português passado no Brasil precisa de ser legendado e um brasileiro em Portugal

não. Tão simples como isto. **Porque os portugueses tendem a obscurecer a língua do ponto de vista articulatório, fonológico, de pronúncia. Engolem as palavras. O português do Brasil valoriza mais as vogais, os fonemas vocálicos, o que é uma vantagem para o bom entendimento. Temos de fazer um esforço de recuperar coisas que se perderam e isso só pode ser feito na escola, lendo expressivamente, obrigando a pronunciar bem as palavras todas.** Mas a importância do Brasil neste cenário é evidente desde algum tempo. O Brasil apercebeu-se que a língua é um instrumento estratégico muito importante e o seu anúncio de criação de uma universidade para os países da CPLP no Nordeste não é inocente nem destituída de sentido político (MEIRELES, 2008) [grifo nosso].

Na entrevista com a Profa. Dra. Jacqueline Penjon (cf. Anexo 3), especificamente, no recorte abaixo reproduzido, observa-se um deslize metafórico, pelo qual designações como *português brasileiro*, *português do Brasil* ou *variante brasileira do português* são substituídas por *português*.

há uma instituição... que é a Aliança Francesa... que na realidade... mantém a língua mas... bom... mas que... pro **português** não existe nada parecido... tem... o Instituto Goethe pro alemão... o Instituto italiano... mas falta pro português... se o português tivesse esse recurso... ia ser interessante...

A designação negritada sinaliza um processo discursivo que significa o português brasileiro – e não o europeu – como o “verdadeiro” português. É esse processo que permite compreender por que a entrevistada lamenta, no recorte anterior, a falta de uma instituição semelhante à Aliança Francesa ou ao Instituto Goethe, que seja responsável pelo português. Não se trata, evidentemente, de um desconhecimento da existência e atuação do Instituto Camões, que é mencionado em outros momentos da entrevista. Trata-se de um esquecimento que indica que, da posição discursiva a partir da qual a entrevistada enuncia, tal instituto é representativo do português europeu, e não do “verdadeiro” português: o brasileiro. Daí a necessidade da criação de um instituto para esse último.

As análises anteriores vão ao encontro de algumas conclusões de Bizon (*mimeo*), que discute, dentre outros aspectos, as percepções acerca do

exame Celpe-Bras, tanto por parte de candidatos quanto por parte de docentes e outros funcionários de uma universidade estadual brasileira que recebe alunos do *Programa de Estudantes-Convênio de Graduação* (PEC-G). Tal programa, firmado entre o Brasil e países em desenvolvimento, sobretudo da África e América Latina, permite a estrangeiros entre 18 e 25 anos realizar estudos de graduação no país. Conforme o protocolo que o regulamenta (BRASIL, 1998), celebrado pelo MRE e pelo MEC, candidatos vindos de países não-lusófonos devem comprovar proficiência em língua portuguesa, através do exame Celpe-Bras¹⁶⁰. Todavia, a não-exigência de comprovação de proficiência em português por parte de alunos oriundos de nações da CPLP é questionada por alguns, como observamos nos recortes abaixo, referentes a uma entrevista realizada por Bizon com um dos responsáveis pelo convênio PEC-G em uma universidade brasileira:

Agora, está para sair um decreto presidencial em que os próprios lusófonos terão que apresentar proficiência do Celpe-Bras, porque eles é... é a língua portuguesa, mas eles NÃO entendem. Então, agora, não sei como está, mas estava para sair através de um decreto presidencial as novas regras do PEC-G e nessas regras estaria a obrigatoriedade dos próprios falantes de língua portuguesa terem de apresentar o certificado do Celpe-Bras. **Porque nós temos gente de Angola, vai dizer que eles entendem português? Não sei se a língua deles lá é outra!** (*apud* BIZON, *mimeo*) [grifo nosso].

Tem que ter o Celpe-Bras. Tem que ter. São Tomé e Príncipe, por exemplo, país falante de português... **os caras não sabem NADA de português, NADA, NÃO ENTENDEM...NÃO ENTENDEM**, quer dizer, é um país de língua portuguesa, mas tudo indica que o que eles falam lá **seja um dialeto, alguma língua deles lá**, e chegam aqui eles não entendem. Põe um documento na mão deles e eles começam a falar, mas eu NÃO ENTENDO o que eles falam (*apud* BIZON, *mimeo*) [grifo nosso].

¹⁶⁰ Ainda de acordo com o protocolo, candidatos oriundos de países onde não há Centros Culturais Brasileiros podem realizar o exame no Brasil, após a conclusão de um curso de português para estrangeiros ministrado em instituições de ensino superior credenciadas.

Conforme analisa Bizon, as diferenças entre o português do Brasil e outros portugueses são, nos recortes anteriores, concebidas como obstáculos a serem superados. Não se considera, assim, a possibilidade de que as semelhanças entre os diferentes portugueses sejam um facilitador da interação de alunos angolanos ou são-tomenses, por exemplo, no Brasil. Mais do que isso, observa a autora, “a ‘língua deles lá’ não seria a língua ‘pura’ daqui: a língua portuguesa de ‘verdade’, que deveriam dominar para se fazerem entender, e não uma outra língua qualquer, misturada com dialetos, portanto impura”. A partir de César e Cavalcanti (2007), Bizon caracteriza essa representação do português do Brasil enquanto “verdadeiro português” como “essencializada”, diferentemente do português do outro, tido como incompreensível para um brasileiro como o entrevistado pela autora.

Parece-nos, assim, que está em jogo um processo discursivo que dá indícios de que as perguntas feitas por Zoppi-Fontana (2010) podem ser respondidas assertivamente:

Colonização lingüística às avessas, em que a antiga colônia disputa com a metrópole colonizadora sua posição de epicentro cultural e político? Revanche histórica e simbólica, em que a língua estigmatizada como desvio da norma imposta se torna variedade de prestígio, objeto de desejo de consumidores ávidos de línguas?

7. Uma política não-centrada

Ao longo do segundo capítulo, apresentamos, em diferentes momentos, elementos indicativos de que a política linguística exterior brasileira não é marcada pela presença de uma instituição centralizadora, em que pese o fato de que diferentes ações sejam levadas a cabo pelo MRE.

Vimos, por exemplo, que os leitorados são regidos por convênios entre o Itamaraty e as universidades estrangeiras, que, frequentemente, não são renovados, ou são suspensos, provisória ou definitivamente. Retomando algumas informações reunidas no Quadro 4, constatamos que, dentre as 94 instituições

elencadas nesse quadro, 30 – o que corresponde a 31,91% – não contavam com um posto de leitorado em dezembro de 2011, o que aponta para uma certa descontinuidade no programa de leitorado¹⁶¹, motivada por diferentes razões.

Certamente, uma delas diz respeito a modificações nas relações diplomáticas entre o Estado brasileiro e outros Estados, conforme discutimos na seção 4. Assim, a fim de viabilizar a abertura de novos postos em áreas consideradas estratégicas para o Brasil, torna-se necessário, em alguns casos, que o MRE reduza ou cancele os subsídios pagos a determinados leitorados, o que pode acarretar o fechamento de postos em áreas não mais consideradas prioritárias em termos de política externa brasileira. Na mensagem a seguir, por exemplo, fica claro que o Itamaraty conta com a possibilidade de que certas universidades europeias, como francesas e britânicas, aumentem o apoio concedido a seus postos de leitorado, viabilizando, assim, sua manutenção, a despeito de eventuais cortes de subsídios concedidos pelo Itamaraty.

5. Vale assinalar, por oportuno, que, confrontados com essas reduções financeiras por parte do Brasil, algumas Universidades francesas decidiram manter os leitores brasileiros nos quadros de funcionários de suas instituições. Pressupõe-se que os professores brasileiros recebem de suas respectivas instituições na França salários suficientes para sua manutenção, uma vez que o subsídio fornecido pela SERE [Secretaria de Estado das Relações Exteriores] constitui apenas uma ajuda de custo.

6. Nesse sentido, consulto Vossa Excelência se não seria possível efetuar gestões junto às Universidades no Reino Unido, particularmente interessadas no intercâmbio universitário com o

¹⁶¹ Embora não tenhamos informações precisas sobre a distribuição da rede de leitorados antes de 2007 – exceção feita ao ano de 1991 (cf. MENEZES, 1993) –, nosso *corpus* de pesquisa indica que houve, entre 1995 e 2006, leitores do Itamaraty que ocuparam, por certo período, postos nas seguintes universidades: Universidade da República (Montevidéu – Uruguai), Universidade do Quebec (Montreal – Canadá), Universidade de Cocodi (Abdijan – Costa do Marfim), Universidade Cheikh Anta Diop (Dacar – Senegal), Universidade Técnica de Berlim (Berlim – Alemanha), Universidade de Poitiers (Poitiers – França), Universidade de Essex (Colchester – Grã-Bretanha), Instituto de Educação da Universidade de Londres (Londres – Reino Unido), Universidade de Gales (Newport – Reino Unido), Universidade de Swansea (Swansea – Reino Unido), Universidade de Estocolmo (Estocolmo – Suécia), Universidade de Hong-Kong (Hong-Kong – China), Universidade Jawaharlal Nehru (Nova Dehli – Índia), Universidade de Goa (Goa – Índia), Universidade de Flinders (Adelaide – Austrália) e Universidade Nacional da Austrália (Camberra - Austrália).

Brasil, sobre a possibilidade de contribuírem numa proporção mais elevada com os leitorados brasileiros, financiados ou não pela SERE, para que estes possam continuar a existir, mesmo na eventualidade de não mais ser possível prorrogar o subsídio desta SERE no futuro¹⁶².

Temos, ainda, notícias de casos de candidatos pré-selecionados pela CAPES e aceitos pela universidade estrangeira que desistem do cargo logo antes de assumi-lo¹⁶³, ou de leitores que abandonam seus postos antes do término de seu contrato, inviabilizando, muitas vezes, sua substituição. Todavia, outros fatores não relacionados a dificuldades como essas, inerentes a cargos públicos em geral, ou a mudanças na orientação da política (linguística) exterior brasileira também estão em jogo no fechamento (provisório ou definitivo) de postos de leitorados

Lembremos, em primeiro lugar, que o perfil do leitor é estabelecido pela universidade que o acolherá, em função de suas necessidades internas – e não em função das necessidades ou objetivos do Itamaraty –, conforme afirma a Profa. Dra. Jacqueline Penjon na entrevista que nos concedeu (cf. Anexo 3):

Entrevistador: sim... e em relação... porque quando tem esse concurso... eles sempre divulgam o edital... eh... e pra cada universidade tem um perfil... que... que é estabelecido... é breve... mas assim... o que se espera do candidato... e mais ou menos quais atividades ele vai desenvolver... esse perfil é estabelecido por quem?... apenas pela universidade?... tem algum diálogo com o Itamaraty ou...?

Entrevistada: não... é pela universidade... em função das necessidades... internas...

¹⁶² Mensagem nº. 00254, enviada pela SERE à Embaixada do Brasil em Londres, em 08 de junho de 2004, disponível no sistema Intradocs.

¹⁶³ Trata-se de uma possibilidade prevista no item 2.1.13 do edital publicado em 2011: “O candidato pré-selecionado que, depois de ter confirmado sua participação [...], vier a desistir de participar do intercâmbio, sem motivo justificado, ficará impedido de participar de novas seleções de leitores pelo período de dois anos, a contar da data da divulgação do resultado da pré-seleção da qual participou” (BRASIL, 2011b). Considerando que o período de suspensão era, até então, de um ano, é possível que tenha havido um aumento no número de desistências de candidatos pré-selecionados, motivando o MRE a endurecer suas medidas para evitar essa prática.

Por vezes, tal fato dificulta, ou mesmo inviabiliza, a seleção de leitores aptos a assumirem certos postos. Os candidatos à vaga de leitor da Universidade da Áustria, por exemplo, deveriam, conforme o edital do primeiro semestre de 2008 (BRASIL, 2008c), saber alemão e ter mestrado em tradução, enquanto os postulantes ao leitorado da Universidade Nacional Taras Shevchenko (Ucrânia) deveriam, segundo o edital publicado no segundo semestre de 2008 (*idem*, 2008d), ter “domínio do idioma ucraniano ou russo”. Nos postos da Universidade da África (Zimbábue) e da Universidade Externado da Colômbia, para os quais foram abertas vagas, respectivamente, no primeiro semestre de 2008 e no primeiro semestre de 2009 (*idem*, 2008c, 2009b), a exigência do doutorado, possivelmente, dificultou a seleção de leitores. No caso da Universidade da África, esperava-se, ainda, que o leitor tivesse ao menos três anos de docência no ensino superior, com experiência didática nas seguintes disciplinas: “Português como Língua Estrangeira; Tradução/ Interpretação em literatura e português; Supervisão de projetos de pesquisa em áreas relevantes”. Para o contrato com essa universidade, seria exigido, conforme o edital (*idem*, 2008c), “conhecimento da filosofia metodista”.

Destaquemos, em segundo lugar, que, segundo a portaria que atualmente regula o programa de leitorado (*idem*, 2006), compete à universidade a decisão final quanto ao candidato que assumirá a vaga, a partir de uma lista de pré-selecionados preparada pela CAPES / MEC. As instituições de ensino superior estrangeiras podem inclusive não aceitar nenhum dos candidatos indicados pela CAPES, caso em que o auxílio financeiro destinado pelo Itamaraty àquela instituição é cancelado, até a realização de uma nova seleção, como prevê o artigo 2º da referida portaria. Os candidatos pré-selecionados pela CAPES quando do edital 023/2009, por exemplo, não foram aceitos pela Escola Normal Superior da Costa do Marfim, Universidade de Havana (Cuba) ¹⁶⁴ e pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidad Nacional Mayor de San Marcos (Peru), conforme

¹⁶⁴ No caso da Universidade de Havana, essa foi a segunda tentativa consecutiva de preencher a vaga de leitorado, já que nenhum candidato fora selecionado no ano anterior, por ocasião do edital publicado no primeiro semestre de 2008, possivelmente, devido à exigência do doutorado.

documento relativo à seleção final, divulgado em 30 de junho de 2010¹⁶⁵. Assim, embora uma instituição do Estado brasileiro tenha julgado que tais candidatos atendiam aos pré-requisitos mínimos necessários para ocupar as vagas de leitorado em questão, as universidades estrangeiras discordaram da decisão. Conforme já argumentamos anteriormente, o próprio fato de que a decisão final quanto à escolha do leitor seja tomada pela instituição estrangeira, e não pelo Itamaraty ou pelo MEC, evidencia que, conforme a análise do quadro 1 já nos havia permitido perceber, os leitorados estão subordinados antes às universidades estrangeiras do que ao MRE.

Dessa forma, uma certa descontinuidade por que passa o programa de leitorado é indicativa de uma característica da política linguística exterior levada a cabo pelo Itamaraty – sua natureza não-centrada –, que também transparece de outras formas. Não deixa de ser surpreendente, por exemplo, o fato de que o Itamaraty não se oponha à exigência de algumas universidades para que seus leitores ministrem certas disciplinas em outras línguas que não o português. O leitor que iniciaria suas atividades na Universidade de Bridgetown (Barbados) no 1º semestre de 2009 deveria ter “capacitação para o ensino da língua portuguesa para estrangeiros; fluência em inglês” e “ministrar aulas de cultura brasileira **em inglês**” (BRASIL, 2008d; grifo nosso), enquanto aquele que assumiria suas atividades na Universidade de Bordeaux (França) no 1º semestre de 2010 deveria ter “experiência no ensino do português como língua estrangeira, para ministrar, **em francês**, aulas de língua, tradução, literatura e cultura brasileiras a alunos não especialistas” (*idem*, 2009c; grifo nosso). Parece-nos que, muito dificilmente, leitores do *British Council*, da *Agence Universitaire de la Francophonie* ou do *Instituto Cervantes*, dentre outros, teriam, entre suas atribuições oficiais, a responsabilidade de ministrar cursos que não em língua inglesa, francesa ou espanhola, respectivamente. Assim, apesar do discurso que representa o português brasileiro como uma língua de “valor” no mundo “globalizado” (DINIZ,

¹⁶⁵ Cf. resultado final da seleção do edital 023/2009. Disponível em: <<http://www.dc.mre.gov.br/lingua-e-literatura/Leitorado%20em%20Universidades%20Estrangeiras%20%20Selecao%20Final%2030%2006%2010.doc/view>>. Acesso em: 16 jan. 2011.

2008, 2010) – um valor maior inclusive do que o do português europeu, conforme analisamos na última seção –, observamos aqui um indício de que o português ainda parece ser significado, por vezes, como uma língua relativamente inferior a outras “línguas de civilização”.

Conforme vimos, a portaria que regula o programa de leitorado (BRASIL, 2006) limita-se a definir o leitor como “o professor universitário, de nacionalidade brasileira, que se dedica ao ensino da língua portuguesa falada no Brasil, e da cultura e da literatura nacionais em instituições universitárias estrangeiras”. O perfil do leitor e as atividades por ele desenvolvidas – que, como argumentamos na seção 4.2 do segundo capítulo, abrangem, frequentemente, muitas outras além das previstas pela portaria – são determinados, essencialmente, pela universidade estrangeira, o que pode acarretar diferenças significativas entre os leitorados de distintas instituições, discutidas anteriormente. Para Serravalle de Sá (2009), ex-leitor em Manchester, uma das consequências da ausência de um protocolo comum a toda rede de leitorado são, justamente, as diferenças entre os postos em universidades distintas.

[...] não há no momento um protocolo de cooperação comum a toda rede de Leitorados. Dito de outra forma, existe uma **ausência de redes internas (conhecimento do trabalho do Leitor anterior) e externas (contatos com outros Leitorados).** De uma maneira geral, o resultado é uma **condição de isolamento dos Leitorados** que seguem trabalhando nas suas respectivas universidades de modo disjunto. Pontos de contato entre as diferentes partes da rede são fundamentais, por exemplo, para que novos Leitores tenham uma noção da história do seu Leitorado, um entendimento das contribuições de quem já passou pela posição e ideias para o seu próprio trabalho. De uma perspectiva mais abrangente, um protocolo de ação conjunta, na forma de redes externas, é essencial **para que os Leitores compreendam seu trabalho enquanto parte de um projeto maior de política cultural do governo brasileiro.** A falta de unificação que existe hoje se traduz não apenas em condições de trabalho isoladas e, por vezes, muito distintas. A ausência de redes também resulta em **diferentes entendimentos dos Leitores sobre o seu próprio trabalho e até mesmo sobre o que é o Leitorado** (*ibidem*, p. 34) [grifo nosso].

Por um lado, a diversidade dos perfis se justifica, na medida em que os leitores desenvolverão suas atividades em locais bastante diferentes entre si, onde os sujeitos estabelecem relações diversas com o português e a cultura brasileira. A esse respeito, Scarpa, ex-leitora em Londres, afirma, na entrevista que nos concedeu (cf. Anexo 2):

de fato.. a distribuição... os locais por onde o ensino de português vai ser distribuído... os leitorados vão ser distribuídos... são... são de de natureza variada não é? e as necessidades são muito diferentes... é diferente um CEB de Buenos Aires... com relação à à Embaixada do Brasil em Nova Délhi ou em Gana ou em Acra... tá? e um curso de graduação eh como o meu por exemplo... que tem literatura portuguesa e literatura brasileira pra você ter ideia... ou um outro... mesmo no Reino Unido... em que o português é uma opção... uma eletiva dentro das línguas modernas... não é?

Por outro lado, tamanha diversidade na atuação dos leitores pode, na perspectiva de alguns, reduzir o potencial do programa de leitorado em termos de divulgação linguística e cultural, sendo esse um indício da “ausência de um projeto institucional” no que concerne à promoção internacional do português. É o que afirma Serravalle de Sá (2009, p. 34-35) no recorte a seguir:

A DPLP tem feito muito para assegurar recursos para potencializar as atividades culturais realizadas no âmbito dos Leitorados e Centros de Estudos Brasileiros. Deve-se a esta secretaria a profissionalização do Leitorado, o que é notável. O Leitor hodierno não tem mais a característica informal, quase filantrópica de antes. Hoje os Leitores são profissionais qualificados que passaram por uma seleção rigorosa em nível nacional e internacional. Obviamente a mudança é positiva já que passou a se dar mais valor à formação dos candidatos. Todavia, a melhor qualificação profissional do Leitor não é suficiente para criar um **projeto de política linguística e cultural que deseja ser sólido**. É necessário haver metas e prazos, explicação dos objetivos institucionais, treinamentos para o desempenho das funções e fiscalização para que se garanta que os objetivos estão sendo atingidos. Em parte, percebe-se que é a **ausência de um projeto institucional** que leva aos diferentes entendimentos sobre o Leitorado [grifos nossos].

De maneira semelhante, Scarpa afirma que os avanços proporcionados pela regulamentação do programa de leitorado – inicialmente, com a portaria de 1999 (BRASIL, 1999), posteriormente revogada pela de 2006 (BRASIL, 2006) – não foram acompanhados por uma coordenação efetiva por parte do Itamaraty. Em sua perspectiva, o vínculo entre os leitorados e o MRE é, conseqüentemente, “frouxo”, “espontâneo” e “improvisado”, como evidencia o fato de que alguns adidos assumam suas funções na Embaixada sem sequer ter conhecimento da existência do programa de leitorado. Vejamos:

eu quero dizer... que este vínculo... digamos acadêmico... didático... vínculo da prática... da prática de ensino... absolutamente frouxo... absolutamente... como é que eu digo?... **é um trabalho isolado.. não há um... um centro congregador... não há no Brasil... você não tem um interlocutor do outro lado...** às vezes os leitores queriam se reunir... a Embaixada no máximo... fornecia uma salinha pra gente se encontrar [risos]... e mesmo assim nós tínhamos que escrever um relatório... eu não sei quem leu esse relatório... uma vez... com outro adido... bom... uma situação dessa... **faz com que... o vínculo do leitor... tanto com sua instituição de trabalho... quanto com sua instituição aqui que o contrata... que é... enfim... o Itamaraty... fique frouxa... fique... como é que eu vou te dizer?... espontânea demais... fique... como é que é aquela palavra?... improvisado... fique improvisado demais... e não há fisco... não digo fiscalização... não há possibilidade de avaliação...** a gente gostaria de ter mais... de fazer uma auto-avaliação... a gente gostaria demais que alguém lesse o nosso relatório... eu caprichava nos relatórios... o adido anterior era uma pessoa de Letras... que era o Felipe Fortuna... ele era poeta... um escritor... o atual é uma pessoa... foi colocado... apenas como exemplo... foi colocado no cargo de adido... mas ele fazia carreira... se não me engano ele... o anterior a esse ele veio... da... das finanças... e esse atual também... não sabia... eles CHEGAM na Embaixada... quando muda o *staff*... eles chegam na Embaixada sem saber da existência dos leitores... isso é uma coisa que não é veiculada lá dentro ... eles não sabem que que os leitores tão fazendo ali... e ficam reivindicando... esses leitores ficam reivindicando [risos]... eles ficam desesperados... você tá entendendo? até hoje é muito frouxo... **um grande passo que foi dado com essa regulamentação... não teve uma contrapartida de uma... de uma coordenação mínima... não é?...**

Todavia, embora reclamem uma maior coordenação por parte do Itamaraty, alguns profissionais temem as consequências negativas de uma maior centralização em relação ao programa de leitorado. Para Serravalle de Sá (2009), o estabelecimento de parâmetros mais precisos para o campo de atuação dos leitores poderia, no limite, acarretar o desaparecimento de postos cujas atividades não correspondem àquelas tradicionalmente desenvolvidas por um professor de português, como verificamos abaixo:

Em reuniões com outros Leitores que atuam no Reino Unido, na sede da Embaixada do Brasil em Londres, foi proposta a criação de procedimentos comuns para os Leitorados brasileiros no mundo. Discutiu-se a introdução de padronizações mínimas nas atividades dos Leitores, por exemplo, em relação ao preenchimento de relatórios semestrais. Nisso houve muita resistência por parte de colegas que temiam que suas autonomias fossem prejudicadas por tais mecanismos de controle. E debateu-se se seria conveniente que o governo brasileiro normatizasse o Leitorado sem consultar o Leitor e, desconhecendo a(s) realidade(s) das universidades britânicas, como o governo brasileiro poderia estabelecer esses parâmetros? E quais seriam eles exatamente? Alegou-se que é preciso estar ciente das consequências de tal pedido, pois haveria o risco de alguns Leitorados desaparecerem, caso não se enquadrassem no perfil mais tradicional de professor de Português (SERRAVALLE DE SÁ, 2009, p. 36).

O ex-leitor esclarece, então, quais seriam os objetivos de uma “unificação protocolar”, por ele defendida:

A intenção de uma proposta de unificação protocolar não é nem nunca foi tolher a autonomia dos Leitores. A ideia subjacente é que nenhuma instituição consegue se desenvolver sem que haja níveis básicos de padronização que facilitem a coordenação. Enquanto projeto governamental de promoção da língua portuguesa e da cultura brasileira, o Leitorado necessita de parâmetros institucionais para que não haja distorção das suas funções e para que se alcancem os objetivos de promoção da língua e cultura brasileira. A DPLP já tem feito um grande trabalho, e sobre isso não há dúvidas, mas poderia se desenvolver mais rapidamente se desse maior detalhamento às atribuições profissionais e se

instituísse ferramentas organizacionais para o melhor gerenciamento dos Leitorado (*ibidem*, p. 36-37).

De maneira análoga, Scarpa afirma que os leitores ficam divididos entre o desejo de uma interlocução com o Itamaraty e o receio de uma centralização absoluta, que resulte na burocratização de seu trabalho (cf. Anexo 2):

eh os leitores também se preocupam em serem ah... como é que eu digo? amordaçados como eles são pelo instituto... de uma maneira do Instituto Camões... o Instituto Camões faz um trabalho maravilhoso... é fantástico... você fala... eu quero um Instituto Camões pra mim... eu gostaria... aliás a ideia de um *site*... aqui na DPLP é velha... só que tá assim... atire a primeira pedra né? o primeiro voluntário faz... se alguém se voluntariar pode começar esse *site*... [...] que a gente precisa de um... precisa de uma interlocução né?... **uma interlocução institucional qualquer...** que trate de coisas mais inclusive acadêmicas não é?... coisas de prática... afinal de contas a gente ainda tem... não só pra quem prestar contas como também... como é que eu digo?... com quem falar sobre... hum... bases mínimas não é?... bases mínimas de prática didática... de prática profissional... **então nós somos divididos entre essa total informalidade...** total informalidade... a gente não sabe quem vai... quem lê... e relatório é uma coisa séria... uma coisa importante... eu ponho coisas interessantes lá... porque é uma avaliação que você faz do seu trabalho... nós não sabemos quem lê nosso relatório... **então uma total informalidade... por outro lado... uma total centralização como no Instituto Camões é uma coisa que os leitores não querem e não podem ter...** não podem ter...

Alguns também se queixam sobre a ausência de um vínculo mais forte entre os CCBs e o Itamaraty, conforme o recorte abaixo:

Os relatos dos que têm atuado nessa função [de professor de CEB] apontam dificuldades localizadas precipuamente na **falta de estabelecimento claro das funções desse profissional nos CEBs**. Cada um tem atuado, segundo sua experiência de ensino acumulada no Brasil, mas seu trabalho é isolado e 'sempre pioneiro', uma vez que não há formação de um acervo (que poderia ser centralizado no MRE), onde poderia ficar guardada a memória do ensino de PLE no exterior. A **falta de definição clara da política de ensino de PLE nos CEBs** (e no Brasil como já demonstramos) permite a ocorrência de situações inusitadas.

Muitas vezes, nas embaixadas a que estão subordinados, os professores, a pedido dos embaixadores, ficam responsáveis também pela organização de shows culturais, pela edição de livros (coletâneas de textos de autores brasileiros), em eventos promovidos na/pela própria embaixada. **Suas funções ficam, assim, bastante pulverizadas e indefinidas** (PACHECO, 2006) [grifo nosso].

É preciso ressaltar que iniciativas no sentido de melhor orientar a atuação da RBEx datam, pelo menos, do fim da década de 1980. Em um parecer do Conselho Federal de Educação de 08 de junho de 1989, homologado pelo Ministro da Educação em 1º de outubro de 1992, reconhece-se a falta de planejamento na criação e expansão dos atuais CCBs:

Embora os Centros existam desde a década de 40 a sua criação não seguiu um plano prévio, nem cumpriu um cronograma pré-estabelecido de expansão.

Nesta nova fase, pretende-se que os Centros, além de ensinar Português, realizar contatos com os meios acadêmicos e culturais locais e intercambiar informações, tenham uma linha de atuação diferenciada.

Assim sendo, nos CEBs localizados na América Latina e na África - que são a prioridade do programa - as ações estarão ligadas ao desenvolvimento das áreas de cooperação educacional e intelectual, bem como a preparação, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos. Já para os CEBs situados na América do Norte e na Europa, a preocupação será diversificar o campo da difusão cultural, procurando identificar, em cada Centro, a modalidade de maior receptividade para nossos produtos culturais (BRASIL, 1989).

Propõe-se, naquele momento, a criação do *Sistema Unificado de Ensino da Língua Portuguesa para Estrangeiros*. Argumenta-se, então, que “os cursos ministrados nos diferentes Centros não podem ser comparados entre si, não permitem uma avaliação qualitativa do seu funcionamento, não possibilitam a identificação do conhecimento atingido por seus concluintes”, afirmando-se ser análoga a situação dos leitorados. Com efeito, algumas iniciativas foram tomadas para a reestruturação da rede de CEBs e leitorados a partir de 1992. Segundo o

Conselheiro João B. Cruz (1994), então chefe da Divisão de Instituições de Ensino e Programas Especiais (DIEP), essas iniciativas compreenderam:

- (i) reavaliação dos salários e estipêndios recebidos por diretores, professores e leitores brasileiros no exterior [...];
- (ii) a celebração do Ajuste Tripartite em julho do corrente ano [1994], entre os Ministérios das Relações Exteriores, da Educação e da Cultura com o objetivo de promover a cooperação entre os três Ministérios para a reestruturação e gestão da rede de CEB [...];
- (iii) organização de seminários regionais de atualização didática para diretores, professores de CEB e leitores, com a colaboração da Universidade Estadual de Campinas [...];
- (iv) realização de mesas-redondas coordenadas pela Divisão de Instituições de Ensino e Programas Especiais (DIEP), reunindo diretores de diferentes CEB, com o objetivo de proporcionar um foro privilegiado para o debate dos temas relacionados com o funcionamento e gestão dos CEBs.

Cruz (*ibidem*) menciona a realização de seminários em Montevidéu, Buenos Aires, Assunção e Barcelona, em 1993, e em Roma, em 1994, bem como a organização de mesas-redondas em São José e Santiago. Iniciativas semelhantes para a formação continuada de professores de CCBs e leitores parecem, porém, ter sido interrompidas, sendo retomadas apenas nos últimos anos, particularmente, a partir da criação do *Programa de Formação Intensiva Continuada para Professores de Português Língua Estrangeira (PROFIC PLE)*, coordenado pela DPLP. Foram realizados, no âmbito desse programa, cursos de formação na Universidade de Brasília (2006) – onde se reuniram professores de diversos CCBs – e nos Centros Culturais de Assunção (2007 e 2009), Barcelona (2007), Lima (2007 e 2010), Santo Domingo (2010) e Roma (2010)¹⁶⁶.

Essas iniciativas ainda têm, entretanto, um escopo reduzido, de forma que, como vimos, são recorrentes críticas à maneira como o Itamaraty gere suas

¹⁶⁶ Informações obtidas a partir dos currículos lattes do Prof. Dr. Nelson Viana (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar) e da Profa. Dra. Edleise Mendes Oliveira Santos (Universidade Federal da Bahia - UFBA), que participaram desse programa de formação. Cf: <<http://lattes.cnpq.br/6252579012192711>> e <<http://lattes.cnpq.br/8721333294149349>>. Acesso em: 11 fev. 2012.

ações de política linguística exterior. Na perspectiva de alguns profissionais que atuam na RBEx, faltam, para recuperar palavras dos recortes anteriores, uma “interlocução institucional qualquer”, uma “coordenação mínima”, “níveis básicos de padronização que facilitem a coordenação”, um “centro congregador”, o que inviabilizaria a criação de um “projeto de política linguística e cultural que deseje ser sólido”. O recorte abaixo, relativo à entrevista com Scarpa (cf. Anexo 2), parece resumir a posição de alguns em relação à atuação da DPLP:

o Itamaraty enquanto instituição... prefere... ainda uma certa subserviência... à universidade... ou à instituição... ao CEB... né? aos digamos... preencher as necessidades da instituição lá... e não de fato... ter... ah... as rédeas institucionais da divulgação da língua portuguesa... do ensino da língua portuguesa aqui...

Para além dos entraves institucionais, a falta de uma centralização maior por parte do Itamaraty parece refletir as condições de produção mais amplas em que se dá a política linguística exterior brasileira. A esse respeito, lembremos, em primeiro lugar, que, conforme argumentamos na seção 2.2. do primeiro capítulo, tendo em vista o trabalho de Varela (2006), processos de institucionalização explicitamente voltados para a promoção internacional de uma língua nascem em ex-metrópoles. Nas palavras da autora (*ibidem*, p. 23)

L'expérience de la colonisation semble alors avoir aidé certains pays à affiner des concepts et à mettre au point des techniques de diffusion pour des langues qui avaient déjà révélé leur potentiel d'expansion au-delà de leurs frontières d'origine. Les colonies, zones marginales par rapport au territoire métropolitain, qui demandent un effort particulier pour assurer leur intégration au sein national, auront donné l'occasion de développer l'outillage qui sera plus tard affiné et mis en service dans le cadre d'une PLE [politique linguistique extérieure]¹⁶⁷.

¹⁶⁷ “A experiência da colonização parece então ter auxiliado certos países a afinar conceitos e ajustar técnicas de difusão para línguas que já haviam revelado seu potencial de expansão para além de suas fronteiras de origem. As colônias, zonas marginais em relação ao território metropolitano, que demandam um esforço particular para assegurar sua integração ao seio nacional, abrem espaço para o desenvolvimento da instrumentação que será mais tarde colocada em serviço no quadro de uma PLE [política linguística exterior]” [tradução nossa].

Diferentemente de países como Espanha, França, Inglaterra e Portugal, o Brasil não foi uma potência colonial, o que poderia tê-lo sensibilizado para o potencial geopolítico das línguas em outro momento de sua história, levando-o a desenvolver um *savoir-faire* relativo à “gestão” de sua língua nacional para além de suas fronteiras. É apenas nos últimos anos – particularmente, a partir de 1991, quando se assina o Tratado de Assunção, que dá origem ao MERCOSUL, – que se fortalecem os processos de constituição do português do Brasil como língua transnacional, por meio de gestos de política linguística produzidos pelo Estado, pela Academia e pela iniciativa privada (ZOPPI-FONTANA, 2009; ZOPPI-FONTANA & DINIZ, 2008). Conforme argumentamos na primeira seção do presente capítulo, iniciativas estatais para a promoção internacional do português se fortaleceram, particularmente, na última década, em condições de produção marcadas pela Nova Economia (OLIVEIRA, 2010), por modificações na política externa brasileira e por deslocamentos no imaginário do Brasil no mundo. Dessa maneira, a natureza não-centrada da política linguística exterior brasileira reflete, em certa medida, sua inexperiência histórica em iniciativas para a expansão de sua língua nacional fora de suas fronteiras. É possível, porém, observar fatos importantes rumo ao delineamento de uma política mais centrada, como a regulamentação do programa de leitorado a partir das portarias de 1999 e 2006 (BRASIL, 1999, 2006), a criação de uma divisão encarregada especificamente da difusão do português no exterior em 2003, e o interesse da DPLP em estatizar ICs, em oposição à política de privatização dos CEBs levada a cabo ao longo da década de 1990.

Em segundo lugar, é preciso considerar que uma política linguística exterior de Estado convoca discursos da colonização, uma vez que sua própria origem se encontra na experiência colonizadora e em seu declínio por volta da década de 1950, conforme mostra Varela (2006). Podemos verificar o funcionamento desses elementos da memória discursiva no seguinte recorte da entrevista realizada com Scarpa, ex-leitora na Inglaterra (cf. Anexo 2):

Entrevistador: em que sentido... a senhora vê uma relação entre os leitorados e uma... um potencial geopolítico aí?

Entrevistada: olha... que tal petróleo e diamante de Angola? certo... se você tem domínio da língua falada... porque... pela... na escola... você consegue introduzir a sua variedade linguística... a sua cultura... a sua visão... você tem uma influência muito maior... uma influência... é o... é o caminho aberto... veja... **pensa nos missionários ingleses...** tem um livro maravilhoso... que é o grande romance africano... do ponto de vista do africano... do colonizado... escrito em inglês... que é *Things Fall Apart*... não é traduzido em português eu acho... Achebe... ele mostra como... a presença do do... da língua inglesa... a presença do do missionário vai corroendo... as tradições da aldeia... vai dominando.. vai dominando as os corações e mentes... vai tomando conta... a Eni Orlandi tem trabalho interessante sobre missionários... você vai lá... como quem não quer nada... você põe Deus... **você põe a língua... e aí você ENTROU no país... e hoje em dia...** você sabe que... **o país se vende também com a sua cultura... já já prepara o caminho pra negociação... pra negócios... pra vender coisas mesmo...** imagina países que tão começando... que são falantes da sua língua... que é uma língua... que é uma língua considerada... é uma língua considerada periférica... apesar de ser a sétima língua mais falada do mundo... graças ao Brasil... graças ao Brasil... Angola... cê sabe... **é uma retomada...** lembrei também do Luís Felipe de Alencastro... que é um grande historiador brasileiro... vivo... que trata do tráfico de escravos... que trata... que trata da... das costas do Brasil e das costas africanas como sendo o mundo lusófono... do Atlântico... do Atlântico sul né?... o mundo lusófono ... em que eu tinha... lá pelas tantas... o bispo de... do Recife era também o bispo de Luanda... pro cê ter ideia... não é? e... as caravelas não não faziam... não era comércio triangular... era costas da África e depois costas do Brasil... numa época em que o Brasil como tal não existia... **é uma espécie de retomada...**

Assim, o movimento de promoção internacional da língua portuguesa faz ressoarem discursos que a representam como uma língua de colonização, particularmente em espaços de enunciação afetados pelas políticas colonizadoras portuguesas, como os PALOPs. É o que observamos na entrevista que o diretor-executivo do *Instituto Internacional da Língua Portuguesa* (IILP) entre 2010 e 2012, Gilvan Müller de Oliveira, concedeu à jornalista Adelina Brito num programa exibido pela Televisão de Cabo Verde (BRITO, 2011). Em certo momento da

entrevista, em que são tematizados os motivos pelos quais Angola e Moçambique ainda não haviam ratificado o *Novo Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa* em 2011, surge uma polêmica concernente ao lugar da língua portuguesa nos PALOPs:

Entrevistadora: há também um outro.. uma outra questão que se impõe de que há línguas nesses países que... portanto... que é falada... é uma língua de comunicação de muitos... de muito mais cidadãos do que... do que... do que a língua portuguesa... a imposição de uma língua estrangeira também é um fator... a imposição de uma língua estrangeira num país onde se fala outras línguas – minoritárias... minoritárias mas faladas por muitos – é também um fator talvez de... a não-adesão ainda... total...

Entrevistado: é... mas atenção que é preciso... é preciso ver que o português em Angola e Moçambique não é uma língua estrangeira....

Entrevistadora: não... não é uma língua estrangeira...

Entrevistado: é uma língua.. uma língua oficial...

Entrevistadora: mas do ponto de vista político é visto por muitos... como uma língua... uma língua não-africana..

Entrevistado: sim.. casualmente nós tivemos em contato com um especialista angolano em Maputo... e ele nos contou de uma ação política importante de Angola nesse campo... que foi nomear pela primeira vez todas as línguas faladas em Angola “línguas angolanas”... não mais “línguas nacionais”... “línguas angolanas” são portanto as línguas africanas angolanas... e as línguas europeias angolanas... então essa nova definição dá lugar ao português como língua angolana... Angola através desse ato... desse... dessa nomeação... nomeia o português como língua angolana... ao lado das línguas angolanas africanas... então Angola com esse novo conceito... ele é novo no conceito da... da CPLP... porque havia até então o conceito de línguas nacionais... e o português não era uma língua nacional...né?... era uma língua oficial sem ser uma língua nacional... Angola resolveu esse problema com uma nova nomeação... das línguas... né?... Moçambique ainda não... por isso nesse seminário que organizamos contou com especialistas na gestão do plurilinguismo nos oito países... falou-se muito na língua oficial não-nacionalizada.... e nas línguas nacionais não-oficializadas... criando essa dicotomia entre... entre as línguas chamadas

nacionais... faladas por milhões e que são africanas...e uma língua oficial que não é considerada uma língua nacional... mas veja como isso é interessante... a independência ocorreu lá pelos idos de 75... e agora nós estamos num ponto de discussão importante sobre a questão da nacionalização linguística... de se assumir o português como língua do país... e portanto de assumir também a sua gestão... não como língua única mas ao lado de outras línguas... o que exige uma série de conhecimentos na área do bilinguismo... do multiculturalismo... que é justamente também uma das nossas áreas de atuação indicada pelo Plano de Ação de Brasília...

Embora a entrevista diga respeito à política da CPLP, o recorte anterior evidencia o confronto entre duas posições discursivas. A primeira delas filia-se a uma região do interdiscurso que, em um espaço de enunciação como o angolano, significa o português como uma “língua estrangeira”, “não-africana”, que continua sendo “imposta”, para recuperar as palavras da jornalista; a segunda nega tais sentidos, por meio de um movimento que representa o português como uma “língua angolana”. Litígios como esse, certamente, também produzem seus efeitos na política linguística exterior levada a cabo pelo Brasil, particularmente, nos PALOPs. Lembremos, a esse respeito, os processos discursivos que significam o Brasil como um “irmão” de Angola e Moçambique, analisados na seção 3 do presente capítulo, por meio de cujo funcionamento se apagam discursos que poderiam representar a política externa brasileira – bem como sua política linguística exterior – a partir de matizes neo-colonizadoras ou imperialistas.

De fato, tais efeitos de sentido são produzidos em discursos que circulam contemporaneamente, como podemos atestar em diferentes matérias jornalísticas. Em maio de 2007, por exemplo, o jornal paraguaio *ABC Color* publicou um editorial defendendo a revisão do acordo que formou a Itaipu Binacional. Segundo o texto, intitulado “Brasil, um país imperialista e explorador”, eram “mentiras” as palavras “justiça”, “equidade”, “solidariedade” e “amizade” empregadas pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seus discursos no Paraguai (G1, 2007). Conforme uma matéria publicada na revista *Carta Capital* em junho de 2011 (CALVANO, 2011), Ollanta Humala, logo após sua eleição para a

presidência do Peru, afirmou: “não queremos repetir com o Brasil o ditado mexicano que diz que a desgraça do México é estar tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos”. Naquele mesmo mês, essa revista publicou uma matéria intitulada “Avanço do Brasil assusta vizinhos da América do Sul”, segundo a qual “A expansão cada vez maior de empresas brasileiras (privadas ou estatais) [...] para outros territórios começa a despertar, em alguns países do continente, uma espécie de sentimento anti-imperialismo brasileiro” (BONIS, 2011). Ainda em 2011, a *BBC Mundo* publicou o artigo “Los temores ante Brasil, el nuevo império americano”, que se iniciava da seguinte maneira: “A medida que Brasil gana peso e influencia en el mundo entero, una pregunta incómoda comenzó a asomar en algunos rincones de América Latina: ¿está renaciendo un afán "imperialista" en el gigante de la región?”¹⁶⁸ (LISSARDY, 2011). Semelhante discurso, que caracteriza – ou ao menos levanta a possibilidade de se caracterizar – o Brasil como um país imperialista, aparece explicitamente negado em textos de nosso *corpus*, como na reportagem *Integração Brasil, África e Ásia: para além do comércio*, publicada na revista *ComCiência* em 2006:

Jocélio Teles dos Santos, diretor Centro Estudos Afro-Orientais (Ceao) da Universidade Federal da Bahia, ressalta que, embora as ações do governo Lula remetam à política externa independente promovida no governo militar, hoje vivemos em outro contexto, que fomenta uma outra relação com a África. **“Não são mais países sendo colonizados. Não cabe mais a idéia de ‘penetração africana’.** A lógica do capital se mantém, mas a diferença é que existem ONGs e movimentos sociais do Sul e do Norte que atuam pressionando o governo brasileiro para que se reveja os 40 anos de aproximação com os países africanos e se promova relações em novas bases”, diz. Santos destaca a ampliação de intercâmbio entre estudantes brasileiros e africanos, bem como a proposta de realização da 2ª Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora – que acontecerá em Salvador de 12 a 14 de julho –, como elementos relevantes da política externa brasileira, que ultrapassam o âmbito comercial.

¹⁶⁸ “À medida que o Brasil ganha peso e influência no mundo inteiro, uma pergunta incômoda começou a assomar em alguns rincões da América Latina: está renascendo um afã ‘imperialista’ no gigante da região?” [tradução nossa].

Para o embaixador Jádriel Ferreira de Oliveira, chefe do Escritório Regional do MRE em São Paulo, é natural e estratégico que as relações comerciais sejam as primeiras a se desenvolver. “Tudo começa com o comércio. Tudo nos induz a fazer negócios com a África e Ásia. É uma forma de convencer a população de que a iniciativa é boa. **Não há um interesse imperialista nem colonialista nisso.** É uma boa maneira de “vender o peixe”. Não se pode dizer que queremos ter relações com a Ásia e Oriente Médio por razões ideológicas ou filosóficas. As relações econômicas são importantes e legítimas, mas a idéia é que sejam também políticas, que se tenha também uma comunhão política”, diz (S. DIAS, 2006) [grifos nossos].

As negações destacadas no último recorte refutam o discurso do outro, que, entretanto, não cessa de produzir sentidos para a atual política externa do Brasil – e, conseqüentemente, para sua política linguística exterior. É o que verificamos, por exemplo, no seguinte recorte da entrevista com Scarpa, ex-leitora na Inglaterra, em que a possibilidade de um imperialismo do português – brasileiro – é contemplada (cf. Anexo 2):

porque [a língua] é um fator poderosíssimo de influência geopolítica... olha... o imperialismo do inglês... eu não quero... eu não quero chamar pra mim... longe... como brasileira... **eu não gostaria de ver o imperialismo do português... português brasileiro...** mas eh... eh... eh... é inegável... essa postura de influência geopolítica... é inegável...

De maneira análoga, elementos da memória discursiva significando o Brasil como um país imperialista sustentam diferentes discursos que circularam no *Congresso da Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira* (CONSIPLÉ), realizado em Assunção (Paraguai) entre 06 e 08 de outubro de 2011, como podemos atestar pelo próprio tema geral do evento: “O português como língua de diálogo e integração na América Latina”. Na primeira mesa plenária do evento, intitulada “A língua portuguesa no Paraguai”, um dos então leitores em Assunção, José Maria Rodrigues, apresenta o trabalho “Difusão da língua portuguesa através do diálogo intercultural: reflexões sobre o programa de

leitorado do MRE-Capes no Paraguai”. Reproduzimos abaixo parte do resumo desse trabalho, publicado no Caderno de Resumos e Programação do congresso:

Além do ensino sistemático da língua portuguesa falada no Brasil, a difusão da literatura e da cultura brasileiras no citado país [Paraguai], os três leitores, lotados na Universidade Católica e na Universidade Nacional de Assunção, desenvolveram projetos que têm se perfilado como catalisadores **idôneos** para a promoção contínua do PLE nesse país, já que atingem uma parcela qualitativa das populações locais, no âmbito das comunidades acadêmicas formadoras de opinião, as quais valorizam positivamente **a adoção, por parte dos acadêmicos brasileiros, de um modelo de fortalecimento da identidade regional favorável à integração, e que contemple a diversidade e reconheça a importância dos códigos culturais e linguísticos autóctones** (RODRIGUES, 2011, p. 10) [grifos nossos].

De maneira semelhante ao observado anteriormente, a política linguística exterior brasileira é caracterizada como “idônea” e “integracionista”, silenciando, assim, formulações que a qualificam como “imperialista” ou “colonialista”. Essa política seria, portanto, marcada por um viés “pluralista”, de respeito à diversidade linguística e cultural. Bastante significativa, a esse respeito, é a publicação, em 2011 – ano em que o Paraguai comemorou o bicentenário de sua independência –, do *Mbohapy Ñe’ẽ Mercosur Pegua Ryru / Diccionario Trilingüe del Mercosur / Dicionário Trilíngue do MERCOSUL* pelo ex-leitor em Assunção, José M. Rodrigues, em co-autoria com Domingo Aguilera Jiménez, com o apoio da Embaixada brasileira nessa cidade (cf. AGUILERA & RODRIGUES, 2011).

Em resumo, é fundamental ter em vista que a política linguística exterior brasileira se delinea na relação com dizeres disponibilizados pelo interdiscurso que representam as políticas de promoção exterior da língua como políticas (neo)colonizadoras, o português como uma língua de colonização, e o Brasil como um país de pretensões imperialistas. Além de ser um elemento decisivo na constituição do funcionamento silencioso da política linguística exterior brasileira,

sobre o qual nos concentramos na seção 3, o imbricamento desses discursos parece explicar, em certa medida, sua natureza pouco centrada.

Conclusões parciais

Mostramos, ao longo do segundo e terceiro capítulos, que a política linguística exterior brasileira é significada como parte de uma política cultural maior, de tal forma que o ensino da língua portuguesa, frequentemente, se “dilui” em meio a diversas outras ações culturais levadas a cabo pela RBEx. Este apelo à cultura, conforme argumentamos, resulta em certo silenciamento da natureza política própria à promoção do português no exterior. Significativo, a esse respeito, é o fato de que a própria expressão “política linguística” não apareça nos discursos do Itamaraty, diferentemente do que ocorre com a designação “política cultural”. Isso não implica que tal apagamento se dê por meio de uma atitude deliberada e intencional dos planejadores e executores da política linguística e cultural do Estado brasileiro. Ao contrário. Ele parece ser constitutivo do próprio funcionamento desse discurso. A fim de refletirmos sobre esse aspecto, retomemos o seguinte recorte, em que um ex-leitor brasileiro em Manchester (Inglaterra) critica a “condição de isolamento” a que os leitorados estariam submetidos:

De uma maneira geral, o resultado é uma condição de isolamento dos Leitorados que seguem trabalhando nas suas respectivas universidades de modo disjunto. Pontos de contato entre as diferentes partes da rede são fundamentais, por exemplo, para que novos Leitores tenham uma noção da história do seu Leitorado, um entendimento das contribuições de quem já passou pela posição e ideias para o seu próprio trabalho. De uma perspectiva mais abrangente, **um protocolo de ação conjunta, na forma de redes externas, é essencial para que os Leitores compreendam seu trabalho enquanto parte de um projeto maior de política cultural do governo brasileiro.** A falta de unificação que existe hoje se traduz não apenas em condições de trabalho isoladas e, por vezes, muito distintas. A ausência de redes também resulta em diferentes entendimentos dos Leitores

sobre o seu próprio trabalho e até mesmo sobre o que é o Leitorado (SERRAVALLE DE SÁ, 2009, p. 34) [grifo nosso].

Vejamos que o autor destaca a importância de que os leitores compreendam seu trabalho enquanto parte de um projeto de *política cultural* do governo brasileiro. Entretanto, a possibilidade de se pensar o trabalho dos leitores enquanto parte da *política externa* do Brasil não aparece aí contemplada.

Processo discursivo semelhante pode ser observado na conferência dada por um dos ex-leitores brasileiros em Assunção (Paraguai), José Maria Rodrigues, por ocasião do *Congresso Internacional da Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira* em 2011 (CONSIPLÉ). Em determinado momento de sua apresentação, intitulada “Difusão da língua portuguesa através do diálogo intercultural: reflexões sobre o programa de leitorado do MRE-Capes no Paraguai”, Rodrigues declara: “como eu sei... já sabia... a partir da formação na Espanha... o leitor deve se aproximar muito das Embaixadas... **ele é praticamente uma extensão do setor cultural...**”. Assim como observado no recorte de Serravalle de Sá reproduzido anteriormente, o fato de que, na posição a partir da qual enuncia Rodrigues, se considere o trabalho do leitor como parte de uma política cultural maior não implica que ele também seja significado como parte da política externa do Estado brasileiro. Essa última representação é inclusive negada durante a conferência em questão, conforme recorte a seguir:

era praticamente visto... em 2008... no início... uma **ameaça** o fato de nós estarmos entrando com uma força grande... as perguntas que eram indagadas... muitas vezes... em alguns seminários... mas **por que que o governo brasileiro tem tanto interesse em abrir língua portuguesa nas universidades?... com qual objetivo?... por que que eles financiam tanto?... sabemos que pagam muito bem... vocês estão aqui... o leitor... quem é o leitor? porque de fato é um problema... o leitor ele vem com uma sigla... MRE... e é uma confusão... somos acadêmicos... somos acadêmicos enviados para fazer um trabalho... o problema é que dá-se a impressão de que somos algo... uma extensão... um **diplomata disfarçado... praticamente um espia da itaipu...** de fato é visto assim... algo como escatológico... mas rompemos um**

pouco essa ideia trabalhando com esses projetos e nesses seminários...

Os leitores são, portanto, vistos como representantes “disfarçados” do Estado brasileiro, causando desconfiança entre paraguaios: sua atuação não poderia, simplesmente, ter como objetivo o ensino de língua portuguesa. Considerando a imagem negativa que ações vinculadas ao Estado brasileiro podem produzir junto a certos setores da sociedade paraguaia – na medida em que evocam elementos da memória discursiva como a Guerra do Paraguai (1864-1870) ou as controvérsias relativas à construção da usina de Itaipu –, é bastante esperado que, na posição a partir da qual enuncia Rodrigues, se considere um “problema” o fato de que o leitor seja associado à sigla “MRE”. A despeito disso, não deixa de ser interessante o fato de que, no recorte anterior, se signifique o leitor única e exclusivamente como um acadêmico, como se seu trabalho não guardasse relação alguma com interesses da política externa brasileira.

Em resumo, o apagamento dos interesses geopolíticos e econômicos do Estado brasileiro implicados na divulgação do português no exterior é tal que os próprios sujeitos responsáveis pela implementação das ações podem, em alguns casos, conceber seu trabalho apenas como o de meros agentes culturais, e não como o de agentes da política externa brasileira¹⁶⁹. Assim, em conformidade com o que anunciáramos ao discutir, no primeiro capítulo, o conceito de “política linguística”, a partir do quadro teórico da Análise do Discurso e da História das Ideias Linguísticas, não podemos reduzir as formas de uma política linguística à vontade e reflexão estratégica de seus “atores”, que, enquanto sujeitos constituídos por um espaço de enunciação, também estão sujeitos às políticas de línguas que regulamentam esse espaço.

A despeito, porém, do silenciamento do caráter político da promoção do português no exterior, há vestígios da relação dessas iniciativas com a política

¹⁶⁹ Não se trata, evidentemente, de um processo que diga respeito a todos os profissionais implicados nessa política, já que, para outros sujeitos, a exemplo de Gohn (2006) e Scarpa (cf. Anexo 2), os vínculos entre a política linguística exterior e a política externa brasileira são claros.

externa brasileira. Algumas mudanças recentes na distribuição da RBEx – a exemplo de sua maior expansão para a América Latina, América Central e para a África –, como vimos, são particularmente interessantes nesse sentido, na medida em que acompanham redirecionamentos na política exterior do Estado brasileiro. Podemos, dessa forma, concluir que o conceito de política linguística exterior, conforme propõe Varela (2006), não é autônomo, mas encontra sua coerência em um nível superior: o da política externa. De nossa parte, poderíamos destacar que a política linguística exterior funciona de forma complementar a outras ações de penetração do Estado no exterior, apresentando diferentes configurações conforme as condições de produção em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizarmos esta tese, gostaríamos de retomar as principais linhas de argumentação aqui estabelecidas, sublinhando as características centrais da política linguística exterior levada a cabo pelo Estado brasileiro na contemporaneidade. Concluiremos nosso texto por uma breve análise da proposta de criação do *Instituto Machado de Assis* – entidade subordinada ao MEC que teria, entre seus objetivos, a coordenação de políticas linguísticas do português no Brasil e no exterior –, lançada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2005. Argumentaremos que esse projeto, assim como os impasses relativos à sua implementação, se sustentam em processos discursivos semelhantes aos analisados ao longo deste trabalho.

I.

As iniciativas do Itamaraty para a promoção do português no exterior datam, conforme mostramos no capítulo II, de meados do século XX. As origens dos primeiros CEBs (atualmente conhecidos como CCBs) e dos primeiros leitorados remontam, respectivamente, às décadas de 1940 e 1960. Porém, é somente a partir da última década do século XX – sobretudo, no início do século XXI – que essas iniciativas ganham mais força, passando, ainda, a ser objeto de maior regulamentação por parte do Estado. Diversas são as evidências nesse sentido. Lembremos, por exemplo, que somente em 1999 se publica a primeira portaria regulamentando o programa de leitorado (BRASIL, 1999), o que parece ter sido um gesto importante para sua institucionalização, garantindo uma maior transparência em seu funcionamento¹⁷⁰. A criação de uma divisão especificamente encarregada da promoção internacional do português – a DPLP – data apenas de 2003. Cabe sublinhar, ainda, que, entre 2003 e 2011, os CCBs tiveram um crescimento de 46,66%, enquanto a rede de leitorados aumentou em 116,12%

¹⁷⁰ Cf. entrevista com a ex-leitora Scarpa, apresentada no Anexo 1.

nesse mesmo período (cf. Figura 7). Além disso, há um interesse declarado do Estado brasileiro em estatizar os ICs, que, como vimos, foram criados a partir de um movimento de privatização de alguns CEBs ao longo da década de 1990.

Esse notório fortalecimento das iniciativas brasileiras para a promoção do português – às quais poderiam se somar outras, que não foram objeto de estudo deste trabalho – pode ser mais bem compreendido à luz de processos discursivos que passam a significar o português como um **instrumento estratégico** de penetração do Estado e do Mercado no mundo “globalizado” (cf. DINIZ, 2008, 2010; ZOPPI-FONTANA, 2009). É para essa mudança que chama a atenção uma reportagem publicada em dezembro de 2005 pela Revista Língua Portuguesa. Segundo a matéria (LÍNGUA PORTUGUESA, 2005, p. 40), “Uma série de iniciativas, do governo e da sociedade civil, promete fugir dos tímidos resultados da patriotada infrutífera, que em geral marcam ações do gênero no Brasil”. Dentre essas iniciativas, mencionam-se as seguintes: a constituição da *Comissão para Definição de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa* (COLIP) no âmbito do MEC; a proposta de criação do Instituto Machado de Assis; a inauguração do Museu da Língua Portuguesa em janeiro de 2006, a partir de uma iniciativa entre a Fundação Roberto Marinho e o governo de São Paulo; e a formação de uma comissão no Rotary que estabeleceu como prioridade para o triênio 2006-2008 a valorização do português. Recuperando as palavras da reportagem (*ibidem*, p. 40), “A promoção da língua entrou na crista da onda”, porque “o governo federal e a sociedade civil começam a encarar o idioma como peça importante para o país ocupar seu lugar em tempos de globalização”. Daí o título da matéria: “Interesse estratégico”. Efeitos de sentido semelhantes são produzidos em alguns recortes da entrevista que realizamos com o diplomata do Itamaraty (cf. Anexo 1), a exemplo do seguinte:

Entrevistador: e... o que você poderia dizer sobre isso? sobre essa vontade de divulgar o português na na... na África? por que esse crescimento?

Entrevistado: hum... porque a língua comum... é uma **oportunidade** muito grande... o fato de o Brasil partir de uma língua que é uma língua tá... falada por uma população grande mas... 80% talvez dos lusófonos do mundo somos nós mesmos [risos]... então é uma língua que tá... tá com uma certa projeção... é falada em todos os continentes exceto a Oceania... mas... enfim... o Brasil tem muito mais facilidade... pelo menos *a priori*... por falar português... de de **entrar em Angola... entrar em Angola em todos os sentidos**... tanto as empresas [segmento ininteligível]... mas também tem... tem a proximidade política maior de se integrar em todos os aspectos... tem muito mais facilidade do que... do que qualquer outro país... Portugal tá lá... mais do que a França ou o Reino Unido ou os Estados Unidos ou a China... essa é uma vantagem... que o Brasil já tem... o ponto de partida é muito mais vantajoso... tem essa vantagem extremamente efetiva... **é importante que esses países oficialmente lusófonos sejam lusófonos de fato**... o que nem sempre são... Cabo Verde geralmente eles falam português embora tenha o crioulo local... ah.. Cabo Ve... ah Guiné Bissau não... Guiné Bissau ... Angola muitas vezes falam... Moçambique bem menos... São Tomé acho que falam um número muito pequeno... no Timor poucos falam na prática... porque Portugal saiu teve a colonização Indonésia... tem o tétum... mas enfim... o Brasil se sente mais... digamos... tem uma parte emocional... acho que o Brasil se sente mais próximo... a parte emocional de um Estado... mas enfim... o Brasil se sente mais próximo desses povos que têm um passado comum de certa forma... então tem esse lado que é um... um lado... emocional... digamos assim passional... **mas tem um lado pragmático concreto... de que em função dessa... proximidade linguística... proximidade cultural... todo o resto se torna mais fácil... fazer política externa... colocar a Petrobras... a Odebrecht ou outras coisas... na África se torna mais fácil...**

Em outras palavras, enquanto integrantes da política externa do Brasil, as ações para a promoção do português refletem os diferentes interesses do Estado brasileiro, que, embora, em geral, silenciados, são, por vezes, explicitados em alguns textos de nosso *corpus* de pesquisa. Esse é o caso da matéria abaixo, publicada pela Agência do Senado em 2011, em que o ex-diretor de Relações Internacionais do Ministério da Cultura, Marcelo Dantas, demonstra uma preocupação com o avanço do inglês e do francês, particularmente nos PALOPs. Nessa perspectiva, o fortalecimento do português no âmbito da CPLP é, antes de tudo, uma oportunidade econômica e geopolítica para o Brasil.

É destacado 'interesse estratégico' da língua portuguesa para o Brasil

O fortalecimento internacional da língua portuguesa tem "**interesse estratégico**" para o Brasil, disse, nesta quarta (14), o diretor de Relações Internacionais do Ministério da Cultura, Marcelo Dantas, em audiência pública promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Ele alertou para o risco de ampliação da influência dos países que utilizam os idiomas inglês e francês, especialmente junto às nações africanas de expressão portuguesa.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) inclui oito países em quatro continentes, reunindo cerca de 250 milhões de pessoas, dos quais quase 80% no Brasil. Nos próximos 50 anos, previu o diretor, Angola e Moçambique devem dobrar a população. Mas apenas 40% a 50% dos habitantes de Angola e cerca de 10% dos habitantes de Moçambique têm atualmente o português como língua materna. Além da influência crescente sobre esses países lusófonos de nações de língua inglesa, disse Dantas, existem organismos internacionais que tentam "boicotar o português".

- O francês e o inglês estão tentando deslocar o português na África. **Se a nossa comunidade se enfraquece, o Brasil perde expressão internacional e perde mercados e contratos às vezes bilionários.** Angola vai se tornar um dos países mais ricos da África. Podemos ter com eles um projeto de desenvolvimento verdadeiro, equilibrado e conjunto - afirmou Dantas, durante a audiência sobre "A criação e a implementação de um programa de colaboração e intercâmbio de conteúdos culturais entre Estados que integram a CPLP", presidida pela senadora Lídice da Mata (PSB-BA) [...].

(MAGALHAES, 2011) [grifos nossos]

Podemos, assim, afirmar que, se, por um lado, as políticas linguísticas objetivam afetar a relação que os sujeitos estabelecem com uma ou mais línguas em um determinado espaço de enunciação, por outro, elas estão, igualmente, afetadas pelos movimentos discursivos que, em condições de produção específicas, participam da (re)construção das diferentes memórias da língua (PAYER, 1999) em jogo nesse espaço. Nesse sentido, conforme argumentamos na primeira seção do capítulo III, o fortalecimento da política linguística exterior brasileira é resultado da formulação de um novo lugar para o português, na esteira

de um processo mais amplo de mercantilização das línguas (ZOPPI-FONTANA, 2009) desencadeado pela Nova Economia, que, segundo Oliveira (2010), exerce uma pressão para o ingresso de mais línguas no sistema capitalista do *just-in-time*. Tal recrudescimento reflete, ainda, mudanças recentes na política externa do Brasil e seu reposicionamento no espaço geopolítico regional e global, bem como movimentos de atualização de discursos fundadores, a partir dos quais o Brasil passa a ser representado como um “gigante que desperta” – e, conseqüentemente, o português (brasileiro) como uma língua em que os sujeitos do mundo globalizado devem “investir” (DINIZ, 2008, 2010; ZOPPI-FONTANA, 2009) para obterem “sucesso” – essa que, segundo Payer (2005), é a recompensa (imaginária) para aqueles que se submetem às leis do Mercado.

II.

Argumentamos, porém, que os vínculos entre a política linguística exterior brasileira e os interesses estratégicos do Estado não se dão a reconhecer à primeira vista. Ao contrário. A natureza inexoravelmente política das iniciativas para a promoção do português tende a ser, conforme argumentamos, silenciada, frequentemente, pelo funcionamento de um discurso que a significa, meramente, como parte de uma política cultural.

Vimos, por exemplo, na seção 3 do segundo capítulo, que, na construção da imagem dos CCBs e dos ICs, ocorre certo apagamento das atividades diretamente relacionadas ao ensino de língua portuguesa, em favor de atividades “culturais” cada vez mais frequentes, como palestras e seminários sobre “a civilização e a atualidade brasileiras” – para recuperar palavras de um artigo sobre o Centro Cultural Brasil-Chile (LOPES, 2008) –, projeções cinematográficas, exposições de artes visuais e apresentações de música, dança, capoeira e teatro. Os cursos de português, por sua vez, passam, recorrentemente, a ser designados como “cursos de língua portuguesa e cultura brasileira”. A ampliação no escopo das atividades ocorridas na RBEx é inclusive apresentada como justificativa oficial para a mudança na designação “Centro de Estudos

Brasileiros” para “Centro Cultural Brasil-X” (em que X é o nome do país-sede), conforme determinação da DPLP em setembro de 2008. Embora o novo nome coloque, de fato, o cultural em primeiro plano – diferentemente de “Centro de Estudos Brasileiros”, que significa a instituição por um discurso acadêmico –, não podemos, conforme argumentamos, reduzir os efeitos de sentido produzidos pela mudança àqueles reiterados no discurso do MRE. Chamamos a atenção, particularmente, para o fato de que a nova designação desloca o foco da unilateralidade para a bilateralidade, produzindo um efeito de simetria entre o Brasil e o outro Estado. Em outras palavras, se a designação “Centro de Estudos Brasileiros” dá margem à interpretação de que a instituição visa única e exclusivamente ao estudo do Brasil – e à influência cultural do Estado brasileiro –, o novo nome recorta um outro memorável, que, novamente, silencia os vínculos da RBEx com os interesses do Estado brasileiro.

Destacamos, ainda, na seção 4 do capítulo II, que um dos únicos pré-requisitos necessários para se assumir a função de leitor do Itamaraty, explicitado pela portaria que atualmente regulamenta o programa (BRASIL, 2006), é a nacionalidade brasileira, o que indica que o leitorado é significado não apenas como um cargo de docência, mas como um lugar de representação do Brasil: assim como os membros da carreira diplomática, um leitor deve, necessariamente, ser brasileiro. Não há, porém, um consenso em relação a essa imagem. Se, por um lado, a partir de uma primeira posição discursiva, se considera que o leitor pode, da mesma forma que um adido cultural, representar a Embaixada, atuando como porta-voz oficial do Brasil no exterior, por outro, se concebe, a partir de uma segunda posição, que o leitor é uma figura acadêmica, não lhe cabendo o papel de representar o Estado brasileiro. Independentemente, porém, da posição a partir da qual se enuncia, não se significa o leitor a não ser enquanto um *representante cultural*, seja do Estado, seja do povo brasileiro.

Conforme mostra Rodríguez-Alcalá (2004), assim como, durante a Idade Média, a religião permitira a identificação de povos linguística e culturalmente muito heterogêneos em torno de um mesmo Soberano, a cultura

funcionou como argumento legitimador do poder dos Estados Nacionais, cujos recortes territoriais seriam, supostamente, fruto de um contraste etno-cultural prévio entre diferentes grupos sociais. Tendo em vista que a relação entre língua e política do Estado é, como indicam nossas análises, sustentada pela noção de cultura, indagamo-nos, na seção 2 do capítulo III, sobre o funcionamento político do apelo à cultura nas condições de produção em que se dá o recrudescimento da promoção do português no exterior. Certamente, a cultura brasileira produzida mercadologicamente é um elemento-chave no processo que passa a significar o português como um produto de Mercado, aumentando-lhe o *status* e prestígio internacionais. Além disso, o apelo à cultura tende a produzir um apagamento do fato de que as ações para divulgação do português se vinculam a interesses – geopolíticos, econômicos e comerciais – da política externa do Estado brasileiro. Nas palavras de Gohn (2006), ex-leitor na Índia,

Já se disse que o poderio militar e o poderio econômico intimidam. A cultura, por outro lado, seduz. Muito há ainda a ser feito para que os indianos sejam mais seduzidos por aspectos da cultura brasileira. O leitorado atua aqui, como uma gota no oceano. Doses homeopáticas, contudo, podem dinamizar toda uma solução. Como perspectiva, vê-se que o futebol e a música brasileira têm bom potencial de penetração junto à juventude universitária indiana, mas trabalhos na área cultural dão fruto a longo prazo [grifo nosso].

Esse apelo à cultura participa, portanto, do **funcionamento silencioso** característico da política linguística exterior do Estado brasileiro – e, possivelmente, da política linguística exterior de uma maneira geral (cf. terceira seção do capítulo III). Cabe destacar, nesse sentido, que, conforme já apontado, sequer a expressão “política linguística” aparece no discurso oficial do Itamaraty, em oposição à expressão “política cultural”. Lembremos ainda, como marcas desse funcionamento silencioso, a nomeação, em 2006, de um moçambicano para a direção de um CCB – quando esses Centros são, em geral, presididos por brasileiros –, ou a atribuição, em 2003, dos nomes dos Embaixadores Ovídio de

Andrade Melo e José Aparecido de Oliveira aos Centros de Estudos Brasileiros de Angola e Moçambique, respectivamente. Aquele Embaixador, conforme discursos oficiais do Itamaraty, teria tido um papel decisivo no reconhecimento pioneiro da independência de Angola, enquanto este teria sido o principal idealizador da CPLP, além de ter participado ativamente da criação do Centro Cultural Brasil-Moçambique. Constrói-se, assim, um memorável de fraternidade entre o Brasil e os países africanos em questão, silenciando os interesses estratégicos da política (linguística) exterior brasileira.

Recordemos ainda que os subsídios pagos pelo MRE aos leitores na África são, em geral, mais altos do que os dos que exercem seus postos em outros continentes. Porém, os documentos oficiais relativos ao programa de leitorado não contemplam a possibilidade de que a fixação dos subsídios pagos pelo MRE aos leitores leve em consideração interesses da política externa brasileira, o que mostra o funcionamento de um silenciamento local no discurso oficial do Itamaraty. Nas palavras de Orlandi (2008, p. 60), “Com o apagamento de sentidos, há zonas de sentido, e, logo, posições do sujeito que ele não pode ocupar, que lhe são interdidas”. Neste caso, posições que, ao invés de significarem a promoção do português como uma mera política cultural, a representam como uma política linguística vinculada a interesses estratégicos do Estado brasileiro.

A despeito, porém, de seu funcionamento silencioso, encontramos, em nosso *corpus* de pesquisa, diferentes vestígios das relações entre a política linguística exterior brasileira e a política externa levada a cabo pelo Itamaraty. Na seção 4 do terceiro capítulo, chamamos a atenção, particularmente, para mudanças na configuração da RBEx que acompanham redirecionamentos na política externa brasileira. Destaca-se, nesse sentido, a reconfiguração da rede de leitorado. Se, em 1991, 73% dos leitorados localizavam-se na Europa, em 2011, apenas 31,34% se situavam nesse continente, o que se deve, particularmente, a abertura de postos na América do Sul e na África, onde as porcentagens de leitorados aumentaram em aproximadamente 14% (cf. Figuras 9 e 10). Digna de

nota é a fundação de quatro CCBs nesse último continente durante a primeira década do século XXI (cf. Quadro 2). Tais mudanças na distribuição da RBEx refletem, conforme discutimos, modificações na política externa brasileira, particularmente, a maior abertura para o diálogo sul-sul a partir do governo Lula. Fica patente, assim, que uma política linguística exterior, como argumenta Varela (2006), encontra sua coerência não em si mesma, mas no nível da política externa de Estado, a que está subordinada. Nas palavras da autora (*ibidem*, p. 299),

Les PLEs [politiques linguistiques extérieures] étant un instrument des puissances ou des pays qui aspirent à l'être, leur forme et leurs buts sont étroitement liés à la position que ces pays assument vis-à-vis des grands enjeux géopolitiques, économiques et culturels du moment, à l'échelle mondiale et régionale. Sans tenir compte des seconds, on peut difficilement expliquer voire identifier les premières.¹⁷¹

III.

Sendo, portanto, uma questão geopolítica, é de se esperar que a política linguística exterior traga à tona conflitos entre os Estados. De fato, constatamos, na seção 5 do capítulo III, que, a despeito do discurso de fraternidade entre os países da CPLP, segundo o qual o português deve ser “gerido” em conjunto por seus países membros, têm predominado, historicamente, iniciativas levadas a cabo pelo Brasil, de um lado, e por Portugal, de outro, que estabelecem entre si, frequentemente, uma relação de tensão. Lembremos, nesse sentido, as dificuldades de se fundarem leitorados brasileiros em universidades em que o Instituto Camões está presente. Fatos como esse são frequentemente mencionados nas recorrentes críticas à política linguística portuguesa feitas por parte de autores brasileiros. Vejamos, nesse sentido, um recorte de um artigo publicado por Bagno (2009):

¹⁷¹ Sendo as políticas linguísticas exteriores um instrumento das potências ou dos países que aspiram sê-lo, sua forma e seus objetivos estão ligados intimamente à posição que esses países assumem face às principais questões em jogo nas relações geopolíticas, econômicas e culturais do momento, em escala mundial e regional. Sem levar em consideração essas últimas, dificilmente podemos explicar, ou mesmo identificar, aquelas [tradução nossa].

[...] a lusofonia tem como principal arauto um país em tudo periférico da União Europeia, desimportante na geopolítica mundial e nem de longe uma potência econômica. Não bastasse isso, os demais países “lusófonos”, excetuando-se o Brasil, encabeçam a lista das nações mais pobres e subdesenvolvidas do mundo: Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Moçambique, Angola, Timor. As três primeiras dependem exclusivamente da ajuda internacional para sobreviver. Com isso, dá para dizer que se trata, de fato, de uma “ilusofonia”, uma quimera que Portugal não tem a menor possibilidade de sustentar. Ainda assim, Portugal age com **prepotência colonial**: não reconhece os certificados de proficiência em português emitidos pelo Brasil e impede (por lei!) que professores brasileiros ocupem as cadeiras de ensino da língua em universidades estrangeiras. Na União Europeia, proíbe-se que os tradutores simultâneos para o português sejam brasileiros... Portugal parece se alimentar do mito bíblico de Davi contra Goliás, mas a realidade sociopolítica e econômica do mundo atual é coisa muito mais séria do que qualquer mito sebastianista de Quinto Império [grifo nosso].

Em relação ao recorte anterior, gostaríamos de lembrar, em primeiro lugar, que Bagno (1999, 2001, 2011) está entre aqueles que defendem a hipótese de que o português do Brasil seja uma língua diferente do português de Portugal¹⁷². Cabe, então, a seguinte pergunta: se, para Bagno, o português e o “brasileiro” – para recuperar a denominação empregada pelo linguista – são línguas diferentes, não seria contraditório o fato de que o autor reivindique o reconhecimento do Celpe-Bras por parte de Portugal? Que condições de produção explicariam essa reivindicação, quando sequer se cogita, na posição a partir a qual enuncia Bagno, a possibilidade de que o Brasil recoheça os exames de

¹⁷² Segundo o autor (2011, p. 383), “Evidentemente, também há muito de político e ideológico na designação ‘língua’ que se aplica a um modo de falar específico. Por exemplo, o galego é considerado uma ‘língua’ diferente do português, mas **o português do Brasil não é oficialmente chamado ‘brasileiro’, em contraposição ao português europeu, embora os estudos linguísticos venham comprovando que, do ponto de vista sistêmico (fonológico e morfossintático, semântico e pragmático), são duas línguas diferentes.** Ora, o galego não pode ser confundido com o português, para que a Galiza não tenha a pretensão de se separar da Espanha e criar um Estado soberano ou, talvez, de se unir ao território de Portugal. Mas, por outro lado, **a ideologia colonialista que sempre imperou impede que se reconheça o idioma majoritário dos brasileiros como uma língua independente do português europeu e que possa ser chamada simplesmente ‘brasileiro’** [grifos nossos].

proficiência portuguesas¹⁷³? Chama-nos a atenção, mais uma vez, a força dos efeitos de sentido produzidos num universo simbólico constitutivamente marcado pela colonização linguística (MARIANI, 2004). Ora, a criação do Celpe-Bras representa a assunção de uma nova posição de autoria por parte do Estado brasileiro, que passa a se apresentar como instância de avaliação sobre o conhecimento do português por parte de falantes de outras línguas (cf. ZOPPI-FONTANA, 2009; DINIZ, 2008, 2010). Se Portugal reconhece a validade desse instrumento, está, ao mesmo tempo, “a reconhecer” a independência – agora linguística – do Brasil. É o valor simbólico desse gesto que permite explicar não só a suposta resistência de Portugal em reconhecer o Celpe-Bras, mas também as contradições e silenciamentos para os quais chamamos a atenção no discurso de Bagno e de outros autores.

As críticas à política linguística portuguesa feitas no recorte anterior silenciam, portanto, aquelas que poderiam, a partir de outra posição discursiva, ser dirigidas à política linguística exterior brasileira, o que fica particularmente evidente na continuação do artigo (BAGNO, 2009):

No entanto, isso não nos autoriza a jogar no lixo o projeto de uma comunidade de povos falantes do português. O fundamental é que ela seja conduzida, em conjunto, pelos dois únicos países em que o português é língua hegemônica em todo o território: Brasil e Portugal. **E que o Brasil abandone sua secular posição de subserviência e mostre a Portugal que quem manda mesmo, hoje, na língua, somos nós e que cabe a Portugal, isso sim, seguir os passos das políticas linguísticas que nós propusermos.** O caso recente do acordo ortográfico foi exemplar. Como me disse Gilvan Müller de Oliveira, especialista em política linguística, “Portugal saiu para pescar e quando voltou o Acordo Ortográfico já estava implantado e ele não podia fazer mais nada”. A chiadeira portuguesa contra a nova ortografia não pode alterar o fato consumado. O Acordo, que o Brasil já implementou com tremendo sucesso (apesar das críticas bobocas e desinformadas de muita gente), representa um passo gigantesco na promoção de uma verdadeira política lusófona, na qual **ou Portugal se conforma com a posição que lhe cabe ou vai ficar numa**

¹⁷³ Esse mesmo silenciamento produz seus efeitos no texto de Fiorin (2008), conforme mostramos na seção 5 do terceiro capítulo.

obscuridade periférica ainda mais profunda do que aquela em que já está mergulhado, com saudades do que não foi [grifos nossos].

Embora se afirme, no recorte anterior, que “o projeto de uma comunidade dos falantes de português” deve ser conduzido “em conjunto” por Portugal e Brasil – desconsiderando-se, portanto, a possibilidade de participação de outros países onde se fala português–, prevalece o discurso de que cabe exclusivamente ao Brasil a tarefa de planejar as políticas linguísticas relativas à “lusofonia”. Assim, se, por um lado, se argumenta que “Portugal age com **prepotência colonial**”, não se considera, por outro, que críticas semelhantes poderiam ser feitas ao discurso de que é o Brasil que, hoje, “manda” no português, não restando a Portugal outra opção senão “seguir os passos” das políticas linguísticas propostas pelo Brasil e “conformar-se com a posição que lhe cabe”. Dessa maneira, da mesma forma que a política linguística exterior portuguesa significa, frequentemente, Portugal como o único representante legítimo do português – como indica a dificuldade de expansão da RBEx em áreas de atuação do Instituto Camões –, a política linguística brasileira também tende a representar o espaço de enunciação do português como monocêntrico. A polêmica incide, assim, não sobre o discurso de que a “lusofonia” tem um centro – trata-se de um pré-construído em funcionamento tanto na política linguística exterior portuguesa quanto na brasileira –, mas sobre *qual país* deve ocupar esse centro: Brasil ou Portugal.

Poderíamos, então, afirmar que os movimentos de gramatização e institucionalização brasileiras do português como língua estrangeira – em que a política linguística aqui analisada tem um papel fulcral – participam não apenas de um movimento de **descolonização linguística** (ORLANDI, 2009), mas inclusive de uma “**colonização linguística às avessas**” (ZOPPI-FONTANA, 2010), como argumentamos na seção 6 do terceiro capítulo. Um importante indício desse processo discursivo é o fato de que o português brasileiro, estigmatizado em outras condições de produção, torna-se motivo de “orgulho”, passando, por vezes,

a ser representado como mais “bem pronunciado” e “agradável” do que o português de Portugal, razão pela qual seria mais adequado à internacionalização do que a “variante” europeia. O português brasileiro se “reinventa”, assim, em seu processo de internacionalização, não correspondendo, discursivamente, à língua do Estado brasileiro e seus aparelhos ideológicos.

Esse processo de constituição de uma memória do português do Brasil, em sua dimensão transnacional, ressignifica, portanto, as dimensões *oficial* e *nacional* da língua portuguesa, como mostra Zoppi-Fontana (2009, 2012), trazendo à tona alguns dos litígios constitutivos do espaço de enunciação brasileiro. Chamou-nos a atenção, nesse sentido, a recorrência da designação “língua portuguesa falada no Brasil”, bem como o fato de que a expressão “língua portuguesa” apareça, em geral, acompanhada por sintagmas como “cultura e literatura brasileiras”, que a associam ao Brasil. Essas marcas na materialidade linguística mostram os embates entre as diferentes dimensões de funcionamento da língua portuguesa. Por um lado, observamos a injunção histórica a se designar, a partir da posição do Estado brasileiro, a língua em questão como “língua portuguesa”. Tal designação, conforme argumenta Zoppi-Fontana (2012), mobiliza regiões contraditórias do interdiscurso, já que alude, ao mesmo tempo, à *dimensão nacional* dessa língua no Brasil, enquanto lugar de identificação do povo brasileiro, e à sua *dimensão oficial*, enquanto língua do Estado brasileiro, compartilhada com Portugal e outros Estados devido aos processos de colonização (linguística). Por outro lado, “língua portuguesa” aparece como insuficiente nas condições de produção em questão, uma vez que está em jogo, conforme argumentamos, um processo de descolonização linguística. Ademais, é preciso ter em vista a necessidade, construída a partir de um mecanismo de antecipação da imagem do Brasil no mundo, de se associar o português a esse país e a sua cultura, como forma de torná-lo uma “língua de mercado”. A associação do português à cultura brasileira desempenha, portanto, um papel fundamental no processo de “capitalização linguística” de que fala Zoppi-Fontana (2009, p. 37), caracterizado por “investir uma língua de **valor de troca**, tornando-a

ao mesmo tempo bem de consumo atual (*mercadoria*) e um investimento em mercado de futuros, isto é, cotando seu valor simbólico em termos econômicos” [grifos da autora].

Outra importante característica do funcionamento da política linguística exterior brasileira é sua natureza não-centrada, evidenciada por diferentes fatos. Vimos, por exemplo, que compete à universidade estrangeira – e não ao Estado brasileiro – a definição do perfil do leitor e a decisão final em relação ao processo seletivo (havendo inclusive casos de universidades que rejeitaram todos os leitores previamente pela CAPES), do que resulta uma grande heterogeneidade nos leitorados da RBEx e uma certa descontinuidade no programa (cf. seção 4.2 do segundo capítulo). Destacamos, ainda, que, em certos casos, constam, entre as atribuições dos leitores, a responsabilidade de ministrar aulas em outras línguas que não o português. Além de refletir sua in experiência histórica nesse tipo de iniciativa – diferentemente de países como a França ou a Espanha, o Brasil não foi uma metrópole colonial que tenha, anteriormente, difundido sua língua nacional fora de suas fronteiras –, a descentralização da política em questão pode ser explicada pelos equívocos constitutivos de seu funcionamento, como argumentamos na seção 7 do capítulo III. De que forma promover a língua portuguesa em espaços de enunciação marcados por políticas colonialistas de Portugal até meados do século XX, como no caso dos PALOPs? De que forma difundir o português em espaços de enunciação como o paraguai, em que, por vezes, essa língua é, conforme analisa Arnoux (2010), rechaçada enquanto associada ao avanço econômico e territorial do Brasil? De que forma levar a cabo uma política de promoção da língua que não seja atravessada pelos discursos que caracterizam o Brasil como um país imperialista?

IV.

Filiando-nos à História das Ideias Linguísticas e assumindo um ponto de vista discursivo, argumentamos que os chamados “atores” de uma política linguística – cujas vontades, objetivos e visão estratégica são, frequentemente,

concebidos, nos estudos sociolinguísticos, como elementos fulcrais nessa política (cf. seção 2.1 do capítulo I) – são *sujeitos* dessa política, que, enquanto tais, também estão sujeitos à política de línguas, constitutiva das disputas incessantes que, conforme Guimarães (2002), marcam todo e qualquer espaço de enunciação. Longe, portanto, de preceder a formulação de políticas linguísticas, a “consciência” linguística é constituída no espaço de enunciação, aqui pensado, conforme argumentamos no capítulo I, como um “espaço simbólico sobredeterminado pelo real da língua e da história” (ZOPPI-FONTANA, 2012). Pensar o contrário equivaleria a considerar que a consciência precede a experiência – e não que aquela se constitui a partir desta, como um ponto de vista materialista nos leva a sustentar (ORLANDI, 2007).

Nesse sentido, temos, em nosso *corpus* de pesquisa, indícios de diferentes gestos de interpretação representados imaginariamente como “tomadas de posição”. Poderíamos lembrar, entre outros exemplos, a mudança na designação “Centro de Estudos Brasileiros” para “Centro Cultural Brasil-País Sede” (cf. seção 3 do capítulo II), a polêmica em torno de quem é o leitor (cf. seção 4 do capítulo II), ou, ainda, as críticas à natureza não-centrada da política linguística exterior do Itamaraty (cf. seção 7 do capítulo III), ilustradas, respectivamente, pelos três recortes abaixo:

Os CEBs, **para refletir** seu crescente papel como difusores não só da língua, como também da cultura brasileira, passaram a **ser denominados** Centro Cultural Brasil – País Sede (BRASIL, 2009a) [grifo nosso].

Cabe apenas à Embaixada ser o representante oficial para informações e assessoria sobre o Brasil, junto à mídia ou *Foreign Office* (SERRAVALLE DE SÁ, 2009, p. 36) [grifo nosso].

Pontos de contato entre as diferentes partes da rede são **fundamentais**, por exemplo, para que novos Leitores tenham uma noção da história do seu Leitorado, um entendimento das contribuições de quem já passou pela posição e ideias para o seu próprio trabalho. De uma perspectiva mais abrangente, um protocolo de ação conjunta, na forma de redes externas, é **essencial** para que os Leitores compreendam seu trabalho

enquanto parte de um projeto maior de política cultural do governo brasileiro. (*ibidem*, p. 34) [grifos nossos].

É preciso considerar que essas “tomadas de posição” do sujeito – materialmente indiciadas pelas marcas de modalização negritadas nos recortes anteriores – correspondem, segundo Zoppi-Fontana (2012), à “sua inscrição em lugares de enunciação delimitados no acontecimento linguístico como efeito da contradição constitutiva entre as posições-sujeito no interdiscurso”. Conforme lembra a autora, retomando palavras de Authier-Revuz (1990), não podemos “confundir o plano das representações do dizer por/para o Locutor com o *funcionamento real* da enunciação, em sua relação constitutiva com as condições reais do dizer”.

Em resumo, os *sujeitos da* política linguística do Itamaraty estão, como não poderia deixar de ser, *sujeitos à* política de línguas e a seus efeitos. Mostramos, a esse respeito, nas considerações finais do capítulo III, que os chamados *atores* de uma política linguística, em certos casos, sequer se veem como partícipes dessa política, por mais que essa relação possa, à primeira vista, parecer óbvia. “Atores” que protagonizam uma peça de teatro sem, por vezes, saber que dela participam. Nesse sentido, enunciados como “O Leitor não deveria querer ser um adido cultural, pois seu âmbito de atuação é o acadêmico” (SERRAVALLE DE SÁ, 2009, p. 36) e “Somos acadêmicos” (retirado de uma conferência proferida por um ex-leitor no Paraguai por ocasião do Congresso da Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira 2011) são diferentes formas de **denegação do político**. A política linguística corresponderia, dessa perspectiva, simplesmente, ao que fazem os responsáveis pelo planejamento linguístico, de forma que fazer circular e/ou legitimar determinados saberes sobre a(s) língua(s) não seriam, em si, atos políticos, que participam, inexoravelmente, de uma política linguística. Apaga-se, assim, o fato de que “o saber sobre a língua [...] não é indiferente à política das línguas, ao contrário, é o cerne mesmo sobre o qual se assentam os modos de sua realização” (ORLANDI, 2007, p. 8).

Observamos aí, portanto, um efeito ideológico que segue uma direção contrária àquela que procuramos estabelecer ao trabalharmos o conceito de política linguística enquanto política de línguas, o que nos permite pensar o funcionamento necessariamente político de uma língua (cf. seção 2.1 do capítulo II).

V.

À guisa de conclusão, gostaríamos de tecer algumas considerações sobre o **Instituto Machado de Assis** (IMA), na medida em que sua proposta de criação e os impasses relativos à sua implementação efetiva mobilizam discursos cujo funcionamento é semelhante ao dos convocados pela política linguística exterior do Itamaraty. Lançado oficialmente pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a VIII Cimeira Luso-Brasileira, ocorrida em Porto, em 13 de outubro de 2005, o IMA será, caso venha a ser criado efetivamente, uma entidade ligada ao MEC que terá como parceiros os Ministérios da Cultura e das Relações Exteriores. Segundo o texto de apresentação do instituto disponível no portal do MEC¹⁷⁴,

A missão do Instituto Machado de Assis (IMA) é formular e coordenar as políticas de promoção da língua portuguesa no Brasil e no mundo; induzir, catalisar e organizar a pesquisa em língua portuguesa; ser referência em língua portuguesa para o ensino e formação de professores e promover atividades científicas e culturais visando à promoção e difusão da língua.

Em consonância com as diretrizes político-pedagógicas de ensino, pesquisa e formação de professores em língua portuguesa, elaboradas pela Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa (Colip), o IMA tem o objetivo de formular e coordenar as políticas para a língua portuguesa em quatro eixos: difusão e ensino; documentação; pesquisa e políticas.

Em consonância com o Ministério das Relações Exteriores, o IMA difunde a língua portuguesa em quatro frentes: nos países não lusófonos; em colaboração com a Comunidade dos Países de

¹⁷⁴ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php/?id=12319&option=com_content&view=article>. Acesso em: 03 abril 2012.

Língua Portuguesa (CPLP); por meio de projetos e acordos culturais e em países estrangeiros onde vivem minorias brasileiras.

Conforme notícia publicada pelo Instituto Camões (2005), caberá ao IMA a coordenação da *Rede Brasileira de Ensino no Exterior* – atualmente sob tutela do Itamaraty –, cujos CCBs “dariam lugar a filiais do instituto com o aval do Ministério das Relações Exteriores” (FRADKIN, 2005). A instituição, ainda de acordo com essa matéria, também terá a finalidade de entrar nas universidades, além de coordenar a elaboração e aplicação do Celpe-Bras. A criação do instituto contará com o apoio da COLIP, mencionada no recorte anterior, instituída pela portaria 4.056 do Ministério da Educação, de 29 de setembro de 2005, composta por 19 membros, entre os quais representantes do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Cultura e da Academia Brasileira de Letras, bem como docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Nacional de Brasília (UnB), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Estadual de São Paulo (USP), dentre outras (BRASIL, set. 2005).

Diferentes marcas do funcionamento discursivo da política linguística exterior brasileira que destacamos ao longo desta tese também se fazem presentes em textos sobre o IMA. Uma delas diz respeito ao fato de que o “fundo falso” que habita o português brasileiro – no sentido de que “o ‘mesmo’ abriga um ‘outro’, um ‘diferente’ histórico que o constitui ainda que na aparência do ‘mesmo’” (ORLANDI, 2002b, p. 23) – produz seus efeitos mesmo em condições de produção marcadas por um gesto de autoria do Estado brasileiro em relação à “gestão” do português no plano internacional, como verificamos no recorte abaixo.

MEC lança Instituto de Língua Portuguesa

"Foi o escritor Fernando Pessoa que proclamou: ‘minha pátria é minha língua’. Em Brasília, o Ministério da Educação fez suas **(com sotaque brasileiro)** as palavras do poeta lusitano. Para divulgar no exterior **a nossa variante do idioma** - e, por tabela,

nossa pátria - o MEC alinhavou o projeto de um instituto internacional.

Batizado Instituto Machado de Assis, o organismo é presidido por uma comissão de lingüistas, o que talvez explique a extensão incomum de seu nome: Comissão Para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa.

Presidente do grupo de nome prolixo, o escritor Godofredo de Oliveira Neto lembra que **as duas entidades mais conhecidas a se ocupar de objetivos semelhantes não são brasileiras.**

- O Instituto Camões é português e o Instituto Internacional de Língua Portuguesa, da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), é sediado em Cabo Verde. **A variante brasileira não tem um organismo próprio e o merece por ser riquíssima, abarcando influências de povos europeus, africanos e indígenas.** Neste mês, quando visitou Portugal, o presidente Lula assinou a carta de intenção que deu início ao instituto - conta Neto (FRADKIN, 2005) [grifos nossos].

A designação “língua portuguesa” se impõe, já na manchete, por um efeito de pré-construído, cuja força chega, neste momento, a abrir espaço para a interpretação de que o nome do instituto em questão é *Instituto de Língua Portuguesa* – cujo funcionamento discursivo é claramente diferente do nome efetivamente atribuído: *Instituto Machado de Assis*. Tal efeito se deve a processos históricos que culminaram na regulamentação, por meio do artigo 13 da Constituição de 1988, de que **“A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil”** [grifo nosso]. Por outro lado, conforme argumentamos ao analisarmos outros textos de nosso *corpus* (cf. seção 6 do terceiro capítulo), a designação “língua portuguesa” convoca a memória da colonização linguística, produzindo uma unidade imaginária entre o português brasileiro e o português europeu, razão pela qual aparece como insuficiente neste momento de descolonização linguística, em que o Estado brasileiro assume um papel mais ativo na promoção internacional do português. Daí operações de reescritura que levam a expressões como “a nossa variante do idioma” e “a variante brasileira”, que podem, portanto, ser compreendidas à luz dos processos de construção da dimensão transnacional do português brasileiro.

Funcionamento semelhante pode ser observado no primeiro parágrafo da matéria, em que se faz alusão a um autor português – Fernando Pessoa –, especificamente, às palavras “Minha pátria é minha língua”. Se, por um lado, a proposta de criação de um instituto *brasileiro* para a promoção do português mobiliza, já no primeiro enunciado do texto, elementos que identificam a língua portuguesa a Portugal e à sua literatura, por outro, tais elementos aparecem deslocados a partir do segundo enunciado: “Em Brasília, o Ministério da Educação fez suas **(com sotaque brasileiro)** as palavras do poeta lusitano” [grifo nosso]. Os parênteses desempenham um papel particularmente interessante nesse processo parafrástico-polissêmico¹⁷⁵, funcionando como uma forma de heterogeneidade mostrada (AUTHIER-REVUZ, 1998). Trata-se, assim, de outra marca da tensão que, conforme argumenta Zoppi-Fontana (2012), é constitutiva do espaço de enunciação brasileiro, sobredeterminado por processos discursivos que, paradoxalmente, significam o português como *língua nacional* brasileira, dimensão mobilizada na construção do ideal de unidade do Estado Nacional e da identidade do povo brasileiro, e como *língua oficial* do Estado brasileiro, compartilhada com outros países – o que convoca, particularmente, a memória da colonização portuguesa.

Ainda em relação ao recorte anterior, chamamos a atenção para a declaração do presidente da COLIP, Godofredo de Oliveira Neto, que, conforme a matéria, “lembra que as duas entidades mais conhecidas a se ocupar de objetivos semelhantes não são brasileiras”. Em suas palavras, “O Instituto Camões é português e o Instituto Internacional de Língua Portuguesa, da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), é sediado em Cabo Verde”. A proposta de criação do IMA não é, dessa forma, justificada pelo argumento da

¹⁷⁵ Para Orlandi (1999), o funcionamento da linguagem se dá por meio da tensão entre os processos parafrásticos, que produzem o retorno ao mesmo, e os polissêmicos, que promovem deslocamentos. Nas palavras da autora (*ibidem*, p. 36), “Se toda vez que falamos, ao tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos, no entanto, falamos com palavras já ditas. E é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam”.

necessidade de se complementarem os esforços do Instituto Camões ou do IILP na promoção internacional do português, mas pelo argumento de que essas duas últimas instituições não são brasileiras, o que evidencia, novamente, os litígios entre o Brasil, Portugal e a CPLP no que concerne à política linguística do português. Na sequência, Godofredo Neto afirma: “A variante brasileira não tem um organismo próprio, e o merece por ser riquíssima, abarcando influências de povos europeus, africanos e indígenas”. Conforme também observado em diferentes recortes de nosso *corpus*, tal enunciado produz um apagamento da natureza política das ações para a promoção do português: a criação do IMA derivaria não de interesses estratégicos do Estado brasileiro, mas de uma necessidade motivada pela riqueza “intrínseca” do português brasileiro. Assim, de maneira semelhante ao que indicaram as análises de outros textos de nosso *corpus* de pesquisa (cf. seção 6 do capítulo III), o português brasileiro, estigmatizado em outras condições de produção, passa a ser motivo de “orgulho”. Mais do que isso, é significado como mais propício à internacionalização do português europeu, como também observamos no seguinte recorte:

“Portugal, que tem uma população muito menor, é muito mais bem organizado na promoção da língua, feita pelo Instituto Camões. Com o nosso Instituto poderemos nos organizar para promover a questão da língua, **e o importante, através de uma ideologia brasileira no estilo Machado de Assis**”, ressalta Orlandi. “**Nossa manifestação lingüística e cultural é muito diferente**”, complementa. Para a pesquisadora, o nome Machado de Assis em si já é especial, pois ele procurou usar **a língua no que ela tem de mais dinâmico e de mais nosso**.

A pesquisadora frisa que **o português falado no Brasil já detém uma grande simpatia por parte dos estrangeiros já que aqui se fala de forma mais aberta e cantada** (COMCIÊNCIA, 2010) [grifos nossos].

Frisa-se, no recorte anterior, que “nossa manifestação lingüística e cultural é muito diferente”. Entretanto, o determinante do adjetivo “diferente” não aparece explicitado: diferente em relação a quê? Da mesma forma, afirma-se que “o português falado no Brasil já detém uma grande simpatia por parte dos

estrangeiros já que aqui se fala de forma mais aberta e cantada”, mas não é explicitado o “lá” em relação ao qual o “aqui” se opõe. Entretanto, o funcionamento da memória discursiva permite reestabelecer os “implícitos” do texto (cf. PÊCHEUX, 1997c): se se discorre de especificidades do “português falado no Brasil”, é porque se tem o português europeu como polo de comparação, o que mostra, mais uma vez, o fato de que “a língua da ex-metrópole, hegemônica, continua produzindo seus efeitos na história da ex-colônia” (MARIANI, 2004, p. 24). Entretanto, o português brasileiro despertaria, atualmente, maior “simpatia” entre os estrangeiros do que o português europeu, sinalizando, novamente, uma inversão nos “valores” de circulação dessas duas línguas. Também chama a atenção o fato de que o maior “valor” do primeiro seja atribuído à própria maneira como a língua é pronunciada no Brasil, conforme sinaliza a relação argumentativa estabelecida pelo operador argumentativo “já que” no último enunciado do recorte anterior. Tal naturalização – já observada na declaração do presidente da COLIP no penúltimo recorte, bem como em outros recortes de nosso *corpus* – apaga os processos históricos analisados na primeira seção do terceiro capítulo, que permitem a emergência e a predominância de discursos que atualmente significam o português brasileiro como “superior” ao europeu.

Nos dois últimos recortes, mencionam-se, explicitamente, outros institutos criados para a difusão da língua portuguesa: o Instituto Camões e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), vinculado à CPLP. De fato, a própria designação “Instituto Machado de Assis” se significa em oposição às desses institutos, já que produz uma identificação da língua com o Brasil, e não com Portugal ou com a CPLP. Para recuperar as palavras de Orlandi citadas no recorte anterior, o IMA objetiva “promover a questão da língua, **e o importante, através de uma ideologia brasileira no estilo Machado de Assis**” [grifo nosso]. Por se ligar, especificamente, ao Estado brasileiro, o IMA é interpretado, na notícia a seguir, como “concorrente” do Instituto Camões:

Brasil lança concorrente do Instituto Camões e diz "não" ao português como mera metáfora da CPLP

Chama-se Instituto Machado de Assis, uma ideia que remonta à década de 1980, com o objectivo de formular e coordenar as políticas para língua portuguesa no Brasil e no mundo em quatro eixos: difusão e ensino, documentação, pesquisa e políticas. «A criação está para breve, superadas algumas dificuldades», revelou à agência de notícias portuguesa Lusa o assessor especial do ministro brasileiro da Educação, Carlos Alberto Ribeiro de Xavier, apelando a uma maior cooperação com Portugal: «**Onde existe um Instituto Camões, em qualquer cidade do mundo, deve haver uma colaboração dos brasileiros e no futuro Instituto Machado de Assis (IMA), que se pensa instituir no Brasil, deverá existir também a cooperação e o intercâmbio com os portugueses.**» No mesmo sentido se pronunciou o responsável do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, Enilde Faulstich: «**É fundamental a elaboração de um projecto conjunto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para fortalecer o idioma.** Se não houver um trabalho efectivo em que a CPLP tenha a língua como iniciativa de ponta para aproximar os povos, o português vai continuar a ser uma metáfora no nome da comunidade» (CIBERDÚVIDAS, 2005) [grifos nossos].

Entretanto, predominam, nos discursos sobre o IMA, os sentidos de que essa instituição *complementará* as ações do Instituto Camões e do IILP, como indicam as declarações destacadas no recorte anterior. Na *Declaração Conjunta do Primeiro Ministro da República Portuguesa e do Presidente da República Federativa do Brasil, por ocasião da VIII Cimeira Luso-Brasileira* (LULA DA SILVA & SÓCRATES, 2005), assinada em Porto em 13 outubro de 2005, o funcionamento do discurso de fraternidade entre Brasil e Portugal é tal que não apenas o Instituto Camões é apresentado como um “parceiro privilegiado” do IMA,

mas o próprio objetivo desse último é ampliado. A instituição objetivaria promover, além da língua portuguesa, “a cultura lusófona”, e não somente a brasileira¹⁷⁶.

O Primeiro-Ministro de Portugal **elogiou** a intenção do Brasil de criar o Instituto Machado de Assis, entidade que **buscará promover a Língua Portuguesa e a cultura lusófona**. Trata-se de uma instituição que proporcionará também às entidades portuguesas competentes, designadamente o Instituto Camões, um **parceiro privilegiado** nessa área (LULA DA SILVA & SÓCRATES, 2005, p. 4).

Segundo algumas notícias da mídia, o Instituto Camões teria um papel importante na própria implantação do IMA. No dia seguinte à cimeira mencionada, a Assessoria de Comunicação Social do MEC publicou uma notícia intitulada “Acordo entre Brasil e Portugal prevê Instituto para difundir a língua portuguesa” (BRASIL, out. 2005), segundo a qual “A criação do Instituto Machado de Assis será feita **com orientação do famoso Instituto Luís de Camões**, sob coordenação do Itamaraty e em acordo com a Academia Brasileira de Letras” [grifo nosso]. Em 24 de novembro desse mesmo ano, representantes da CPLP se reuniram em Lisboa para tratar desse tema, conforme a notícia assinada por Viana (2005), da qual reproduzimos o recorte abaixo:

Na capital portuguesa, o secretário-executivo adjunto do Ministério da Educação, Ronaldo Teixeira da Silva, conheceu a estrutura e o funcionamento do Instituto Camões, além de ter definido formalmente como será a **cooperação entre Portugal e Brasil na instalação deste Instituto**.

[...] Ao Instituto Machado de Assis caberá a coordenação da rede de ensino brasileiro no estrangeiro, atualmente sob tutela do MRE, e composta por Centros de Estudos Brasileiros e Institutos de Cultura Brasileira. A instituição também terá a finalidade de **entrar nas universidades, criar cátedras e leitorados, em alguns casos em conjunto com o Instituto Camões**”.

A experiência dos demais institutos europeus será valorizada e os primeiros projetos em comum serão discutidos e anunciados em

¹⁷⁶ Trata-se, portanto, de um funcionamento contrário ao observado em manchetes como “Brasil criará o Instituto Machado de Assis para difundir **a cultura brasileira** e o português” (VIANA, 2005).

fevereiro, num encontro entre todos os institutos de línguas envolvidos, no Brasil [grifos nossos].

Se, como mostramos na seção 5 do terceiro capítulo, temos relatos de dificuldades do Itamaraty para expandir a RBEx em áreas em que o Instituto Camões se encontra presente, os conflitos entre a política linguística exterior brasileira e a portuguesa aparecem silenciados na proposta de criação do IMA, a tal ponto que se propõe a criação de leitorados conjuntos entre esse e o Instituto Camões, o qual, segundo Faraco (2009), ao assinar convênios para abertura de suas sedes, chega a proibir a contratação de professores brasileiros, como teria ocorrido recentemente em Nova Iorque.

Por fim, gostaríamos de destacar que, embora a proposta de criação do IMA date de 2005, e ainda que matérias da mídia tenham noticiado que esse instituto estaria em funcionamento a partir de 2006 (INSTITUTO CAMÕES, 2005), o projeto não havia sido implementado quando da conclusão desta tese. As discussões em torno de sua fundação parecem inclusive ter estagnado. Em seu texto “A língua portuguesa, o Brasil, a lusofonia, a mundialização linguística – Um novo olhar para a política exterior brasileira: linguística e cultural”, Orlandi (2009, p. 169), membro da COLIP, ao criticar o que denomina “alarido enorme” em torno da implementação do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, então em debate, afirma:

No momento em que estou publicando este livro, o Instituto Machado de Assis deixou há muito de ser assunto tratado na Colip. [...] Não se fala mais no Instituto Machado de Assis, este sim, uma Instituição que daria peso e representatividade ao Brasil e ao nosso patrimônio linguístico. Material. A língua TEM materialidade.

O diplomata do MRE que entrevistamos aborda alguns dos impasses na criação do IMA (cf. Anexo 1):

Entrevistador: você mencionou o Instituto Camões né? e tá em discussão... pelo menos dizem que está em discussão... o Instituto

Machado de Assis... e como você vê a criação desse instituto? por que o instituto ainda não saiu do papel?

Entrevistado: então... o que geralmente se considera é que foi um conflito político... porque o Instituto Machado de Assis ficou no papel ele não existe na realidade... um conflito político... porque o... uma das missões do Itamaraty... é a divulgação do português... mas enfim a parte toda técnica entre aspas... acadêmica... é do Ministério da Educação não é isso? os dois trabalham... trabalham em conjunto... fazem... têm vários programas conjuntos do MEC com o Itamaraty como o PEC-G [Programa de Estudantes-Convênio de Graduação]... o PEC-PG [Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação] pra bolsa... um pouco fora do português mas enfim... mas nesse caso específico... a iniciativa do Instituto Machado de Assis era principalmente do Ministério da Educação... e o Itamaraty não ficou muito satisfeito com isso... ficou um pouco melindrado... foi um conflito político... e o Itamaraty impediu que isso fosse pra frente... então foi muito mais acho que um problema político... se era uma questão de recursos eu não sei dizer mas acho que não... talvez precisasse de uma lei levasse um tempo... mas eu acho que existe interesse por parte do governo... do Itamara... do do MEC existe... e certamente do governo federal como um todo... acho que isso é importante pro Lula... em fortalecer essas ações de divulgação do português... mas esse conflito político entre os dois ministérios... muitas vezes acontece entre o Itamaraty e o... se... os ministérios em geral... e acho que isso foi o maior... o maior empecilho... enfim era um projeto que foi empolado pelo MEC mas que o Itamaraty... sentiu que invadia suas competências...

Assim, conforme o recorte anterior, o fato de que a proposta de criação do IMA tenha sido encabeçada pelo MEC, ao qual caberia sua coordenação, representa um empecilho para a fundação do instituto, na medida em que o MRE considerou que o projeto “invadia suas competências”. Essa disputa entre os dois ministérios é outro indício de que o português passa a ocupar um novo lugar para o Estado brasileiro, conforme defendemos na primeira seção do terceiro capítulo.

Poderíamos, entretanto, nos indagar se, para além dos entraves institucionais e disputas de poder, a dificuldade de criação do IMA também não é reflexo dos equívocos constitutivos da política linguística exterior brasileira, para os quais chamamos a atenção nesta tese. Como criar uma estrutura brasileira centralizadora das ações para a promoção do português, se, como vimos, as

políticas linguísticas exteriores fazem ressoar discursos (neo)colonizadores (cf. seção 7 do capítulo III), e se a fundação do IMA poderia ser interpretada como uma evidência de pretensões imperialistas por parte do Brasil? Como poderiam os CCBs dar lugar a filiais do IMA (cf. FRADKIN, 2005), se, como mostramos na seção 3 do segundo capítulo, aqueles se sustentam em um discurso de bilateralidade, enquanto a designação deste, de maneira semelhante à antiga designação “Centro de Estudos Brasileiros”, restringe o escopo de atuação do Instituto àquilo que diz respeito ao Brasil e sua cultura – e, portanto, aos interesses do Estado brasileiro? Como criar um instituto que, possivelmente, colocará o foco no linguístico¹⁷⁷, seguindo uma direção contrária à observada na política linguística exterior do Itamaraty – na qual a promoção do português tende, conforme vimos, a se “diluir” em meio a outras ações culturais? A fundação do IMA não representaria uma opção por uma política unilateral de difusão da língua portuguesa, na contramão do que apregoam os discursos oficiais que circulam no âmbito da CPLP, num momento em que o IILP, finalmente, começa a levar a cabo suas primeiras ações de política linguística, após a assinatura, em 2010, do “Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa”?

Em resumo, analisar a política do Estado brasileiro para a promoção internacional do português implica adentrar uma complexa trama discursiva que, sustentada em processos histórico-ideológicos contraditórios de colonização e descolonização linguística, intervém na relação – inexoravelmente política – entre a língua (trans)nacional brasileira e as outras línguas presentes em espaços de enunciação em constante reconfiguração pelos movimentos de “globalização” contemporâneos.

¹⁷⁷ O texto de apresentação do IMA disponível no *site* do MEC, já apresentado anteriormente, dá indícios nessa direção. Cf: <http://portal.mec.gov.br/index.php/?id=12319&option=com_content&view=article>. Acesso em: 03 abril 2012.

REFERÊNCIAS¹⁷⁸

ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Tradução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. de. Índices nacionais de desenvolvimento do ensino de português língua estrangeira. In: ALMEIDA FILHO, J. C. P.; CUNHA, M. J. **Projetos iniciais em português para falantes de outras línguas**. Brasília: UnB, 2007. p. 39-55.

ARNOUX, E. N. Representaciones sociolingüísticas y construcción de identidades colectivas en el Mercosur. In: CELADA, M. T.; FANJUL, A. P.; NOTHSTEIN, S (coord.). **Lenguas en un espacio de integración**: acontecimientos, acciones, representaciones. Buenos Aires: Biblos, 2010. p. 17-38.

AUROUX, S. **Rapport de Synthèse**. Paris: miméo, 1985. (*apud* GUIMARÃES, 2004).

_____. Introduction. In: **Histoire des Idées Linguistiques**, 1. Liège/Bruxelas: Mardaga, 1989.

_____. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Unicamp, 1992.

_____. A hiperlíngua e a externalidade da referência. In: ORLANDI, E. (org.) **Gestos de leitura**. Da História no Discurso. Campinas: Unicamp, 1997. p. 245-255.

_____. Língua e hiperlíngua. **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, n. 1, p. 17-30, jan./jun. 1998.

¹⁷⁸ Apresentamos, inicialmente, nossas referências teóricas, e, em seguida, os textos que integram nosso *corpus* de pesquisa, ainda que, em alguns casos, esse limite seja bastante tênue.

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. New York: Oxford University Press, 1965.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, Unicamp – IEL, n. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990.

_____. **Palavras incertas**. As não coincidências do dizer. Campinas: Unicamp, 1998.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **Português ou brasileiro?** Um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola, 2001.

_____. O que é uma língua? Imaginário, ciência e hipóstase. In: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (orgs). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011. p. 355-387.

BIZON, A. C. C. **Percepções acerca do exame de proficiência Celpe-Bras**: subsídios para o planejamento de cursos de PLE e para políticas de línguas em tempos de internacionalização. 2011. Texto submetido à qualificação na área de “Letramento Digital”, como requisito para obtenção do título de doutora em Linguística Aplicada. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, *mimeo*.

CALVET, L.-J. **Sociolingüística**: uma introdução crítica. São Paulo: Parábola, 2002.

_____. **As políticas lingüísticas**. São Paulo: Parábola/IPOL, 2007.

CARNEGIE ENDOWMENT FOR INTERNATIONAL PEACE. **Brazil in the Global Economy**. Washington D.C.: International Labor Organization Press, 2009.

Disponível em: <http://www.carnegieendowment.org/files/brazil_global_economy.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2012.

CELADA, M. T. **O espanhol para o brasileiro**: uma língua singularmente estrangeira. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

CERVO, A. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CÉSAR, A. L.; CAVALCANTI, M. C. Do singular para o multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio. In: CAVALCANTI, M. C.; BORTONI-RICARDO, S. M. (orgs.) **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas: Mercado de Letras, 2007. p. 45-66.

CHEVALIER, J.-C., DELESALLE, S. **La linguistique, la grammaire et l'école** (1750-1914). Paris: Armand Colin, 1986.

COOPER, R. **Language planning and social change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

COURTINE, J.-J. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours ; à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. **Langages**, Paris, 62, p. 9-127, juin 1981.

_____. Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. **Philosophiques**, Québec, vol. 9, n. 2, p. 239-264, oct. 1982.

DAUDELIN, J. Le Brésil comme puissance: portée et paradoxes. **Problèmes d'Amérique Latine**, Paris, Choiseul, n. 78, p. 29-46, automne 2010.

DIAS, L. F. O nome da língua do Brasil: uma questão polêmica. In: ORLANDI, E. P. (org.). **História das Idéias Lingüísticas**: construção do saber metalingüístico e

constituição da língua nacional. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001. p. 185-198.

DINIZ, E. O Brasil e a MINUSTAH. **Security and Defense Studies Review**, v. 5, n. 1, p. 90-108, 2005. Disponível em: <http://www.seguridadregional-fes.org/upload/4212-001_g.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2010.

DINIZ, L. R. A. **Mercado de línguas**: a instrumentalização brasileira do português como língua estrangeira. Campinas: Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

_____. **Mercado de línguas**: a instrumentalização brasileira do português como língua estrangeira. Campinas: RG / FAPESP, 2010.

DUARTE JR., J.-F. **O que é realidade**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FARACO, C. A. **Lusofonia**: utopia ou quimera? Língua, história e política. In: ROSAE – Congresso Internacional de Linguística Histórica, 1., jul. 2009, Salvador, *mimeo*.

FERREIRA, M. C. A antiética da vantagem e do jeitinho na terra em que Deus é brasileiro (O funcionamento discursivo do clichê no processo de constituição da brasilidade). In: ORLANDI, E. (org). **Discurso Fundador**. A formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993. p. 69-79.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**. O discurso na história da lingüística. Campinas: Pontes, 2004.

GALLO, S. L. **Discurso da escrita e ensino**. Campinas: Unicamp, 1992.

GALVES, C. M. C. **Ensaio sobre as gramáticas do português**. Campinas: Unicamp, 2001.

GOBARD, H. **L'aliénation linguistique**. Analyse tétraglossique. Paris: Flammarion, 1976.

GUILHAUMOU, J. Vers une histoire des événements linguistiques. Un nouveau protocole d'accord entre l'historien et le linguiste. **Histoire, épistémologie, langage**, Paris, Presses Universitaires de Vincennes à Saint-Denis, tome XVIII, fasc. 2, p.103-126, 1996.

GUIMARÃES, E. R. J. Não só... mas também: polifonia e argumentação. **Cadernos de estudos lingüísticos**, Campinas, n. 8, p. 79-108, 1985.

_____. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do português. Campinas: Pontes, 1987.

_____. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, E. R. J.; ORLANDI, E. P. **Língua e cidadania**. O português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996. p. 127-138.

_____. Interdiscurso, textualidade e argumentação. **Signo y Seña**, Buenos Aires, n. 9, p. 425- 435, jul. 1998.

_____. Línguas de civilização e línguas de cultura. A língua nacional do Brasil. In: BARROS, D. L. P. (org.). **Os discursos do descobrimento**. São Paulo: Edusp / Fapesp, 2000.

_____. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002.

_____. **História da semântica**. Sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas: Pontes, 2004.

_____; ORLANDI, E. P. Apresentação. Identidade Lingüística. In: GUIMARÃES, E. R. J.; ORLANDI, E. P. (orgs.). **Língua e cidadania**: o português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996. p. 9-15.

HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer**. Tradução Eni P. de Orlandi. São Paulo: Hucitec, 1984.

HENRY, P. Construções relativas e articulações discursivas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, 19, p. 43-64, jul./dez. 1990.

INDUSRKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: Unicamp, 1997.

KAPLAN, F. Quando as palavras valem ouro. [título original: Quand les mots valent de l'or. Vers le capitalisme linguistique]. **Le Monde Diplomatique**, Paris, n. 52, nov. 2011. Disponível em: <<http://depoisdaaula.blogspot.com/2011/11/o-google-conseguiu-estende-o-territorio.html>>. Acesso em: 27 fev. 2012.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. O político na lingüística: processos de representação, legitimação e institucionalização. In: ORLANDI, E. P. (org.). **Política lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1997.

_____. **Gêneses do discurso**. Tradução Sírío Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

MAPA, D. de M. **Política externa do Governo Lula**: o papel da cultura (2003-2006). 2009. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2005.

MARIANI, B. Discurso e Instituição: a imprensa. **Rua**, Campinas, n. 5, p. 47-61, 1999.

_____. **Colonização Lingüística**. Campinas: Pontes, 2004.

_____; JOBIM, J. L. A questão da língua nacional e a literatura pós-colonial do Brasil. In: PONTES JUNIOR, G.; ALMEIDA, C. (orgs.). **Relações literárias internacionais: lusofonia e francofonia / Relations littéraires internationales: lusophonie et francophonie**. Niterói: EDUFF / Rio de Janeiro: de Letras, 2007.

MENEZES, O. M. A. **A política do idioma no Brasil: a perspectiva internacional**. 1993. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernáculas, Universidade de Brasília, Brasília, 1993.

NAFALSKI, G. N. **Unasul: uma perspectiva de integração política sul-americana**. São Paulo: Alfa-Ômega, 2011.

NOGUEIRA, L. **“Integração” e “progresso” em documentos de constituição da ALCA**. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

NYE, J. S. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo: Unesp, 2002

OGDEN, C. K. **The system of Basic English**. Nova York: Harcourt, Brace & Company, 1937.

OLIVEIRA, G. M. **Política Lingüística, Política Historiográfica** - Epistemologia e escrita da História da(s) Língua(s) a propósito da língua portuguesa no Brasil Meridional. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

_____. O lugar das línguas: A América do Sul e os mercados linguísticos na Nova Economia. **Synergies Brésil**, nº spécial 1, p. 21-30, 2010. Disponível em:

<<http://ressources-cla.univ-fcomte.fr/gerflint/BresilSPECIAL1/gilvan.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2012.

OLIVEIRA, G. M. de; DORNELLES, C. **Políticas internacionais del portugués**. Real Instituto Elcano, v. 01, p. 1-7, 2007. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/analysis/ARI2007/ARI135-2007_Muller_Dornelles.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2012.

ORLANDI, E. P. Prefácio. In: _____ (org). **Discurso Fundador**. A formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993. p. 7-9.

_____. Ética e política lingüística. **Línguas e instrumentos lingüísticos**, Campinas, n. 1, p. 7-22, jun. 1998.

_____. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

_____. Apresentação. In: _____ (org.). **História das Idéias Lingüísticas**: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes / Cáceres: Unemat, 2001. p. 7-20.

_____. **As formas do silêncio**. No movimento dos sentidos. Campinas: Unicamp, 2002a.

_____. **Língua e conhecimento lingüístico**. Para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002b.

_____. **Interpretação**. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 2004.

_____. Apresentação. Há palavras que mudam de sentido, outras... demoram mais. In: _____ (org.). **Política lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007. p. 7-10.

_____. **Terra à vista** – Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo. Campinas: Unicamp, 2008.

_____. **Língua brasileira e outras histórias**: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: RG, 2009.

_____; GUIMARÃES, E. R. J. Formação de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, E. (org.). **História das Idéias Lingüísticas**: construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat, 2001. p. 21-38.

PAYER, M. O. **Memória da língua**: imigração e nacionalidade. 1999. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

_____. **Linguagem e sociedade contemporânea**. Sujeito, Mídia, Mercado. **Rua**, Campinas, n. 11, p. 9-25, mar. 2005.

_____. Processos de identificação sujeito / língua. Ensino, língua nacional e língua materna. In: ORLANDI, E. P. (org.). **Política linguística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007. p. 113-123.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). Tradução Eni P. Orlandi. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs). **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1997a, p. 61-161.

_____. A Análise de Discurso: três épocas (1983). Tradução Eni P. Orlandi. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs). **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1997b, p. 311-318.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1997c.

_____ ; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Tradução Eni P. Orlandi. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs). **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1997. p. 163-252.

PERINI, M. A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.

PFEIFFER, C. C. A lingüística nas associações: um recorte discursivo de sua institucionalização. Uma questão de política lingüística. In: ORLANDI, E. P. (org.) **Política lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007. p. 19-33.

_____. Instrumentos linguísticos, ensino e políticas públicas. Uma relação na história das ideias linguísticas. In: VALENTE, A. C.; PEREIRA, M. T. G. **Língua Portuguesa: descrição e ensino**. São Paulo: Parábola, 2011. p. 95-106.

PINHEIRO, L. “Ao vencedor, as batatas”: o reconhecimento da independência de Angola. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 39, jan-jul 2007, p. 83-120. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2562/1521>>. Acesso em: 08 ago. 2011.

RIBEIRO, E. T. **Diplomacia cultural**: seu papel na política externa brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

RIZZI, K. R. Brasil - Angola: estabelecimento das relações e início da política africana do Brasil (1975-1990). **África e Africanidades**, ano 3, n. 10, ago. 2010. Disponível em: <http://www.africaeaficanidades.com/documentos/10082010_08.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2011.

RODRÍGUEZ, C. M. Z. **Língua, nação e nacionalismo**: um estudo sobre o guarani no Paraguai. 2000. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. **Da religião à cultura na constituição do Estado Nacional**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 19., Maceió, 2004.

SARMIENTO, L. C. **O Brasil e a MINUSTAH**: as motivações e consequências de uma operação liderada pelo Brasil. 2010. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: <<http://institutoreko.org/disco/documentos/monografia.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2011.

SCHLATTER, M.; SCARAMUCCI, M. V. R.; PRATI, S.; ACUÑA, L. Celpe-Bras e CELU: impactos da construção de parâmetros comuns de avaliação de proficiência em português e espanhol. In: ZOPPI-FONTANA, M. G. (org.). **O português do Brasil como língua transnacional**. Campinas: RG, 2009. p. 95-122.

SILVA, D. B. da. O passado no presente: história da difusão e promoção da língua portuguesa no exterior. In: Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 14., 2010, Rio de Janeiro (RJ). **Anais...** Rio de Janeiro: Cifefil, 2010. v. XIV, p. 3018-3034. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_4/3018-3034.pdf>. Acesso em: 25 set. 2011.

_____. **De Flor do Lácio à Língua Global**: uma análise discursiva das relações de poder nas políticas linguísticas para a promoção, difusão e projeção do português da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). 2011. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, J. F.; GUNNEWIEK, L. K. Portuguese and Brazilian efforts to spread Portuguese. **International Journal of the sociology of language**, v. 95, p. 71-92, 1992.

SOUSA, G. de N. e. **Entre línguas de negócios e de cultura**: sentidos que permeiam a relação do brasileiro com a língua inglesa e a espanhola. 2007. Dissertação (Mestrado em Língua Espanhola e Literaturas de Língua Espanhola e Hispano-Americana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8145/tde-17122007-115605/?C=D;O=A>>. Acesso em: 20 fev. 2008.

SOUZA NETO, D. M. de. A política externa brasileira nos oito anos do governo lula: legados e lições para a inserção do Brasil no mundo. In: PAULA, M. de (org). **« Nunca antes na história desse país »...? Um balanço das políticas do governo Lula**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2011. Disponível em: <<http://www.boell-latinoamerica.org/web/11-1051.html>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

TARALLO, F. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. **Português brasileiro**. Uma viagem diacrônica. Campinas: Unicamp, 1996a. p. 35-68.

_____. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A (orgs.). **Português brasileiro**. Uma viagem diacrônica. Campinas: Unicamp, 1996b. p. 69-105.

VARELA, L. **La politique linguistique extérieure de la France et ses effets en Argentine**. Contribution à une théorie de la politique linguistique. Thèse de doctorat (Sciences du Langage) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2006.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, 2007, p. 273-335.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Arquivo jurídico e exterioridade. A construção do corpus discursivo e sua descrição/interpretação. In: GUIMARÃES, E.; BRUM DE PAULA, M. R. **Sentido e Memória**. Campinas: Pontes, 2005. p. 93-116.

_____. A língua brasileira no MERCOSUL. Instrumentalização da língua nacional em espaços de enunciação ampliados In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DE COMUNICACIÓN SOCIAL, 10., 2007, Santiago de Cuba. **ACTAS-1...** Santiago de Cuba: Centro de Lingüística Aplicada, 2007. v. 1, p.316 – 321.

_____. **O português do Brasil como língua transnacional**. Campinas: RG, 2009.

_____. Ser brasileiro no mundo globalizado. Alargando as fronteiras da língua nacional. (Trabalho apresentado no IV Seminário da Análise do Discurso. Salvador: Universidade Estadual da Bahia, 2007). In: DI RENZO, A. M. *et al.* **Linguagem e história: múltiplos territórios teóricos**. Campinas: RG, 2010. p. 129-152.

_____. A arte do detalhe. **Web-Revista Discursividade**: Estudos Lingüísticos, v. 9, 2012. Disponível em: <<http://www.cepad.net.br/discursividade/atual/Arquivos/zopi.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

ZOPPI-FONTANA, M. G.; DINIZ, L. R. A. Política lingüística no MERCOSUL: o caso do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA LINGÜÍSTICA NA AMÉRICA DO SUL (CIPLA), 2006, João Pessoa - PB. **Língua(s) e Povos: Unidade e Diversidade**. João Pessoa: Idéia, 2006.

ZOPPI-FONTANA, M. G.; DINIZ, L. R. A. Declinando a língua pelas injunções do mercado: institucionalização do português língua estrangeira (PLE). **Estudos linguísticos**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 89-119, set. - dez. 2008. Disponível em: <<http://www.estudoslinguisticos.gel.org.br>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

Textos que integram o *corpus* de pesquisa

ABREU, A. A.; LARAMÃO, S. (orgs.) **Personalidades da política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

AGÊNCIA LUSA. **Brasil vê Cabo Verde como porta de entrada à África e EU**, 27 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.agencialusa.com.br/index.php?iden=17105>>. Acesso em: 22 fev. 2010.

AGUILERA JIMÉNEZ, D.; RODRIGUES, J. M. **Diccionario Trilingüe del Mercosur - Ñe'ê Mercosur Pegua Ryrü: guarani-español-portugués**. Assunção: Imprensa Salesiana, 2011.

AMORIM, C. **Palavras proferidas pelo Ministro Celso Amorim por ocasião da Abertura da Conferência do Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial**. Brasília, 25 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/embaixador-celso-luiz-nunes-amorim/palavras-proferidas-pelo-ministro-celso-amorim-por/print-nota>>.

ANDRADE, C. Brasil oferece aulas de língua portuguesa para minoria alfabetizada no Haiti. **UOL Educação**, Brasília, 24 mar. 2008. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/ultnot/2008/03/24/ult105u6331.jhtm>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

BAGNO, M. Lusofonia ou ilusofonia? **Caros Amigos**, São Paulo, set. 2009. Disponível em: <http://marcosbagno.com.br/site/?page_id=418>. Acesso em: 01 mar. 2012.

BARRIONUEVO, A. Strong Economy Propels Brazil to World Stage. **The New York Times**. 31 July 2008. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2008/07/31/world/americas/31brazil.html?pagewanted=all>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

BIDEGARAY, M. Brasil confirma su condición de 'país del momento' y proyecta las ganancias que tendrá con el evento". **El Clarín**, 2 out. 2009. Disponível em: <http://www.ieco.clarin.com/empresas/deportivo-fortunas-momento-evento-ganar_0_1271_87307.html>. Acesso em: 23 fev. 2012.

BONIS, G. Avanço do Brasil assusta vizinhos da América do Sul. **Carta Capital**, 28 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/avanco-do-brasil-assusta-vizinhos-da-america-do-sul/>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº. 6.815, de 19 de agosto de 1980**, republicada pela determinação do artigo 11 da lei n.º 6964 de 09 de dezembro de 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm>. Acesso em: 25 jan. 2011.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>. Acesso em: 22 fev. 2010.

_____. Ministério da Educação. **Parecer relativo à criação do Sistema Unificado de Ensino da Língua Portuguesa para Estrangeiros**. Brasília, 8 de junho de 1989. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd004414.pdf>>. Acesso em: 21 de fev. 2011.

_____. Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Educação. **Protocolo do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação**. Brasília, 13 de março de 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=530&id=12276&option=com_content&view=article>. Acesso em: 12 abril 2011.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Gabinete do Ministro. **Portaria n.º 2, de 29 mar. 1999**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 abr. 1999, Seção 1.

Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1097638/dou-secao-1-01-04-1999-pg-29>>. Acesso em: 22 fev. 2010.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Assessoria de Imprensa do Gabinete. **Centros de Estudos Brasileiros em Angola e Moçambique - Homenagem aos Embaixadores Ovídio de Andrade Melo e José Aparecido de Oliveira**. Nota de imprensa n. 515, 05 nov. 2003. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2003/05/centros-de-estudos-brasileiros-em-angola-e/print-nota>>. Acesso em: 04 ago. 2011.

_____. Ministério da Educação. **Portaria n. 4056, de 29 de setembro de 2005**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/portariacolip-4056.pdf>>.

_____. Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação Social. **Acordo entre Brasil e Portugal prevê a criação de instituto para difundir a língua portuguesa**, 14 out. 2005. Disponível em: <http://www.itarare.sp.gov.br/site/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=158>. Acesso em: 20 abril 2011.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Gabinete do Ministro. Portaria Interministerial nº 01, de 20 de março 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 mar. 2006, 2006, Seção 1, p. 28. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/505063/dou-secao-1-22-03-2006-pg-28>>. Acesso em: 22 fev. 2010.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007**. Brasília, 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6170.htm>. Acesso em: 15 nov. 2010.

_____. **Programa Leitorado para Instituição Universitária Estrangeira**. Edital CGI nº. 007-2007. Brasília, 1º semestre de 2007, 2007b. Disponível em: <<http://www.dc.mre.gov.br/lingua-e-literatura/leitorados>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

_____. **Programa Leitorado para Instituição Universitária Estrangeira**. Edital CGI nº. 025-2007. Brasília, 10 de outubro de 2007, 2007c. Disponível em: <<http://www.dc.mre.gov.br/lingua-e-literatura/leitorados>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

_____. Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União. **Balanco-Geral da União – 2006**, 29 mar. 2007d. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/BGU/2006/VOLUME%20I-I-V-14.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2012.

_____. Portaria n.º 212, de 30 de abril de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 maio 2008, 2008a. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/566976/dou-secao-1-06-05-2008-pg-61>>. Acesso em: 22 fev. 2010.

_____. **Portaria Interministerial nº 127**, de 29 de maio de 2008, 2008b. Disponível em: <http://www.conveniosfederais.com.br/Portarias/InterMin127_08_busca_nova.html>. Acesso em: 15 nov. 2010.

_____. **Programa Leitorado para Instituição Universitária Estrangeira**. Edital CAPES/CGCI nº. 008/2008. Brasília, 05 de maio de 2008, 2008c. Disponível em: <<http://www.dc.mre.gov.br/lingua-e-literatura/leitorados>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

_____. **Programa Leitorado para Instituição Universitária Estrangeira**. Edital DRI/CGCI nº. 24/2008. Brasília, 06 de novembro de 2008, 2008d. Disponível em: <<http://www.dc.mre.gov.br/lingua-e-literatura/leitorados>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

_____. Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP). **Relatório de Gestão – 2008**. Brasília, DF, 21 jan. 2009, 2009a.

_____. **Programa Leitorado para Instituição Universitária Estrangeira**. Edital DRI/CGCI nº. 009/2009. Brasília, 20 de abril de 2009, 2009b. Disponível em: <<http://www.dc.mre.gov.br/lingua-e-literatura/leitorados>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

_____. **Programa Leitorado para Instituição Universitária Estrangeira**. Edital DRI/CGCI nº. 023/2009. Brasília, 23 de outubro de 2009, 2009c. Disponível em: <<http://www.dc.mre.gov.br/lingua-e-literatura/leitorados>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

_____. **Programa Leitorado para Instituição Universitária Estrangeira**. Edital DRI/CGCI nº. 023/2010. Brasília, 03 de maio de 2010, 2010a. Disponível em: <<http://www.dc.mre.gov.br/lingua-e-literatura/leitorados>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

_____. **Programa Leitorado para Instituição Universitária Estrangeira**. Edital DRI/CGCI nº. 062/2010. Brasília, 21 de outubro de 2010, 2010b. Disponível em: <<http://www.dc.mre.gov.br/lingua-e-literatura/leitorados>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

_____. **Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros**: Manual do Examinando 2011/2. Brasília, DF: MEC/INEP, 2011a.

_____. **Programa Leitorado para Instituição Universitária Estrangeira**. Edital DRI/CGCI nº. 029/2011. Brasília, 15 de julho de 2011, 2011b. Disponível em: <<http://www.dc.mre.gov.br/lingua-e-literatura/leitorados>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria do Planejamento Diplomático. **Balanco da política externa (2003-2010)**, 2011c. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010>>. Acesso em: 27 set. 2011b.

BRITO, A. **Entrevista com Gilvan Müller de Oliveira, diretor-executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa**, exibida no Programa “A entrevista” da Televisão de Cabo Verde, 12 out. 2011. Disponível em: <http://www.rtc.cv/tcv/index.php?paginas=41&id_cod=12860&nome_programa=%20Entrevista&data=2011-10-12&codigo=a_entrevista>. Acesso em: 11 abril 2012.

CALVANO, L. Neoimperialismo brasileiro? **Carta Capital**, 27 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/neoimperialismo-brasileiro/>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

CAMARGO, B. "A língua é de quem se apropria dela e gere". Entrevista com Gilvan Müller, presidente do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP). **Kriolidadi Suplemento Cultura**, 03 jun. 2011. Disponível em: <<http://iilp.files.wordpress.com/2011/06/caderno-kriolidadi.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

CASTRO, Flávio M. de O.; CASTRO, Francisco M. de O. **Itamaraty**: dois séculos de história (1808-2008). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, vol. 1 (1808-1979), 2009a.

_____. **Itamaraty**: dois séculos de história (1808-2008). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, vol. 2 (1979-2008), 2009b.

CIBERDÚVIDAS. **Brasil lança concorrente do Instituto Camões e diz "não" ao português como mera metáfora da CPLP**, 2005. Disponível em: <<http://www.ciberduvidas.com/noticias.php?rid=1880>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

COMCIÊNCIA – REVISTA ELETRÔNICA DE JORNALISMO CIENTÍFICO. **Comissão de Língua Portuguesa visa promover a língua no exterior**, 07 out. 2010. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/noticias/2005/10/lingua.htm>>. Acesso em: 04 abril 2012.

CORRÊA, M. C. Ser professor de português em Paris. **Língua Portuguesa**, São Paulo, n. 13, dez. 2006. Disponível em: <http://www.iilp-cplp.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=30&Itemid=71>. Acesso em: 20 ago. 2010.

COZER, R. Literatura revela diálogo desigual na mesma língua. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, set. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/artelazer,literatura-revela-dialogo-desigual-na-mesma-lingua,604910,0.htm>>. Acesso em: 19 out. 2010.

CRUZ, J. B. Os seminários de Atualização Didática. **CEB Notícias – Boletim Informativo para Leitores e Professores de CEB**, nº 1. Brasília: Divisão de Instituições de Ensino e Programas Especiais (DIEP), Departamento Cultural, Ministério das Relações Exteriores, out. 1994.

DIAS, S. Integração Brasil, África e Ásia: para além do comércio. **ComCiência** – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, 14 abril 2006. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=12&id=95>>. Acesso em: 18 mar. 2012.

FIORIN, J. L. E agora, Portugal? **Língua Portuguesa**, São Paulo, n. 28, fev. 2008. Disponível em: <<http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11474>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

FORBES. **The world's 100 most powerful women**, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.forbes.com/profile/dilma-rousseff/>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

FRADKIN, E. MEC lança Instituto de língua portuguesa. **O Globo**, 26 out. 2005. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/silvana_arantes__30200=>>. Acesso em: 03 abril 2012.

G1 – Portal de Notícias da Globo. **“Brasil é 'imperialista' e 'explorador', afirma jornal paraguaio”**, 20 maio 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL39433-5602,00.html>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

GOHN, C. **O leitorado em Nova Delhi e o ensino de Português Língua Estrangeira na perspectiva da diplomacia cultural**. Universidade de Brasília: Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM), Núcleo de Estudos Asiáticos (NEÁSIA), out. 2006. Disponível em: <http://www.unb.br/ceam/neasia/boletins/artigo_carlos_gohn041006.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2009.

GRANDO, C. O Centro Cultural Brasil-República Dominicana e os Centros de Estudos Brasileiros (CEBs). **Revista de Cultura**, Fortaleza / São Paulo, 67 – jan./fev. 2009a. Disponível em: <http://www.revista.agulha.nom.br/ag67bienio_grando.htm>. Acesso em: 13 fev. 2010.

_____. **Discurso de inauguração del Centro Cultural Brasil – República Dominicana por su directora Cristiane Grando**. Santo Domingo, 23 mar. 2009b.

INFOREL – Relações Internacionais e Defesa. **Brasil terá Centro de Estudos no Haiti**, 25 jun. 2007. Disponível em: <<http://www.inforel.org/servlet/ListaNoticia?acao=C¬iciald=2414&ano=2007>>. Acesso em: 22 fev. 2010.

INFORPRESS – Agência de Notícias de Cabo Verde. **Embaixada do Brasil abre Centro de Estudos na Praia**, 12 fev. 2008. Disponível em: <http://www.inforpress.publ.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=2013&Itemid=66>. Acesso em: 01 ago. 2009.

INSTITUTO CAMÕES. **Machado de Assis pronto a funcionar até 2006**. 2005. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/noticias/noticia159.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **América Latina tem o maior número de participantes no Celpe-Bras**. 27 out. 2011. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/visualizar/aset_publisher/6AhJ/content/america-latina-tem-o-maior-numero-departicipantes-no-celpe-bras>. Acesso em: 02 mar. 2012.

JORNAL DE ANGOLA ON-LINE. **A independência de Angola foi entregue em boas mãos**, 11 nov. 2010. Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao/20/0/a_independencia_de_angola_foi_entregue_em_boas_maos>. Acesso em: 08 ago. 2011.

LAMBERT, R. Là où le Brésil va... **Manière de voir – Le Monde Diplomatique**, 113, out. – nov. 2010. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/mav/113/>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

LIMA, M. A. R. V. *et al.* **Migração e cidadania cultural**. A experiência do Instituto Brasil-Itália de Milão. Milão, 2008. Disponível em: <https://gestao.abe.mre.gov.br/.../imigracao_e_cidadania_cultural.pdf>. Acesso em 05 junho 2009.

LÍNGUA PORTUGUESA. **Interesse estratégico**. São Paulo, Editora Segmento, n. 3, ano 1, dez. 2005, p. 40-42.

LISSARDY, G. Los temores ante Brasil, el nuevo imperio americano. **BBC Mundo**, 8 nov. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2011/11/111108_america_latina_brasil_imperial_aa.shtml>. Acesso em: 26 mar. 2012.

LOPES, E. C. M. R. “Política cultural dos Centros de Estudos Brasileiros na América Hispânica”. In: **Bienal Internacional do Livro do Ceará**, 8., 2008. Disponível em: <<http://cebchile.blogspot.com/2009/02/bienal-internacional-do-livro-do-ceara.html>>. Acesso em: 5 jun. 2009.

LULA DA SILVA, L. I.; SÓCRATES, J. **Declaração Conjunta do Primeiro Ministro da República Portuguesa e do Presidente da República Federativa do Brasil, por ocasião da VIII Cimeira Luso-Brasileira**. Porto, 13 de outubro de 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=702&Itemid=303>>. Acesso em: 06 abril 2012.

MAGALHÃES, M. **É destacado 'interesse estratégico' da língua portuguesa para o Brasil.** Agência Senado, 14 set. 2011. Disponível em: <<http://www.circuitomt.com.br/editorias/cultura/5100-e-destacado-interesse-estrategico-da-lingua-portuguesa-para-o-brasil.html>>. Acesso em: 05 mar. 2012.

MEIRELES, L. Está na moda aprender português. **Expresso**, 5 jul. 2008, 1.º Caderno, p. 20. Disponível em: <<http://clix.expresso.pt/gen.pl?p=stories&op=view&fokey=ex.stories/359202>>. Acesso em: 03 mar. 2009.

MISOL, L. El estudio del portugués nos acerca a la cultura brasileña. **Listín Diario**. Santo Domingo, República Dominicana, 05 mai. 2009. Disponível em: <<http://www.elsiglo.net/app/article.aspx?id=100006>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

MOORE, M. The 2010 TIME 100. Luiz Inácio Lula da Silva. **Time**, 29 abr. 2010. Disponível em: <http://www.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,1984685_1984864_1984866,00.html>. Acesso em: 24 fev. 2012.

NOTÍCIAS LUSÓFONAS. **Centro de Estudos Brasileiros presidido por moçambicano pela 1ª vez**, 14 abril 2006. Disponível em: <<http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=14056&category=CPLP>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

PACHECO, D. G. L. da C. **Português para estrangeiros e os materiais didáticos: um olhar discursivo.** 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PADGETT, T. People who mattered. Dilma Rousseff. **Time**, 14 dez. 2011. Disponível em: <http://www.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,2101745_2102309_210244,00.html>. Acesso em: 24 fev. 2012.

PHILLIPS, T. Brazil: The country of the future finally arrives. **The Guardian**. 10 maio 2008. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2008/may/10/brazil.oil>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

PINTO, T. de O. **O desafio de divulgar o Brasil**: sobre o Instituto Cultural Brasileiro na Alemanha, 2008. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/dc/textos/revista7-mat18.pdf>>. Acesso em: 15 abril 2009.

PRADA, P. For Brazil, it's finally tomorrow. **The Wall Street Journal**, 29 mar. 2010. Disponível em: <<http://online.wsj.com/article/SB10001424052748704743404575127913634823670.html>>. Acesso em: 23 fev. 2012.

RODRIGUES, J. M. Difusão da língua portuguesa através do diálogo intercultural: reflexões sobre o programa de leitorado do MRE-Capes no Paraguai. In: MENDES, E. *et al* (orgs.) **Caderno de Resumos e Programação do Congresso da Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira (CONSIPLE) 2011**, 06 a 08 de outubro de 2011. Assunção, Paraguai: SIPLE, 2011. p. 10.

RODRÍGUEZ, J. Brasil, el gigante despierta. **El País**, 22 nov. 2009. Disponível em: <http://elpais.com/diario/2009/11/22/eps/1258874813_850215.html>. Acesso em: 23 fev. 2012.

SACCONI, L. A. **Não erre mais!** São Paulo: Atual, 1998.

SCARPA, E. M. **Relatório de Atividades apresentado à Divisão de Promoção da Língua Portuguesa**, relativo às atividades desenvolvidas no leitorado em King's College London (setembro de 2003 - julho de 2004). Londres, 2004.

_____. **Relatório de Atividades apresentado à Divisão de Promoção da Língua Portuguesa**, relativo às atividades desenvolvidas no leitorado em King's College London (setembro de 2004 – agosto de 2005). Londres, 2005.

_____. **Relatório de Atividades apresentado à Divisão de Promoção da Língua Portuguesa**, relativo às atividades desenvolvidas no leitorado em King's College London (setembro de 2005 – agosto de 2006). Londres, 2006.

SCHAUMLOEFFEL, M. A. **Informações sobre os Tabom e o *Durbar* por eles organizado. Visita do presidente Lula ao Gana**, 2005. Disponível em: <http://www.schaumloeffel.net/ghana/lula/Infos_sobre_os_Tabom_e_durbar.pdf>. Acesso em 16 fev. 2010.

SERRAVALLE DE SÁ, D. O leitorado brasileiro em Manchester: política linguística e o ensino de português como língua estrangeira. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 39, p. 31-40, 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/39/artigo1.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2010.

SILVA, E. Inaugurado em Moçambique o primeiro escritório internacional da Fiocruz. **Agência Fiocruz de Notícias**, 17 out. 2008. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=2094&sid=9>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

VIANA, E. **Brasil criará o Instituto Machado de Assis para difundir a cultura brasileira e o português**. 14 dez. 2005. Disponível em: <http://www.ateiamerica.com/pages/lusoatei/noticias/13dezinstitutomchadode_assis.htm>. Acesso em: 25 mar. 2011.

ZILLY, B.; LISBOA, K. **Carta aberta contra o iminente fechamento do Instituto Cultural Brasileiro na Alemanha (ICBRA)**, dezembro de 2004. Disponível em: <<http://www.novacultura.de/0412icbra.html>>. Acesso em: 01 mar. 2012.

ANEXOS

Anexo 1 – Transcrição da entrevista com diplomata brasileiro¹⁷⁹

Entrevistador: bom... uma das coisas que eu queria te perguntar... eh... pelo que eu tenho acompanhado assim parece que nos últimos anos a.... têm aumentado iniciativas pra divulgar o português no exterior né? talvez a partir do começo da década de 90 não sei... teve um certo crescimento né? tanto do Estado... da sociedade civil... queria saber... como você explicaria eh...esse aumento na no interesse pra difundir o português por parte do Brasil...

Entrevistado: então... acho que isso faz parte de um pro... de um... de um processo mais amplo no qual o Brasil... se interessa por mais regiões... a política externa do Brasil – e não deixa de ser um vetor da política externa a promoção da da língua – ela se torna mais... mais ativa comparando com os anos 80... com o Sarney por exemplo quando... por motivos econômicos internos havia um... uma política muito menos pró ativa – essa palavra é meio ruim – mas enfim muito menos ativa ah... e... em assuntos externos em geral isso tem mudado nos anos 90 e ainda mais na na última década... ah... enfim a CPLP que é de 96... foi negociada durante o governo Itamar a grosso modo... a ideia já era muito mais antiga.. mas mas começou começou a cris... cristalizar cristalizar nos anos 90... isso... isso é em parte pelo fato de que até os anos 90... até o final dos anos 80 assim... até... até o regime militar... ah... a política externa brasileira era um pouco mais fechada... um pouco mais voltada pra dentro mais soberanista mais nacionalista... por isso passa a se interessar e inclusive ter a capacidade... até econômica mesmo... ah... de... de abrir mais Embaixadas... os embaixado... mandar mais funcionários... ter mais professores... financiar mais leitores enfim... ter uma ação externa mais... mais presente mesmo... e nisso o Brasil colabora com Portugal... e essa é uma coisa que Portugal já faz há muito tempo... o

¹⁷⁹ Entrevista realizada em Brasília, em 24 de março de 2010, com um diplomata brasileiro com experiência de trabalho na Assessoria Internacional da Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC) e no Itamaraty. Devido à natureza de algumas de suas declarações, o entrevistado preferiu não ser identificado.

Instituto Camões eu não sei quando foi fundado mas já é... mais ou menos antigo... essa influência cultural... que se transforma em influência geopolítica... porque a cultura é o que chamam de *soft power*... enfim... é uma influência não não bruta não militar ou econômica... mas enfim... nas nas... *hearts and minds* ... nos corações e mentes das pessoas... isso Portugal faz na África... isso a França faz na África... os EUA faz na África... Organização Internacional da Francofonia... o *Common Wealth* britânico... Portugal faz também... ainda que em escala um pouco menor... e o Brasil percebeu que tinha essa oportunidade... ah sendo que no caso do Brasil tem essa assimetria enorme... o Brasil um país muito grande... razoavelmente [segmento ininteligível] quando a gente quer... e Portugal um país pequeno... enfim... o Brasil percebeu que tinha um potencial de se juntar à Portugal na CPLP nesse sentido de... influência mesmo... nesses países lusófonos... e que tem bastantes possibilidades que Portugal não tem... não tem historicamente... a imagem do Brasil na África é muito boa... a proximidade... cultural e étnica do Brasil com a África é muito grande... o Brasil é o segundo maior... maior país negro do mundo depois da Nigéria... enfim o Brasil começou a perceber isso e aos poucos foi se interessando mais...

Entrevistador: e... na sua opinião quais seriam as principais ações atuais pra difusão do português?

Entrevistado: falta uma coisa no Brasil... falta o equivalente do Instituto Camões.. falta uma... um órgão de Estado... uma... uma autarquia uma coisa assim que centralize... que tenha funcionários próprios se possível... e que realmente centralize essas ações... e... e em função disso... fica um pouco... fica um pouco perneta o processo de divulgação do português... dividido entre o Itamaraty e o Ministério da Educação... ele acontece né? essa divulgação do português... ah... seja por meio do... na CPLP o Instituto Internacional de Língua Portuguesa que fica lá em Cabo Verde... o presidente é um angolano agora... não me recordo o nome... mas enfim tem tem eventos acadêmicos... mas ele anda um pouco

parado... e no ano passado foi discutido o estatuto do do... IILP... mas enfim ele tem um papel um pouco mais discreto do que deveria ter... mas o que já existe pelo menos são... são os leitorados que são feitos conjuntamente... o MEC CAPES e Itamaraty... e... é interessante ver que os leitorados nos últimos anos têm... aumentado... não tenho os dados aqui mas é fácil de conseguir... mas o o... as prioridades geográficas dos leitorados mudaram muito... por exemplo... a França costumava ser e foi até recentemente o país com mais leitores brasileiros... acho que oito ou mais... dez doze... e isso tem diminuído e... em prol de países em desenvolvimento... o propósito agora é... desenvol... eh... é levar o português a países da cooperação do chamado sul-sul... países do sul... África América Latina... ah Ásia até certo ponto... inclusive com mais leitores... então o leitorado é um bom exemplo... você acaba acaba sendo os embaixadores da... não só da cul... da língua portuguesa como da cultura brasileira... que Portugal tem seus próprios leitores que são do português mas são também de Portugal... então a ideia do Brasil é... divulgar sua cultura sua civilização... enfim o povo brasileiro... não só a língua... embora a língua faça parte disso... então os leitores são algo realmente essencial... e o Celpe-Bras... o Celpe-Bras ele é muito menos conhecido... ele tem muito mais... muito menos espaço do que poderia ter como exame oficial brasileiro ah... de..... enfim de certificação da língua pra... pra estudar e trabalhar no Brasil... pra trabalhar no Brasil como médico por exemplo... acho que pra engenheiro logo logo vai ser – se já não é – ah necessário ter o Celpe-Bras... mas o Celpe-Bras ele tem... bom primeiro que ele ele é diferente do teste português... Portugal tem um teste e o Brasil tem outro... mas ele acaba sendo muito pouco conhecido... muito pouco divulgado porque... como é que posso dizer? a for... a maneira de abrir postos exteriores... a maneira de abrir um posto no exterior... é uma maneira quase artesanal... o Celpe-Bras é feito com um carinho quase artesanal... ele tem uma excelência acadêmica muito alta... provavelmente maior em termos de linguística de estudo da linguística... de avaliação do conhecimento linguístico... deve ser bem maior do que o o IELTS [*International English Language Testing System*] ... ou o... TOEFL [*Test of English*

as a Foreign Language]... são feitos por um número muito maior de pessoas... só que isso faz com que o conhecimento do teste... a maneira de saber aplicar o teste... de como ensinar as pessoas que vão aplicar o teste... seja restrito pra... pra poucas pessoas... a comissão do Celpe-Bras... que é uma comissão pequena... uma divulgação que quase... de boca em boca... enfim... mantém de certa forma uma excelência acadêmica do exame mas impede que ele cresça rápido... aumentou o número de postos no exterior que fazem o o... Celpe-Bras... mas ainda é muito menos do que o IELTS o... e o TOEFL... os testes franceses o DELF [*Diplôme d'Études en Langue Française*] o DALF [*Diplôme Approfondi de Langue Française*]... o TCF [*Test de connaissance du français*] os testes espanhóis e assim por diante... ah mas também muito maior do que poderia ser... o potencial do Celpe-Bras ele é muito pouco explorado... é um teste muito pequeno... tem 5000 pessoas por ano que passam o Celpe-Bras... não é pouco mas... mas uma língua falada por 240 milhões de pessoas eh... poderia ser muito mais... um país com o... com o potencial nosso de divulgação da língua no exterior... poderia ser muito mais... então o Celpe-Bras é útil... mas ele ainda é um pouco deficiente nesse sentido... por ser um teste muito... muito especializado e difícil de aplicar... tem uma excelência acadêmica muito grande mas não é tão prático como exame de certificação de português no exterior... então é bom mas... inclusive pra corrigir... é um processo... tem que vir a comissão toda... seis sete oito pessoas espalhadas pelo Brasil... que a ideia é é ter... é ter pessoas representando as diferentes variantes do português... então vem gente do Rio da Bahia do Rio Grande do... vem a Brasília... fica lá uma... vários dias... e corrigem a prova artesanalmente... o que é bom e é ruim... tem esse sentido acadêmico... academicamente positivo... mas se a gente quer pensar como estratégia do Estado de divulgação da língua não faz muito sentido... isso é um problema... isso talvez venha a mudar no futuro... porque no ano passado... a administração do Celpe-Bras saiu do MEC... da Secretaria de Educação Superior... e passou pro... quer dizer... ela continua no MEC mas foi pra uma autarquia dentro do MEC... que é o INEP [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

Teixeira]... o INEP que faz.... o Instituto Anísio Teixeira... que faz estudos nacionais... que faz o ENEM [Exame Nacional do Ensino Médio] fazia o antigo provão... faz o o Libras... de linguagem de sinais entre outras coisas que eles têm... mas o objetivo maior é fazer prova... e talvez agora venha mudar a diretriz pra se tornar um exame um pouco mais acessível... feito em mais lugares... mais fácil de de elaborar e corrigir... não sei se isso vai mudar... mas pelo menos até ano passado o Celpe era ainda um exame muito artesanal... e ele tem a sua função de divulgar o português no mundo mas ele é um pouco limitado nisso... a maneira como ele é feito faz com que ele ele seja um exame de referência para o português como língua estrangeira... tudo... língua estrangeiras em geral... linguística... mas como estratégia de divulgação da língua... não é tão eficiente quanto poderia ser...

Entrevistador: você mencionou o Instituto Camões né? e tá em discussão... pelo menos dizem que está em discussão... o Instituto Machado de Assis... e como você vê a criação desse instituto? por que o instituto ainda não saiu do papel?

Entrevistado: então... o que geralmente se considera é que foi um conflito político... porque o Instituto Machado de Assis ficou no papel ele não existe na realidade... um conflito político... porque o... uma das missões do Itamaraty... é a divulgação do português... mas enfim a parte toda técnica entre aspas... acadêmica... é do Ministério da Educação não é isso? os dois trabalham... trabalham em conjunto... fazem... têm vários programas conjuntos do MEC com o Itamaraty como o PEC-G [Programa de Estudantes-Convênio de Graduação]... o PEC-PG [Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação] pra bolsa... um pouco fora do português mas enfim... mas nesse caso específico... a a iniciativa do Instituto Machado de Assis era principalmente do Ministério da Educação... e o Itamaraty não ficou muito satisfeito com isso... ficou um pouco melindrado... foi um conflito político... e o Itamaraty impediu que isso fosse pra frente... então foi muito mais acho que um problema político... se era uma questão de recursos eu não sei

dizer mas acho que não... talvez precisasse de uma lei levasse um tempo... mas eu acho que existe interesse por parte do governo... do Itamaraty... do MEC existe... e certamente do governo federal como um todo... acho que isso é importante pro Lula... em fortalecer essas ações de divulgação do português... mas esse conflito político entre os dois ministérios... muitas vezes acontece entre o Itamaraty e o... se... os ministérios em geral... e acho que isso foi o maior... o maior empecilho... enfim era um projeto que foi empolado pelo MEC mas que o Itamaraty... sentiu que invadia suas competências...

Entrevistador: e que diferenças você veria assim entre a atual... administração da Rede Brasileira de Ensino no Exterior se isso realmente fosse eh ser tutelado pelo MEC? e deixasse de ser subordinado ao Itamaraty?... que diferença você imagina que isso acarretaria?

Entrevistado: olha... poderia ser bom poderia ser ruim... é difícil... por um lado... os diplomatas geralmente não são especialistas... lidam com um grande número de questões... de assuntos... e é um ministério com uma referência técnica muito grande mas... mas não se dedica exclusivamente à promoção do português... isso é importante mas não é o que tem mais dedicação lá dentro... poderia ser bom enfim... o Ministério da Educação que se ocupa dedica a essa tarefa lidando com isso... mas ao mesmo tempo... digamos... a possibilidade de de inserção externa... participação política no exterior... do Ministério da Educação... o espaço dos [segmento ininteligível] outros ministérios sem o Itamaraty é muito limitada... é difícil fazer... tudo tem seu... o Ministério do Comércio Exterior também tem suas ambições pra divulgar o Brasil..... pras relações comerciais... o Ministério do Turismo vai lá divulgar o Brasil português para estrangeiros... mas sem uma coordenação política do Itamaraty é difícil fazer as coisas avançarem... até porque... isso convoca dois governos... duas sociedades... e alguns países encaram bem... a promoção de mais uma língua estrangeira em seus territórios... outros nem tanto... essa articulação política é difícil fazer sem o Itamaraty... eu não

sei... acho que ajudaria em alguns aspectos... talvez tecnicamente... mas eh... talvez algumas portas fossem mais difíceis de abrir...

Entrevistador: porque atualmente em relação à difusão do português é basicamente o Celpe-Bras que tem mais a ver com o MEC né? porque os leitorados... os Centros Culturais... isso é o Itamaraty né?

Entrevistado: o leitorado foi a CAPES né? que faz a seleção... mas é mais o Itamaraty mesmo... tanto que eles tão ah... eles são sujeitos... os leitorados... me fugiu a palavra... mas enfim... os leitorados... ah ... as prioridades da política externa... como eu falei... a ideia de abrir... de ter mais leitores no sul do que no norte ah tem a ver com as prioridades do país na política externa...

Entrevistador: é... isso eu tinha observado fazendo uma comparação dos leitorados... do número de leitorados até a década de 80 e agora... é bem como você falou... o que eu tenho visto muito é a questão na África né? de abrir leitorado... vários leitorados... inclusive dar maior incentivo financeiro para os leitores... então acho que assim a média na África é uns \$3000... e em geral os leitores recebem mil e pouco... e isso me parece que é um incentivo...

Entrevistado: é sem dúvida...

Entrevistador: e... o que você poderia dizer sobre isso? sobre essa vontade de divulgar o português na na... na África? por que esse crescimento?

Entrevistado: hum... porque a língua comum... é uma oportunidade muito grande... o fato de o Brasil partir de uma língua que é uma língua tá... falada por uma população grande mas... 80% talvez dos lusófonos do mundo somos nós mesmos [risos]... então é uma língua que tá... tá com uma certa projeção... é falada em todos os continentes exceto a Oceania... mas... enfim... o Brasil tem

muito mais facilidade... pelo menos *a priori*... por falar português... de de entrar em Angola... entrar em Angola em todos os sentidos... tanto as empresas [segmento ininteligível]... mas também tem... tem a proximidade política maior de se integrar em todos os aspectos... tem muito mais facilidade do que... do que qualquer outro país... Portugal tá lá... mais do que a França ou o Reino Unido ou os Estados Unidos ou a China... essa é uma vantagem... que o Brasil já tem... o ponto de partida é muito mais vantajoso... tem essa vantagem extremamente efetiva... é importante que esses países oficialmente lusófonos sejam lusófonos de fato... o que nem sempre são... Cabo Verde geralmente eles falam português embora tenha o crioulo local... ah.. Cabo Ve... ah Guiné Bissau não... Guiné Bissau ... Angola muitas vezes falam... Moçambique bem menos... São Tomé acho que falam um número muito pequeno... no Timor poucos falam na prática... porque Portugal saiu teve a colonização Indonésia... tem o tétum... mas enfim... o Brasil se sente mais... digamos... tem uma parte emocional... acho que o Brasil se sente mais próximo... a parte emocional de um Estado... mas enfim... o Brasil se sente mais próximo desses povos que têm um passado comum de certa forma... então tem esse lado que é um... um lado... emocional... digamos assim passional... mas tem um lado pragmático concreto... de que em função dessa... proximidade linguística... proximidade cultural... todo o resto se torna mais fácil... fazer política externa... colocar a Petrobras... a Odebrecht ou outras coisas... na África se torna mais fácil...

Entrevistador: uma outra coisa que eu achei interessante... a questão da fundação do CEB no Haiti... me parece que coincidiu muito com a... chamada missão de paz que o Brasil lidera no Haiti... você acha que tem uma relação mesmo... entre essa... a fundação de um instituto como esse... foi em 2008 se não me engano... e a presença militar do Brasil no Haiti?

Entrevistado: tem tem sim... essa missão... essa missão não é só do Brasil é da ONU [Organização das Nações Unidas]... mas o Brasil lidera... tem o comando

militar dos oito nove mil soldados... são 1300 brasileiros... ela é... ela se chama missão de estabilização... MINUSTAH [Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti] é missão de estabilização no Haiti... ela tem dois objetivos... um é a estabilização propriamente dita... o país teve várias vezes à beira de uma guerra civil... a capital era... comunidades controladas... havia a participação de várias facções rivais... a estabilização militar é uma coisa... e isso... se tornou razoavelmente bem e ainda é um... país com problemas... mas tá muito mais estável do que era no passado... quando o Brasil chegou... agora segunda... o segundo grande objetivo da missão – e aí que entra o CEB... e aí que entra uma série de outras coisas – é o desenvolvimento do país... o que chama de construção da paz... porque uma vez consumada a paz... tem que construir as condições para que a paz seja duradoura... não só a paz como ausência de guerra... é a ideia de desenvolver o país a longo prazo... desenvolvimento sustentável arrumar empregos... enfim... melhorar o sistema produtivo... transferir tecnologia... investir muito na educação na infra-estrutura em geral mas sobretudo educação... é claro demora muito pra fazer isso... não se faz em dois ou três ou quatro anos... mas a ideia de de... melhorar o sistema educacional do país... e junto com a educação e geralmente na cultura... enfim de compartilhar experiências culturais... tem a ver com isso... então tem tem a ver sim no contexto da MINUSTAH que traduz o interesse maior do Brasil pela... pela América Central e pelo Caribe... o Brasil tradicionalmente quando se integrava era com a América do Sul... de uns anos pra cá se você for ver está mais presente ali... na América do Sul continua estando claro... mas também na América Central no Caribe... por isso que o Brasil... parece que vão tentar resolver a crise de Honduras... o Brasil se engaja muito com Cuba... defende a reintegração de Cuba ao sistema interamericano... o Brasil vê no Haiti uma boa possibilidade... enfim... um país extremamente pobre... que tinha todo tipo de deficiência... o Brasil considera que é sei lá um terreno propício pra... pra se aproximar um pouco mais do Caribe... falando assim parece um teste de laboratório... e isso vai em todos os sentidos... desde a parte monetária da parte econômica... às vezes à técnica... o Brasil tem

projetos de ajuda... sanitária por exemplo... melhoria de infra-estrutura também... e isso também repercute na cultura... a cultura vai junto...

Entrevistador: uma coisa que eu queria tentar entender um pouco... essa diferença na distribuição das... das instituições da Rede Brasileira de Ensino no Exterior... tradicionalmente havia uma concentração de leitorados na Europa né? e pouquíssimos leitorados na América do Sul ou em outros países... mas por outro lado tinha uma predominância dos Centros Culturais e dos... Institutos Culturais aqui na América do Sul... então eh... como você vê... essa diferença na distribuição da Rede?

Entrevistado: os Centros Culturais vários foram abertos em outros continentes... em Porto Príncipe... em Pretória... em Praia Cabo Verde... mas eu não tenho certeza... mas acho que grande parte está sendo aberta aqui... acho que a América do Sul meio que tem mais Centros Culturais... e isso... bom... os Centros Culturais eles... são da Embaixada... são vinculados à Embaixada... às vezes têm uma autonomia maior ou menor... como o FUNCEB [Fundação Centro de Estudos Brasileiros] em Buenos Aires... mas tão na Embaixada e as Embaixadas que tratam de tudo... o Brasil está muito tempo... enfim... onde há um... uma dedicação maior... tem um maior número de funcionários... enfim... uma ação diplomática mais intensa... são justamente as da América do Sul... considerando... um palpite meu... eu não tenho certeza... mas eu acredito que seja uma maior facilidade mesmo... logística até... as Embaixadas já estavam lá... Buenos Aires já tinha 25 diplomatas... era... era era fácil... abrir... anexo à diplo... à Embaixada... um uma Fundação de Centros de Estudos Brasileiros... FUNCEB... ah... em relação aos leitorados... é um pouco diferente porque embora seja outra forma de ação... divulgação linguística e cultural... é muito mais fácil manter um leitor do que abrir um Centro de Estudos Brasileiros... um Centro Cultural que seja... tem um processo todo... mas manter precisa dois mil... dois mil dólares por mês e... tá na Varsóvia... e aí a opção... tradicional... que agora tá sendo subvertida mas que há

muitos anos foi o... foi o padrão de manter leitores na Europa... acho que é questão que teria havia mais condições... havia mais interesse pelo ensino do português... manter o ensino de português na França.. ah... na Itália... um pouco menos no Reino Unido... na Alemanha na Espanha... França que talvez seja onde tem mais disso tudo... têm até interesse por leitores brasileiros... tem pedidos das universidades e o Itamaraty respondia... a CAPES respondia bem a isso... mandando leitores pra onde havia possibilidade... e interesse em manter leitores brasileiros...

Entrevistador: e... como funciona esse processo de... você decidir que vai criar um Centro... ou criar um leitorado no lugar X... quais... quais são as prioridades para você fundar um Centro ou abrir um leitorado... que critérios são os prioritários?

Entrevistado: tem os critérios políticos e práticos... no caso de um Centro que é uma coisa maior, né? dá mais trabalho... tem que manter... tem que ter o pessoal próprio... uma estrutura permanente... enfim... nesse caso você tem que ver a estrutura... as condições... até a logística mesmo da Embaixada de manter mais uma instituição anexa... hum... no caso do leitorado é um pouco mais simples é uma decisão mais tranquila como eu falei... é uma pessoa só... no máximo tem um grupo de pessoas... mas é uma decisão sobretudo política... tem que ver onde tem... tem condições... onde tem interesse ou seja... onde tem... onde nós acreditamos que existe um potencial... um grande número de pessoas que querem aprender português e não têm acesso... ou se têm acesso é... aprendem o português de Portugal... não que seja ruim mas evidentemente que o ideal é que eles aprendam a... a variante brasileira... enfim... se... se for detectado isso... isso é meio subjetivo sabe? mas enfim se... se a Embaixada acredita que há necessidade... que é prioridade... que há possibilidade de abrir... aí é tomada uma decisão política de abrir aqui e não abrir lá... aí muitas vezes são países... nem sempre são países onde se fala português... onde tem interesse pelo português...

às vezes são países que são próximos politicamente do Brasil mesmo que não pela língua... a África do Sul é um exemplo... ah... não sei se há muitas pessoas estudando português na África do Sul... acredito que não tanto... mas... foi aberto um Centro de Estudos Brasileiros em Pretória... um Centro Cultural enfim... que é um país que coopera muito com o Brasil... é um país muito próximo da nossa política externa... teve o fórum IBAS [Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul]... é uma escolha sobretudo política desde que haja as condições técnicas pra tanto... e no caso havia enfim... não havia nenhuma dificuldade especial... então criaram um Centro...

Entrevistador: e... você acha que... alguma vez pode a abertura de um Centro... de um leitorado... enfim isso pode seguir um critério do tipo... abrir centros em áreas de língua espanhola... ou abrir Centros ... pra difundir o português em áreas de língua inglesa... pensando assim na relação do português com outras línguas que tão em destaque no cenário geopolítico internacional?

Entrevistado: hum... eu não acho que seja a principal... o principal... fator de influência na escolha de... de onde são abertos novos Centros e pra onde são enviados novos leitorados não... acho que... não acho que seja isso... nesse sentido de... equilibrar talvez a influência do português com outras línguas... eu não acho que seja o principal fator... acho que... [segmento ininteligível] em países anglófonos... ou... ou que falam chinês ou qualquer outra língua... acho que... porque... como é que eu vou dizer? isso seria... partir de uma visão de que o português... o português como língua... disputa influência como todas as outras... tem alguns rivais que... vamos dizer... que precisam ser ultrapassados... não acho que seja o caso... o português... existem... existe a ideia de que o português poderia ter mais espaço nas organizações internacionais... por exemplo o Brasil quer fazer o português língua oficial da UNESCO [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura]... mas isso não significa necessariamente expandir a base de pessoas que falam português... sei lá... na

ex-União Soviética... ou então no sul da Ásia... ou na África... não... não acho que seja... não acho que seja isso o principal fator que determina a escolha...

Entrevistador: ah e uma... coisa que ainda não ficou muito clara pra mim... qual a diferença entre os Centros Culturais e os Institutos Culturais? em termos das atividades que eles desenvolvem... ou em termos da organização política deles? você saberia dizer?

Entrevistado: eu não conseguiria resolver... responder em detalhes... porque isso tá no Itamaraty... mas eu não sei em detalhes... eu posso verificar com a DPLP justamente... mas... eu acho que os Institutos Culturais têm uma autonomia maior em relação à Embaixada... até financeira orçamentária... as atividades creio que são muito parecidas... não varia muito... eu não vou dizer isso categoricamente... eu precisaria realmente confirmar com a DPLP...

Entrevistador: ahã... um outro ponto que eu queria te perguntar... a questão dos leitores né? em geral que atividades eles desenvolvem além de... ensinar português? porque parece que... a impressão que eu tive foi que isso depende um pouco do leitor... qual país ele tá... qual universidade... eu acho que tem uma certa diversidade aí não tem?

Entrevistado: é eu acho que essa impressão tá certa... eu conheci alguns leitores... na França na Guiné Bissau... e... variava muito... ensina português e... língua mas também civilização... cultura e costumes... mas o que eles fazem a mais normalmente acho que varia muito do... da preferência pessoal deles... da possibilidade... enfim.. se... se a universidade oferece a eles a possibilidade de... de ministrar... aulas adicionais... ou se eles querem dar aula em outro... outro ambiente... se eles são convidados a dar palestras ou... eu acho que varia muito também viu? tem o mínimo né? que se espera que eles façam... eles assinam um contrato... não sei exatamente se é um contrato ou um termo de compromisso

mas... mas fora isso acho que varia muito... é um tema interessante... não sei se você tá fazendo ou se alguém já fez uma pesquisa um pouco comparativa sobre a... sobre o.. realmente a rotina... a... as práticas dos leitores... não sei...

Entrevistador: eu cheguei até ver eh... em artigos escritos por leitores... alguns que chegam a se caracterizar como... quase adidos culturais... assim... tem alguns que assumem essa posição... e aí por outro lado... outros recusando essa posição dizendo... não... o leitor não é um adido cultural... ele é um docente né?... qual você que acha que seja... realmente o papel do leitor?

Entrevistado: eu acho que idealmente ele deveria ser uma espécie de... eh de adidocultural... [segmento ininteligível] ou algo parecido com isso... no sentido de... é que adido cultural pode passar a impressão de que é um representante do Estado né? a gente manda sempre os diplomatas... mas tem também o adido militar... que é das Forças Armadas... o adido policial... que é policial... o adido... por aí vai... e ele... ele tá lá representando o governo... ele é pago pelo governo... o leitor também tá representando o governo mas digo... acho que a ideia principal é que ele seja um... um representante da... da sociedade brasileira... do povo brasileiro... portanto da cultura... da civilização... e acho que isso tem que fazer sim... entendeu?... varia... alguns acham isso menos ou mais importante mas... mas acho que o leitor não deveria ser APENAS um professor de... de língua... ou que seja... de língua e civilização... acho que ele tinha que saber que ele tá lá representando... o Brasil como um todo... que as pessoas vão ver nele um... uma pequena imagem... um avatar do que é o Brasil... do povo... as pessoas não vão olhar pra ele e olhar o governo... [segmento ininteligível]... as pessoas vão ver nele e imaginar o povo por trás dele... ainda mais... em lugares onde há poucos brasileiros... como o Vietnã... talvez a França isso não seja tão forte... mas em países onde há poucos brasileiros... acho que esse papel de... adido entre aspas... da sociedade pelo menos... se torna mais importante... acho que isso deveria ser feito sim...

Entrevistador: e assim... tem algum... treinamento que o Itamaraty organiza anualmente ou pros leitores ou pros funcio... professores diretores dos CEBs... você tem conhecimento... de alguma ação do Itamaraty ou pra uniformizar o ensino... alguma coisa nesse sentido assim?

Entrevistado: eu não conheço... certamente há instruções... mais ou menos detalhadas... mas um curso mesmo eu não sei...

Entrevistador: uma coisa também... que eu esqueci de perguntar... o... a contratação dos funcionários dos Centros Culturais... dos Institutos Culturais... ela... como funciona? é um processo tipo... uma relação direta com o Itamaraty? é algo mais interno... algo mais do Centro? como funciona isso?

Entrevistado: é do Itamaraty sim... por meio das Embaixadas... as Embaixadas sempre têm... têm autonomia... primeiro jurídica inclusive... a Embaixada pode contratar... eh... evidentemente que a Embaixada é subordinada ao Itamaraty mas... o funcionário local vai ser um funcionário... tem os diplomatas que são nossos que vão pra lá mas... os funcionários locais... tradutores... segurança... jardineiros enfim... eles são funcionários da Embaixada... e a Embaixada tem autonomia pra controlar... parte de dinheiro Brasília... normalmente... mas quem... faz a parte prática da contratação do processo... é a Embaixada... seguindo as diretrizes que o Itamaraty manda... costuma ser assim... acho que às vezes tem seções... por motivos específicos... a Embaixada tá com problemas assim assado... mas normalmente é assim... mas então os funcionários são contratados localmente... não os leitores... os leitores vêm do Brasil tá?... mas os funcionários do Centro Cultural ... costumam ser contratados localmente... eles põem um diplomata no meio... podem colocar um diplomata pra ser leitor... mas acho que isso não é normal... isso é pros funcionários locais... em alguns casos se leva gente do Brasil... mas... como funciona isso na prática eu também teria que ver

com a DPLP... em quais casos se traz gente do Brasil... quais são os... pré-requisitos... inclusive se precisa ser brasileiro... eu acho que precisa mas não tenho certeza absoluta... teria que ver com a DPLP...

Entrevistador: e... em que medida você acha que essa atuação da DPLP ela... se aproxima ou se afasta sei lá... da atuação do Instituto Camões... ou de outras... instituições congêneres... o Instituto Cervantes...

Entrevistado: é que a DPLP é muito menor... ela não é uma... organização... uma autarquia... um órgão... um órgão de Estado... ela é uma... uma divisão... que tá dentro do departamento... o Departamento Cultural... que tá dentro do... de uma subsecretaria geral... que tá dentro do Itamaraty... então é algo realmente pequeno... é uma célula diplomática... não é um... uma organização como a... não é nem uma autarquia... com a CAPES é... o INEP [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira] é... como muitos outros são... alguns com um grande número de funcionários próprios... e... dotações orçamentárias próprias pra poder fazer um grande número de programas... a DPLP é só um... pedacinho do Itamaraty... com três quatro diplomatas... mais uns dois três oficiais de chancelaria... mais os funcionários administrativos deve chegar a dez pessoas... então não dá exatamente pra compará-la com o Instituto Camões... e menos ainda com... o Cervantes... a Aliança Francesa... a Aliança Francesa é público-privada... mas enfim... com esses outros grandes que... são feitos por alguns países europeus... o que é uma pena... o Brasil realmente precisava de algo nesse sentido... talvez possa... venha a ser um dia um Instituto Machado de Assis... mas a DPLP... só consegue cuidar desses... ah na prática quem quem... tá na linha de frente... faz a divulgação do português... são as Embaixadas na maior parte dos casos... e os leitores nas [segmento ininteligível] nas Embaixadas... a DPLP é mais... supervisiona esse sistema... dá orientações às Embaixadas... seleciona junto com.. com a CAPES os leitores... mas ela não consegue impulsionar uma grande e ampla campanha de divulgação do português porque ela é muito

pequena... é uma pequena célula sem autonomia nenhuma... de parte de um Ministério... na verdade é algo um pouco pequeno no Itamaraty... não tem perna mesmo... não tem condições de fazer uma maior...

Entrevistador: e você acha que essa atuação do Brasil através dos Centros... dos leitorados... isso... você acha que fortalece... as as ações do Brasil na CPLP? ou isso em alguma medida poderia... significar uma ação unilateral... eh só do Brasil... que não envolve outros... os outros países lusófonos... e nesse sentido acabaria prejudicando a atuação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa por exemplo?

Entrevistado: eu acho que fortalece... aí tem duas... dois casos... uma coisa é Portugal... outra coisa são os outros países... países mais pobres lusófonos... os cinco da África mais Timor Leste também... os países da África... os países... lusófonos em desenvolvimento... tirando Portugal portanto... eles têm realmente um interesse grande em... em... ensinar o português pras suas populações... integrá-las na... mesmo quando o português é falado por uma minoria... essa minoria ela é elite... na Guiné Bissau são 5% só que são 5% que controlam o país... é a língua política [segmento ininteligível] diplomática econômica etc... e o ideal pro governo da Guiné Bissau certamente seria... eu imagino que mais pessoas... não só 5% mas que seja dez ou vinte e alguma coisa... falassem o português... ah ensinar o português neste caso é integrar as populações que tão isoladas... em suas... eh tribos ou interior enfim... que não conseguem participar tanto do.. da vida do país na prática... quando não falam o português... então eh... além de... além do do... fato de que o português... embora não tenha o *status* formal do inglês ou do francês... acho que por ser uma língua internacional enfim... abre abre portas pra... relacionamentos com o Brasil e com Portugal... países que estão em outros continentes... acho que os países africanos têm um interesse grande sim... em... ter... uma atuação mais forte do Brasil em relação ao ensino da língua portuguesa em seus... em seus territórios... Portugal é uma coisa mais

complicada porque não deixa de ser... uma... [segmento ininteligível] onde tá o português... países que até os anos setenta eram colônias... que até hoje não são muito ligados em todos os sentidos – inclusive no cultural... mas não só no cultural... – a Portugal... se o Brasil... acho que você pode ver das duas formas... ou você pode considerar que o... que o Brasil entra em Angola por exemplo... mas isso não diminui a importância de Portugal... ou você pode ter uma visão um pouco mais realista... um pouco mais mais cínica de que... ah o Brasil está empurrando Portugal pra fora... depende do seu ponto de vista... e... é uma avaliação política... não sei dizer se... se Portugal pode ou irá se sentir incomodada ou não... mas não deixa de haver uma certa rivalidade... tanto é que a Unilab [Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira]... a ideia inicial era... era que ela se chamasse Uni-CPLP... Universidade da CPLP... isso não vingou por dois motivos... o primeiro foi um nome complicado... Uni-CPLP mas isso... o principal não é isso... o principal é que... ah... enfim... era num país que de fato era da CPLP mas uma universidade brasileira... e que não havia consenso político... não havia interesse e também problemas de dinheiro mas... enfim a CPLP... portanto em grande medida Portugal que tem uma voz muito pesada na CPLP... muito importante... não tinha interesse em fazer uma universidade... que ficaria no Brasil... a iniciativa teria que ser brasileira mas ela não aconteceria... o que é também um pouco disputa... não deixa de ser... disputa linguística simbólica e cultural... então eu acho que existe sim... eu não sei dizer até que ponto isso pesa... ou não... é subjetivo... mas enfim... existe uma certa resistência de Portugal em algumas iniciativas brasileira... de de expansão na África... no Timor... divulgação do português... acho natural que exista um resis... uma certa resistência também...

Entrevistador: uma pergunta mais específica... mas isso não sei se você vai saber responder... no edital da CAPES... se fala que os auxílios financeiros para os leitores... são fixados... são quatro critérios... que seriam... o custo de vida no local... a remuneração e os benefícios que a universidade concede... o a

quantidade de horas que o leitor trabalha... e aí tem um critério que... me parece meio vago que seria... eventuais peculiaridades do país e ou da região... tem alguma ideia do que possam ser essas peculiaridades?

Entrevistado: bom eu não li esse edital... eu não trabalhei nesse edital..... mas eu posso imaginar... duas coisas... digamos... peculiaridades no sentido de ser uma região... talvez particularmente difícil... talvez... no... Haiti... mesmo antes do terremoto... com o terremoto mais ainda... mas enfim... lugares onde as condições de vida são muito... precárias... não sei se aparecem alguns desses locais... acho que não... pera aí... quais são os três critérios anteriores... custo de vida?

Entrevistador: custo de vida... remuneração e o benefício da universidade... o terceiro... a quantidade de horas-aula que o leitor ministra... e aí sim... as eventuais peculiaridades do país e ou região...

Entrevistado: acho que isso... isso quer dizer duas coisas pelo menos... não sei qual delas pesa mais... mas são duas coisas ou... ou dois dois conjuntos de coisas... um é... condições de vida no país... uma coisa é o sujeito morar em Porto Príncipe outra coisa é o sujeito morar em... no... em Paris pra fazer... pra dar aula de português enfim... por mais que eu simpatize com o Haiti é um país muito mais difícil de morar... Angola é muito mais difícil de morar do que do que sei lá... Berlim... ah isso pesa sem dúvida... isso pesa na... na remuneração... a ideia é remunerar melhor as pessoas que trabalham em condições mais difíceis... como se fosse uma espécie de adicional salubridade ou de periculosidade... não tem esse nome mas enfim... uma recompensa... e acho que aí talvez tenha a ver... imagino que esteja embutido aí... o interesse do Brasil no no lugar... na região... então se o Brasil realmente precisa ter... acha muito importante ter... um leitor na Zâmbia... e ninguém quer ir pra Zâmbia... ah duplica o salário... vê se alguém... vê se alguém vai... é mais ou menos assim... uma relação econômica... isso acontece no... no próprio Itamaraty... na carreira diplomática não sei se você já ouviu falar...

tem... tem todos os postos no exterior... Embaixadas Consulados e missões... e todos eles são classificados em A B C ou D... alguns diplomatas vão trabalhar sei lá... em qualquer lugar do mundo quando não é capital... eles têm que escolher um posto A B C ou D... e assim... originalmente os postos A são os melhores... são... Europa Estados Unidos Japão... Argentina Buenos Aires... B são os bons... mas não tanto... alguns lugares da Europa... talvez África do Sul... boa parte da América do Sul é B... são os bons mas não tanto... C já são lugares de de... de... um pouco mais inóspitos ou um pouco mais distantes ou um pouco mais difíceis... ou seja... os países árabes por exemplo costumam ser C... o Leste Europeu costuma ser C... e D aí sim... são os mais complicados... são os países nos quais as pessoas normalmente – a menos que tenham um interesse específico – não querem ir pra lá... então o Congo é D... o Congo é D... um país árabe é C... sei lá... um país vizinho na América do Sul é B... e a França é A... e isso tem a ver eh... com a qualidade de vida no país... as pessoas normalmente querem ir nos lugares mais ricos... mas também com o interesse da... da política externa brasileira... isso influencia nos salários... se o sujeito aceita trabalhar no Congo... na... na na... Etiópia... em Gana... ele vai ser... remunerado por isso... ele vai ter o salário relativamente mais alto... pra compensar essa escolha dele... que é uma escolha que não é tão fácil de fazer... acho que tem a ver com isso...

Entrevistador: é... que é então o que eu acho que tem acontecido na África... de dois anos pra cá... todos os editais... pelo menos o dobro do que eles pagam em média...

Entrevistado: é... eu acho que é isso... eu acho que é isso...

Entrevistador: bom você já falou um pouco sobre isso mas... esse é um ponto importante pra minha pesquisa... eh você caracterizaria... o... essa difusão do português como uma política linguística... uma política cultural... ou como uma política externa? ou tudo ao mesmo tempo?

Entrevistado: acaba sendo tudo ao mesmo tempo... política linguística cultural externa... deixa eu ver o que pesa mais... pensando em quem na prática faz essa difusão do português... que tem uma participação do MEC... da CAPES... mas acaba sendo mais o Itamaraty... até porque não existe o Instituto... o Instituto Machado de Assis enfim... por falta de opção acaba sendo... uma atribuição do Itamaraty... acaba sendo mais uma política externa eu acho... embora não deixe de ser também cultural... políticas... não existe uma política cultural externa ou externa cultural... faz parte da política externa... não é só... não é só o Conselho de Segurança... também tem uma... tem uma ação cultural... é um dos bracinhos brasileiros da política externa... mas... embora tenha também o seu... o seu peso acadêmico... a sua importância linguística... o Celpe-Bras por exemplo... considerado como... um exame de excelência... acaba sendo mais uma política externa eu acho... mais política externa eu acho... mais no setor de política externa do que as outras coisas... não só política externa... política externa e cultural...

Entrevistador: em que medida... você acha que essa política... pode ter um impacto... quer dizer... exportar o português... difundir o português no exterior... que isso pode ter um valor econômico pro Brasil?

Entrevistado: eu acho que traz... assim... não é... as ações não são feitas de maneira mesquinha... assim... ah vamos duplicar nosso volume de exportações para Moçambique se... se mais pessoas falarem português... não é pensado dessa forma... mas... pesa... mas pesa... como eu falei... a a proximidade cultural – e a língua inclui isso aí... – facilita TODO o resto... qualquer tipo de cooperação... seja econômica... seja... na cultura de sedes das empresas brasileiras no exterior... seja vender mais o que for... soja... aviões enfim... aumentar o fluxo comercial... seja obter apoio político dos países pras causas que o Brasil acha importantes... e são muitas causas... desde negociações comerciais

na OMC... Conselho de Segurança na ONU... eleger diretores e secretários gerais brasileiros de organizações internacionais... enfim... pra toda toda a quota da política externa... conta você ter influência... e você tem influência muito facilitado... não é só isso... mas um dos fatores centrais sem dúvida é a língua... é uma das coisas que fazem você [segmento ininteligível] muito fácil... pra França... além das [segmento ininteligível] econômicas... a cultura é um fator que faz com que a França tenha toda uma influência muito grande na África... quase assim por inércia... há cinquenta anos mais ou menos que eles já descolonizaram a África... mas a África continua muito voltada para a França... os estudantes franceses... os estudantes... da África francófona... querem... o sonho deles quase sempre... é estudar em Paris... ou em outro lugar na França... e isso em grau menor também... guardadas as proporções... mas acontece um pouco com o Brasil... o... o Primeiro Ministro de Cabo Verde estudou no Brasil... na Fundação Getúlio Vargas... e vários... várias das autoridades... os líderes econômicos políticos sociais etc... dos países lusófonos da África – às vezes até Portugal... mas principalmente os lusófonos da África – estudaram no Brasil... e... e isso é bom pra eles né?... porque é uma formação de alto nível que talvez... talvez eles não tivessem no país deles... mas é bom pro Brasil... porque o Brasil ganha uma espécie de... uma série de de... amigos assim... quem estuda no exterior – a menos que tenha tido uma experiência muito ruim... sofrido com racismo... mas é exceção... – geralmente volta com uma simpatia muito grande e permanente por aquele país... onde estudou... e isso pesa né? política externa é feita não só de instituições... interesses nacionais... mas de pessoas... que colocam a experiência em prática... então acho que isso... isso sim... é um ganho concreto... que traz... traz benefício de todo tipo... político mas também econômico... acho que sem dúvida... sem dúvida também é econômico... Angola é o melhor exemplo... Angola é um país onde o Brasil tem muitas empresas... outros países também têm mas o Brasil tem... um volume desproporcionalmente grande de executivos... enfim... trabalhando com a infra-estrutura... petróleo... Petrobras... Odebrecht... construção civil... isso sem dúvida... fica mais fácil num país que fala português...

Entrevistador: e você acha que seria possível fazer uma política linguística sem ser no âmbito de um interesse cultural maior?

Entrevistado: possível até seria... mas eu acho que talvez faça menos sentido... porque... tudo bem que... do ponto de vista acadêmico são coisas diferentes... enfim o que é linguística... e... língua no... signo significado referente [risos] não sei que mais enfim... dá pra imaginar isso... abstratamente... como uma possibilidade acadêmica de difundir a língua e o estudo da língua... ah sem incluir sei lá... o estudo da literatura da poesia da prosa... enfim sem necessariamente envolver o resto da cultura... é possível mas... mas eu acho que o Brasil também tem interesse... por motivos mais ou menos parecidos... em difundir o resto da cultura... se o nosso cinema faz alguns filmes bons – não todos... mas alguns filmes são muito bons... – vamos divulgar isso... se a nossa música já é muito muito benquista em outros países... o pessoal gosta de música brasileira de verdade... então vamos exportar junto... até porque geralmente essas coisas são faladas em português... e as pessoas que escutam músicas brasileiras tão de uma certa forma treinando ouvindo e aprendendo a língua portuguesa... a mesma coisa no cinema... enfim... são formas de expressão que são mais ou menos interdependentes... porque a... a língua é a base de tudo... você sabe isso muito melhor do que eu... todo... todas todas as maneiras de de... expressão e manifestação humana... só são possíveis porque há uma língua... bom a língua falada não é a única que existe mas...mas ela é essencial... e acho que a ideia é de que tudo isso faça parte de um todo... que deve ser integrado... pode ser que alguns casos específicos haja haja um conflito de interesses... em que... não sei... um Centro Cultural abra um curso de capoeira e não um curso de... de poesia... pode ser que isso aconteça.. casos pontuais... mas de um modo geral eu acho que vai junto... eu acho que é coerente que a política linguística... faça parte de uma linguística... de uma política cultural mais ampla... acho que faz sentido... pensando em uma ação estratégica... faz sentido...

Entrevistador: você acha que se se... essas ações fossem desenvolvidas no MEC... não como algo que fizesse parte do Departamento Cultural do Itamaraty... talvez tivesse alguma diferença nesse sentido?

Entrevistado: é que haveria o risco de... de duplicar esforços né?... quando tem... isso acontece muito... quando o governo é grande e tem alguma coisa que não tá muito claro quem vai fazer... às vezes os dois fazem... ou faz bem ou faz mal... ou os dois fazem bem enfim... acabam fazendo a mesma coisa... e desperdiça esforços e tudo o mais... seria um risco... pode ser que fosse melhor do ponto de vista... linguístico mesmo... do ponto de vista da da língua... do do estudo... da da excelência acadêmica como... o Celpo-Bras é o melhor exemplo disso... se isso fosse centralizado pelo MEC... mas... primeiro que como eu disse agora há pouco... o MEC não tem... não tem a capacidade de dialogar com todos os governos... o MEC é ministério interno doméstico... todos... todos eles são assim... exceto o Itamaraty e outros que tão no meio do caminho... Comércio Exterior... mas é assim... tem a vocação pra trabalhar com outros países... faz isso porque... essa é a atribuição constitucional dele... é o Itamaraty... então é difícil pensar no MEC trabalh... o MEC do ponto de vista... sem o Itamaraty... eu acho que poderia ser... poderia ser interessante em alguns pontos... mas... mas ficaria limitada... ficaria muito limitada a ação... enfim... acho que não iria muito longe sozinho sem o Itamaraty...

Entrevistador: uma última perguntinha... a CAPES tem aberto acho que faz dois ou três anos... editais pra formação de professores no Timor Leste... e uma das ações tem a ver com formação de professores de português... eh... por que esse interesse de uns anos pra cá em ações no Timor Leste?

Entrevistado: Timor Leste é um caso interessante... eu acho o seguinte... não sou especialista em Timor... mas é também um país lusófono... ao menos

oficialmente... mas na verdade com uma condição mais ou menos como a da Guiné Bissau... é um país pobre com uma instabilidade muito grande... na Guiné Bissau mataram o presidente... no Timor tentaram matar mas felizmente não conseguiram... há uns dois anos... e no qual... tem uma população pequena... e da qual uma minoria fala português... cinco a dez por cento não sei... poucos falam português... a maioria fala tétum ou até outras línguas... e... é mais ou menos a mesma lógica... o Brasil vê... vê no Timor uma uma possibilidade... tem um lado... tem um lado passional que não pode ser desprezado... não é só... não é tudo feito em termos de... ah vamos aumentar nosso comércio... vamos vender mais soja... vamos ter mais votos na ONU... isso pesa mas não é só isso... tem um lado realmente simbólico importante que... que aproxima as nações... isso... é o caso... o Brasil vê um país lusófono muito pequeno... muito pobre... com dificuldades imensas... e o Brasil considera que pode colaborar... mas há também este lado pragmático de que... um país que fala português... ali do lado da Austrália... do lado da Indonésia... perto do sudeste asiático... do Vietnã... não tão longe da China... é uma excelente... plataforma pra que o Brasil tenha uma inserção maior ali no sudeste asiático... e na na Oceania... porta-aviões assim... do Brasil... o interesse concreto é esse... mas a parte simbólica não pode ser desprezada... existe mesmo... enfim... a proximidade linguística sempre facilita muito todo relacionamento de um país com outro... não só no português... isso acontece com outras coisas né?... o fato de que... ah... não sei... de que o... no Camboja muita gente fale francês... de que no Vietnã... teve a guerra de independência mas ainda muita gente fala francês no Vietnã... sem dúvida... facilita muito... os laços da França com o Vietnã... e faz com que a França possa ter... possa ter entendimentos maiores... possa ter investimentos maiores... enfim... ter ter ganhos concretos dessa relação... que é mais ou menos permanente por causa da língua... permanente não né?... tem que ser expandido... porque a língua é um negócio vivo... e é justamente porque tem que ser expandida que o Brasil quer que... quer que mais gente fale português nesses lugares...

Anexo 2 –
Transcrição da entrevista feita com a Profa. Dra. Ester Mirian
Scarpa¹⁸⁰

Entrevistada: bom... eu vou começar falando um pouco sobre... sobre a história dos leitorados... e aí você vai me perguntando... o que te interessa tá?... antigamente... antes da portaria de 1999... que regulamentou o leitorado... era uma falta de transparência... era falta de transparência e inclusive... uma visão até muito equivocada do que significa... ensinar português como língua estrangeira... quer dizer... parece que assim... era uma visão dessas de que você ensina por contágio né? [risos] você fala português então você ensina por contágio... então... ah... como resultado... o ensino quando eu cheguei... o ensino era muito gramaticalzinho... eu vou te dar um exemplo... uma das coisas que eu introduzi... eu fiquei seis anos não é? eu introduzi... modifiquei... eu revolucionei o ensino do departamento... veja que é um curso... de graduação... em que as pessoas se formam... ou só português... estudos portugueses e brasileiros... estudo da língua portuguesa e de história... e daí você tem num departamento curso de história... e curso de alguma literatura... cultura... enfim... e ou então... português mais outra língua... português ou outro tópico... por exemplo... eu tinha uma aluna que fazia... português e teologia... português e história... era uma coisa interessante às vezes até... e eu tinha... alunos também de outros.. de outras unidades da... da Universidade de Londres... tinha gente da *University College* por exemplo que fazia um curso que chamava... Estudos... Ibéricos e Modernos... *Modern Iberian and Latin America*... Estudos da Ibéria... e da América Latina Moderna... é uma visão do ensino de português como disciplina de serviços... isto é... alguém que vai ensinar a língua... apenas a língua... inclusive era considerado... as matérias de conteúdo... e as maté... *versus* matérias de língua... e nós os leitores... no meu departamento havia dois leitores... do Instituto Camões... seríssimos...

¹⁸⁰ Leitora no King's College London (Grã-Bretanha) entre setembro de 2003 e agosto de 2009. Entrevista realizada em Campinas, em 03 de maio de 2010.

centralizadíssimos... preocupadíssimos com a colocação dos clíticos... [risos] não é? enfim... com o gerúndio... e... ah... totalmente pago por Portugal... pelo governo português... pelo Ministério de... de Educação não é? e nós... os... o leitor brasileiro... através do Ministério das Relações Exteriores... então você vê que que havia.. que há... que há dois problemas... duas questões institucionais... uma de cada lado... tanto da universidade quanto... de cá... por conta do do... do Ministério das Relações Exteriores... mas... numa dessa... eu vi um espaço pra dar uma revolucionada... porque quando eu cheguei... quer dizer... isso se reflete na... na... na própria... visão de ensino não é? no... no próprio... na própria abordagem... didática... não é? que você vai ter com o aluno... de ensino-aprendizagem... então era assim... gramatiquinha.... e era... textos curtos... já que você tem que explorar a gramática dentro daqueles textos curtos... essa... ora... essa é uma visão... ah... essa é uma visão que nós do Departamento de Linguística sacudimos... já no come... já nos anos oitenta... quer dizer... o bom ensino de português hoje não é mais explorar a gramática através do texto curto... veja quais são os exemplos das coisas... grife... não é? o verbo no imperativo... [risos] grife o verbo no presente do subjuntivo e passe pro futuro... [risos]

Entrevistador: é... grife... complete e transforme... [risos]

Entrevistada: isso... quer dizer... isso é uma coisa... a coisa ficou parada no tempo... porque não tinha mesmo qualificação... esses professores que... que vieram antes... de mim... vieram... eram também vítimas não é? desta... má interpretação... se eles ofereceram... um emprego numa universidade...

Entrevistador: em relação ao perfil do leitor... eu observo que.. que tem uma certa heterogeneidade nos perfis... estabelecidos por cada universidade né?

Entrevistada: bom... isso daí tem a ver com a característica do trabalho do leitor em cada universidade... então você tem um leitor... que tá... por exemplo no meu

caso... é um leitor completamente integrado num... numa graduação em português... a coisa tá mudando agora um pouco... tá virando estudos hispânicos... mas de qualquer maneira é ensino de língua... língua e literatura... língua e cultura brasileira não é? então nós estamos integrados nisso... e... agora... outro... em outros cursos não há a nece... em outros países além do Reino Unido... em outros países inclusive... o leitor é uma espécie assim de braço cultural da Embaixada... é uma maneira de fortalecer o número de funcionários da Embaixada... faz um trabalho excelente... eu posso te citar um exemplo... Carlos Gohn da... de Belo Horizonte... UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais]... que foi pra Índia... é uma pessoa ótima... ele foi junto comigo até... ele foi pra Nova Délhi... felizmente eles são de literatura... eles são pessoas... que são de Letras não é?... que são pessoas que têm alguma visão... agora outras... outros leitores podem ter um perfil completamente variado... eles podem servir a um curso... a um curso genérico de História... a um curso genérico de de... de Sociologia etc... então em... nos nos perfis distribuídos eles não... muitas vezes esse perfil... a a formação não é especificada... a a especialização não é especificada não é?... então você pode ter... pessoas... te dar um exemplo... em Manchester eles não tavam pagando nada... Manchester é famoso porque a universidade não paga nada... eles trocam... eles dão uma bolsa de doutorado... ninguém consegue viver com oitocentos dólares hoje em dia não é?... porque a dotação que foi estabelecida... em... o subsídio que foi estabelecido em... em 1995 não mudou... ficou fixo... não aumentou... nós conseguimos pegar... conseguimos mudar agora em 2004 pra 2005... com duzentos dólares a mais... então eu sei que em Manchester havia um contador... um rapaz que era contador... felizmente bem competente... que dava aula de conversação... mas veja... essas outras especializações têm essa visão de ensino de português pra estrangeiro... como se... como se aprende por contágio... quer dizer basta você ser falante nativo... não existe uma visão de ensino-aprendizagem... de língua... a consequência é que há pouca visão de língua... e se cai naqueles... naqueles livros didáticos... antigos de gramatiquinha... e não se usa... não há esta... esta... essa visão dinâmica por

exemplo que o Celpe-Bras incorpora.... eu tava te falando das... das... das revoluções que eu fiz... eu fazia... eu por exemplo introduzi literatura... lusófona... literatura africana mesmo eu introduzi... dei pros meus alunos... eles liam... por exemplo... a partir do... do nível intermediário eles tinham que ler livros... de literatura lusófona... podia ser literatura portuguesa ou literatura... excelente literatura moçambicana... ou angolana... são excelentes... enfim... e... e era excelente... e foi... porque... ah sabe? nós sabemos que um texto... texto é texto... um texto curtinho é a mesma coisa que um texto longo... portanto um livro inteiro... e foi realmente... foi uma revolução... porque você sabe... minha experiência mostra... se você ensina muito bem a gramática... conjugação... a morfossintaxe de uma língua... os alunos não falam nada... eles decoram a gramática... eles não formam uma frase... eles não conversam... eles não... eles não se envolvem... eles não são... como é que eu digo?... eles não são capturados pela língua... é isso que você tem que ver... quer dizer... é lógico que o aluno vai ter que ser capturado por uma determinada estrutura... tá certo?... você é capturado pelo português e não pelo coreano... existe uma estrutura... uma ordem de palavras... eles têm que aprender alguma coisa da estrutura da língua... mas a visão que eu acho que hoje em dia... hoje em dia tá sendo muito mais incorporada... entre os leitores... pelo menos do Reino Unido... é uma visão muito mais dinâmica de ensino de LÍNGUA e não de ensino de gramatiquinha... de ensino de fragmentos... fragmentos da língua não é? então essa gramaticalização... mais dinâmica... o Celpe-Bras ajudou a olhar... se bem que este movimento já começou um pouquinho antes do Celpe-Bras... pelo menos lá no Reino Unido... começa com um dos resultados positivos... digamos que o Itamaraty atirou no que... no que viu e acertou o que não viu, não é? quando o Itamaraty começou... o Ministério das Relações Exteriores começou a organizar minimamente a qualificação dos leitores... deu um passo positivo em direção a uma mudança qualitativa... do ensino da língua... agora os perfis são estabelecidos largamente pelas universidades... quando eu fui escolhida em 2003... as universidades.... foi oferecida às universidades... pouca possibilidade de interferência... a CAPES então decidia tudo... porque... ah... foi necessário... em

2003 alguns leitorados... aqueles que havia... aqueles que havia... aqueles pros quais havia mais candidatos... havia muita procura de leitores... como por exemplo o Reino Unido... e França... então a CAPES junto com um grupo muito bom naquela época da DPLP... ah... eles colocaram como... como... eh... um título... um uma qualificação... esperada... de preferencial... digamos... não esperada mas preferencial... o doutorado... obviamente foi uma gritaria da... dos leitores em exercício... que escapavam não é? a essa... a essa regulamentação... foi uma briga geral... mas eles conseguiram manter... quatro anos depois quando houve uma mudança desses primeiros leitores... a coisa já ficou meio frouxa... porque as próprias universidades do Reino Unido reclamaram... por quê? porque eles... pagam muito pouco... a complementação... antes era... antes deveria ser um terço... dois terços... como esse um terço também do Itamaraty ficou parado... é muito pouquinho... esses dois terços deles eram quase nada... representa uma... acabou ficando uma mão-de-obra muito barata... então os leitores pelo menos no Reino Unido tinham que negociar totalmente... e... a flexibilização... quatro anos depois... do perfil... fez com que algumas pessoas entrassem sem a qualificação de doutorado... mas... já pensando que têm que fazer alguma carreira... já pensando que têm que melhorar... então hoje em dia você tem... bom deixa eu falar um pouquinho da variação e da heterogeneidade do leitorado pelo mundo... há caso um leitor... ai talvez seja o caso de eu... eu fui incumbida de redigir um documento... em 2005 eu acho.. ou 2006... pra pedir um aumento de subsídio... então nós [segmento ininteligível]... os leitores... se reuniram... os leitores do Reino Unido se reuniram... fizemos uma reunião... trocamos várias ideias... eu fui incumbida de redigir esse texto pra apresentar pro Haddad... Fernando Haddad... ou pra outra pessoa pra pedir... um foi pro Fernando Haddad... ai não me lembro dos ministros que apareceram lá por Londres... a gente aproveitou e catou esse ministro... e nesse documento eu falo sobre a heterogeneidade e variação... e então... o perfil do leitor... é... mime... bom tem que mimetizar... tem que... tem que se adaptar ao local onde está... ao departamento onde está... por exemplo se é um CEB... eh... se é um CEB vai poder... se concentrar no ensino da língua e da

cultura... se é um curso como o meu por exemplo... vai tentar fazer... uma coisa que eu fiz e deu muito certo... tentar... ah... transitar pelos assuntos do departamento... pelas outras disciplinas... então eu dava livros de... eu dava alguns livrinhos de história... eu dava história... eu dei literatura... eu dava coisas assim... isso do ponto de vista de leitura... havia também música... havia filmes... dava pra fazer uma porção de coisas desse tipo... e dava pra puxar... e dava pra fazer... com que o aluno de fato saísse de lá proficiente... então eu colocava como objetivo a proficiência... quer dizer... você vai sair depois [segmento ininteligível]... proficiente na língua... e... portanto você vai se profissionalizar... lembre-se que o ensino de uma língua estrangeira nos cursos de línguas modernas por exemplo... ou nos cursos como como o meu... todos os cursos que envolvem língua moderna... lembre-se que o terceiro ano é passado num país... falante daquela língua... os meus alunos do terceiro ano passavam no Brasil ou o ano todo ou metade do ano... ou no Brasil ou em Portugal... às vezes ficavam seis meses o tempo todo aqui e tinham que fazer inclusive um... um dos ensaios que eles tinham que fazer era em português... então quando eles voltavam no último ano... eles estavam falando bem... então eu colocava como... como objetivo a proficiência e a profissionalização... então eu dava muita tradução... eu dava aula de tradução... dava aulas... eu preparava os alunos... eu tinha um colega que trabalhava com legendagem de filme... intérprete e legenda... esse colega dava curso de técnicas de legendagem... então eu treinava legendagem de filme por exemplo... eu treinava tradução... treinava... interpretação não é? então... veja que... eu pude no meu departamento... como em outros departamentos do Reino Unido... eu pude... digamos... adaptar o... o... perfil do leitor e o papel do leitor pra essas... pra essas atividades e pra esses objetivos... outro colega meu... o Marco Aurélio [Schaumloeffel]... ele fez Letras... um gaúcho... em Gana ele era um membro da Embaixada... ele era um membro... quer dizer... ele era realmente uma ligação... era um... era um braço... ele era uma espécie de adido cultural em Gana... um grupo bastante pequeno... ele dava algumas aulas... ele ofereceu na Embaixada algumas aulas de português... assim como o Carlos Gohn oferecia em

Nova Délhi... então você veja... a diferença entre... entre o que eu pude... eu fazia... quer dizer... pau pra toda obra que eu fazia... e eles também... eles também puderam desenvolver um trabalho bastante interessante... que era uma outra circunstância...

Entrevistador: e atingia um outro público...

Entrevistada: e atingia um outro público... então você veja que eu tenho públicos diferentes... na França eu ouvi dizer é a mesma coisa... havia por exemplo... no próprio Reino Unido havia universidades que... o ensino de português na graduação não estava tão solidificado quanto no *King's College*... então eles não conseguiam com que o terceiro ano... os alunos viessem pro Brasil ou pra Portugal... então eles davam um nível intermediário... o aluno não saía proficiente... totalmente proficiente... em outros lugares... eram apenas assim... por exemplo... em Bristol... tem português forte porque tem... David Brookshaw é tradutor de.. de Mia Couto por exemplo... ele dá literatura e cultura... mas... não tem leitor lá... mas o rapaz que foi contratado... dava aula de conversação... o leitor de Manchester... dava só seis horas por semana de conversação pros alunos terem um gostinho... do português brasileiro... porque... o portu... o ensino de português é totalmente ocupado pelo Instituto Camões... pelo leitor do Instituto Camões... que tem um direcionamento completamente diferente... tem uma orientação... TEM orientação... dito isso... eu quero dizer... que este vínculo... digamos acadêmico... didático... vínculo da prática... da prática de ensino... absolutamente frouxo... absolutamente... como é que eu digo?... é um trabalho isolado.. não há um... um centro congregador... não há no Brasil... você não tem um interlocutor do outro lado... às vezes os leitores queriam se reunir... a Embaixada no máximo... fornecia uma salinha pra gente se encontrar [risos]... e mesmo assim nós tínhamos que escrever um relatório... eu não sei quem leu esse relatório... uma vez... com outro adido... bom... uma situação dessa... faz com que... o vínculo do leitor... tanto com sua instituição de trabalho... quanto com sua

instituição aqui que o contrata... que é... enfim... o Itamaraty... fique frouxa... fique... como é que eu vou te dizer?... espontânea demais... fique... como é que é aquela palavra?... improvisado... fique improvisado demais... e não há fisca... não digo fiscalização... não há possibilidade de avaliação... a gente gostaria de ter mais... de fazer uma auto-avaliação... a gente gostaria demais que alguém lesse o nosso relatório... eu caprichava nos relatórios... o adido anterior era uma pessoa de Letras... que era o Felipe Fortuna... ele era poeta... um escritor... o atual é uma pessoa... foi colocado... apenas como exemplo... foi colocado no cargo de adido... mas ele fazia carreira... se não me engano ele... o anterior a esse ele veio... da... das finanças... e esse atual também... não sabia... eles CHEGAM na Embaixada... quando muda o *staff*... eles chegam na Embaixada sem saber da existência dos leitores... isso é uma coisa que não é veiculada lá dentro ... eles não sabem que os leitores tão fazendo ali... e ficam reivindicando... esses leitores ficam reivindicando [risos]... eles ficam desesperados... você tá entendendo? até hoje é muito frouxo... um grande passo que foi dado com essa regulamentação... não teve uma contrapartida de uma... de uma coordenação mínima... não é?... por outro lado... nós temos... certeza que nós também não gostaríamos de ter uma coordenação... ah... [segmento ininteligível] militar eu diria... que o... o Instituto Camões exerce... pra você ter ideia o Instituto Camões exige diário de classe dos leitores... diário de classe [risos]... o que que você deu em cada aula... com uma visão completamente ultrapassada na minha opinião...

Entrevistador: e como que era essa relação? entre os leitores brasileiros... os leitores do Instituto Camões...

Entrevistada: olha... eu sei que essas relações são tensas em geral... eu sempre man... eu procurei manter uma relação BEM relaxada... sobretudo com uma visão digamos... nós somos linguistas... nós sabemos o que significa a diferença entre o português europeu... o português brasileiro... nós sabemos que há razões históricas... há razões de mudanças linguísticas... mudança rítmica inclusive como

eu falo... que desencadeou várias mudanças sintáticas [risos]... e eu sempre tive uma relação muito boa com o Instituto Camões... mas eu sei que há... que há... relações muito tensas... exatamente por causa de uma visão de gramática... *versus* uma visão de língua... é interessante como... como uma visão de prática didática pode criar tensões pessoais... tensões profissionais... colocar o clítico... onde eu coloco o clítico? clítico existe? [risos]... bom... e hoje em dia já há possibilidade de de falar... o português brasileiro [ininteligível] por causa da... hoje em dia já se tem uma certa ideia da colocação dos clíticos no Brasil... do uso... da gramática do português oral... do português brasileiro oral né? mas eu sei que... as relações são tensas por causa dessa visão conflituosa... os leitores do Instituto Camões são professores de português... da escola pública de Portugal... eh... quando eles fazem o... concurso que é extremamente puxado pra eles... é uma honra... ser leitor é uma honra... pra eles... e eles ganham bem... eles ganham três mil euros eu acho ou quatro mil euros enfim... eu não sei como é que tá... depende dos ventos financeiros... eu acho... dizem que Portugal não está muito bem agora... mas isso vai depender muito... e eles são os bons professores de português... da rede pública... e por que que são esses professores de português que são repaginados como professores de português pra estrangeiro? exatamente por... pagamento... eles pagam uma complementação... o professor de português se afasta... e paga uma complementação... quer dizer... até nisso [risos] eu tenho mais um envolvimento... até um... estipêndio não é?... você tem um envolvimento digamos didático... então esses professores são muito bons... muito preparados... mas são pessoas que... que que são preparadas pra... pra o ensino de língua materna... numa visão... bem tradicional... uma visão em que... professor de português não pensa em mudança linguística... em variação linguística... em dialetação... modalidade escrita *versus* modalidade oral... então os colegas meus vinham falando de erros crassos... que é um uso de próclise em vez de ênclise... onde se viu o aluno não conseguiu usar mesóclise? [risos] essa coisa é engraçada... mas é pra você ver... como é que é uma visão... como é que são esses conflitos... são conflitos que não abordam a língua... que não abordam o

sujeito... aprendiz... o sujeito da aprendizagem... o sujeito na língua... a língua no sujeito... sobretudo não aborda a língua no sujeito... interessante isso... é uma experiência única... eu gostei demais...

Entrevistador: mas os alunos então aprendiam tanto o... português europeu quanto o brasileiro?

Entrevistada: as duas variedades... as duas variedades... e de uma certa forma... eu preparei um material... eu fui preparando um material... claro... com essa visão de língua... de sujeito... de sujeito na língua... língua no sujeito... eu fui preparando... eu preparava muito material... e mudava o tempo todo esse material... e atualizava esse material... toda semana eu tava lá pesquisando na Internet... e... quando eu vinha pro Brasil trazia uns vídeos excelentes... sempre atual... sempre atualizando... sempre atualizando... e... numa dessa... a própria visão que eu tinha... que é uma visão que você pode... você pode dizer que é muito próxima à visão do Celpe-Bras... talvez seja a mesma ou muito próxima digamos... eu consegui... trocar essas ideias e consegui influenciar um pouco... esses meus alu... esses meus colegas portugueses... pelo menos com uma visão de [segmento ininteligível]... que mais? perfis... perfis...

Entrevistador: bom... então você falou um pouco que tem leitores que chegam a ser adidos culturais... ou quase adidos culturais...

Entrevistada: são... bom... o que o Lula fez agora nos últimos oito anos... foi abrir... foi abrir leitorados... em vários lugares do mundo do... hemisfério sul digamos... China... África... vários países da África... sim... eu tenho uma experiência pra te contar inclusive... por uma razão que independe do leitorado eu fui parar em Maputo... fui acompanhar meu marido num congresso... na África do Sul... eu conheci a literatura moçambicana no meu papel como leitora... ADORO a literatura moçambicana atual... a aí eu fui lá para Maputo... e por acaso... eu fui

procurar uma moça que ensina português... que é aqui de Campinas... e foi ótimo... entrei em contato com ela... e ela tava dando aula num CEB... como é que se chama hoje?

Entrevistador: Centro Cultural Brasil-Moçambique... seria esse o nome...

Entrevistada: Centro Cultural Brasil-Moçambique... e é um moçambicano... um escritor moçambicano que era presidente desse centro... e ele tava lançando um livro no dia que eu cheguei em Maputo... aí eu fui conversar com ele... na mesma noite... quer dizer... o Brasil lá... a representação do português brasileiro lá... era aquele centro... e eles estavam tentando trazer o leitorado... pra Maputo... eu acho que eles conseguiram mas... a universidade... eh... de Maputo na época... não conseguiu porque o leitor do Instituto Camões já tava lá... é uma espécie de... marcação de domínio... não é? é impressionante como isso funciona... num país africano... lusófono... é uma vinculação forte com... com... com o passado colonialista do ponto de vista de Portugal... porque... depois da Guerra Civil Portugal foi novamente entrando na África... um parênteses aqui... na minha opinião... a reforma ortográfica veio... a a homogeneização da ortografia veio por causa do mercado africano... agora do do... mercado de ensino de português... na África... porque... são países... é uma coisa impressionante... porque são países que tão se formando... tudo tá começando... começando de zero... com dotação externa não é?... internacional... porque são muito pobres... Angola é muito rica mas... uma diferença... uma pobreza brutal... e Moçambique é muito pobre... e... os leitorados portugueses formam... for... marcam domínios... e esse escritor moçambicano... e a procura... a procura por português brasileiro é enorme... tá sendo muito grande agora... cada vez mais... essa política do Lula agora... política do governo brasileiro... que já começou no governo do Fernando Henrique... continuou no governo do Lula... o o... governo do Lula realmente... ampliou uma visão internacionalista não só com digamos com... com os países capitalistas avançados né?... veio com essa visão de... de ser interlocutor de vários lugares do

mundo... então realmente distribuiu leitorado... e viu... e viu... a força desse braço... de divulgação cultural que é o leitorado... tanto é que... que que o salário que vai pros leitores na África é maior do que o que vai pro Reino Unido... [risos]

Entrevistador: é muito maior.. eu já tinha observado isso já...

Entrevistada: e eu nem acho tão ruim assim... porque afinal de contas a universidade rica que pague não é?... mas enfim... isso é outro assunto... e... eles estavam... eles tavam... por exemplo em Maputo... eles tavam conseguindo... eh... estabelecer o leitorado de português numa escola técnica... de tecnologia... imagina... porque eles não conseguiam entrar na... na Universidade de Maputo... aí eu fui visitar a Márcia no dia seguinte... que ela tava assim... e aí eu conheci a sala de aula da Márcia... são pessoas do mundo todo... que estão reconstruindo uma família... que se interessam pelo Brasil... é uma diversidade... uma variação... muito chinês que tem lá... então você tinha chineses... você tinha... escandinavos... você tinha gente do mundo todinho aprendendo português brasileiro... pelo interesse crescente no Brasil... bom você sabe... que uma língua e uma cultura são poderosos... não é? centros de... influência... influência política... geopolítica... né?

Entrevistador: eu estive recentemente num evento em Brasília... faz mais ou menos um mês... não sei se a senhora ficou sabendo... que foi a Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa... e o que me chamou muito a atenção lá foi... praticamente estava mais representando Portugal do que o Brasil... apesar de ser em Brasília... e o Instituto Camões em várias mesas... e eles oferecendo a infra-estrutura deles pra Comunidade dos Países de Língua Portuguesa... a plataforma do Instituto Camões... e não sei o quê do ensino a distância... e tudo o que eles têm pra... ajudar na atuação de algo que a princípio seria da da COMUNIDADE dos Países de Língua Portuguesa e não de Portugal... então isso me chamou muita atenção...

Entrevistada: é... e caiu a ficha deles recentemente... por causa da expansão do Brasil no mundo... porque o Brasil era um gigante adormecido em termos de... de divulgação da língua dos... divulgação do português do brasileiro... eu acho que se deve... a essa geração minha... sua... de... estudo do português brasileiro enquanto tal... esse trabalho acadêmico sério sobre o português brasileiro... se deve a isso uma postura de... enfim... parar de ensinar nas escolas o português europeu né?... o português europeu que é o português de concurso não é? uma vez eu dei um curso aqui na Feira de Santana... pra professores né?... um curso de especialização... e um dos temas era português escrito português da oralidade... e português dos concursos que é o português europeu... e essa visão tá mudando... quer dizer... o português europeu tá sendo visto agora... e essa valorização também... essa... esse... esse... complexo de inferioridade sobre a língua que... que você fala... a língua é sua identidade não é? então você tinha esse complexo... as pessoas... os brasileiros têm complexo de inferioridade com relação... à sua língua variação linguística... à sua oralidade... a sua... o seu dialeto... ou sei lá o quê... a língua – como diz a Mary Kato – é uma língua... enfim... e... eu acho que começou nesse nesse aspecto... junto com a valorização do português internacionalmente... aí Portugal realmente... panicou... porque quando começou a abrir os os leitorados na África... Portugal foi atrás... eu tive uma colega do Instituto Camões que agora tá em Botsuana... um leitorado novo... porque houve uma uma crise no Instituto Camões... eles fecharam vários leitorados... aí o Brasil expandiu... inclusive entrou na África... entrou na Ásia... Portugal foi atrás... não foi o contrário... porque é um fator poderosíssimo de influência geopolítica... olha... o imperialismo do inglês... eu não quero... eu não quero chamar pra mim... longe... como brasileira... eu não gostaria de ver o imperialismo do português... português brasileiro... mas eh... eh... eh... é inegável... essa postura de influência geopolítica... é inegável...

Entrevistador: em que sentido... a senhora vê uma relação entre os leitorados e uma... um potencial geopolítico aí?

Entrevistada: olha... que tal petróleo e diamante de Angola? certo... se você tem domínio da língua falada... porque... pela... na escola... você consegue introduzir a sua variedade linguística... a sua cultura... a sua visão... você tem uma influência muito maior... uma influência... é o... é o caminho aberto... veja... pensa nos missionários ingleses... tem um livro maravilhoso... que é o grande romance africano... do ponto de vista do africano... do colonizado... escrito em inglês... que é *Things Fall Apart*... não é traduzido em português eu acho... Achebe... ele mostra como... a presença do do... da língua inglesa... a presença do do missionário vai corroendo... as tradições da aldeia... vai dominando.. vai dominando as os corações e mentes... vai tomando conta... a Eni Orlandi tem trabalho interessante sobre missionários... você vai lá... como quem não quer nada... você põe Deus... você põe a língua... e aí você ENTROU no país... e hoje em dia... você sabe que... o país se vende também com a sua cultura... já já prepara o caminho pra negociação... pra negócios... pra vender coisas mesmo... imagina países que tão começando... que são falantes da sua língua... que é uma língua... que é uma língua considerada... é uma língua considerada periférica... apesar de ser a sétima língua mais falada do mundo... graças ao Brasil... graças ao Brasil... Angola... cê sabe... é uma retomada... lembrei também do Luís Felipe de Alencastro... que é um grande historiador brasileiro... vivo... que trata do tráfico de escravos... que trata... que trata da... das costas do Brasil e das costas africanas como sendo o mundo lusófono... do Atlântico... do Atlântico sul né?... o mundo lusófono ... em que eu tinha... lá pelas tantas... o bispo de... do Recife era também o bispo de Luanda... pro cê ter ideia... não é? e... as caravelas não não faziam... não era comércio triangular... era costas da África e depois costas do Brasil... numa época em que o Brasil como tal não existia... é uma espécie de retomada... você sabia que os... milionários... os milionários angolanos... fretam lotam avião.. e vão passar fim de semana em São Paulo? pra vida cultural... é

uma coisa horrível... a população vive numa pobreza cruel... mas... Moçambique foi... Maputo... eu fui pro primeiro *shopping center*... recém-inaugurado... aquela pobreza... mas é uma pobreza diferente da pobreza da periferia... da pobreza da grande cidade aqui... é uma pobreza pré-mercado... não é tão chocante... é uma pobreza mais rural sabe?... é uma coisa mais autêntica... é muito bonito... Moçambique é lindo... é um país lindo lindo... tem uma natureza... natureza fantástica... muito bem... você tem lá uma pracinha de alimentação... uma pequena pracinha... que são assim... barzinhos com puxadinhos... com televisões de plasma... o dia inteiro... novelas brasileiras... pois é... de repente eles ouvem falar em português brasileiro... sabem... bom... nós tivemos já alunos aqui em intercâmbio... desde os anos setenta eu já tenho alunos... de Moçambique... eles vieram fazer mestrado... graduação... nós temos muito intercâmbio... Moçambique... Angola... desde cedo... Unicamp [Universidade Estadual de Campinas]... a USP [Universidade Estadual de São Paulo]... as universidades federais... que pra eles era um... logo depois da descolonização era um ponto [segmento ininteligível] de ter uma alternativa pra Portugal... aqui no Brasil... e esta alternativa pro africano... é muito atraente... eles têm mui... eles se identificam... bastante com o Brasil... provavelmente mais do que com Portugal... hoje em dia... quer dizer... não é só... a influência geopolítica quero dizer... cultural também...

Entrevistador: é... e além dos leitorados foram abertos vários CEBs né?... na África...

Entrevistada: CEBs e leitorados... leitorados em CEBs... são leitorados em CEBs... não só nas universidades...

Entrevistador: é... em 2008 só... pelo que eu andei vendo... foram abertos três leitorados na África... não... leitorados eu não sei porque as datas de fundação dos leitorados isso é uma informação super difícil de conseguir... mas

Entrevistada: é isso mesmo... foi em 2008 quando eu fui pra lá... inclusive eu falei pro... pra esse presidente lá do... do CEB de lá... vocês não precisam ter leitorado na universidade... vocês podem ter leitorado aqui... não diga... eu fui dar essas informações lá pra ele... eles marcaram uma entrevista comigo no dia seguinte... no mesmo... no mesmo dia eu fui jantar com o pessoal da... da Embaixada... porque eles têm... sede de [segmento ininteligível]... de alguma coisa... minimamente... de ensino de português brasileiro... e aí no dia seguinte eu fui dar a IDEIA de... a ideia de como é que cê pode fazer pra abrir esse leitorado... você pode fazer alguma coisa... pode pôr o leitor pra dar aula de português na universidade e aqui também... chamar do Brasil não é? enfim....

Entrevistador: e isso é uma coisa rara não é?... de ter um não-brasileiro que seja presidente ou diretor de um CEB... porque em geral são brasileiros também não é?

Entrevistada: em geral são brasileiros... neste caso era era moçambicano... a família dele... que ele é escritor.. queria muito ir pro Brasil... [trecho ininteligível]

Entrevistador: e... na sua opinião... quais são as maio... maiores mudanças no programa de leitorado?

Entrevistada: bom uma coisa que mudou agora... a seleção dos leitores é... houve TANTOS candidatos... e gente MUITO boa que tá se candidatando... gente que tem currículo diversificado... coisas interessantes que eles fazem... de várias áreas né?... de várias áreas... de várias áreas... porque no perfil você não pode pôr tem que ser isso assim assim assim... você tem que pôr alguma coisa... preferencialmente... porque você pode contar com o caso de não aparecer ninguém... e de de repente aparecer alguém interessante de outra área... é preferencialmente... e... ah... o que foi mudado agora é que a CAPES não

escolheu uma lista tríplice... eles mandaram por exemplo... eles mandaram uma lista enorme... em inglês tem *long list*... *short list*... *short list* é a lista tríplice ou quádrupla né?... *long list* é... os finalistas mesmo... mandaram dezoito... dezoito... pra instituição lá escolher... então você veja que de fato... a o... o Itamaraty enquanto instituição... prefere... ainda uma certa subserviência... à universidade... ou à instituição... ao CEB... né? aos digamos... preencher as necessidades da instituição lá... e não de fato... ter... ah... as rédeas institucionais da divulgação da língua portuguesa... do ensino da língua portuguesa aqui... os leitores ficam divididos com relação a isso... eu friso... em primeiro lugar porque de fato... a distribuição... os locais por onde o ensino de português vai ser distribuído... os leitorados vão ser distribuídos... são... são de de natureza variada não é? e as necessidades são muito diferentes... é diferente um CEB de Buenos Aires... com relação à à Embaixada do Brasil em Nova Délhi ou em Gana ou em Acra... tá? e um curso de graduação eh como o meu por exemplo... que tem literatura portuguesa e literatura brasileira pra você ter ideia... ou um outro... mesmo no Reino Unido... em que o português é uma opção... uma eletiva dentro das línguas modernas... não é?... por outro lado... eh os leitores também se preocupam em serem ah... como é que eu digo? amordaçados como eles são pelo instituto... de uma maneira do Instituto Camões... o Instituto Camões faz um trabalho maravilhoso... é fantástico... você fala... eu quero um Instituto Camões pra mim... eu gostaria... aliás a ideia de um *site*... aqui na DPLP é velha... só que tá assim... atire a primeira pedra né? o primeiro voluntário faz... se alguém se voluntariar pode começar esse *site*... é uma coisa... uma das ideias que a gente deu há coisa de um ano dois anos atrás... vamos abrir um *site* de coisas... de de um... pelo menos um grande *blog*... um *site*... talvez não tão... menos do que um *blog*... mais mais institucionalizado que um *blog*... que a gente precisa de um... precisa de uma interlocução né?... uma interlocução institucional qualquer... que trate de coisas mais inclusive acadêmicas não é?... coisas de prática... afinal de contas a gente ainda tem... não só pra quem prestar contas como também... como é que eu digo?... com quem falar sobre... hum... bases mínimas não é?... bases mínimas de

prática didática... de prática profissional... então nós somos divididos entre essa total informalidade... total informalidade... a gente não sabe quem vai... quem lê... e relatório é uma coisa séria... uma coisa importante... eu ponho coisas interessantes lá... porque é uma avaliação que você faz do seu trabalho... nós não sabemos quem lê nosso relatório... então uma total informalidade... por outro lado... uma total centralização como no Instituto Camões é uma coisa que os leitores não querem e não podem ter... não podem ter... os leitores do Instituto Camões são explorados eu diria... uma coisa horrível... você não pode imaginar... os relatórios que eles têm que mandar você não acredita... o que aconteceu... nos minutos da sua aula [risos]... você não pode imaginar a a... como é que eu digo? a burocratização do ensino de português lá... uma centralização total... agora... dito isso a preparação deles... quando os leitores são do Instituto Camões... são são escolhidos... eles têm um curso intensivo... e olha... bons... eu tenho alunos... eu tenho colegas que tiveram aula com a Maria Helena Mira Mateus... com excelentes linguistas... existe artigo.. existe um artigo no *site* do do... do Instituto Camões sobre prosódia do português... escrito pela Marina Vigário e Sônia Frota... pro cê ter ideia... é muito bem cuidado aquele *site*... é seríssimo... e uma coisa desse tipo a gente poderia ter no Brasil... pelo menos isso... não sei... se você... se isso... acontece que... no Brasil... não existe alguma coisa... existe a... a precariedade e a... e o... como é que fala?... a efemeridade... o caráter efêmero... e existe a... precariedade do vínculo empregatício... assim... o Instituto Camões... não pode ter vínculo empregatício porque afinal de contas é o Itamaraty... e nem deve... eu acho que de fato os leitores têm que... não pode ser um cargo vitalício... não pode ser... porque daí... o próprio ensino do... do português para estrangeiros no exterior né? você manda daqui... a pessoa é mandada daqui pra uma missão... diplomática... então você tem por um lado... a precariedade e o caráter efêmero... não é?... do do leitorado... e por outro lado você não... talvez por consequência disso... uma instituição que tenha algum tipo de permanência... como o Instituto Camões... que tenha pelo menos esse *site*... pelo menos uma formação desses leitores...

Entrevistador: nunca houve um curso... um treinamento mínimo?

Entrevistada: imagina... imagina... o leitor chega e vai ver o que que o outro leitor fez... bom... eu com essas ideias do... com essa formação minha... com essas coisas que eu acho... que eu acho que têm uma abordagem interessante... que é semelhante à do Celpe-Bras... eu preparei algum... alguns... algum material... como eu já te disse... e houve por exemplo um caso em que... dois ou três leitores... houve uma crise no Instituto Camões... dois ou três leitores não... não tiveram continuidade entre o leitorado naquele momento... eles pra se inteirarem de como era o leitorado lá... eles usavam o meu material... eles adaptavam ao português europeu... nesse sentido que eu acho... mas foi por acaso... foi por acaso que esse trabalho teve uma continuidade... e é um trabalho que... que com o Celpe-Bras você poderia fazer... né? com esse envolvimento de volta... você pega uma atividade você dá várias atividades de um determinado tema... isso é muito... é muito... tá muito... digamos... atual em termos de ensino de... de inglês por exemplo... eles fazem muito bem lá na Inglaterra... você não tem atividadezinhas estanques não é? você tem um... uma temática... e você tem uma escrita uma fala... um livro que você lê... um filme... uma... um lugar... ou por exemplo uma exposição... eles viam uma exposição brasileira... depois tinha apresentação oral... escrito... pesquisa sobre o tema da apresentação... essas coisas todas... isso é o tipo da coisa que poderia ser feito... se... a... não tivesse essa atitude... digamos... eu acho que é uma atitude que diz respeito à... às possibilidades... talvez físicas... ou falta de vontade política... eu não sei... não quero criticar nesse sentido... porque é uma ideia completamente nova... mas essa... mas essa por causa dessa... como é que eu digo? ah... desistência institucional... como é que eu digo isso? você abre mão institucionalmente... de uma coisa que pode ser enriquecedora... de um espaço cultural... de um espaço acadêmico... de um espaço de...

Entrevistador: é... tem a proposta de criação do Instituto Machado de Assis né?

Entrevistada: que é diferente...

Entrevistador: por quê?

Entrevistada: houve também essas discussões sobre o Instituto Machado de Assis... o Instituto Machado de Assis teve conflito interno... eu não sei... eu sei que o Itamaraty não quer... isso mesmo... lembrei... eu ouvi isso exatamente dentro da Embaixada em Londres... criticando as pessoas exatamente que queriam que o Instituto Machado de Assis fosse pro MEC... obviamente o Ministério das Relações Exteriores tava reivindicando né? tava reivindicando esse espaço... porque é um espaço importante viu? é um espaço importante... e o Ministério das Relações Exteriores sabe disso... essa... esse espaço geopolítico que eu te falei... que é um... na África é impressionante o que o leitor pode fazer... ah... eu tenho a foto que o Marco Aurélio [Schaumloeffel] nos mandou... do Lula vestido de trajes de Gana... e o Marco Aurélio que é o leitor junto... traduzindo... ele tava fazendo as honras de intermediário... o leitor fazendo isso... ele nos mandou a... eu tava no Brasil uma vez que ele foi pra Inglaterra... não... meu marido foi pra Gana... e foi procurá-lo também... foi procurar o leitor... e tem isso viu?... outra coisa que eu vou te falar já já... o leitor tem um papel de intermediação mesmo... de um braço... de um braço da diplomacia... é impressionante... o espaço que o leitor pode ter... eu não tinha lá tanto porque... eu tinha TANTAS aulas pra dar... não é que eu tinha muitas aulas... eu não tinha aula demais pra dar... é que eu... é que eu não sigo livrinho didático... então eu invento moda... eu digo entre aspas... então eu tinha... eu... eu ia atrás do material didático... era um tempo enorme... eu não fazia mais nada do que isso... e lá eu também não tinha tanto espaço assim... porque a própria Embaixada organizava.... Londres é uma cidade que a própria Embaixada organiza... eventos culturais... a minha colega... a minha colega Marisa Morita... leitora de Swansea... ela é ótima... ela organiza todos esses eventos

culturais na cidade... então ela tem peça de teatro... ela tem eventos... semana do cinema brasileiro... no País de Gales... então é Swansea... não é Cardiff que é capital... e ela... ela agitava culturalmente a cidade do ponto de vista da cultura brasileira... ela é representante... e outros leitores fazem isso também em vários lugares do mundo... em Gana ele é... por exemplo o presidente do Brasil vai visitar Gana... ele é o intermediário entre Gana e o Brasil... ele faz o papel quase que de Embaixador ali... na prática... você tem o Embaixador... que vai ter outros trabalhos a fazer... e o grande auxiliar daquele momento é... em Maputo não havia adido... o Embaixador por exemplo... o o cargo do Embaixador tava sendo ocupado por um dos... dos Ministros que eles chamam né?... um dos diplomatas... então... digamos que o leitor nos lugares em que a Embaixada... as Embaixadas também tão numa contenção de despesas muito grande... houve uma época que a Embaixada era completamente desvinculada do povo brasileiro digamos assim... uma caixa-preta né? se por um lado o Itamaraty é um dos melhores preparos do mundo... você sabe disso... é uma das melhores qualificações de embaixador do mundo... quer dizer... o Itamaraty é muito famoso por causa da qualidade... por outro lado... na época da ditadura por exemplo... existia um fosso total... era uma caixa-preta... não sabia o que gastavam nessas Embaixadas por exemplo... agora existe contenção de despesas... então o leitor em alguns lugares... em que não tem determinados cargos... tá lá o leitor ocupando esse cargo... ganhando pouco... de de intermediação... não é? é um cargo ambíguo... é um cargo... como é que eu digo? multifacetado... e é um cargo... assim como eu disse... eu usei essa palavra aí... de mime... de mimetização... de... como é que chama aquele animalzinho? que fica na cor?

Entrevistador: camaleão...

Entrevistada: camaleão... é um cargo camaleão... o leitorado... provavelmente eu tenha gostado tanto por causa disso... houve o Ano do Brasil na Inglaterra... no ano seguinte foi na França... BBC [*British Broadcasting Corporation*] vai procurar

quem? vai entrevistar... vai ser o porta-voz... o leitor de onde? do leitorado em Londres que mais... que tem o contato mais... mais íntimo... com a Embaixada... que é o *King's College*... tô lá eu sendo entrevistada... outra coisa... tem que falar inglês... é inglês português... cê funciona em inglês... talvez em outros países também... eu não sei... cê funciona em inglês... cê é... cê faz parte do departamento tudo em inglês... cê tá lá sendo entrevistado por que que o Brasil tá na moda? eu tinha as minhas ideias... eu acho que foi muito influenciado... pela imigração... o Brasil ficou conhecido... então todo mundo quer... todo mundo dança capoeira... mais lá do que aqui... [risos] os meus alunos me convidavam pra forró... onde tem forró? aqui ali ali ali... quer dizer eles iam procurar professor de português porque... já dançavam forró quando eles iam... vamos no forró que tem aonde? [segmento ininteligível] quando eu fiz meu doutorado lá... o Brasil era um desconhecido completamente... a integração dos brasileiros lá também mudou completamente... e o fato... mais recentemente... de que o Brasil saiu daquela... crise perpétua né?... saiu um pouquinho... deu certo... o Brasil recentemente... penso que o Brasil seja visto com mais ah... simpatia... bom agora e essa frouxidão toda... essa diversidade toda... esse espírito camaleão todo... também faz com que haja uma certa frouxidão... na seleção viu? muitas vezes... a coisa que tá no perfil nem sempre é aquilo que acaba prevalecendo... essa história do perfil... é recente... eu acho que é recente... é dos últimos quatro anos pra cá... tenho impressão que não havia perfil quando eu fui... quem estabeleceu o perfil... que começou o perfil... foi o Itamaraty... o Ministério das Relações Exteriores... foi um grupo muito legal muito interessante muito sério... que entrou no começo... em 2003... mas eu não sei... depois a coisa ficou mais frouxa de novo... pressão daqui pressão dali... eu espero que continue séria... e eles instituíram primeiro... o perfil porque eles pediam... e exatamente era... eles puseram doutorados... se não aparecesse ninguém podia ser quem tinha mestrado etc... só que apareceu...

Entrevistador: e... você acha que as atividades... as atividades do leitor deveriam estar restritas ao âmbito universitário... à docência?

Entrevistada: não necessariamente... não... fica mais fácil né? essa divulgação... normalmente são espaços mais óbvios... mas não necessariamente... eu acho que os CEBs fazem... um papel excelente... em Londres tinha dois... um deles era o... BCA... *Brazilian Contemporary Art*... que era uma espécie de CEB... local... eles tinham conseguido uma dotação... funcionários etc... eles davam aula de português... faziam várias atividades... e aplicavam o Celpe-Bras... só que literalmente de uma hora pra outra eles fecharam as portas... porque eles dependiam de uma dotação orçamentária do governo britânico... foi cortada com a crise... lá por exemplo seria um espaço que poderia ter leitor... só que o leitorado é algo normalmente caro... então eles mandam o leitor pra onde tem uma certa visibilidade... e o leitor tem também... veja... além de dar aula... tem esse papel de ser um representante sim cultural do seu país lá... eu falei... nós somos procurados pra várias coisas... uma vez procuraram pra... pra... pra correção... foi pra... acho que foi pra correção... não foi elaboração... mas poderia ser elaboração... das provas de português dos diplomatas britânicos que queriam vir servir o Brasil... enfim... a coisa mais óbvia é... bom ensino de português brasileiro onde tem? tem tem muito brasileiro dando aula de português... muito muito curso... espontâneo... informal... muitos professores... muitos eh muitas pessoas que dão aula de português brasileiro... muitas pessoas... digamos físicas dando aula de português brasileiro... professores particulares etc... as escolas agora... têm algumas têm assessoria... tem essas firmazinhas de assessoria de língua... que oferecem então... o professor brasileiro vai na casa de alguém... e nós sempre somos procurados... conhece alguém que... tem que fazer um... uma tradução... não sei o quê... quer dizer... hoje em dia há outros espaços né? sociais... mercadológicos... ou públicos enfim... desse trabalho... que o Brasil é muito mais visível... muito mais visível... muito mais gente quer aprender português brasileiro... mas o o... a ligação mais óbvia é a do leitor... é a do leitor... é o representante do país lá... então é ambíguo e é... é... é híbrido né? o leitor é híbrido... então imagino a razão [risos] pela qual se deu o caso do do Instituto

Machado de Assis... e é a razão pela qual eu te digo que não necessariamente as universidades... têm que ter os leitores... os CEBs fazem... preenchem essa necessidade muito bem...

Entrevistador: e em relação aos CEBS o que eu observei... é que... essa própria mudança do nome... que era CEB e agora é Centro Cultural... um dos motivos alegados em documentos oficiais é que antes os CEBs tavam muito focado no ensino da língua portuguesa... e agora eles fazem muito mais do que... ensinar português... então são várias atividades culturais... não só pra divulgar o... a cultura brasileira mas às vezes também até do próprio país tal... então esse foi um dos motivos né? parece que teve aí... tanto que entrando em *site* dos CEBs... às vezes fala mais de atividades culturais do que do ensino da língua em si... você acha que no leitorado teve alguma mudança nessa direção também?

Entrevistada: não... lá no Reino Unido não... eu vejo aí uma vantagem... que é exatamente essa coisa de ensinar a língua no contexto cultural... isso é uma vantagem... a desvantagem é a qualificação do professor de português pra estrangeiro... que é o perigo de achar que você pode ensinar o português pra estrangeiro por contágio... então você tem que ter... eu acho que tem vantagens e desvantagens desses CEBs... agora você pode perfeitamente dentro de uma universidade... é melhor você ser professor de de português pra estrangeiro dentro de uma universidade... você consegue fazer um trabalho mais sólido digamos assim... é melhor sobretudo se você de fato pudesse ter uma participação maior na pesquisa etc... seria melhor porque o professor de português pra estrangeiros seria mais bem preparado digamos assim... não é mais... seria o profissional né?... por outro lado... o fato de que o leitorado brasileiro seja considerado digamos... tão informal... ele é desvalorizado... como... por quê? como o pagamento... sei lá... não é bom... como é que eu posso dizer isso? não é isso... não é pagamento bom... como o... a figura do leitor não... tem um espaço... tem... a figura do leitor tem um uma vinculação frouxa... digamos não é institucionalizado aqui no Brasil...

talvez isso possa gerar como contrapartida... ou possa fortalecer como contrapartida... o fato de que o leitor não seja muito valorizado nas uni... nas instituições internacionais... é um cargo que é visto como um ensino de língua... né? ou ensino de língua ou então ensino da cultura brasileira... tem sido visto de uma certa maneira... eu inclusive acabei reclamando disso... como uma espécie assim de mão-de-obra barata... pra universidade lá... e não era tão barata assim... porque no fim as universidades acabaram complementando... não era tão ruim o salário nosso não... no fim... depois de uma certa briga... ah... agora essa frouxidão junto com esse caráter híbrido... pode dar como consequência essa... a visão de que qualquer um pode ser professor ... de que não precisa de uma formação... que não precisa de um treinamento... e daí cabe como uma luva pras instituições brasileiras tirarem o corpo fora mesmo... não não quero... não quero entrar nisso... pra que não se tenha... inclusive que não se... não se bata o martelo numa instituição Machado de Assis por exemplo... agora eu também posso te dizer o seguinte... o o Instituto Camões... os profess... os leitores do Instituto Camões... EXIGE... exige dos seus leitores as atividades culturais... por exemplo... a ótima leitora... a Eduarda... minha colega nos últimos dois anos... além de ser excelente professora de português... formada em Coimbra... ela era uma pessoa... ela ela... ela tinha um talento... porque ela fez teatro... ela fez muito teatro... ela tinha um talento ímpar pra organizar eventos... eventos de poesia... então qualquer pessoa... por exemplo... vinha um cabo-verdiano... vinha um escritor cabo-verdiano... ela organizava um grande evento... ela tinha essa paciência... ela tinha esse talento... então ela punha os alunos pra ler poesia... tinha os alunos pra pra... ah... pra traduzir as poesias... eu não fazia muito isso porque a Embaixada se incumbia... desses eventos... quer dizer a Embaixada de Portugal não quis nem saber... então ao leitor era exigido... do leitor era exigido esse tipo de... de atividade... e o leitor... e o leitor... do Instituto Camões é escolhido pra aquele cargo... dois ou três cargos... é entrevistado pra aquele cargo... e é treinado pra pra pra essas exigências... inclusive a Eduarda não só é muito boa... uma pessoa muito boa... excelente colega... excelente profissional... pro ensino da língua...

como também ela foi entrevistada pela sua capacidade de organizar esses eventos culturais... então se eles querem isso do leitor... tem que ser claro... os portugueses são claros... tá certo que querem diário de classe... não precisa apelar tanto [risos]...

Entrevistador: em relação... você falou um pouquinho no começo... da história do leitorado na Inglaterra... na Grã-Bretanha... então inicialmente já era...

Entrevistada: já era pessoal... eram coisas pessoais... eram acertoss... que ninguém sabia... mesmo hoje a CAPES seleciona o leitor... a CAPES é é uma instituição extremamente transparente pra tudo... menos pro leitorado... quais são os critérios de seleção do leitorado? que é um concurso como outro qualquer... quem que tá lá na comissão? quem que faz parte da comissão? quem é?... isso aí é uma coisa que eu gostaria... de saber melhor... eu confio obviamente na capacidade deles... confio... tem gente excelente... quer dizer são os pares... são os meus pares que tão lá... confio na capacidade... confio... mas eu gostaria... como a demanda é enorme... cada vez maior... é enorme a demanda... então eu gostaria de ver mais transparência... quais são os critérios?... eu acho importante... por que que eu particularmente acho importante a formação linguística? porque o linguista... não vai entrar em conflito com modalidade lusitana do português... vai entender que eu tenho aqui... uma modalidade lusitana... uma modalidade brasileira... uma modalidade europeia... uma modalidade brasileira... uma modalidade africana... por injunções históricas internas à língua... ou externas à língua mas enfim... uma uma questão de mudança linguística aqui... não vai criar conflitos com relação a isso... e vai enriquecer... vai enriquecer a cabeça do do professor... assim como eu consegui minimamente influenciar alguns colegas lá do Instituto Camões... que de fato foram convencidos pelos meus argumentos... pela minha prática didática etc... e eu aprendi também com eles muita coisa não é?... teve uma professora que... foi uma época que não teve o leitorado... teve uma outra professora que era

professora de espanhol... que foi escolhida pra dar aula de português europeu... ela era uma pessoa interessante de se trabalhar... porque ela era professora de língua... não era professora de gramatiquinha... isso foi interessante... foi uma experiência muito boa... com a Benvinda... Benvinda Alves... e daí... quer dizer... o tipo de atividade que a gente levava era atividade de professor de língua... então a formação de linguista... formação nenhuma é perigosa... eu acho... e a formação de linguista pode ser... se é uma formação boa... pode abrir a cabeça pra... usos de língua... em vários estilos... orais e escritos... oral e escrito... estilos orais e estilos escritos... e... pro uso de modalidades... eu acho preferível uma cabeça aberta de um linguista do que... alguém que de repente mal sabe o que fazer com a sala de aula e cai... no ensino livresco... gramaticalzinho... desses manuais... essa é minha opinião... e o aluno aprende muito melhor... com uma... uma coisa mais diversificada... as atividades que eu já fiz... depois de um mês de aula... tá certo que eles já falavam espanhol... mas depois de um mês de aula... eu fazia uma filмотeca de filmes brasileiros... levar pra casa... escolhe... vai levar pra casa... e DEve... POde copiar... olha no comecinho... pode e deve copiar... críticas escritas em português... melhor maneira de mergulhar na língua... da língua mergulhar em você... meu material... primeiro dia de aula... CD de músicas brasileiras... TEM que cantar... lição de casa... TEM que cantar [risos]... eu obrigava a cantar... eu não vou olhar na cara de vocês... mas vocês têm que cantar... em vez de ficar dando aula de fonética... aula de repetição de palavras... melhor fonética... vai cantar... ah eles adoravam... aprendiam... isso que é legal... a Marisa também... a Marisa fazia coisas maravilhosas... mas ela é professora de português... de português pra estrangeiro da PUC [Pontifícia Universidade Católica]... ela desde sempre foi professora de português pra estrangeiro a Marisa Morita... ela tem essa visão mais ampla... sabe?... e ela... e ela era... a cultura brasileira em Swansea né?... e eles FAlam... eles não iam pro Brasil... os alunos dela... eles chegavam do primeiro ano falando... direitinho... por causa dessa visão melhor né?... mais ampla... de linguista... de língua... de ensino de língua...

Entrevistador: só mais uma coisinha que eu queria te perguntar... eh... parece que alguns leitorados são... têm... são muito descontínuos... começam... e depois passa um intervalo... fica um ano... dois... e aí até... não sei se faltam candidatos... o que acontece...

Entrevistada: a maioria é crise... do... o nosso por exemplo a crise tá muito grande... e a contrapartida da universidade... o reitor mandou cortar TODOS os gastos... porque a universidade é gerida como uma empresa... tem uma democracia... uma falta de democracia interna abismante... quem tá numa universidade brasileira e vai pra uma universidade britânica ou americana... leva um choque... porque os cargos... o reitor por exemplo é um gerente... ele pode até mesmo coincidir dele ser um acadêmico... mas é um cargo de gerente... então corta departamentos inteiros... o Instituto Camões foi também um problema político... acabou o dinheiro do do... do Ministério da Educação... chama os leitores de volta... e agora por exemplo eu não sei como é que vai ser a sobrevivência do meu leitorado lá... porque o departamento tá se desmanchando... quem tá se aposentando... departamento pequeno... como eles eram MUITO bons... a produção... eles são TODOS referências internacionais nas suas áreas... eles tinham portanto um... um RAE [*Research Assessment Exercise*] – que é uma espécie assim de julgamento assim da CAPES sabe? – muito alto... ele é um departamento pequeninho... ele sempre quis ser pequeno mesmo... então por conta da qualidade... ele se mantinha... como um departamento autônomo... mas agora... aposenta e não é substituído... um deles tá seriamente doente... um grande... um dos africanistas lusófonos... da África lusófona... referência também... tá muito doente... tá afastado... então cada vez mais tá distribuindo pros outros departamentos... então História... História do Brasil... História de Portugal vai pra Hispânia... Estudos Culturais... vai pra... como é que chama?... Indústrias Culturais... que é o David Treece... e é ótimo... e outros se aposentam... e acabou o departamento... só que... o Brasil não é de se jogar fora... a REITORIA chamou o David Treece... então começou uma coisa de cima pra baixo... o Centro de

Estudos Brasileiros de Oxford fechou... então houve um vácuo... a Embaixada tem uma ligação FORTÍSSIMA com o *King's College* porque é o curso de... é o curso de português mais antigo... o Departamento de Português é o único departamento de português... de estudos brasileiros... que dava uma graduação... dava um *degree* que eles falam né?... dava graduação... então o que que eles fizeram? eles fundaram o *Brazil Institute*... o Instituto do Brasil... a nível de reitoria... não é a nível de departamento... é a nível de reitoria... então esse *Brazil Institute* vai congrega gente de várias universidades... de várias faculdades... da Medicina... tem muitos... muita gente da Medicina que tá interessada no Brasil... de Medicina... de Geografia... que mais?... claro dos nossos... de Línguas Modernas também... e tem o diretor desse instituto... que foi escolhido faz pouco tempo mas eu não sei muito bem quem é... e um um... uma mulher brasileira que fazia doutorado nos Estados Unidos que tinha um projeto muito interessante... de cultura... pra ser um... vai ter uma bolsa enfim... de pesquisa... é um associado de pesquisa... é possível que o leitorado sobreviva por causa do *Brazil Institute*... ninguém sabe... tá entendendo? o leitorado... além do seu caráter híbrido... também é... também o... está submetido a esses ventos não é?... porque é o institu... a instituição fora do país que tem que dizer pra pra Embaixada que quer leitorado... eu sei que outras instituições na Grã-Bretanha queriam... eu sei que Glasgow queria... na Escócia não tem nenhum... mas eu sei que a Embaixada vetou na época... não sei bem... não sei quais são as razões... mas foi vetado... eu sei que Bristol... que é a cidade onde moro... Bristol... eu acho que eles queriam também... mas foi vetado pela Embaixada... porque tinha muito leitorado no Reino Unido... a prioridade era pra outros países...

Entrevistador: é isso que eu queria te perguntar inclusive... que os primeiros leitorados... pelo que eu tive acesso a essa história... nasceram na na Europa... principalmente Inglaterra e França... então tinha realmente uma grande concentração né lá?

Entrevistada: assim como nós tivemos leitores... franceses e italianos... no IEL [Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas]... você sabia? e alemães... a Charlotte [Galves] era uma leitora... do Instituto Pasteur... ah nós tivemos... do italiano... Paulo... ele ficou anos dando aula de italiano... aqui no DLA [Departamento de Linguística Aplicada da Universidade Estadual de Campinas]... que agora é CEL [Centro de Ensino de Línguas da Universidade Estadual de Campinas]... ficou anos dando aula... e tinha o DAAD [*Deutscher Akademischer Austauschdienst* – Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico] também... tinha um alemão também se não me engano aqui... que apareceu dando aula de alemão aqui... e... a maioria dos leitorados... a maioria dos leitores... são pagos... são contratados pelas instituições lá... a a... a presença da Embaixada nisso... eu não sei muito bem como é que começou... mas foi uma espécie de complementação... isso é uma coisa relativamente recente... relativamente eu quero dizer nos últimos trinta anos... porque eu me lembro quando eu estudava... quando eu fazia faculdade... quando eu fazia mestrado... no meu começo aqui... eu me lembro do das pessoas que iam... eu tive alunos... colegas meus... teve um rapaz que foi pra França... ele foi leitor em Bordeaux... pago por lá... o Rodolfo Ilari foi leitor em Bordeaux com... licença prêmio... ele pegou duas vezes licença prêmio... a gente pode fazer o que quiser na licença prêmio... aliás foi assim que eu... parte do tempo... antes de eu pedir aposentadoria... não dava tempo... eu tinha várias licenças prêmios acumuladas... e fui ser leitora enquanto vigia a licença prêmio... o Rodolfo foi ser... ele ensinava literatura... tá entendendo? o leitor precisa ter... tem que preencher determinadas funções... no caso... a maior parte dos leitores... é cultura e literatura... no lugar em que essas atividades eram preenchidas pelo departamento... que era o meu caso... eu ensino língua... ou em Leeds também... parece que tem leitor agora em Leeds... em Manchester... essas essas outras funções são preenchidas hoje em dia pelos entre aspas brasilianistas... brasilianista e literato em geral... cada vez mais tem pessoas... tem pessoas boas viu?... falam português melhor que eu... fazem pesquisas de qualidade... são coisas bem legais que eles fazem... tem

umas moças... uns rapazes britânicos que são esses brasilianistas... o David Treece é excelente... então a história do envolvimento do Itamaraty é que eu não sei direito... mas havia sempre... e há ainda... a... a moça de Harvard... a Clémence [Jouët-Pastré] é contratada por Harvard... ela faz um trabalho excelente lá em Harvard...

Anexo 3 –

Transcrição da entrevista com Profa. Dra. Jacqueline Penjon¹⁸¹

Entrevistador: bom... então primeiro eu queria que a senhora falasse um pouquinho... o que a senhora sabe sobre a história do leitorado na Paris III?... quando ele começou?

Entrevistada: olha... o problema que... depois de 68... antes era *Université de Paris*... e depois de 68 que houve... essa partilha... Paris I II III IV etc... então... Paris III eu estou só desde 95... então eu não... não conheço todos os pormenores aqui... mas antes eu estava na Paris IV... Paris IV foi criada em 71... Paris III em 70... como Paris III... mas existia antes... porque... o... a universidade que tem o curso de português língua estrangeira mais antigo... foi criado em 22... 1922... mas como apêndice do espanhol... e o português ficou como curso independente desde os anos 70 só... quando houve a criação de alas de português no Ensino Médio... como consequência da imigração portuguesa... e... pelo que a gente sabe... já existia... existia um leitorado... em Paris... na Universidade de Paris... para o português... inclusive foi ocupado... bom... era uma alternância... às vezes era um professor português... um professor brasileiro... eu sei que o professor Celso Cunha... esteve aqui como leitor... nos anos acho... 50... por aí... pelo que o pessoal conta... e depois... então... em 70... em 70... Paris III tinha posto de leitor... quer dizer... realmente a universidade tinha uma vaga de leitor... agora na época... o leitor não passava por concurso nenhum... em Paris IV tinha também um posto de leitor... tinha dois... Paris III também... tinha um para leitor português... um para leitor brasileiro... porque sempre fizemos uma diferença... pra iniciação... quem começa na universidade pode escolher o português do Brasil ou português de Portugal... mas depois no curso... em função da lusofonia... portanto tem que

¹⁸¹ Professora catedrática de Língua, Literatura e Civilização brasileira na *Université Sorbonne Nouvelle* (Paris III), responsável pela seleção final dos leitores do Itamaraty nessa universidade. Entrevista realizada em Paris, em 19 de janeiro de 2011.

conhecer... a literatura de todos os países... a... a civilização de todos os países... e na língua tem que conhecer as diferenças também... quando estuda a língua... agora o problema na época... é que como não havia realmente nada... assim... uma lei... e apoio dos... dos diferentes países... bom... do lado português havia o Instituto de Alta Cultura... isso chamado na época... agora Instituto Camões... sempre mandava livros... ou ajudava os leitores... mas o grande problema é que nessa época vários leitores confundiram esse cargo de leitor – que só pode ser um cargo provisório – como carreira... então aquilo criou um grande problema... houve pessoas que ficavam quinze... vinte anos como leitor... bom... hoje é proibido... e o próprio sistema francês... quando há um... um posto francês... a universidade... não deixa... o que eu acho normal... e eu acho que o que... seria realmente excelente... o leitor... como nós utilizamos... quer dizer... pra formação... pra... português língua estrangeira começo... pra ensino de línguas sobretudo... tem que ser um estudante... um doutorando... eu acho que... que é o melhor... porque assim o doutorando pode aproveitar... fazer as pesquisas aqui... depois defende a tese... volta pro seu país... deixa o lugar pra uma outra pessoa... serve... por quê?... não são muitas horas... e horas de língua também não necessita uma preparação muito grande... então dá perfeitamente pra fazer pesquisa pra uma tese e dar aquelas aulas... então quando é uma vaga de uma universidade... o leitor tem que dar duzentas horas anuais... qual era o grande problema?... com essa história dos leitores que se... que transformaram o cargo em carreira... e a pressão dos sindicatos pra resolver o problema deles... é que várias vagas de leitores se perderam... então Paris III perdeu... a vaga de leitor que tinha pro Brasil e que tinha pra Portugal... bom Paris IV eu acho que manteve... uma ou duas... agora muitas outras universidades que também perderam... porque a vaga de leitor foi transformada em assistente... que hoje também não existe mais... e aos poucos sumiu... então hoje estamos numa situação que eu acho que não é... nada boa... mas que está em vias de... de modificar... é que as pessoas que temos como leitores não têm posto na universidade... só recebem a ajuda do Itamaraty... que não é um salário... que é

considerado como uma ajuda... e o normal... o que existe em algumas universidades... seria ter as duas coisas... o posto francês na universidade mais a ajuda do Itamaraty... mas infelizmente não é assim... agora... o problema se a gente compara com Portugal... Portugal tem o Instituto Camões... que faz muito pros leitores... e o Instituto Camões inclusive faz convênios com as universidades... uma troca... o Instituto Camões dá... um salário... e a universidade paga os encargos sociais... não é? assim... mas também temporário... e essa ideia de coisa temporária... eu acho que é fundamental... e agora do lado do Itamaraty... são dois anos... que podem ser renovados uma vez... e assim eu acho perfeito... agora... eu lembro que em 2005 tivemos uma... um colóquio sobre língua portuguesa... difusão da língua portuguesa... e esteve aqui o professor Godofredo [de Oliveira Neto]... que estava no... não lembro que cargo ele tinha no MEC... ele anunciou... era o próprio Ministério que tinha pedido para anunciar... que havia a criação de um instituto no Brasil... o Instituto Machado de Assis... tudo bem... que aí seria como o Instituto Camões... só que eu acho que até hoje... tá no papel... houve muitas coisas... mas isso é um problema... porque eu acho que ajudaria... inclusive... pra ter assim criado esses acordos... esses convênios com as universidades... um pouco como como se faz com... com o Instituto Camões... porque hoje em dia... e tem que ser... eu acho que tem que ser... através de convênios e acordos assim... porque não sei se deu para perceber um pouco... as dificuldades da França no Ensino Médio... no Ensino Primário... bom... os funcionários... a meta atual do governo é diminuir... o número de funcionários... então... criar vagas na universidade... é quase impossível... então temos que passar por acordos assim... uns convênios... achar uma outra solução... uma outra possibilidade... porque realmente... uma pessoa que não tem vínculo nenhum... quando é um doutorando... ainda existe porque tem vínculo com a universidade... mas uma pessoa que estaria aqui... dando essas aulas e recebendo só ajuda do Itamaraty... não tem existência na universidade... e aliás eu acho que nem poderia vir do Brasil... porque agora o problema de visto... é muito complicado... quando não há contrato de trabalho... não há nada... tem o visto a partir de quê?...

complica... complica muito... porque quando é alguém que tem títulos... bom aí pode vir dentro de um outro esquema que não leitor... mas professor convidado... professor associado... num número determinado de meses... bom aí realmente... funciona bem... não há problema... mas problema de leitor realmente é... é um problema que ainda não foi resolvido...

Entrevistador: e em relação ao Itamaraty... além dessa participação através da CAPES numa seleção inicial... a senhora sabe de... se o Itamaraty de alguma forma dá algum tipo de orientação pros leitores... em termos de algum curso preparatório... a senhora já ouviu falar de alguma iniciativa nesse sentido ou... ou não?

Entrevistada: eu sei que há alguns anos atrás... havia reuniões... umas duas reuniões... na Embaixada... que... bom chamava todos os leitores da França... e havia um... eu acho que há quanto tempo isso? uns seis anos... até veio... agora me fugiu o nome dele... ele era professor em Campinas... depois passou pra a UnB [Universidade Nacional de Brasília]...

Entrevistador: o José Carlos Paes [de Almeida Filho]?

Entrevistada: isso... que justamente trabalhava com... com didática... com português língua estrangeira... então... ele até esteve aqui dando palestras... orientação... acho que há uns cinco ou seis anos... depois eu acho que não houve mais... bom é que o sistema era diferente na época quando ele veio... não era escolha pelo Itamaraty... a escolha era feita aqui... muitas vezes em função de... das pessoas que moravam na França temporariamente... agora já não é assim... o que eu acho melhor também... ter esse concurso... porque afinal é um concurso... não sei... deve ser de títulos ou... digamos assim...

Entrevistador: sim... e em relação... porque quando tem esse concurso... eles sempre divulgam o edital... eh... e pra cada universidade tem um perfil... que... que é estabelecido... é breve... mas assim... o que se espera do candidato... e mais ou menos quais atividades ele vai desenvolver... esse perfil é estabelecido por quem?... apenas pela universidade?... tem algum diálogo com o Itamaraty ou...?

Entrevistada: não... é pela universidade... em função das necessidades... internas...

Entrevistador: sim... e no caso da Paris III? quais são as atividades mais comuns que os leitores desenvolvem?

Entrevistada: ensino da língua... em vários níveis... bom... porque como há pouquíssimo... pouquíssimos lugares no Ensino Médio... onde o aluno pode estudar português... quem entra na universidade... às vezes precisa de uma língua a mais... então pode ser eletivo... então se matricula num curso de português em um ou dois anos... e também pra própria formação... tem o primeiro ano e depois a formação em português... e também há um diploma da universidade que é para adultos... pessoas que já estão na ativa... e que resolvem retomar estudos ou aprender uma língua... não é? e agora vai... também estamos tentando montar um curso de formação permanente... que pode ser formação a distância tudo... então... português língua estrangeira... eu acho que realmente é o trabalho número um do leitor... que está mais a par da... da evolução da língua... que está mais perto da... da realidade brasileira...

Entrevistador: sim... e eh... aqui é comum que os leitores também deem aulas de literatura brasileira?

Entrevistada: não... não...

Entrevistador: então fica a língua mesmo...

Entrevistada: é... é para a língua...

Entrevistador: e eventualmente há algum tipo de participação no sentido de organizar... eventos culturais... relacionados a...

Entrevistada: ah sim... em princípio deveria... não é sempre o caso... mas deveria... agora quando é... na maioria dos casos o leitor é... é um doutorando... então o doutorando tem que participar do centro de pesquisa... tem que apresentar trabalhos... tudo... os leitores... tanto o [Carlos] Eduardo [Bione] como a Izabella [Borges de Abreu Gomes]... têm que ter essas funções...

Entrevistador: sim... claro... bom... e na sua perspectiva... eh... quais são as qualidades que o leitor deve ter para ser um bom leitor?

Entrevistada: eu acho que tem que ser alguém que... já tenha dado aulas... ou já tenha participado de... de uma formação de português língua estrangeira... porque... eu acho que a pessoa... não dá pra improvisar... eu acho que é mais nesse sentido... e a demanda... cada vez mais... vai ser língua... como segunda língua... terceira língua... curso eletivo... de de português... e realmente precisamos de um leitor para isso...

Entrevistador: então demanda de pessoas que não exatamente estudam língua e literatura mas que querem aprender português por...

Entrevistada: é... exatamente... ou de pessoas que estão em *Sciences Po*... Ciências Políticas... ou que estão estudando Geografia... e que precisa... ou que vão fazer estágio no Brasil... ou então engenheiros... realmente há muita demanda do português do Brasil...

Entrevistador: sim... eh... e a demanda tende a ser... entre os alunos que querem aprender português... tende a ser maior pelo português do Brasil... pelo português europeu?... como é isso? pelo menos aqui na França... pelo que a senhora observa...

Entrevistada: atualmente... assim como curso eletivo... a demanda é maior do português do Brasil... porque... há ações assim... e também incentivos do ponto de vista da pesquisa... Geografia... Biologia... Geologia... muita gente que vai... como há brasileiros que vêm aqui... mais do que o português europeu...

Entrevistador: então sobretudo pela possibilidade de desenvolver algum trabalho... estudar no...

Entrevistada: fazer uma pesquisa no Brasil...

Entrevistador: isso a senhora acha que é algo mais recente... teria algum fato... específico que marcaria essa...?

Entrevistada: eu acho que o Ano do do... Brasil na França... e o Ano da França no Brasil... incentivou bastante...

Entrevistador: sim... e a senhora acha que... de alguma forma... alguma característica do português do Brasil... contrastado com alguma característica do português europeu... favoreceria ou não a opção antes pelo português brasileiro do que pelo português europeu?

Entrevistada: bom... já há uma coisa... acho que de uma maneira geral... não vamos deixar a parte os luso-descendentes... mas de uma maneira geral... o francês gosta muito do exotismo... Brasil... [risos] fica assim mais uma coisa

exótica... bom... e o Brasil é muito conhecido por causa da música... e realmente o som da... a melodia da da língua incentiva mais... porque todo o sistema vocálico... são vogais abertas.... agora a tendência em Portugal é engolir as vogais cada vez mais... ficam consoantes... então quando a pessoa ouve... claro que... sente mais atraída pela prosódia... por uma prosódia assim mais melódica... agora quem... há vários estudantes de espanhol... que depois escolhem como curso eletivo o português... também ajuda... bom... se bem que é uma faca de dois gumes... [risos] porque como são duas línguas bem próximas... difícil manter as duas... mas enfim... num primeiro tempo ajuda no vocabulário... pra entender as coisas...

Entrevistador: e atualmente a Paris III também recebe leitores do Instituto Camões?

Entrevistada: não... temos uma... agora já não é o Instituto Camões que manda leitor... esse tipo de convênio... então é uma pessoa... geralmente recrutada na França... que dá um X de aulas... pagas pelo Instituto Camões... mas é a universidade que paga os encargos sociais... daquelas aulas... é... porque antigamente o Instituto Camões mandava... mas já uns dois três anos que não é mais assim...

Entrevistador: e a senhora acha que o trabalho... realizado por esses leitores portugueses e os leitores brasileiros... eles se complementam? ou em alguma medida esse trabalho pode entrar em conflito?... há alguma disputa entre o português brasileiro e europeu que se concretiza na prática?

Entrevistada: olha... isso sempre existiu... sempre... uma pequena guerra entre... entre os dois... porque... difícil... assim... durante muito tempo o... português europeu era considerado como A língua oficial... bom... agora as pessoas já estão

se abrindo mais... tão mudando... têm que abrir... eu acho que esse acordo ortográfico deveria ajudar...

Entrevistador: sim... eu pergunto isso porque eu estive recentemente num evento na... em Portugal... e tinha uma professora... que apresentou uma comunicação sobre os erros dos alunos russos que aprendiam português... e ela apresentou um *slide*... e aí tinha uma sequência de três ou quatro frases... e eu lia as frases e não achava erro nenhum... era assim... por exemplo... eu fui ao cinema ontem... tu observaste eh... não sei o quê? e tinha os pronomes sempre grifados... e aí depois custei mas fui entender... a questão era o uso dos pronomes na posição sujeito... que pra eles não é comum... mas no Brasil é o mais... comum... então ela considerando erro algo que é algo de... variação linguística...

Entrevistada: mas sabe que aqui aconteceu muito isso... hoje já está... já está melhor... mas houve uma época... tanto no Ensino Médio também... eram luso-descendentes os professores... então não admitiam quando por acaso havia um filho de brasileiro... contavam erro... tudo... na universidade a mesma coisa... bom... tá melhorando... hoje já... já não é assim... mas foi difícil...

Entrevistador: eh... e... como a senhora vê a... a presença do português no cenário contemporâneo... em termos de... do papel geopolítico do português?

Entrevistada: é aí que está... eu não entendo... aqui... o que está acontecendo no Ministério da Educação Nacional... por que que não há esse desenvolvimento do português no Ensino Médio... porque houve uma época... quando houve essa vontade de implantar o português no Ensino Médio... é a última língua românica que entrou no sistema escolar... então o... toleravam que só oito alunos estivessem numa classe para abrir o curso... quando na realidade são quinze... pra poder abrir... então fizeram isso durante muito tempo... e aí de repente... bom... como como... eu acho que a maioria eram luso-descendentes... de repente

a língua ficou em concorrência em vários liceus... em vários lugares.... com a informática... ou com uma outra matéria... e aí desapareceu... o pessoal escolhia informática... porque falava português em casa... então tudo bem... e aos poucos foi se perdendo... e hoje essa derrogação... não existe mais pro português... tem que ter quinze pra abrir... mesmo com quinze eles não abrem... agora eles dão assim toda a possibilidade pro chinês... a moda é o chinês... mas eu acho que... bom... claro que o chinês... mas o português também... vai ser a língua do... do futuro... então tem uma falta de visão... é que também houve no passado uma série de... de coisas... bom houve uma época em que... quando... pouco depois de Portugal ter entrado na Comunidade Europeia... Bruxelas dava... incentivos... dava uma verba para as línguas de menor... divulgação... e não é que os portugueses se colocaram naquilo?... junto com o dinamarquês... com... sei lá... língua que se fala em Luxemburgo... bom... tem dó... nessas alturas esquecer que o Brasil fala português... bom... então isso fica na mente das pessoas... então... acho que houve uma série de coisas assim... de uma visão a curto prazo... e não é assim...

Entrevistador: e pensando no programa de leitorado... quais seriam a seu ver os principais méritos desse programa... e o que precisaria ser melhorado?... quais são os pontos fortes e fracos desse programa na sua opinião?

Entrevistada: o que eu acho bom é ter estabelecido esse concurso... essa seleção... e esse prazo de dois anos... renovável dois anos... agora eu acho que se realmente eh... bom... existisse um instituto que pudesse apoiar... como fazia o Instituto Camões com doação de livros... ou de material didático... ou então incentivando... eventos assim... ou de sobre literatura... música... bom... exposições... a Embaixada organiza mais... pintura... escultura... música... tem bastante... mas eventos... eu acho que seria interessante... e sobretudo se existisse essa possibilidade de... de mandar livros pra atualizar um pouco as universidades...

Entrevistador: e... eh... qual seria a importância desse programa pro... pro Estado brasileiro?... como a senhora imagina... o que levaria o Itamaraty a investir no programa de leitorado na sua opinião?

Entrevistada: bom... eu acho que isso tem que funcionar na reciprocidade... o estudo do francês no Brasil... houve uma época... eu acho... que já estava melhor do que está hoje... mas então... eu acho que... daria pra pra... desenvolver as duas coisas... porque há uma parceria grande... há muitas francesas que estão no Brasil... e agora há muitas empresas... ou comércio... a gente vê várias lojas brasileiras aqui em Paris... então... eu acho que tem que ter essa reciprocidade... desenvolver o ensino do português na Europa... porque eu acho que o português vai ser uma língua que vai ter um papel muito grande do ponto de vista comercial... no futuro... e através da cultura também... e a cultura também francesa... bom... eu sei que pela primeira vez... já fazia muito tempo que não era assim... mas os bolsistas da CAPES agora vêm mais pra França do que pros EUA... tem mais... então de novo... há esta atração... mas acho que tem que ter essa reciprocidade...

Entrevistador: sim... é... leitores franceses em universidades brasileiras são raros...

Entrevistada: sim... é... há uma instituição... que é a Aliança Francesa... que na realidade... mantém a língua mas... bom... mas que... pro português não existe nada parecido... tem... o Instituto Goethe pro alemão... o Instituto Italiano... mas falta pro português... se o português tivesse esse recurso... ia ser interessante...

Entrevistador: então a senhora vê de alguma forma uma relação entre... iniciativas do Brasil pra promover o português... dentre elas o programa de leitorado... com... a política externa brasileira?

Entrevistada: é... porque... bom hoje... eu acho que a economia passa pela língua... realmente... isso é importante... e a cultura como a língua... não só o comércio... fazer comércio em inglês não... acho que tem que ser na própria língua do país...

Entrevistador: uma última pergunta... algo que me chama a atenção é que... a senhora sabe muito bem disso... mas vários professores que trabalham no Brasil... em universidades brasileiras... isso é uma questão constitucional... eles podem ser estrangeiros... podem dar de português... de literatura brasileira... independentemente de ser brasileiros ou não... mas quando se trata do programa de leitorado... uma das exigências que aparece... já na portaria que regulamentou o programa de leitorado... uma delas é a nacionalidade brasileira... como a senhora vê essa questão?

Entrevistada: eu acho normal... porque... justamente o leitor tem que ser uma pessoa... que está dentro do contexto... e o grande problema que houve antes... que havia brasileiros que moravam vinte anos aqui... e que se improvisavam leitores... então que tinha... que nunca... bom... por razões na época talvez de exílio etc... que nunca tinham voltado pro Brasil... mas como que pode... ensinar uma língua? evolui... tudo evolui... então... eu acho que como o leitor tem esse papel de dar iniciação a uma língua... e também ligado à civilização... de falar da cultura... da civilização... tem que estar dentro realmente o do contexto...

Anexo 4 – Transcrição da entrevista feita com o Prof. Carlos Eduardo Bione¹⁸²

Entrevistador: quais são os pontos de semelhança e de diferença entre o trabalho que você fez em Hanói e o que você faz aqui em Paris?

Entrevistado: olha... a parte de professor de língua portuguesa... é completamente diferente meu trabalho lá em Hanói e meu trabalho aqui na França... o objeto de estudo é o mesmo... é a língua portuguesa... mas... eh... completamente diferente ... experiência profissional completamente diferente... em Hanói... bom... quando eu saí do Brasil pra ir pra Hanói... eu achava que eu ia chegar assim... primeiro que eu nunca imaginava que ia ter um Departamento de Português no Vietnã... e... depois... eu soube que era o único... naquela época... meados de 2009... 2007... era o único departamento de português no sudoeste asiático... então era meio núcleo de estudos portugueses naquela área... e quando eu cheguei lá pra minha surpresa... o departamento já funcionava... não posso dizer de vento em popa... mas tinha um ano e meio que ele tinha sido criado... e... tinha o quê? cerca de setenta estudantes inscritos... matriculados... diretamente no departamento de português... isso quer dizer... estudantes de licenciatura ou bacharelado do português... e o departamento também cobria eh... outros departamentos de outras línguas que os estudantes que estudavam... por exemplo... tinha gente de formação em russo mas tinha que cobrir parte da carga-horária com outra língua e quis estudar português... no total a gente chegava quase a cem alunos... isso num departamento que não tinha nem dois anos de criação... e aí quando eu cheguei lá... minha surpresa [risos]... primeiro que... como... minha dúvida era... como que eu ia me comunicar com os vietnamitas... e pra minha surpresa... a maioria dos estudantes já tinha noção do... da língua

¹⁸² Leitor do Itamaraty na *Hanoi University of Foreign Studies* (Vietnã) entre agosto de 2007 e julho de 2009 e na *Université Paris-Nord* (Paris XIII), em Paris (França), desde setembro de 2009. Entrevista realizada em Paris, em 19 de março de 2011.

portuguesa... já conseguia se comunicar comigo... eh... e o diferencial do leitorado de ... do Vietnã... é que... não sei ... talvez por... por ser um país pobre... em desenvolvimento... no período de um ano e meio... um ano... você via diferença na vida dos estudantes... do seu trabalho... a maior parte dos estudantes não... não era de Hanói... vinha de... do campo... a maior parte vinha de... o pai era... como chama? plantador de arroz... e aí... eu tenho um exemplo de uma aluna que assim... a família tinha uns sete filhos... ela era uma das mais novas e foi a filha escolhida pra ter... eh... uma educação... formal... todos os outros mais velhos trabalhavam na plantação de arroz... então ela foi escolhida para ir pra Hanói... viver em Hanói... na residência universitária... fazer o curso dela... ter o nível superior... e essa aluna... era comovente... ela acordava às cinco horas da manhã... todos os dias... pra estudar... duas horas em casa... português... e às sete ela tava em sala de aula já assim afiada pra falar português comigo... eu chegava na sala ainda... mal tinha acordado [risos]... e ela chegava... professor dormiu bem?... perguntando... querendo falar... e eu ainda me acordando... mas... assim é um exemplo dos alunos que eu tinha lá em Hanói... mas o que eu queria dizer é que nesse espaço de... de... no primeiro ano você já via diferença na vida desses alunos porque... a demanda de emprego era muito grande... então a primeira turma que a gente formou... eu tava... não sei há quanto tempo que eu tava... talvez no segundo ano lá... mas a primeira turma que a gente provou... eh... formou... quase 90% dos alunos já saíram com emprego garantido... e grande parte eh... foi trabalhar pro Ministério das Relações Exteriores do Vietnã... tem uma aluna minha que hoje mora em Brasília... no... trabalha no Consulado do Vietnã em Brasília... e... por ironia foi a aluna que me causou mais problema durante o curso [risos]... porque ela... assim ela recebeu uma bolsa de estudos e passou um ano em Lisboa... e aí entra o choque né?... o português de Portugal e o português brasileiro... ela achava... na cabeça dela... que assim... a língua portuguesa pertencia a Portugal... que o Brasil usava a língua portuguesa por um acidente histórico qualquer... e que a gente falava uma espécie de crioulo... um patoá qualquer... e não era a língua portuguesa... e quando eu cheguei a primeira

turma que eu recebi foi a turma dessa aluna... então ela como ex-bolsista do Instituto Camões que tinha vivido um ano em Lisboa... ela era a líder do grupo né?... eu cheguei e aí... o leitor brasileiro... então eu encontrei a turma toda contra mim e a favor dessa aluna... então essa aluna assim... ela meio que manipulava os alunos pra me colocar numa situação de... não era de teste... mas de... vamos ver se ele sabe mesmo... e aí... sempre as questões que apareciam durante a aula diziam respeito ao português de Portugal... diferenças entre as duas... as duas formas... e obviamente... como brasileiro... eu não sei tudo que se passa na língua portuguesa de Portugal... na forma como eles falam... e algumas coisas eu titubeava e isso era motivo... era o calcanhar de Aquiles para eles me pegarem e dizer... não... você não sabe... e aí acho que foi no terceiro mês eu explodi em sala de aula... vamos ter uma conversa séria aqui.. vocês sabem que eu não sou português... sou brasileiro... é a mesma língua mas não é também... é uma forma diferente de... de lidar com a língua... e não tô gostando desse esquema que vocês construíram de tá me testando a cada curso... eu sei que depois assim... eles tiraram essa... como é... essa imagem que eles tinha de mim... de que... e que eu representava para eles... eu sou brasileiro... eu falo uma língua que... não pertence... que não é a língua de Portugal... na cabeça deles... e depois a gente... assim conseguiu ter uma relação boa... mas aí... essa aluna em específico... ela... eu sentia sempre que ela não... não tinha uma simpatia muito com temas relacionados a Brasil... pra ela era... Portugal Portugal Portugal... e por ironia do destino é essa aluna que tá morando em Brasília como tradutora do consulado vietnamita... lá em Brasília... e era obviamente... era o posto... quando a turma se formou... era o posto de trabalho mais concorrido entre os alunos... porque Portugal não tem Embaixada no Vietnã... e isso eu acho que facilita muito o trabalho do... não só da Embaixada do Brasil... mas também do leitor lá... porque a gente meio que toma conta da região... então quando eles se formaram... o *top* era conseguir esse posto de intérprete na Embaixada do Vietnã em Brasília... e essa aluna conseguiu... e outros foram pra Moçambique... pra Angola... mas na cabeça deles era a mesma coisa que ser degradado... sabe? sair do Vietnã pra ir

para Angola era um castigo... eles não queriam... então ou era pro Brasil ou pra Portugal... como as relações diplomáticas de Portugal e Vietnã praticamente não existem... todo mundo meio que se direcionou pro Brasil... mas aí não dava pra dar trabalho pra todo mundo no Brasil... eu sei que uma é certo que foi pra lá... hoje não sei se outras foram... porque deve ter crescido a Embaixada lá... mas o contato que eu tenho com eles até hoje... eh... o que eu sei é que... tão bem... assim... essa aluna que eu te falei que acordava às cinco da manhã pra estudar português... hoje é professora de português do departamento... ela se formou... fez o concurso... o exame pra ser professora... e hoje é professora no primeiro nível que eles têm lá... que chamam... o equivalente a professor auxiliar... pra dar aula pros iniciantes... então a comparação do trabalho em Hanói e na França... assim... isso tudo que eu falei do Vietnã... eu tô aqui há quase dois anos... e... eu não tenho a menor ideia do resultado do meu trabalho na França... eu não tenho a menor ideia do que... primeiro de objetivo de aluno dentro do departamento... porque eu tô num posto de leitor que é meio... peculiar... porque a universidade não tem um departamento de português... eu tô ligado ao Departamento de Espanhol... e a língua portuguesa é oferecida como uma língua suplementar... então uma vez que eles são franceses... estudam espanhol... a opção mais fácil é estudar português pra cumprir a carga-horária... e assim... não é o meu raciocínio de professor armado cheio de defesas... é o que eu vejo... é o que eu vejo... dois anos quase de trabalho lá... ah... lógico... que há exceções... como a universidade fica numa... numa região que pega... uma descendência de imigrantes lusófonos grande... porque ela tá na periferia de Paris... então eu já tive boas experiências... de aluna... de filha de portugueses chegar pra mim e dizer... eu falo português na minha casa com meus pais... mas... eu sei ler... eu sei escrever... com algumas dificuldades... mas eu quero... fazer o curso porque vai ser uma hora a mais dedicada... à língua portuguesa... por mais que... essa aluna em específico vinha do curso de Psicologia... e aí assim... eu não tenho interesse nenhum em me formar como professora de línguas... eu sou psicóloga... minha formação é de psicóloga... mas eu quero estudar porque vai ser um momento dedicado à língua

portuguesa... porque em casa.... eu falo mas eu sinto que meus pais evitam falar um pouco português... não sei... talvez trauma da migração... eu sinto... em alguns casos específicos... outra aluna... outro exemplo... nome e sobrenome tipicamente portugueses... você olha para ela e você vê uma jovem portuguesa... mas ela... o primeiro... o primeiro curso que ela fez comigo ela terminou com média 1,5... ela não conseguia fazer nada... um problema de concentração seríssimo... e aí... entra o meu... o meu psicanalista de plantão pra analisar e pra ver o que... tentar entender o que é que acontece... eu não tenho abertura nenhuma com eles sobre o que é que se passa além da sala de aula... eles são muito fechados... mas o que eu tento entender é que talvez... mas no caso dela... filha certamente de portugueses... ah... mas pra ela isso deve ser um problema... ela não deve aceitar isso muito bem... porque naquela fase de final de adolescência e início da vida adulta... não sabe o que vai ser da vida... e a própria identidade dela tá em jogo também... e ela não consegue acompanhar o curso... por mais que que... eu chame... por mais que eu a coloque no centro da atividade... ela não... não... mas aí um dia eu passei um vídeo pra eles sobre... porque neste semestre a gente tá começando a trabalhar civilização... é língua e... os franceses gostam de chamar de civilização o que a gente chama de cultura... e mostrei um vídeo rapidinho... menos de dez minutos... uma coisa bem turística da... acho que da Embratur... alguma coisa assim... que mostrava o Rio de Janeiro... mostrava... acho que Minas Gerais... eh... patrimônio cultural... e também tinha a história de patrimônio natural... patrimônio natural e patrimônio cultural... alguma coisa assim... e aí no final eu desliguei... parei lá... e perguntei aos alunos se tinham compreendido alguma coisa... e pra minha surpresa... esta aluna... que é descendente de portugueses... abriu a boca e... começou a falar tudo o que tinha visto no vídeo... em português... e sobre o que era o vídeo... os dois tipos de patrimônio... que o vídeo falava... e na hora eu fiquei meio assustado... como é que essa menina tirou 1,5 como média final no semestre passado e agora tem esse estalo?... fala tudo?... e aí... assim... lógico.... ela escuta... ela compreende... mas na hora de ler e de escrever... ela não domina... nem leitura nem escrita... e aí assim... são casos

específicos que você tem que trabalhar de acordo com a demanda de cada grupo... mas no geral o que eu sinto... eh... é que aqui na França você não sabe exatamente... não é nem a importância... mas a função que tem o seu trabalho na vida desses estudantes... o que... o que no Vietnã eu tinha uma resposta muito clara... muito rápida... porque eu via aluno trabalhando como intérprete pra grupos de turistas... os brasileiros que conseguiam chegar no Vietnã [risos]... e aí de repente aluno chegava pra mim e dizia... professor... eh... eu trabalhei como guia esse final de semana pra um grupo de brasileiros do Rio de Janeiro... e ganhei... 150 dólares pra trabalhar dois dias... sabe? e eu ficava feliz... porque assim... você vê o resultado imediato... a gente que vive na Academia a gente tem esse ideal de que... não... a vida acadêmica... o sacerdócio... mas isso pra gente... pros alunos da gente nem sempre funciona desse jeito... então eles querem ter resultado prático e rápido... no Vietnã... eu vi... isso muito... muito fácil... acontecendo... na França... porque a demanda de turistas é muito maior... de turista lusófono que chega aqui... é muito... muito mais forte do que no Vietnã... mas... não sei o que é que acontece com... sabe? eu não tenho notícia do que é que eles fazem com o português que eles aprendem... uma aluna chegou pra mim e disse... professor... eu trabalho na Torre Eiffel... na... na parte lá de assessoria... que é de de caixa... elevador... e como eu tenho contato com muitos turistas... eu vejo que muitos são brasileiros e é por isso que eu quero estudar português... que eu quero me comunicar com eles... essa... foi o único caso de uma aluna que chegou pra mim... que se apresentou... dizendo... eu trabalho tal... no lugar tal... tenho contato com brasileiro e é por isso que eu quero aprender português... e aí numa semana ela chegou pra mim e disse professor... as coisas que eu aprendi de... se apresentar... que é de... bem de iniciante... eu consegui falar quatro frases com brasileiro... perguntei de onde ele era... qual o nome dele... quantos anos ele tinha... e eu entendi tudo [risos]... e eu fiquei feliz... fiquei feliz... porque eu vi que tava tendo resultado... mas assim... é um caso perdido que que... não sei... talvez seja o jeito deles...

Entrevistador: e... você saberia contar alguma coisa do início do leitorado em Hanói? como que foi?... eh... porque é bem recente... você foi o primeiro leitor lá?

Entrevistado: foi... eu fui o primeiro... leitor brasileiro a pisar no Vietnã... [risos] e...

Entrevistador: eu falo assim... você tem ideia do que motivou essa criação... de onde partiu o interesse?

Entrevistado: olha... existe uma demanda... quando eu cheguei lá... eu confesso pra você que eu não sabia... por que cargas d'água esse povo quer aprender português?... e aí... com o tempo... porque o vietnamita... uma aluna minha disse... professor... [risos]... quer dizer... eu dizia pra ela... vietnamita é muito inteligente... e ela dizia... não... vietnamita não é inteligente... ele é inteligente só no momento de ganhar dinheiro... e depois ele não... não é inteligente... [risos]... quer dizer... no momento de ganhar dinheiro e no momento de fazer... de ir pra guerra eles são inteligentes... mas aí depois eu... eu descobri que... porque assim... é... no sudeste asiático... é o extremo este... que tem no... o extremo leste que tem na Ásia... o Vietnã tá lá... é uma vírgula... um país na costa... e você olha no mapa pra um lado e pro outro... não tem... a ilha que existe lusófona é Macau... que foi lusófona um dia... que não é mais... Goa... Timor Leste... mas nenhum vietnamita... e aí depois eu descobri o seguinte... ah... o fato de existir uma Embaixada do Brasil... um Consulado brasileiro e uma Embaixada do Brasil em Hanói era um atrativo pra eles né?... de trabalho... porque toda Embaixada precisa ter uma porcentagem de pessoal local... nativo... que falasse português... ah... demanda turística... né? porque o Vietnã é um dos países que mais recebe turistas no sudeste asiático... acho que só depois da Tailândia... ah... e também tinha a história de... de Macau... porque Macau... eh... eles diziam... tem muitos cassinos professor em Macau... e muitos portugueses vão jogar em Macau... né?... porque é um destino turístico forte para os portugueses... então eles precisam de gente que fale o português lá... os chineses... ninguém mais fala português... assim... eu não conheço a

realidade de Macau... mas o que os alunos me diziam era que... da... da população de Macau só gente muito velha que sabia falar português... e que o pessoal que tava numa idade de trabalho... jovem... mão de obra ativa... pouquíssima gente falava português... então era um núcleo de emprego... de trabalho... que eles pensavam de sair do Vietnã e ir pra Macau trabalhar em Macau... tinha a Embaixada e tinha... a questão do turismo... e também... quando eu cheguei lá... ah... o que o reitor me falou... você tem uma missão enorme nesse departamento... porque só tem você e a Rita... que era a coordenadora... na verdade se chamava Há... o nome português era Rita... e... vocês têm a missão de... de formar não só os profissionais pro mercado de trabalho... mas de formar os futuros professores do departamento... então... faça o melhor trabalho que você puder fazer porque os frutos que vão render desse departamento dependem do seu trabalho... e foi o que aconteceu... assim... a primeira turma que se formou... muitos foram pro departamento trabalhar como professor.... outros foram trabalhar como guia turístico... outros pro Ministério das Relações Exteriores do Vietnã... curiosamente até onde sei ninguém foi pra Macau [risos] trabalhar em cassino... que eles têm uma ligação muito forte com a família... então pra sair de Hanói... essa menina que foi pra Brasília... só Deus sabe como ela conseguiu assim... romper o vínculo e ir pra Brasília... e... é isso... o vínculo... quer dizer... o interesse deles era... mercado de trabalho... e também pelo fato... a universidade onde eu trabalhava lá era a universidade voltada mais pra estudos internacionais.... então tinha de... departamento... iam criar um departamento de... como chama? ídiche... tinha um departamento de árabe... departamento de russo... assim... a língua que você imaginar tinha um departamento... quando eu cheguei... português era o mais recente departamento criado na universidade... tanto é que de vez em quando a gente recebia equipe de reportagem da televisão... do canal vietnamita... a língua mais exótica da Universidade de Hanói é o português [risos]... então vamos... e aí aquelas perguntas de sempre... futebol... carnaval... [risos] quantas pessoas falavam português no mundo... essas coisas... mas o atrativo... que eu via... o fato de ser uma língua exótica pra eles... e... a questão do do... a procura

não ser muito grande... porque é como se fosse no Brasil... assim... um curso de Medicina e um curso de Letras... a procura é muito maior pro curso de Medicina... então vamos fazer pra português porque é muito mais fácil de entrar... isso acontecia também... mas nos dois anos que eu fiquei lá... eu acho que os alunos que entraram não se decepcionaram com o curso... porque a oferta de emprego era grande lá... e tinha o diferencial de ser uma língua exótica né?... a história do... a seleção brasileira foi jogar lá em Hanói... os alunos... [risos] tinha aluno meu que trocava de namorada toda semana porque era o diferencial assim... eles falavam português... sabiam de cor o nome dos jogadores da seleção do Brasil e... enfim... o Brasil era um atrativo pra eles...

Entrevistador: mas mesmo assim então... num momento inicial eles tinham uma preferência pelo português europeu?

Entrevistado: então... isso essa preferência aconteceu no início quando eu cheguei lá... porque antes de mim... ah... o departamento... foi aberto com a ajuda do Instituto Camões... então... porque o Instituto Camões tá em Macau... quem comanda Macau... os estudos portugueses em Macau... é o Instituto Camões... o Instituto Camões foi pra Hanói ajudar a abrir esse departamento... mas assim... aquela ajuda diplomática... que é a palavra do diplomata... na prática você não via muita coisa... porque quando eu cheguei lá... a gente tinha uma sala no... no terceiro andar da universidade... quer dizer do prédio lá... e... os livros que a gente tinha no departamento... foi uma doação do então Embaixador brasileiro... os móveis que a gente tinha no departamento tinham sido doados pela Embaixada do Brasil... então o Instituto Camões entrou com o apoio... moral... abra que... que estamos aqui em Macau pra ajudar no que for preciso... e mandaram esse leitor... que passou um ano... que foi a base... a... pra abrir o departamento... o primeiro grupo estudou com ele o primeiro ano... passaram o segundo ano sem professor nativo... só com uma professora que... que tinha morado em Portugal... e eu cheguei... esses alunos estavam indo pro terceiro ano... então eles estudaram um

ano com um português... e o segundo ano com uma professora que viveu em Portugal... então quando eu cheguei lá... eles não tinham... eles sabiam que existia uma seleção de futebol brasileira e carnaval... nada mais... então até mostrar... chegar ao ponto de mostrar pra eles que assim... somos o quê? quase duzentos milhões de falantes de português... que temos um peso dentro da comunidade lusófona e que... o nosso português não é um um... um crioulo... um patoá qualquer... assim pelo contrário... eu acho que dentro de uma comunidade linguística... duzentos milhões pesa mais do que dez milhões... [risos] então... aos poucos eu fui mostrando isso a eles... e também é meio a função do leitor brasileiro né?... mostrar o peso da língua portuguesa brasileira... ah... e com o tempo eles foram mudando de opinião... não só mudando de opinião mas vendo na prática que era muito mais fácil estudar com um leitor brasileiro do que com um leitor português... porque eles entendiam o que eu falava [risos]... a primeira semana de aula... tinha o grupo de dissidentes que queria a Revolução dos Cravos... com a bandeira de Portugal [risos]... mas tinha o pessoal que chegava pra mim e dizia... professor... eu consigo entender tudo o que o senhor fala... é incrível... porque com o outro leitor a gente passou um ano... assim... a gente entendia... mas era difícil... porque ele falava muito rápido... e... com o tempo eles foram percebendo que que... era mais fácil... entender... que a gente tem... tem uma melodia diferente de falar... diferente daquele português de Portugal... e... articulamos muito mais na hora de falar... eu sei que no final... não no final... depois do primeiro ano eles quiseram fazer... vamos fazer a semana da cultura brasileira... e aí no teatro da universidade era aluno cantando música de Adriana Calcanhoto... era... a gente conseguiu fazer... lógico... não uma tradução literária... mas a gente conseguiu traduzir conto de Machado de Assis... pra você ter uma ideia... porque foi na época do centenário de morte do Machado... e aí... eu disse... não... vamos fazer... Primeira Semana de Estudos Literários... de... do Brasil... e o autor escolhido foi Machado... porque calhou de ser no dia do aniversário de morte do Machado... cem anos... e eu levei a sugestão pra sala de aula... vamos tentar traduzir... fazer uma tradução... eh... na verdade não era

tradução... era verter pra língua vietnamita um conto do Machado de Assis... que era o... Um Apólogo... acho que era... Um Apólogo... e aí fizeram a tradução... a gente fez o seminário com os alunos... aquela... aquele esquema básico de graduação... apresentar a vida e a obra do autor... e aí no final leram a versão que fizeram em vietnamita... e eu fiquei muito feliz... muito feliz de de... de ver um conto de Machado de Assis escrito em vietnamita... eu fiquei muito contente... com o trabalho...

Entrevistador: e voltando ainda à questão do início do leitorado no Vietnã... eh... o Itamaraty apenas eh... veio atender uma demanda que era já do Vietnã... ou se de alguma forma ele teve um papel importante na criação do leitorado lá... você teve acesso a esse tipo de informação?

Entrevistado: olha... eu não sei te dizer especificamente na criação do... do departamento de português... mas na criação do leitorado sim... a Embaixada teve um papel fundamental... acho que foi uma... olha quando eu cheguei lá... o Embaixador ele tava no finalzinho do posto dele em Hanói... ele criou esse leitorado na Universidade de Hanói... foi meio que uma jogada de mestre... porque... Portugal não tem relação diplomática com o Vietnã... não existe Embaixada... não existe consulado... então o Instituto Camões ajudou a criar o departamento... ah... depois do primeiro ano o leitor português foi embora... o departamento ficou sem nenhum leitor nativo pra dar aula... e aí eu acho que foi... a brecha que o... o Embaixador esperava pra entrar na universidade e dizer podemos trazer o leitor brasileiro pra cá... e aí foi criado o convênio com a Universidade de Hanói... e... mas assim quando eu cheguei lá... aquela coisa... você olha pra um lado e pro outro... como é que eu vou trabalhar aqui?... o primeiro mês foi meio desesperador... mas graças a Deus eu tinha um computador com Internet pra trabalhar e... e assim... era montar ficha de aula pegando material... sabe? montando tudo... caçando coisas na Internet... porque... assim... o que eu tinha... a única gramática que eu tinha... no departamento... era uma

gramática eu acho do do... Napoleão de Almeida... datava dos anos sessenta sabe?... que tinha sido doada pela Embaixada... mas... quando eu me encontrei com o Embaixador ele disse... não... temos... doamos à biblioteca... o máximo que a gente podia doar de material... pra facilitar o trabalho... tem a obra do... do José Lins do Rego... a obra de Graciliano Ramos... mas assim coisa básica pra português língua estrangeira... principalmente pra iniciante... eu não tinha... tanto é que... eu entrei em contato com a coordenadora antes de ir pra lá e perguntei... como é que cê trabalha? qual... cê usa método... o que que cê... como é que cê faz?... e aí ela disse... a gente usa o método Século XXI... se não me engano... que é o método português usado pelo Instituto Camões... porque o departamento foi criado usando esse método... por contrato... eu... eu era proibido de trabalhar com método português... diz expressamente no edital que a função do leitor brasileiro é... ah... difundir a língua portuguesa do Brasil... e a cultura brasileira... a literatura brasileira... então... como eu era marinheiro de primeira viagem [risos]... eu fiquei meio com medo... não... isso aqui eu não posso fazer... eu não posso trabalhar com esse método... vai que chega alguém da Embaixada aqui de repente e me vê com um método português na mão... e aí o que foi que eu fiz?... quando eu fui pra lá... levei o famoso Avenida Brasil... Falar Ler Escrever... todos os métodos... mas lá... chegando lá... assim... primeiro que o... a coordenadora na primeira reunião ela disse... olha aqui a gente trabalha com esse método... você tem as fichas prontas se você quiser trabalhar... tá aqui... mas tudo português de Portugal... como não tinha nada do Brasil aí eu fui sincero com ela... olha eu tenho que trabalhar o português do Brasil... isso é uma exigência do leitorado brasileiro... então eu quero ter liberdade pra construir a minha ficha com o material que eu quiser... então ela disse... não... tudo bem... você trabalha do jeito que você quiser... mas assim... foi... foi difícil no começo... até pegar o ritmo... e e... também ah... meio que... redirecionar os alunos pra aquela vertente... porque eles tavam acostumados com o método Século XX ... Século XXI não sei... mas aí depois funcionou... funcionou bem... no final os alunos tavam... professor eu quero falar com sotaque do Brasil [risos]... eu me divertia à beça com eles... mas eh... essa

história de apoio do Ministério... de apoio do... é tudo muito relativo... de onde você chega... quem você encontra ocupando posto naquele lugar... porque assim... em Hanói... eh... eu até brinco com meus amigos hoje dizendo que em Hanói eu me sentia alguém... aqui... porque como o número de brasileiros em Hanói era mínimo... então em Hanói assim... quando... pra você ter uma ideia... quando eu cheguei em Hanói foi um carro da universidade me receber no aeroporto... e olha que o aeroporto fica a uma hora do centro de Hanói... com a coordenadora do departamento... flores pra me receber no aeroporto [risos]... não é querer exigir isso... mas é uma forma de recepção... que eu não soube aproveitar muito porque eu tava com quase 24 horas de viagem... estressado... mas foi uma recepção muito muito boa... muito boa... sabe?... eu posso dizer hoje... o Vietnã é um país pobre... mas não deixa a desejar... não deixa a desejar... não tem requinte francês nenhum que que barre o Vietnã no quesito hospitalidade... recepção... foram me receber no aeroporto... super simpático... me deixaram num... quer dizer a gente voltou pro *campus*... eu tinha meu apartamento dentro do *campus*... num prédio que ficava a dez minutos a pé da sala de aula... não pagava absolutamente nada... não pagava aluguel não pagava... energia... não pagava água não pagava nada... um conforto razoável dentro dos limites do que eles podiam me oferecer... e ainda recebia uma ajuda de custo da universidade... que dava... uns trezentos dólares por mês... pra gente pode não ser... não é muita coisa... mas... depois eu soube que era o valor de um professor da universidade... sabe? na moeda deles... então assim... eu tinha não só a... uma contrapartida logística de ter um alojamento... de ter um... mas também tinha uma ajuda de custo... sabe?... e... aqui... a impressão que eu tenho na França é que... você pega o edital do Ministério e vê os postos que existem na França... assim... a primeira coluna é o a cidade onde está o posto... a segunda... os pré-requisitos que o leitor precisa ter... a terceira coluna o salário... a quarta coluna... o o... como chama?

Entrevistador: o perfil?

Entrevistado: não... o... o... o que a universidade oferece...

Entrevistador: a contrapartida...

Entrevistado: a contrapartida... não tem uma universidade francesa que ofereça uma contrapartida... não tem nada... é zero zero zero... então a impressão que dá é que... por ser escolhido ser leitor na França é uma honra pra você... então assim não exija nada... você já foi escolhido tá bom demais... [risos] e aí... pra você ter uma ideia... quando eu cheguei aqui na Paris XIII... ah... eu cheguei um pouco antes... porque eu vim direto do Vietnã pra cá... eu cheguei em agosto... o trabalho só começou em outubro... e eu só consegui contactar a a... responsável lá da faculdade onde eu tô trabalhando na primeira semana de outubro... porque tem férias intermináveis no verão... e aí o mês de setembro foi todo pra reorganizar a faculdade que tava mudando um monte de coisa... eu só consegui ter contato com a responsável... primeira semana de outubro... fui até o... como chama? o *bureau*... o escritório dela... me recebeu... apertou minha mão... se apresentou... bem-vindo... você vai... você vai ser ligado ao Departamento de Espanhol... aqui os contatos de quem você precisa... e é assim que funciona... tá... fui pro Departamento de Espanhol... consegui me apresentar... a secretária me apresentou à coordenadora do departamento... bem-vindo... mas assim... quando eu cheguei lá... já existia um professor de português... um ATER [*Attaché Temporaire d'Enseignement et Recherche*]... que é o professor substituto... um português mas que vive aqui... e... como a demanda não era muito grande... de português... eles deviam ter o quê? uns... quinze alunos inscritos no curso de português... e pensaram... bom já tem um ATER dando aula de português... o que é que a gente vai fazer com esse leitor?... e... eu lembro que eu cheguei no departamento... me apresentei leitor... eu sou o leitor brasileiro... queria saber quais são os cursos eu vou dar... as turmas... e a secretária falou... o que é que um leitor faz?... ela não sabia nem o que... qual era a função de um leitor dentro

do departamento... até eu brinquei... deve ser ler... leitor... mas aí depois chegaram à conclusão que eu ia dar o curso de Prática de Português... isso quer dizer que os alunos inscritos em português iam ter o curso mesmo de português com o professor português que chegou antes de mim... então ele já tava instalado... já tinha assumido o grupo... e eu ia pegar uma hora suplementar de prática de português... mas que não ia ser um curso obrigatório... eh... ia ser um... um momento pra praticar o que eles tivessem aprendendo com o outro professor... resultado? eh... eu tinha uma média de dois três alunos a cada aula... por quê? qual aluno de graduação que vai querer estudar uma hora a mais sem contar nada no currículo dele?... porque não era nem creditado como... aula... enfim... e aí...o primeiro ano foi todo nesse... nesse esquema... até acabar o contrato do ... ATER... o departamento abriu concurso pro *maître de conférences*... entrou uma brasileira como *maître de conférences*... e aí eu consegui estabelecer um diálogo com ela... porque com o ATER português era impossível... dialogar... ele trabalhava também com o Século... o método Século XXI... português... [risos] e não dava pra mudar nada... era o formato dos cursos que ele queria... e eu fiquei meio que na encruzilhada... porque eu como leitor brasileiro tinha que trabalhar o português do Brasil... mas eu dava aula suplementar pra um curso que era de português de Portugal... então... esse primeiro ano foi um desastre... o segundo ano assim tá sendo muito mais fácil... a gente tá no segundo semestre agora... por conta da *maître de conférences* que é brasileira... a gente consegue... também foi uma escolha do departamento... de... ter uma linha no departamento deles... que é o português brasileiro... com a *maître de conférences* brasileira... e um leitor brasileiro... e uma *chargée de cours*... que é uma professora que pega umas horas suplementares... que também é brasileira... então... o departamento resolveu tomar partido e colocar uma linha de coerência... vamos trabalhar o português brasileiro... e tá funcionando muito melhor... tá funcionando assim... excelente...

Entrevistador: e o que que você acha que motivou a escolha dessa linha como... brasileira?

Entrevistado: talvez o fato da... pelo fato da primeira *maître de conférences* da universidade ter sido uma brasileira... o Departamento de Espanhol foi criado e resolveram criar uma cadeira de português... e a *maître de conférences* contratada nos anos setenta foi uma brasileira... então... assim... ela passou acho que quase trinta anos dando aula na universidade e criou um... enfim... uma linha de coerência dentro do departamento com o português brasileiro... ah... não sei por que... após a aposentadoria da professora o departamento contratou esse professor português... talvez tenha sido a única escolha quando abriram concurso pra ATER... porque na verdade foi uma exceção... esse português estar dentro do departamento... porque os trinta anos de curso foi com uma brasileira... e... enfim... quando ela se aposentou... antes de se aposentar ela pediu à Embaixada um leitor brasileiro... então... o departamento não foi contactar o Instituto Camões pra mandar um leitor... foram pedir na Embaixada do Brasil... e eu acho que também pelo fato de ser meio que o perfil da... da universidade de .. porque a universidade de Paris XIII... ela... é meio conhecida como a universidade da... dos estudos alternativos... isso quer dizer... eu tenho um Departamento de Espanhol mas na verdade grande parte dos professores tão voltados pra América Latina e não pra Espanha... sabe?... são mais... a universidade tá na periferia e os estudos são periféricos também sabe?... eles tentam sair... é o que eu sinto... que eles tentam sair um pouco desse núcleo europeu... então eu acho que... por conta disso que... a escolha da linha brasileira dentro do departamento... não sei... pelas conversas que eu tenho com a atual *maître de conférences*... eles pensam de no futuro tentar abrir um Departamento de Português... porque existe uma demanda... existe essa comunidade lusófona que mora próximo à região... e... e que também... é uma... é uma opção de formação pros alunos que tão lá... não só estudar espanhol mas também português...

Entrevistador: e uma outra coisa que eu queria te perguntar é em relação ao... ao público-alvo... você chegou a trabalhar com outras... outras pessoas além dos

alunos da universidade?... ou seja seu trabalho aqui ou lá chegou a atingir... a comunidade não só acadêmica ou não? ficou algo restrito à... ao universo acadêmico mesmo?

Entrevistado: você fala aqui na França e no Vietnã?

Entrevistador: é... isso... porque tem leitores que fazem atividades na Embaixada... esse tipo de coisa...

Entrevistado: é... tem história de leitor que serve pra tudo... [risos] é meio Bombril... mas... é curioso isso... porque em alguns... em alguns... não sei onde foi que eu li isso... mas dizendo que leitor não deve... por exemplo... eh... assumir curso fora do do ambiente acadêmico do leitorado... porque em alguns casos... em alguns casos vem específico lá no edital dizendo que o leitor também terá que dar aula para funcionários da Embaixada... em outros casos não... é só pro... pro departamento onde funciona o leitorado... lá no Vietnã... ah... eu não dei aula pra... extra-universidade... mas a coordenadora do departamento chegou várias vezes com uma história de vamos criar um curso particular de português... pras pessoas que querem aprender... porque é uma forma de ajudar o departamento... porque a reitoria não ajuda muito... sabe? meio querendo transformar numa fonte de renda... uma vez que meu salário era pago pela Embaixada então vamos aproveitar essa mão de obra... o problema era que no Vietnã assim... eu tava... eh... *surchargé*... como...? sobrecarregado... sobrecarregado de curso... não o semestre inteiro... mas teve mês de eu ter 35 horas de curso por semana... sabe? eu acho que é muito... muito muito muito... e isso não durou muito... eu cheguei pra coordenadora e disse... olha... não dá... porque não é chegar na aula e... repentista... sabe? você dá o mote e eu faço o repente... eu tenho que preparar o curso [risos]... e no Vietnã era curioso porque o formato das aulas no Vietnã é... é formato de aula de primário... de Ensino Fundamental... eles passam o dia todo com o mesmo professor... então eu começava a aula às sete da manhã e

terminava ao meio dia... imagina dar aula de Sintaxe começando às sete e meia terminando ao meio dia... duas horas de curso e ninguém mais aguentava... mas aí era o formato deles... porque não... a gente não tem muitos professores... tem que ser desse jeito... tinha pausas... tô pintando o monstro pior do que ele é... tinha uma pausa mas era muita coisa você dar quatro... quatro horas e meia de curso corrido... com o mesmo grupo é difícil... então chegou o momento que eu disse pra ela... olha... eu já tenho trabalho demais aqui nesse departamento... não vamos querer criar coisa nova porque eu não vou dar conta... então eu prefiro garantir uma boa formação desses alunos que a gente tem aqui do que fazer coisa meia boca... qualquer jeito... querer abraçar a universidade toda com esse curso de português... mas... a ideia existia lá de criar esse curso pra comunidade extra-acadêmica... extra-acadêmica e pagante... que não ia ser gratuito... e aqui na França não... o que surgiu foi uma... era extra-departamento mas era dentro da universidade... porque na Universidade de Paris XIII eles têm... o que eles chamam de Centro de Línguas... que... mas aí é que tá... esse Centro de Línguas funciona para a comunidade acadêmica e extra-acadêmica... mas ele funciona dentro da universidade... e aí eu recebi um e-mail... uma circular perguntando sondando se teria a possibilidade de um professor de português dar aula nesse centro porque alguns alunos apareceram querendo fazer curso de português... e aí a resposta óbvia foi... se se existe aluno querendo fazer curso de Português... encaminha pro Departamento de Espanhol e ele pode se inscrever no curso de Português... não tem por que a gente... eh... *déplacer*... deslocar um professor do departamento pro núcleo de línguas se tem espaço aqui e tem vaga sobrando... e aí... mas aí eu não sei como é que funciona esse Centro de Línguas... se eles cobram alguma coisa do público extra-acadêmico... mas... não sei... na minha situação... eu de repente... eu acho que eu me veria obrigado a aceitar porque eu tenho três horas semanais de curso na Paris XIII... porque a demanda é pequena... então... não sei com que cara eu ia chegar pra reunião de departamento e dizer... não... eu não vou aceitar um curso no Centro de Línguas... com que argumentos?... mas talvez eu teria argumento né?... talvez eu tivesse

argumento... chegar pra eles e dizer... vocês não me dão contrapartida nenhuma... [risos] então essas três horas tá muito bom e tchau...

Entrevistador: mas além das atividades didáticas em si você chegou a desenvolver... outras atividades relacionadas a ensino de português ou a português e cultura brasileira...? ou isso foi solicitado em algum momento?

Entrevistado: não... solicitado não foi... porque... assim... é um problema... porque a gente tá dentro do Departamento de Espanhol... e eu soube de histórias que a gente tá começando a ter mais alunos de português do que no primeiro semestre de espanhol... e espanhol tá tendo uma queda incrível... inclusive o Departamento de Espanhol... na reunião alguém disse que chegou um aviso da reitoria que se continuar desse jeito... em cinco anos vão fechar o Departamento de Espanhol... e curiosamente o curso de Português... cada semestre a gente tá tendo mais alunos... quando eu cheguei... foi meio desastroso... por causa da situação... que tava o português com um ATER português... o leitor brasileiro... que não se entendia e que ninguém sabia o que era creditado e o que não era creditado... mas aí depois que a *maître* brasileira chegou a coisa se equilibrou e a gente tá com... eu tenho uma turma com quase vinte alunos... e outra que é um pouco mais avançada com sete oito... oscila sempre... e pela primeira vez temos três professores de português... a *maître de conférences*... o leitor e a *chargée de cours*... então assim... o português tá crescendo dentro do departamento... e eu sinto que de alguma forma isso incomoda dentro do Departamento de Espanhol... porque eles veem que o alunado deles está diminuindo... eh... mas pedido de fazer atividade extra-curso... nunca chegou nada... ah... a única coisa que me pediram foi que... certa vez era pra ir pra um... era uma comitiva de reitores brasileiros que veio numa visita acadêmica... um intercâmbio de reitores franceses que foram ao Brasil... e aí perguntaram se eu podia ir... por e-mail... em cima da hora... eu falei não posso ir... me avisaram muito em cima... eu tenho um compromisso... porque... minha vida não é só essas três horas de curso aqui... e

aí eu não fui... mas também era uma coisa meio simbólica sabe?... pra estar lá um leitor... não sei qual era o interesse... mas o que eu tento fazer... por exemplo... tem o Boletim Cultural da Embaixada do Brasil... e aí eu reencaminho pra lista de e-mails dos alunos... tento mostrar pros alunos o que acontece de coisas relacionadas ao Brasil em Paris... não dá pra fazer mais do que isso porque é uma realidade muito diferente desses alunos parisienses sabe?... a maioria... eles têm uma coisa aqui na França que eu jamais imaginava... que é o aluno em controle terminal... isso quer dizer que o aluno não assiste nenhuma aula e aparece pra fazer a prova... por quê? ele trabalha e ele apresenta o atestado de trabalho... de emprego... e ele tem o direito de fazer isso... pra mim isso até então era impensável... porque universidade não é curso de correspondência... você tem que estar na sala de aula assistindo aula... a não ser telecurso da Globo... mas aí... tem isso... funciona aqui e eu tenho aluno que só aparece pra fazer a prova no fim do semestre... pra mim é muito estranho esse sistema... na maioria das vezes é desastroso o resultado desse exame... mas é a realidade deles... eles querem ter esse diploma de ensino superior... mas ao mesmo tempo eles precisam trabalhar... e como é duro o curso não dá pra fazer diferente... eu tenho aluno que... a maioria trabalha... McDonald's da vida... e tá ali... como curso de português geralmente é na sexta-feira... curiosamente colocam o português na sexta-feira... e... pros alunos é um pouco estranho porque geralmente... antes de eu chegar sexta-feira era um dia morto pra eles... agora tem curso de português pra eles... mas eles saem da aula e vão trabalhar... a maioria trabalha final de semana... sexta sábado e domingo... e estuda durante a semana... mas não dá pra fazer muita coisa extra-classe... porque cada um tem sua vida... é completamente diferente a realidade deles...